

Delma Pessanha Neves



Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista





OS FORNECEDORES DE CANA E O ESTADO INTERVENCIONISTA

COLEÇÃO ANTROPOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

- 1 - **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**
Delma Pessanha Neves
- 2 - **Devastação e preservação ambiental**
José Augusto Drummond
- 3 - **A predação do social**
Ari de Abreu Silva
- 4 - **Pescadores de Itaipu**
Roberto Kant de Lima
- 5 - **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**
Delma Pessanha Neves
- 6 - **Jogo de corpo**
Simoni Lahud Guedes

DELMA PESSANHA NEVES

OS FORNECEDORES DE CANA E O ESTADO INTERVENCIONISTA

Estudo do processo de constituição social dos
fornecedores de cana, no contexto da intervenção
do Estado e da consolidação da interdependência
entre agricultura e indústria, na região açucareira
de Campos (RJ)



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Niterói, RJ — 1997

Copyright © 1997 by Delma Pessanha Neves

Direitos desta edição reservados à EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense - Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - CEP 24220-000 - Niterói, RJ - Brasil - Tel.: (021) 620-8080 ramais 200 e 353 - Fax: (021) 620-8080 ramal 356

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Edição de texto: Iza Quelhas

Projeto gráfico e editoração eletrônica: José Luiz Stalleiken Martins

Capa: Marcio André de Oliveira

Digitação: Khátia M. P. Macedo, Jussara M. Figueiredo e Juraciara Ribeiro

Revisão: Damião Nascimento

Supervisão gráfica: Rosalvo Pereira Rosa

Coordenação editorial: Damião Nascimento

Catálogo-na-fonte

N514f Neves, Delma Pessanha.

Os fornecedores de cana e o estado intervencionista : estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana... / Delma Pessanha Neves. — Niterói : EDUFF, 1997.

371 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 369

ISBN 85-228-0196-7

1. Produtores de cana da agroindústria açucareira. I. Título.

CDD 331.76163361

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor

Luiz Pedro Antunes

Vice-Reitor

Fabiano da Costa Carvalho

Diretora da EDUFF

Eliana da Silva e Souza

Comissão Editorial

Anamaria da Costa Cruz

Gilberto Perez Cardoso

Gilda Helena Rocha Batista

Heraldo Silva da Costa Mattos

Ivan Ramalho de Almeida

Luzia de Maria Rodrigues Reis

Maria Guadalupe C. Piragibe da Fonseca

Paulo Azevedo Bezerra

Roberto Kant de Lima

Roberto dos Santos Almeida

Vera Lucia dos Reis

AGRADECIMENTOS

Agradeço as inestimáveis sugestões e críticas apresentadas à versão original deste texto feitas por Afrânio Raul Garcia Júnior, José Roberto Moreira, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Moacir Gracindo Palmeira e, muito especialmente, por Otávio Guilherme Alves Velho, meu orientador de estudos durante o mestrado e o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.

Registro a gratidão a meus colegas do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, que me liberaram de algumas das atividades docentes durante o período de tempo necessário à redação da versão original deste texto.

Minha gratidão especial aos produtores de cana e aos trabalhadores rurais que, por alguns anos, vêm comprazendo-se e ao pesquisador pelo relato de suas experiências e visões de mundo.

A hospitalidade oferecida por funcionários e dirigentes das instituições aqui analisadas ou nas quais obtive informações secundárias foi decisiva para que eu ampliasse o campo de estudo deste trabalho.

Para a realização de vários levantamentos apresentados no texto, contei com a colaboração de Enilce de Oliveira Fonseca, Érica Almeida, Francine Rodrigues, Hermano Viana Júnior, Marília A. M. Serrano, Mércia Rejane Batista. Milton Ramon Pires de Oliveira, Mônica Barreto, Sandro Abreu e Tatiana da Conceição Neves. A todos deve expressar meus agradecimentos, porque o interesse e a responsabilidade demonstrados ultrapassaram em muito o dever e a recompensa financeira.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	13
O objeto de estudo	13
O trabalho de campo	20
A natureza e a diversidade dos dados	28
1 PLANTADORES DE CANA, COLONOS	
E LAVRADORES DE CANA	41
1.1 Plantadores de cana	47
1.2 Colonos	55
1.3 Lavradores de cana	60
2 A CONSTITUIÇÃO SOCIAL DOS	
FORNECEDORES DE CANA	65
2.1 A concepção de tempo e a reconstrução do passado	66
2.2 Os plantadores de cana e a institucionalização das relações de poder	75
2.3 Os plantadores de cana e o financiamento da acumulação ou da capitalização	90
3 A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO	
E DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	105
4 AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES	
DE TRABALHO	121
4.1 Os plantadores de cana e o uso de instrumentos mecanizados	122
a) A extinção do colonato	122
b) A extinção da morada	129
4.2 Os lavradores de cana e o uso de instrumentos mecanizados	133
5 OS PLANTADORES DE CANA E AS LUTAS	
PELO CONTROLE DA RENDA	
E DA ACUMULAÇÃO	143
Os plantadores de cana e os trabalhadores rurais diante do processo de acumulação	162
6 A MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA	
ALÇUCAREIRA	183
6.1 A especialização na produção de cana e a concentração industrial	188

6.2	A diversificação da produção agrícola: alternativas para acumulação ou poupança	198
7	OS FORNECEDORES DE CANA E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	205
7.1	O aparato institucional para a modernização	209
7.2	A modernização da agricultura e a relação representantes e representados	214
7.3	Usineiros e fornecedores: um novo jogo de forças sociais	220
7.4	Empresários agrícolas ou “servidores da União”?	225
8	A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA: INCLUSÕES/EXCLUSÕES	231
8.1	Saber-poder: a mediação dos técnicos agrícolas	231
	Produtor moderno/produtor tradicional – pressupostos políticos e ideológicos	233
8.2	Saber-poder: resistência e readaptação pelos agricultores	244
8.3	O tratorista e a recriação de novas tecnologias	255
	AS TRAJETÓRIAS SOCIAIS – ALTERNATIVAS E CONSTRANGIMENTOS	263
9.1	O acesso à terra	266
9.2	A mobilidade dos fornecedores de cana	283
9.3	Os rendimentos obtidos pela sacarose da cana	288
9.4	O crédito – poupança e investimento	295
9.5	A diferenciação social sob um olhar caleidoscópico	307
	A DIVERSIDADE DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	313
10.1	Trabalho familiar e trabalho assalariado	314
10.2	A relativização das categorias sociológicas	341
	CONCLUSÃO	353
	Os personagens “compulsoriamente” convidados	353
	Totalizações provisórias, atores sociais e especificidade do caso	359
	REFERÊNCIAS.....	369

LISTA DE TABELAS

- 1 - Distribuição das áreas de terra controladas pelos colonos. Baixada campista: 1880/1940
- 2 - Produção de açúcar e álcool no Estado do Rio de Janeiro, 1940/1949
- 3 - Crescimento da produção de açúcar pelas usinas no Estado do Rio de Janeiro, 1929/1960
- 4 - Expansão das áreas de cultura de cana na região açucareira de Campos, 1950/1970
- 5 - Produção de milho e feijão na região açucareira de Campos, 1950/1970
- 6 - Número de tratores presentes na região açucareira de Campos, 1950/1970
- 7 - Expansão da produção de açúcar (sacos de 60kg), 1959/1971
- 8 - Modalidades e incidência de encaminhamentos de reclamações trabalhistas, 1943/1969
- 9 - Utilização de tratores na região açucareira de Campos, 1970/1980
- 10 - Município de Campos: número de propriedades e proprietários, 1982
- 11 - Município de São João da Barra: número de propriedades e proprietários, 1982
- 12 - Município de Campos: propriedades por proprietários, 1982
- 13 - Município de São João da Barra: propriedades por proprietários, 1982
- 14 - Distribuição relativa das propriedades agrícolas das usinas por distrito, 1982
- 15 - Distribuição das propriedades agrícolas das usinas
- 16 - Distribuição de áreas médias dos estabelecimentos no município de Campos, 1940/1980
- 17 - Distribuição de áreas médias dos estabelecimentos no município de São João da Barra, 1950/1980
- 18 - Distribuição dos fornecedores de cana da região açucareira

de Campos, 1960/1985

- 19 - Distribuição dos fornecedores de cana da região açucareira de Campos por volume de produção, 1967/77 e 1984/85
- 20 - Distribuição da produção de cana-de-açúcar por fornecedores e usinas. Safras 1976/77 e 1984/85
- 21 - Distribuição dos ágios na safra 1984/85
- 22 - Resumo geral dos ágios por usina, 1984/85
- 23 - Distribuição dos proprietários de terra pela vinculação ao cultivo de cana e à COOPERCREDI, 1983
- 24 - Distribuição dos fornecedores de cana pelo acesso ao crédito oferecido pela COOPERCREDI, 1983
- 25 - Distribuição por residência dos proprietários de terra no município de Campos, 1985
- 26 - Distribuição por residência dos proprietários de terra no município de São João da Barra, 1985

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCAR	- Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ACAR/RJ	- Associação de Crédito e Assistência Rural - Rio de Janeiro
ASFLUCAN	- Associação Fluminense dos Plantadores de Cana

CODIN	- Companhia de Desenvolvimento Industrial
COOPERLEITE	- Cooperativa dos Produtores de Leite de Campos
COOPERPLAN	- Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana
COOPERCREDI	- Cooperativa de Crédito dos Lavradores de Cana do Estado do Rio de Janeiro
EMATER-RIO	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FIBGE	- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FUNDENOR	- Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional
IAA	- Instituto do Açúcar e do Alcool
OAB/RJ	- Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro
PLANALSUCAR	- Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar
PROÁLCOOL	- Programa Nacional do Alcool
PROASAL	- Programa de Apoio à Agroindústria Sucro-Alcooleira
PROBOR	- Programa de Plantio de Borracha Natural
PRODENOR	- Programa Especial do Norte Fluminense
PROVARZEAS	- Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas
STIAC	- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar de Campos

STR Campos	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos
SUDHEVEA	- Superintendência Nacional da Borracha

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo

A presença explicitamente intervencionista do Estado na economia açucareira ocorreu durante 60 anos aproximadamente (1930-1990). As ações e as regras dele emanadas marcaram, de modo bastante expressivo, as mudanças no sistema de poder e dominação ao qual os diversos agentes sociais estavam integrados. Reordenando o jogo de forças, titulares das instituições estatais, através de políticas e programas destinados a controlar ou fomentar a produção de açúcar e álcool, tornaram-se um dos principais agentes dessa atividade econômica. Contudo, a compreensão das razões que os levaram a tal postura e das formas como esta intervenção se deu pressupõe a análise das continuidades e das descontinuidades nas relações sociais em que os produtores se encontravam diferentemente engajados.

Os estudos sobre as mudanças sociais na economia açucareira tendem a delimitar a intervenção do Estado como um fator externo desencadeador das alterações nas condições de participação dos agentes dessa produção. Supõem que o Estado ou fatores externos detenham o poder de alterar de modo relativamente uniforme a todos os produtores, independentemente da posição social que ocupam ou do conjunto específico de relações que estejam vivendo. Tais estudos tomam como provável que decretos e normas formais sejam por si sós capazes de alterar relações e que os agentes sociais não participem, ainda que indiretamente, de sua elaboração. Admitem, também, como certo que eles os absorvam uniformemente ou sem resistências, reinvenções e recriações (DÉ CARLI, 1942 ; JUNGSMANN, 1971 ; LAMEGO, 1974 ; NAVEGA, 1976 ; PINA, 1972 ; TRUDA, 1971).

A análise aqui apresentada propõe uma outra perspectiva para compreender o processo de intervenção do Estado na economia açucareira. Pela forma como se deu esta participação, torna-se importante conhecer os modos de incorporação da legislação específica que foi promulgada para controlar e orientar essa produção e seus agentes. Esta análise é importante porque uma

das formas de mediação do Estado se expressou exatamente na criação de regras, regulamentos, definição legal de papéis, direitos e deveres. Coerentemente, estou constantemente me referindo ao aspecto jurídico das relações e da construção dos produtores agrícolas, os fornecedores de cana; às formas como os diversos agentes estão referidos e orientam parte de sua prática social por alguns dispositivos desse corpo de leis e regras. No entanto, torna-se necessário qualificar a eficácia relativa da legislação, considerá-la um dos instrumentos de ação política, compreender que sua objetivação depende da correlação de forças e de acordos estabelecidos entre as partes. Faz-se mister evitar o reducionismo intelectual de pensar a legislação como causa determinante ou onipotente de mudanças; ou a superestimação do aspecto jurídico de determinadas relações e práticas sociais.

Na análise da intervenção do Estado na economia açucareira é necessário ao pesquisador trazer à tona relações e problemas que ultrapassem este domínio, desvendar onde, fatores e atores, por um olhar rápido, pareceriam não estar. Dentre os diversos motivos que orientavam a prática política dos agentes interessados na presença de instâncias reguladoras do Estado nas relações econômicas, encontravam-se os que orientavam as condutas necessárias à administração das tensões decorrentes dos processos de objetivação da interdependência entre agricultura e indústria.

Considerando as formas de participação no encaminhamento de pressões e reivindicações por uma atuação mais efetiva do Estado, posso denotar as condições específicas em que parte desses produtores vivenciou e colaborou para a constituição de mecanismos emanados de um poder centralizado.¹ Ou em que tal segmento construiu e reconstruiu visões de mundo e demarcações temporais. E demarcações que devem ser qualificadas não a partir de decretos, mas de deslocamentos de ações e posições sociais; de constituição de um conjunto de princípios e móveis de organização social e de encaminhamento de conflitos surgidos em

¹ Esse processo contou com a adesão de outros agentes sociais, entre eles os produtores de café – primeiramente os do Estado de São Paulo e posteriormente também os dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo – e os pecuaristas do Rio Grande do Sul. (CAMPELLO DE SOUZA, 1983 ; VIEIRA, 1975, p. 33). Esse processo contou com a adesão de outros agentes sociais, entre eles os produtores de café – primeiramente os do Estado de São Paulo e posteriormente também os dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo – e os pecuaristas do Rio Grande do Sul. (CAMPELLO DE SOUZA, 1983 ; VIEIRA, 1975, p. 33).

torno de interesses divergentes. Enfim, por esta perspectiva de análise, posso compreender as relações sociais que precederam e permitiram a intervenção do Estado nesta atividade produtiva.

Por essas mesmas razões devem ser relativizadas as explicações da intervenção do Estado na economia açucareira como decorrente dos problemas causados pela situação de crise de 1929 (DÉ CARLI, 1944 ; JUNGSMANN, 1971 ; NAVEGA, 1976 ; PINA, 1972 ; SZMRECSÁNYI, 1979 ; TRUDA, 1971). Esta situação mais dramática permitiu o aumento das pressões e reivindicações encaminhadas e conferiu maior legitimidade às ações, em especial as dos produtores de açúcar e do próprio Estado. Tanto é assim que a intervenção do Estado, no tocante às atividades agrícolas, não se limitou à produção do açúcar e do café. Abrangeu a produção de mate, pinho, sal e a pecuária.

Esta análise suporta ainda outras delimitações. Privilegia o estudo das condições sociais em que, sob tais circunstâncias, ocorreu o processo de construção social dos fornecedores de cana da região açucareira de Campos, Estado do Rio de Janeiro, porque agente escolhido para considerações mais substantivas. Orientando-se pela compreensão do contexto subjacente, caracterizado pela objetivação do processo de interdependência entre as atividades agrícolas e industriais, enfatizarei o papel constituinte desses agentes e os considerarei a partir da diferenciação interna.

Ela privilegia ainda as ações políticas levadas a efeito para objetivar e relativizar a intervenção da produção industrial no processo produtivo das unidades agrícolas, fundadas na utilização de instrumentos mecanizados e outras técnicas de cultivo baseadas na absorção de insumos químicos. Elege as relações econômicas e políticas e os princípios de estruturação de visão de mundo como referências obrigatórias à compreensão desses processos coexistentes.

As mudanças sociais não se limitaram a alterações nas condições econômicas da produção de cana e aos efeitos da incorporação de novas condições técnicas de trabalho. Elas expressavam os resultados do atendimento relativo de expectativas e reivindicações criadas por certos segmentos dos produtores de cana que controlavam maior volume de fatores de produção. Expressiam, também, os resultados de formas específicas de organização destes produtores, que tinham como um de seus objetivos melhor controlar os recursos existentes e propor uma reordenação social

em que suas reivindicações e estratégias obtivessem legitimidade. Externalizavam, por fim, diferenciações sociais, deslocamentos de papéis, mudanças de visão de mundo, de comportamento e de sentido das racionalidades sociais, criação de novos parâmetros formais e informais para orientação das relações sociais entre os diversos agentes e para afiliações institucionais.

Por conseguinte, o estudo da interrelação entre a agricultura e a indústria supõe a análise de diversos, coexistentes e sucessivos processos sociais concretos ou das relações sociais construídas pelos múltiplos agentes participantes – direta ou indiretamente – do sistema de produção. Implica ainda a compreensão das interseções entre as atividades agrícolas não restritas à produção *stricto sensu* – e outros domínios da vida social e do sistema envolvente (totalizações específicas).

A região açucareira de Campos constitui uma das mais antigas áreas voltadas para a cultura da cana e a fabricação do açúcar (NEVES, 1979). Sua delimitação estará sendo apresentada no decorrer deste trabalho, conforme os movimentos ocorridos na produção do açúcar, que requeriam a incorporação de áreas antes periféricas à cultura da cana ou voltadas para outras atividades produtivas. Ocupa grande parte do município de Campos, principalmente a de planície, e áreas periféricas dos municípios de Macaé, São Fidélis, São João da Barra e Conceição de Macabu, abrangendo 200.000ha aproximadamente. Até o final da década de 80, compunha-se de 14 usinas e duas destilarias autônomas, 14.735 fornecedores de cana (COOPERPLAN) e 40.000 trabalhadores rurais, aproximadamente (FIBGE, 1980: 33.413, sendo 6.183 mulheres e 27.230 homens).²

A interdependência entre a cultura da cana e a atividade industrial é inerente à transformação dessa matéria-prima em açúcar, melaço, rapadura, álcool etc. mas foi ampliada e intensificada a partir da década de 50, em virtude da utilização de caminhões e tratores (e seus complementos: arados, carretas, plantadeiras) no processo de trabalho.

Este processo, em relação à cultura da cana, ocorreu em momentos relativamente anterior ao da maior parte dos demais ramos da

² Como decorrência do processo de centralização industrial aqui analisado, algumas usinas e destilarias foram extintas durante a segunda metade da década de 80 e na primeira de 90, período posterior ao da pesquisa realizada para efeitos deste trabalho. Um dos casos de extinção de unidade industrial foi por mim apresentado em outro texto: Neves, 1993.

agricultura. Tal antecedência aconteceu devido aos interesses mais imediatos de então titulares do Estado nessa produção – em grande parte dirigida para exportação e uma das principais atividades econômicas do Estado do Rio de Janeiro – e em decorrência da própria forma de organização política dos usineiros e dos grandes produtores de cana.

Novas mudanças técnicas provenientes do desdobramento do processo de interdependência entre agricultura e indústria foram acirradas por ocasião da implantação de políticas agrícolas que visavam o aumento da produção industrial do açúcar – através do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira/IAA (1971/1973) e do Alcool – a partir da criação do PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool (1975). O uso mais intenso de instrumentos mecanizados, ampliados pela incorporação de embarcadeiras, e a aplicação de insumos químicos possibilitaram o aumento da produtividade e a diminuição do tempo de trabalho.

Os produtores de cana dessa região se encontram diferenciados em termos da posição nas relações de produção. Para expressarem tal diferenciação, elaboram vários sistemas classificatórios. Os critérios de caracterização dos diversos termos classificatórios variam conforme os contextos históricos, na medida em que as condições sociais de produção são transformadas e passam a se referir a situações diversas de integração ou a enfeixar novos conjuntos de relações.

Até o momento desta pesquisa (1985), dois sistemas classificatórios eram mais utilizados. Um deles abarcava as relações de comercialização da cana e de filiação às instituições voltadas para o controle e a assistência a essa produção. Diferenciava-os quanto ao volume da produção:

- grande fornecedor, com produção acima de 3.001 toneladas de cana.
- médio fornecedor, com produção entre 3.000 e 500 toneladas.
- pequeno fornecedor, com produção abaixo de 500 toneladas (classificação adotada pela COOPERCREDI, pela COOPERPLAN e pelo IAA).

A região, singularmente em relação às demais voltadas para igual cultura, apresenta, de modo mais polarizado, uma situação diferen-

ciada entre os fornecedores de cana. Do número total deles, 87,3% são classificados como pequenos; 10,8% como médios; e 1,9% como grandes. Os primeiros respondem por 24,3% da produção de cana por eles oferecida; os segundos por 32,8%; e os terceiros por 43,4% (Relação de Fornecedores de Cana, COOPERPLAN, 1985). Tomando-se em consideração a produção total nessa região, as usinas são responsáveis por 40%; os grandes fornecedores por 27%; os médios por 19%; e os pequenos por 15%.

Tal classificação é importante para a compreensão das relações que subjazem à constituição dos fornecedores de cana. Contudo, deve ser relativizada e aceita sob cautela, porque só adquire significado em certos contextos: das relações de comercialização da cana com as usinas e da filiação com as instituições estatais, de representação política e de assistência à produção. Constitui ultimamente uma classificação de domínio consensual, embora profundamente arbitrária. Orientando-se apenas pela correlação entre volume de produção e critérios de distribuição de recursos institucionais, encobre ou desrespeita as diferenças nas relações em jogo. Seu abandono, contudo, torna-se por vezes problemático, porque inviabiliza o diálogo com os dados quantitativos produzidos de modo agregado a respeito desses produtores.

O outro critério classificatório diferencia os produtores especializados na cultura da cana quanto às condições de produção e os segmenta em:

Plantadores de cana – proprietários de área de terra com extensão geralmente acima de 100ha, aproximadamente, que administram uma produção fundada no trabalho assalariado.

Médios lavradores de cana – proprietários de áreas de terra com extensão entre 20 a 100ha, aproximadamente, vinculados diretamente ao trabalho agrícola com a ajuda de um ou dois filhos, comumente tratoristas, para complementarem a utilização da força de trabalho assalariada.

Pequenos lavradores de cana – proprietários de unidades de produção que contam com áreas de terra entre 5 a 20ha, aproximadamente, e com a ajuda dos filhos nas tarefas secundárias ou complementares ao trabalho assalariado. A despeito de controlarem área de terra relativamente pequena, o rendimento advindo da cultura da cana se constitui num dos principais recursos de reprodução física e social.

Pequenos produtores de cana – proprietários de áreas de terra abaixo de 5ha, que se utilizam da força de trabalho familiar e assalariada para a produção de cana, mas cujo rendimento advindo dessa produção complementa o salário obtido com a venda da força de trabalho.³

Embora os critérios acima apontados não esgotem as nuances e não levem em consideração o aspecto relacional dessas classificações – questões a serem posteriormente consideradas, para efeitos de facilitar o leitor na familiarização com esses personagens, acredito que, no momento, eles atendam aos objetivos pretendidos.

Ultrapassadas as sutilezas e as diversidades de situações limítrofes e ambíguas, mas tentando pensar por esquemas que propiciem uma visão mais genérica, que auxilie o leitor na introdução deste texto, a correspondência entre os dois sistemas pode ser assim aproximada:

Grande Fornecedor	Médio Fornecedor	Pequeno Fornecedor
Plantador	Plantador	Médio lavrador
	Médio lavrador	Pequeno lavrador
		Pequeno Produtor

Nos últimos 20 anos, não importa sob que posição social, muitos dos produtores de cana têm migrado para a cidade e mantido a administração da unidade produtiva, visitando-a uma, duas a três vezes por semana. Como em relação a essa atividade eles tendem a se restringir à administração, o sistema classificatório que enfatiza as relações de comercialização vem sendo mais utilizado para caracterizá-los, resguardando o outro para aqueles que se mantêm continuamente presentes na unidade de produção. Essa sutileza de classificação é reforçada para a nomeação dos produtores antes vistos como médios ou pequenos lavradores e pequenos produtores de cana, pois a categoria plantador já supõe a relação mediada com a produção ou a função de administrador.

3 Para uma análise mais aprofundada desse sistema classificatório, ver NEVES, 1981, cap. 2, p. 23-38.

O trabalho de campo

Iniciei um trabalho sistemático de pesquisa junto a esses produtores de cana a partir de 1976. Nessa ocasião, estudei as relações políticas subjacentes a uma festa católica que congregava principalmente os produtores de cana residentes na sub-região de Campos, por eles cognominada Baixada Campista (NEVES, 1980).

A partir de então, passei a ter contatos mais freqüentes, visando a realização de pesquisa com os segmentos de produtores que se autoclassificam como pequenos e médios lavradores e pequenos produtores de cana. Os dados da pesquisa foram elaborados em *Crescentes e Mingüantes – estudo das formas de subordinação dos lavradores de cana ao capital* (NEVES, 1979), uma das partes publicada em *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana – estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital* (NEVES, 1981).

Analisando as relações entre esses segmentos de produtores e as formas de interdependência entre as atividades agrícolas e as industriais, destaquei as articulações que eles estabelecem com os plantadores de cana, com os usineiros e com as instituições que concretizavam a intervenção do Estado nessa economia.

O estudo sobre os plantadores de cana se tornava necessário porque, por um lado as informações sobre eles estavam secundarizadas e por outro, em boa parte, a constituição social dos demais produtores estava associada às formas como eles se adaptaram e se rearticularam às mudanças sociais provocadas ou absorvidas mais imediatamente por grandes produtores de cana.

A incorporação do estudo dos plantadores de cana como parte do sistema social de relações supunha uma grande “empreitada” de pesquisa. Os momentos em que os diversos produtores de cana transformaram as relações de produção e trabalho pela integração das atividades agrícolas às industriais são diferenciados. Os plantadores de cana iniciaram o processo de mecanização das atividades agrícolas por volta da década de 50, em virtude de estímulos específicos oferecidos pelo Estado, no sentido de aumentar a produção de cana e a produtividade agrícola. Boa parte dos médios lavradores e os demais produtores, que operam com menor volume de meios de produção, só colocaram em prática o referido processo a partir do final da década de 60, respondendo

a outras circunstâncias, estímulos e pressões.

Pressupunha, assim, a compreensão de princípios diversos de integração ao sistema social e a adoção de uma perspectiva histórica de coleta de dados. Além disso, implicava a compreensão das condições de participação dos trabalhadores rurais no processo, porque sobre estes recaiu uma série de mudanças nas relações de trabalho decorrentes da mecanização das atividades agrícolas. Supunha, ainda, o entendimento das condições em que o Estado se associou ao processo de criação de pressupostos à capitalização e à acumulação pelos plantadores de cana.

Em 1980, retomei o trabalho de pesquisa junto a agricultores que haviam se integrado à produção a partir de estímulos criados pelo Programa de Racionalização da Agroindústria Canaveira (1971/73) e do Programa Nacional do Alcool (1975), instrumentos de ação estatal que induziram ao aumento da capacidade industrial das usinas e da demanda da cana.

Os produtores escolhidos para essa pesquisa residem na Região do Açu, município de São João da Barra. Anteriormente, produziam melão, melancia, abacaxi, enquanto principais produtos mercantis. A partir das novas circunstâncias, incluíram o cultivo da cana. A escolha desses produtores como objeto de pesquisa decorreu da possibilidade de compreender a especificidade dessa alternativa de integração à cultura da cana, e de criar parâmetros comparativos em relação aos estudos sobre agricultores anteriormente por mim desenvolvidos.

Ainda no mesmo quadro, os lavradores e pequenos produtores de cana haviam intensificado a especialização nesse cultivo, secundarizando sobremaneira as demais culturas, tanto as que tinham finalidades mercantis, como as de autoconsumo e criação de gado. De mais a mais, havia uma sistemática relação de troca entre tais agricultores, abrangendo o comércio com gado para ambos; a venda de abacaxi, melancia, melão, maxixe, batata-doce, caju, queijo etc. dos produtores recentemente incorporados à cultura da cana para os antigos e especializados produtores; e a venda de esterco de gado destes para os anteriormente citados (NEVES, 1981). Desse modo, as opções diversas por eles assumidas frente à cultura da cana estavam em parte asseguradas por tais relações. Os produtores especializados se tornaram mais dependentes de relações mercantis para a compra de produtos de subsistência. A expansão da demanda de produtos de subsistência estimulava o aumento

da produção das citadas culturas e da necessidade de adubo para sua realização. O aumento da demanda desse adubo era atendido pela oferta de esterco pelos produtores especializados na cultura da cana, que mantiveram secundária ou complementarmente a criação de gado em espaços confinados. Era ainda assegurado pela doação ou venda do lodo das usinas que tiveram sua capacidade de produção ampliada (NEVES, 1979, 1981, 1982a, 1982b, 1984c).

Os agricultores da Região do Açúcar incorporaram o sistema classificatório que define a posição de produtor de cana frente à comercialização: grande, médio e pequeno fornecedor de cana. Não se identificam, entretanto, como lavradores e plantadores, porque mantêm cultivos mercantis diversificados e contam com outras experiências históricas e identidades sociais. Valem-se do termo agricultor para definirem sua posição social e não enfatizam a diferenciação interna com a construção de subtermos que operem como expressão de identidades sociais, tal qual se dá com os produtores de cana especializados. Percebem-se diferenciados, utilizando-se de termos qualificativos como pequeno, médio e grande agricultor ou pequeno, médio e grande proprietário de terra, mas a eles raramente se referem.

Essa referência menor às qualificações das posições dos produtores se deve em parte ao fato de a diferenciação social entre eles não ser muito polarizada. Anteriormente ao processo de inserção na produção de cana, muitos dos agricultores mantinham áreas sem cultivo em macega, porque as alternativas de comercialização do abacaxi, melão, melancia etc. eram restritas. As mesmas circunstâncias que facilitaram a inserção no cultivo da cana também estimularam a expansão dos outros cultivos, alternativas essas que não foram excludentes para quaisquer dos produtores que dispusessem de áreas propícias a tal cultivo. As usinas têm facilitado a formação de lavouras de cana para os produtores que dispõem de poucos recursos financeiros para investirem nesse cultivo. E os têm ainda liberado da aplicação de recursos financeiros em compra de maquinaria. Por isso mesmo eles enfatizam a diferença entre os que são agricultores e também fornecedores de cana e os que são apenas agricultores.

Após a citada pesquisa, voltei-me para o estudo dos trabalhadores rurais da região, enquanto parte integrante das relações sociais de produção e coadjuvantes das mudanças aí ocorridas. Na oportunidade, optei pelo estudo das relações de trabalho, da constituição e

das formas de encaminhamento da resolução de conflitos entre os trabalhadores rurais de uma das usinas do município de Campos. Dentre as usinas, selecionei aquela que estava situada na mesma área onde residiam os produtores agrícolas que foram entrevistados durante as pesquisas anteriormente realizadas. Além de poder compreender melhor as relações sociais aí vigentes, a partir de outros atores, também conseguiria ultrapassar o entendimento das relações internas à usina e perceber a visão que esses trabalhadores apresentavam sobre os produtores já estudados (NEVES, 1983a, 1983b, 1984b, 1984c).

Sob essa mesma perspectiva, voltei à pesquisa de campo para ampliar a compreensão sobre as condições sociais de trabalho na agroindústria açucareira, enfatizando a obtenção de informações a partir do ponto de vista dos próprios trabalhadores. Estudei a diversidade de posições daqueles que continuaram residindo na área rural. A seguir, entrevistei trabalhadores rurais residentes na periferia da cidade de Campos, filiados das mais diversas formas (permanentes ou temporários). Pude então estabelecer comparações e compreender a especificidade das diversas situações e posições sociais em que se encontram os trabalhadores.

Dando prosseguimento à preocupação de compreender as condições de inserção e participação dos trabalhadores rurais em diversos momentos e condições sociais de produção da agroindústria canavieira (quando em entrevista solicitava aos trabalhadores mais idosos que falassem das experiências passadas), passei um longo período de tempo analisando a vasta documentação arquivada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fundado em 1938.

Da leitura desses documentos pude obter outras versões para a construção de regras que orientavam as relações de colonato, de moradia e de assalariamento, em contextos anteriores ao predomínio dessa última modalidade de remuneração da força de trabalho. Da mesma forma, pude ter acesso a informações construídas sob a ótica dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais quanto ao processo de extinção do colonato e da moradia, e de luta pelo cumprimento da legislação que regulava as relações de trabalho (principalmente o Decreto-lei 6969/1944 e o Estatuto do Trabalhador Rural/1963). Consegui ter acesso a informações sobre as lutas encaminhadas pelos trabalhadores rurais no sentido de minimizar e alterar a imposição de mecanismos que visavam a ampliar o tempo de trabalho excedente e a diminuir o valor da força de trabalho,

enquanto contraface do processo de acumulação posto em prática pelos plantadores de cana ou fazendeiros. Pude assim incorporar ao estudo do sistema de relações sociais as formas de participação dos trabalhadores rurais e de sua instituição de representação, em diversos contextos históricos (NEVES, 1986b).

Com o acesso a essas informações, complementava o trabalho de pesquisa sobre os sindicatos dos trabalhadores filiados à agroindústria canavieira, já que havia estudado as práticas sociais do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar de Campos STIAC, na primeira etapa de coleta de informações sobre as condições de existência social desse segmento social (NEVES, 1983a, 1983b).

Como os produtores de cana, de um modo geral, têm uma prática social em boa parte referenciada às instituições de representação política ou de prestação de serviços e se orientavam por medidas que visavam a concretização dos mecanismos de intervenção do Estado nessa economia, também me dediquei ao estudo de tais unidades sociais. A coleta de dados tentava abarcar as relações entre as próprias instituições, e entre elas e os produtores de cana. Procurava compreender o processo de criação dessas instâncias de formalização de interesses e os significados da diversidade de princípios de filiação dos produtores de cana em termos de diferenciação social. Além disso, agreguei o estudo do processo de produção e difusão das tecnologias qualificadas como propiciadoras da inserção desses agricultores às condições vigentes de produção de cana e de subordinação da agricultura aos interesses das atividades industriais.

Através do acesso aos documentos das instituições de representação política (Sindicato Agrícola de Campos e ASFLUCAN – Associação Fluminense dos Plantadores de Cana) e de prestação de serviços (Banco dos Lavradores de Cana do Estado do Rio de Janeiro, COOPERCREDI – Cooperativa de Crédito dos Lavradores de Cana do Estado do Rio de Janeiro, COOPERPLAN – Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana), criadas principalmente pela iniciativa dos plantadores de cana, pude obter uma compreensão diacrônica dos diversos processos de mudança social em que tais produtores foram atores fundamentais. Pude levantar os temas e questões por eles valorizados para registro escrito em diferenciados contextos.

O controle desses dados se apresentava como importante al-

ternativa de compreensão e relativização de temas e formas de percepção que os plantadores de cana construíram a respeito do processo de mudanças, no momento em que as vivenciaram. Nesse contexto, eram pródigos no cuidado com a documentação dos fatos e dos eventos em que estavam inseridos, dos conflitos que estavam enfrentando. Essa prodigalidade no registro dos eventos se expressava em atas de assembleia, em relatório de atividades das instituições, na redação de memoriais para encaminhamento às autoridades governamentais e nas informações que desejavam que se tornassem do domínio público, divulgadas pela imprensa local.

Além do acesso a essa gama de informações, através de pesquisa junto às instituições pude obter dados passíveis de quantificação, segundo os interesses do objeto da pesquisa e as categorias e relações valorizadas pelos informantes, porque se encontravam em boa parte desagregados ou passíveis de desagregação.

Através dessas informações pude ultrapassar, em determinados níveis, o conhecimento mais localizado dos produtores especializados na cultura da cana situados na Baixada Campista e dos agricultores da Região do Açúcar. Ainda que sob limitações, outras especificidades e práticas convergentes desses produtores eram reveladas pela incorporação de informações sobre agricultores residentes em outras sub-regiões (NEVES, 1984b, 1986b, 1986c).

Durante o período de pesquisa sobre as práticas institucionais e formas diversas de filiação dos fornecedores de cana, tive a oportunidade de entrevistar um grande número deles, no momento em que as procuravam, ou ter acesso a tantos outros, a partir da indicação ou mediação de técnicos e funcionários das agências de prestação de serviços.

Paralelamente, procurei compreender as estratégias políticas e econômicas postas em prática pelos usineiros dessa região para manterem a hegemonia num sistema de relações sociais que agrega os diversos agentes integrados à agro-indústria açucareira. Para esse estudo, vali-me de entrevistas com os usineiros, de informações por eles concedidas à imprensa local e nacional e de representações sociais e informações documentadas nos Anais dos Encontros Anuais dos Produtores de Açúcar, ocorridos entre 1973 e 1981 (NEVES, 1985b).

Tentando atualizar e complementar a coleta de dados obtidos durante tão longo período de pesquisa, estive diversas vezes em

trabalho de campo, no ano de 1985, entrevistando os produtores agrícolas, os trabalhadores rurais e alguns membros das instituições estudadas. Retomei o contato com muitos dos produtores entrevistados e me orientei para a escolha de novos informantes, a partir de critério que havia sido posto em realce durante as fases de coleta de dados anteriormente realizadas. Como nos últimos anos, um número significativo de produtores de cana diversamente posicionados transferiu residência da área “rural” para a “urbana” e como, nos momentos anteriores de trabalho de campo, havia acentuado a procura de informantes em áreas rurais, considerei importante acompanhar as condições em que essa opção se objetivava. Ademais, ela em parte se tornara possível através da adoção de condições técnicas propiciadas pela mecanização das atividades agrícolas. Por tal adoção, eles asseguraram a diminuição do tempo de trabalho e a transferência da realização das tarefas do processo produtivo para equipes especializadas na prestação de serviços, autônomas ou vinculadas às usinas.

Refiz o contato com membros da diretoria das instituições de representação política e de prestação de serviços que desempenharam esse papel em momentos diferenciados, tendo em vista a discussão e a avaliação da importância e dos significados atribuídos a algumas informações que havia obtido através de levantamentos de fontes secundárias.

Dentre esses levantamentos, têm destaque:

- a) a distribuição sequencial da produção de cana por fornecedores, registrada em mapas de fornecimento de cana às usinas, arquivados pelo Departamento de Assistência à Produção do Instituto do Açúcar e do Alcool;
- b) a reprodução do levantamento da correlação propriedades-proprietários da região açucareira de Campos, realizado no início da década de 80 pelo PROJIR – Projeto de Irrigação e Drenagem da Cana-de-Açúcar na Região Norte Fluminense – IAA (NEVES, 1984d).
- c) o levantamento da distribuição do crédito rural repassado aos fornecedores de cana pela COOPERCREDI, relacionando o valor dos empréstimos às áreas de terra controladas pelos credores;
- d) a distribuição dos ágios obtidos pelo pagamento da cana por grau de sacarose entre os fornecedores, tomados em sua seg-

mentação: grandes, médios e pequenos.

- e) a sistematização de informações fornecidas pela imprensa escrita do município de Campos, nos contextos em que os produtores de cana estavam enfrentando relações sociais sob tensões mais fortes; ou nas situações em que era preciso valer-me de dados comparativos para entender os conflitos registrados em atas de assembléias das instituições de representação política.

Embora contasse com a colaboração de auxiliares de pesquisa para a realização desses levantamentos, participei diretamente das várias situações de coleta de informações, de modo a assegurar uma melhor compreensão das condições em que eram construídas, valorizadas, secundarizadas ou subtraídas, isto é, do próprio contexto da produção de tais registros.

Como tais pesquisas abarcam uma região mais ampla e foram realizadas em tempos descontínuos, pude evitar ou minimizar os problemas geralmente colocados quando se entrevista informantes situados em posições sociais diversas e, por vezes, conflitantes.

Na medida em que analiso no presente texto as relações entre vários agentes sociais, respeitando a construção objetiva dos pontos de vista e condições sociais de existência de cada um, considero-me numa posição “teoricamente neutralizável”. Essa forma de construção do texto assim se impõe pela perspectiva antropológica de análise e pelo próprio objeto de pesquisa. A compreensão das práticas desses agentes a partir da integração a um sistema social não é possível de ser construída, se for considerado apenas o que eles dizem e o que eles fazem, mesmo que diferentemente posicionados.

Por conseguinte, todos os agentes sociais devem ser entendidos a partir da posição em que se colocam e principalmente o pesquisador. Valorizando a interrelação, a diversidade e a divergência de pontos de vista e de posição social, compreendo, ainda, as interseções e totalizações construídas a partir desse jogo de forças sociais e das dinâmicas plurais coexistentes (NEVES, 1984a, 1985a).

Com este texto, começo então a construir interpretações mais abrangentes e sintéticas, fundadas num longo trabalho de pesquisa. Incorporo os trabalhos que já havia realizado e um conjunto outro de pesquisas, de cujos dados valorizei aqueles que me permitem compreender o sistema social em que os produtores de cana estão diferenciadamente e diferenciadoramente inseridos. De tais dados,

enfatizei as condições sociais nas quais foi por eles colocada em prática a integração das atividades agrícolas ao padrão tecnológico ditado pela produção industrial.

Enquanto versão sistematizada de um conjunto de pesquisas, pressupõe interpretações sobre outras interpretações preliminares; articulações a partir de articulações já elaboradas; um saber produzido pela compreensão acumulativa e interativa das pesquisas, que nem sempre pode estar referendado imediatamente por esse ou aquele dado empírico. Por isso mesmo, muitas vezes não podem ser aqui explicitados em seus detalhamentos, sob pena de tornar a redação por demais confusa e interminável. Estarei, contudo, frequentemente indicando as condições de elaboração dos dados nas situações que considerar fundamentais à compreensão deste texto.

A natureza e a diversidade dos dados

Os dados coletados para este trabalho variam em termos de amplitude, conforme os objetivos a serem atingidos pelas interpretações. Alguns abarcam ou fazem referência a toda a região açucareira de Campos e dizem respeito aos levantamentos quantitativos produzidos pelas instituições estatais ou de representação dos fornecedores, que participam da regulamentação e da oferta de estímulos à expansão da produção de cana ou de açúcar. Outros, mais voltados para a compreensão das representações e práticas sociais, obtidos através de entrevistas, histórias de vida e observação direta, têm uma abrangência menor. Pretendem, no entanto, ser representativos dos significados sociais das experiências dos produtores de cana e dos processos de mudanças sociais que ocorreram em boa parte da região açucareira de Campos.⁴ Como em relação às questões valorizadas por este trabalho não haviam diferenças significativas, alguns dos dados obtidos podem ser e foram generalizados para os produtores de cana de boa parte da

⁴ Essa pretensão se funda no fato de o pesquisador, como já foi destacado, após a realização de estudos de caso, haver entrevistado produtores e trabalhadores rurais situados em outras subáreas, para considerar as possíveis variações e especificidades em referência ao comportamento daqueles mais sistematicamente contactados.

região.⁵

A partir da compreensão dos processos mais gerais que ocorreram nessa Região, as duas subáreas foram selecionadas para estudo do caso. Uma integrada à cultura da cana desde os primórdios da exploração dessa atividade produtiva na região, palco preliminar das mudanças sociais: a Baixada Campista (no município de Campos). Outra mais recentemente incorporada a essa cultura, periférica à área acima mencionada, a Região do Açú (no município de São João da Barra).

A natureza e a qualidade dos dados obtidos variam ainda conforme as fontes. Um amplo conjunto de informações foi obtido através de fontes secundárias: a) relatórios de atividades e atas de assembleias ordinárias e extraordinárias, memoriais, correspondências, estatutos das instituições representativas dos diversos agentes em jogo (usineiros, fornecedores e trabalhadores rurais); b) planos, programas, levantamento estatístico, tabelas de preço e de custo de produção construídas pelas instituições estatais, especialmente o Instituto do Açúcar e do Alcool; c) informações veiculadas por jornais locais em determinados contextos valorizados por este trabalho; d) registros cartoriais de transferência de imóveis rurais. De modo geral, eles foram coletados visando à reconstituição de processos e quadros de referência mais amplos, importantes para a compreensão dos significados atribuídos, pelos produtores e demais agentes, aos seus comportamentos e às mudanças sociais.

Em relação às informações obtidas em jornais, provisoriamente, basta esclarecer que obedecem a uma utilização cuidadosamente comparada. A comparação foi possível pela busca de informações em outros jornais locais, em todas as situações nas quais os inte-

⁵ O primeiro critério para seleção dos entrevistados foi o da participação diferenciada em subsistemas de relações específicas às duas subáreas selecionadas para estudo mais intensivo ou de caso. O segundo privilegiou uma relativa aleatoriedade, em termos de localização da unidade produtiva ou da unidade agrícola (propriedade), embora no decorrer da pesquisa eu tentasse entrar em contato com produtores situados nas mais diversas posições sociais. Nessa última situação, eles foram procurados (diretamente ou mediados) em suas residências, em bairros da cidade de Campos, ou quando se dirigiam às instituições de assistência técnica e creditícia, aí também localizadas. Alguns foram indicados por agrônomos e veterinários, quando estes os consideravam *modelos* ou *modernos e tradicionais*, isto é, mais ou menos integrados ao uso dos recursos oferecidos. Sob esse critério, a unidade de produção foi, em muitos casos, por mim visitada, independentemente da localização.

resses dos atores se mostravam mais conflitivos ou em que esse tipo de imprensa divulgava objetivos e propostas de programas, principalmente estatais, voltados para essa atividade econômica. Ademais, os dados posteriormente valorizados para efeitos de compreensão dos processos sociais que aí ocorreram foram submetidos à discussão com fornecedores de cana que, no momento correspondente, faziam parte da diretoria das instituições de representação desta categoria, e com outros excluídos dessas posições. Tal procedimento visava a avaliação da abrangência dos efeitos considerados e da importância que os produtores, colocados em posições diversas, atribuíam a determinados acontecimentos. As informações foram assim relativizadas por testemunhas sociais.

A leitura desses jornais ofereceu oportunidade ímpar de acesso a dados, produzidos pelos diversos agentes presentes nessa produção, através de porta-vozes ou representantes institucionais. Os membros das diretorias das cooperativas de usineiros e de produtores de cana, do sindicato dos usineiros e da associação dos fornecedores se valiam e se valem desses órgãos de imprensa para veicularem idéias, programas, pretensões, informações sobre eventos, realizações, reivindicações (e busca de apoio e legitimidade) ou para divulgarem relatórios de atividades e prestação de conta aos associados. As informações que circulavam enquanto matéria paga apresentavam responsabilidade assumida.⁶ Os jornais são de certa forma apêndices dessas instituições em termos de registro, preservação e divulgação de documentos. Aí é possível fartamente serem encontrados estatutos, relatórios, atas de assembleias, memoriais, análise de custos de produção de cana ou de açúcar, discursos proferidos em atos públicos, convocações ou pronúncias de usineiros e fornecedores que, possuindo mandato político, colocavam-se como porta-vozes de suas categorias na Câmara dos Deputados ou no Senado.

Nas assembleias das instituições de representação política dos fornecedores de cana em que ocorria a discussão de questões que envolviam maior tensão, vários jornalistas estavam presentes. Recebidos com efusivos elogios dos associados, em função do apoio e da fidelidade aos seus interesses e perspectivas de encaminhamento

⁶ Em virtude da relação que os órgãos de imprensa mantêm com as instituições de representação e assistência a usineiros e fornecedores, uma boa parte do material coletado libera o pesquisador das preocupações quanto à interferência de interpretações de terceiros. Enquanto matéria paga, os dados não se submetem a influências diversas da linha editorial dos jornais.

de resoluções de conflito, suas presenças eram registradas em atas.

Se se comparam as notícias das atas das assembléias com as divulgadas no dia seguinte pelos jornais identificados com os interesses dos plantadores de cana, as segundas se apresentam como registros complementares. Enquanto as atas obedeciam a critérios formais de redação, por vezes dificultando a compreensão mais ampla do conteúdo real das discussões, as notícias dos jornais, livres desse tipo de formalidade, eram mais ricas em informações.

O material valorizado na leitura dos jornais, entretanto, tende a se restringir a informações relativamente objetivadas, como dados quantitativos sobre produção, concessão de crédito, decretos, registro de crimes, de acidentes de trabalho, valor atribuído a preço da cana e do açúcar ou ao salário mínimo. Em grande parte, tais informações foram utilizadas para melhor compreensão das atas de assembléias dos órgãos de representação política dos fornecedores de cana.

Mas as interferências da linha editorial dos jornais, longe de se constituírem empecilhos, são ricas em informações a serem trabalhadas a partir da apreensão das intenções manifestas daqueles que as elegeram como tema a ser divulgado ou dado a ser preservado, documentado, registrado. Essas informações ou registro de determinadas situações sociais (GLUCKMAN, 1958) se tornam dados se se levam em conta a leitura orientada do pesquisador para apreender relações, valores, regras, formas de inserção social, interesses e a intencionalidade dos encarregados dos registros. Essa intencionalidade, entretanto, deve ser relativizada pois, como afirma Thompson (1981), grande parte da evidência histórica sobreviveu por motivos distantes de qualquer intenção dos atores de projetar uma imagem de si mesmos à posteridade, como, por exemplo, registros administrativos, de tributação, de legislação, de transmissão de terras etc.

Além disso, a leitura da produção cotidiana dos jornais propicia a análise das mudanças de opiniões e dos conteúdos de informações, da frequência e ênfase atribuídas a determinados acontecimentos e recursos, das alianças e dissensões provisórias vividas entre os responsáveis pela divulgação de informações e os protagonistas desses eventos. Embora a análise do papel da imprensa na constituição social de tais agentes não esteja sendo privilegiada no presente trabalho, ela é incorporada para efeitos de qualificação dos dados obtidos ou em situações críticas em que determinados

deslocamentos de posições sociais estão em jogo.

O privilégio da perspectiva de análise a partir do ponto de vista dos atores e a incorporação relativizada dos materiais obtidos através de fontes secundárias e da bibliografia concernente aos temas propostos – todos esses materiais tratados como dados, em princípio brutos, relativizados e contextualizados, tais quais as entrevistas dos informantes –, constituem “marca registrada” da tradição antropológica dos estudos etnográficos, respeitada, a despeito da amplitude das relações envolvidas neste vasto estudo de caso.

Em relação aos plantadores de cana, aos trabalhadores rurais e aos usineiros, como já explicitei, a maior parte dos dados coletados advém de entrevistas e dos documentos preservados pelas instituições de representação política. Em relação aos agricultores da Região do Açu e aos lavradores e pequenos produtores de cana, a maior parte dos dados foi obtida através de entrevistas, em virtude da própria posição que ocupam no sistema social. Não estando ligados às instituições de representação política e de assistência social enquanto membros da diretoria ou sob participação direta, mas como clientela, o registro de suas condições de existência é sempre feito a partir do ponto de vista dos plantadores de cana. Referências àqueles segmentos de produtores aparecem em atas de assembléia, quando os representantes dos plantadores de cana querem acentuar as dificuldades criadas por preços baixos atribuídos à cana; atrasos de pagamento; limites dos recursos financeiros oferecidos através do crédito agrícola; aumento de tributos; perdas de parte da colheita em situações de enchente ou estiagem prolongada. Por vezes, alguns plantadores de cana se colocam como porta-vozes dos lavradores e pequenos produtores de cana, solicitando mediação dos dirigentes institucionais, no sentido de deterem ou reverterem mecanismos adotados pelas usinas durante a comercialização, que desrespeitam direitos assegurados legalmente ou acordos consensuais. Sob tais circunstâncias, eles também podem aparecer na imprensa escrita, que advoga aqueles mesmos supostos interesses a eles atribuídos.

Os únicos dados de registro escrito que foram por eles resguardados em instituições dizem respeito à transmissão de terra, ao volume de produção de cana ou de recursos financeiros obtidos através de crédito e à área das unidades produtivas. No primeiro caso, os registros foram feitos por iniciativa própria. Nos demais,

embora façam referência direta à participação desses produtores, os registros obedecem a critérios adotados pelas instituições que os mantiveram resguardados e visam ao controle desses produtores.

Essa qualificação do acesso às fontes e da natureza dos dados é relevante para compreender as condições sociais de pesquisa, mas é também reveladora das relações de poder em que os agricultores, os lavradores e os pequenos produtores de cana estão inseridos. Na medida em que estes dois últimos segmentos de produtores, no processo de constituição do fornecedor de cana, passaram a ser representados pelos plantadores, foram, em parte, expropriados do poder de formulação e encaminhamento de seus próprios interesses e formas de resolução de conflitos. Colocam-se, na maior parte das vezes, à mercê dos interesses e dos encaminhamentos dos processos de mudanças relativamente direcionadas pelos plantadores, recriando-os, reordenando-os. Nesses termos, eles, diferentemente dos plantadores e dos trabalhadores rurais, não criaram representação institucional nem instâncias de poder para atendimento de seus interesses mais imediatos.

A perspectiva antropológica de coleta e interpretação dos dados e de concepção dos fatos sociais, quando o objeto de estudo recai sobre grupos com tradição escrita, coloca para o pesquisador problemas relativamente novos. Essa novidade não se deve à parca experiência dos antropólogos nesse campo, mas ao menor enfrentamento de temas que incorporam esse tipo de dado ou, caso contrário, à raridade de explicitação dos problemas e critérios adotados.

Para lidar com os registros do passado, os antropólogos têm se aproximado dos métodos de coleta de informações dos historiadores, sem perderem de vista a especificidade de sua perspectiva de compreensão dos fenômenos sociais (CARMACK, 1972, p. 227-245 ; LEWIS, 1972 ; ROUBIN, 1976). Um dos critérios refere-se à orientação da coleta de dados e busca de registro através da valorização das categorias do grupo estudado, bem como das indicações por ele apontadas em termos de significados atribuídos a certos eventos. Outro, resguarda a compreensão do contexto da produção e do registro das informações. Nesses termos, os antropólogos fazem geralmente o caminho inverso dos historiadores: partem do presente para o passado; orientam-se em termos de busca de informações pelos informantes (LOPES, 1986).

Esse ponto de vista supõe a explicitação, a crítica e a relativização

de pré-julgamentos implícitos de que o pesquisador é portador, em função de sua forma de inserção social e acadêmica. Decorre dessa postura a importância da análise das representações que os informantes têm do seu próprio passado, de sua história e da concepção de tempo que constroem.

A perspectiva histórica para análise das sociedades ou de segmentos sociais tem sido valorizada principalmente pelos antropólogos que se dedicaram ao estudo de processos de mudança social (BAILEY, 1960 ; BARNES, 1954 ; LLOYD, 1966 ; SMITH, 1960 ; SOUTHALL, 1961). Está associada à crítica aos estudos sobre mudança social como fenômeno em si, como exceção, ou que adotam uma perspectiva genética. Tal perspectiva articula-se à compreensão da mudança como expressão da natureza dinâmica da vida social.

Outra característica dos estudos sobre o passado que os antropólogos adotam é a explicitação de que se tratam de reconstruções. A seleção de fatos e relações sociais é orientada pela valorização dos acontecimentos destacados em virtude das questões colocadas para pesquisa. Essa postura requer a relativização e a crítica à concepção linear da história, que pressupõe a apresentação na ordem em que os fatos foram produzidos e construídos. Propõe que os eventos sejam compreendidos pelas relações que comportam e apresentados na ordem em que foram apreendidos e valorizados pelo pesquisador. Analisados mediante uma seleção posterior, podem responder ao por que e como assim ocorreram e não ao que de fato foram.

Ademais, esta postura metodológica reconhece que os documentos descrevem particularidades, enfatizam aspectos que os autores do registro gostariam, naquele momento, de verem cristalizados, e não fatos reais. Unindo fatos dispersos e aspectos fragmentados, ao pesquisador só resta a ordem ditada pela compreensão das relações que deseja enfatizar e a incorporação de outros fatores e situações que possam auxiliar na reconstrução (SOUTHWOLD, 1972, p. 207-238).

A partir dessa perspectiva, assumem os antropólogos que apresentam apenas uma versão e não a história. Enquanto versão, importa explicitar os critérios adotados para elaboração e relativizar a sua própria contribuição ao entendimento das relações sociais. E nessa relativização destacam que, não só o passado, mas também o presente na vida social de um grupo ou de uma sociedade

enquanto objeto de pesquisa, são reconstruções sistematizadas mediante determinados parâmetros teóricos (SOUTHWOLD, 1972, p. 207-238).

Outro problema enfrentado pelas pesquisas vinculadas à tradição antropológica é a utilização de técnica de coleta de dados quantitativos. Essas técnicas devem, conforme o objeto de estudo, ser utilizadas quando os antropólogos estudam segmentos sociais dotados de tradição escrita, construída a partir de instituições formalizadas, ou submetidos a determinadas formas de dominação em que os dados estatísticos são um instrumento de controle; ou podem ser utilizados para se manter o diálogo com os agentes que objetivam essa forma de controle e dominação. Deparando-se com problemas novos no trabalho de campo ou desenvolvendo temas ou questões, até então, pouco adotados, cabe ao pesquisador problematizar os procedimentos criados ou adequados.

Os antropólogos têm valorizado o uso de técnicas de coleta de dados quantitativos nas análises de situações sociais ou casos extensos (CHIBNIK, 1985 ; GLUCKMAN, 1967 ; VAN VELSEN, 1967) e contribuído para a problematização dos procedimentos concebidos para sua utilização. No entanto, poucas são as pesquisas que incorporam dados quantitativos e estatísticos. Quando essa utilização aparece, limita-se a um papel ilustrativo ou supostamente valorizada como recurso de confirmação de interpretações.

Uma das razões pelas quais os antropólogos evitam o uso de dados quantitativos se deve ao fato de serem construídos mediante categorias e interesses estranhos aos informantes ou aos grupos sociais tomados como base para a pesquisa. Explica-se ainda pela dificuldade de fazer equivaler as unidades de análise consideradas pelas estatísticas com aquelas valorizadas pelas pesquisas que se orientam pela coleta de dados qualitativos. Concebidos sob interesses próprios e mediante séries temporais que se pretendem gerais e sem fundamento empírico, como as décadas, por exemplo, as desagregações estão impedidas e a adequação à temporalidade real dos fenômenos está prejudicada.

A coleta de dados quantitativos próprios ao tema da pesquisa exige condições nem sempre possíveis de serem atendidas em função do tempo e dos recursos financeiros que suportem uma composição mais numerosa da equipe de pesquisadores. Além disso, a concepção adotada pela antropologia de estudar fatos sociais nem sempre permite a quantificação, porque pressupõe o estudo das

visões e representações dos próprios atores sociais, geralmente imponderáveis (MITCHELL, 1967).

Entretanto, conforme o objeto de pesquisa, a análise de dados quantitativos pode ser reveladora das formas de controle adotadas sobre o grupo estudado; auxiliar a descrição; apontar para a regularidade dos dados coletados; sumarizar aspectos ou dimensões dos fenômenos sociais; complementar e contextualizar as observações diretas e localizadas (MUSUMECI, 1987). Colabora, também, na construção da etnografia, apontando para a abrangência do material que está sendo apresentado, as regularidades, ao mesmo tempo que revela as discrepâncias, as irrelevâncias construídas, que podem se constituir em importantes aspectos a serem valorizados pelo antropólogo em função do objeto de pesquisa (GLUCKMAN, 1967 ; MITCHELL, 1967).

Problematizando as categorias e os termos utilizados pelas informações quantitativas construídas pelas instituições ou por interesses estranhos à pesquisa, demonstrando os limites explicativos e relativizando a suposta compreensão acurada da quantificação, o antropólogo pode tornar este instrumento de informação um recurso de revelação de uma série de aspectos da vida social e da prática de inserção de determinados segmentos na sociedade.

Esta é a situação especial dos produtores de cana. Sua constituição enquanto fornecedor, isto é, produtor que tem definidos legalmente os direitos e deveres que regulam a comercialização da cana, decorre de um processo de luta e reivindicação pela interferência do Estado, no sentido de controlar interesses conflitivos expressos na esfera da circulação dessa mercadoria. A relação de tais produtores com as instâncias estatais não pode ser descartada, se se pretende conhecer as condições em que estavam e estão inseridos em sistemas sociais, porque o entendimento de sua constituição também o é do processo de intervenção do Estado nessa economia.

Tentando ultrapassar dificuldades inerentes e utilizar uma rica fonte de informação oferecida pelos dados estatísticos e pelos levantamentos quantitativos, elaborados pelas instituições estatais ou de representação de interesses dos produtores de cana, procurei, sempre que possível, construir o material quantitativo das pesquisas que empreendi. Isto não significa a invalidação de dados oficiais, tanto que foram amplamente utilizados, mas a demonstração de seus limites e problemas. Esses aspectos só puderam ser salientados no decorrer da pesquisa, na medida mesmo em que também

relativizava as unidades sociais de análise valorizadas para efeitos deste estudo. Nesses termos, a construção de dados quantitativos deve ser orientada pelas representações e indicações dos informantes e, tanto quanto as unidades de análise que agregam as relações sociais e as representações, devem ser problematizadas porque, da mesma forma, enganosas e construídas enquanto abstrações (criteriosas) do pesquisador.

Para que todo esse questionamento possa alcançar suas pretensões, torna-se fundamental inverter os pontos de vista que comumente vêm sendo adotados no estudo de processos de mudanças sociais na agricultura. Estes processos são então apreendidos através da participação de seus agentes ou pela incorporação dos significados e dos desdobramentos das ações, das expectativas, dos projetos e dos interesses dos que são deles partícipes.

Por esse ponto de vista, posso entender as representações e as práticas dos agentes sociais que vivenciam processos de mudanças sociais pela influência de fatores do sistema envolvente, mas também pela participação deles próprios como beneficiários e/ou condutores do processo (TEPICHT, 1975). Posso relativizar a subalternidade e a exclusão de certos segmentos dos processos ou recursos raros oferecidos e compreender ou descobrir (e não atribuir) o sentido de suas ações sociais. Posso incluir na análise, os efeitos perversos àqueles desejados nas situações em que os agentes incorporam como seus os objetivos dirigidos a outros.

À guisa de introdução à leitura do texto apresentado, torna-se importante destacar que este estudo de processos de mudanças sociais nas atividades agrícolas funda-se na pressuposição de que as ações dos diversos agentes, sobre eles mesmos atuando, criam e recriam diferenciações e reordenações sociais. A diferenciação, por conseguinte, não é estudada por si mesma, mas como elemento e princípio constitutivos da mudança social, isto é, como recurso metodológico capaz de superar as reificações que geralmente acompanham as análises que a tomam como objeto em si (NEVES, 1984a, 1985a).

Tal proposta de análise supõe a reconstrução (e não sua aceitação como um dado) de totalizações provisórias, constituídas pela ação de agentes diferenciados em termos de posições, interesses, reivindicações, histórias de lutas políticas, identidades, representações a respeito da ordem social (real ou desejada), projetos coletivos, dissensões e reciprocidades. Supõe a negação de uma totalidade

única para explicar a experiência social e a especificidade das condições de constituição e existência dos diversos agentes em relação, interligados por princípios de afiliação e valores diversos.

A noção de sistema de relações sociais que possibilita a reconstituição das totalizações não se filia assim à tradição teórica que o concebe como totalidade articulada e em equilíbrio; ou como apreensão de uma estrutura ou ordem que domina as ações dos homens; ou como perspectiva que inviabiliza a análise do processo de mudança. Pelo contrário, incorpora instrumentalmente noções de continuidade e descontinuidade, de deslocamentos de posições e sentido das relações, de regulações, de tensões e conflitos que propiciam a vida coletiva como fatores dela constitutivos. A mudança e a descontinuidade deixam de ser percebidas apenas da perspectiva da exceção, da transição, para serem apreendidas como constitutivas da vida social ou da “normalidade social”, configurando mesmo uma postura metodológica (NEVES, 1984a).

A ênfase na análise relacional entre os agentes sociais em jogo como fundamental para entender a especificidade da participação de cada um deles supera interpretações mais essencialistas. Entretanto, pode minimizar a compreensão mais substantiva de cada um dos agentes, dada a própria forma de apreensão dos dados. Atenta a essa possível limitação, quero destacar que estou considerando os sistemas de relações em que estão presentes o Estado – através de múltiplas formas de mediação -, os usineiros, os trabalhadores e os produtores de cana, a partir do privilegiamento da análise substantiva das posições e ações assumidas por estes últimos.

De mais a mais, essa postura metodológica é mais coerente com a experiência acumulada pelas pesquisas antropológicas, que adotam como técnicas de coleta de dados a observação direta, as histórias de vida, as entrevistas de roteiros mais flexíveis, de modo a acompanhar os meandros percorridos pelo entrevistado e as correlações sociais e mentais que constrói. Funda-se na concepção de que os agentes são portadores de relações, valores, papéis, expectativas, normas impostas e internalizadas e de que esses dados propiciam a reconstrução analítica dos sistemas sociais que lhes envolvem, porque neles se encarnam e por eles são construídos.

1

PLANTADORES DE CANA, COLONOS E LAVRADORES DE CANA

Tendo em vista qualificar os atores sociais, no momento em que se inseriram em processos que se expressaram por mudanças nas formas de organização da produção e do trabalho, analiso, neste capítulo, a diversidade entre as unidades produtivas, considerando as relações específicas às diferenciadas posições dos produtores de cana: plantadores, colonos (parceiros) e lavradores de cana (médios e pequenos). Para caracterizar a especificidade e a diversidade das unidades produtivas, optei por secundarizar as variações internas e as alterações porventura existentes no período de vigência de tais relações, para destacar os traços predominantemente distintivos e as uniformidades mais evidentes. Estas simplificações decorrem da limitação dos dados e das fontes diversas a partir dos quais tentei a reconstituição das relações sociais.¹

A reconstituição desse passado é muitas vezes elaborada pelos entrevistados através da polarização da diferença entre as condições atuais e a reinterpretação das transformações sofridas e das experiências um tanto apagadas pela distância no tempo. Muitos,

¹ As relações sociais inerentes às condições de produção dos *lavradores de cana* foram basicamente apreendidas através de entrevistas e histórias de vida. As referentes às unidades de produção dos *fazendeiros* e *colonos*, além das informações obtidas entre antigos produtores e trabalhadores, foram reconstruídas também através de registros cartoriais de Livros de Transmissão de Imóveis; de processos encaminhados por esses trabalhadores ao Instituto do Açúcar e do Alcool, reclamando direitos de indenização de benfeitorias ou ruptura de regras consensuais e legais pelos proprietários de terra; e de informações apresentadas pela imprensa escrita, quando noticiava crimes ocorridos em virtude de conflitos entre os dois agentes sociais. A complementação de dados se tornou importante em função das dificuldades de acesso a um número razoável de trabalhadores e produtores de cana que tivessem vivido diretamente a experiência do colonato e das reinterpretações que hoje os *plantadores de cana* apresentam para as relações de produção e trabalho então vigentes.

além disso, pensavam essa reconstrução a partir da posição e da experiência social de filho, subordinado à autoridade do pai, chefe da unidade de produção.

Acresce ainda que os plantadores de cana, ao enfrentarem o processo de dissolução do colonato, como será melhor analisado posteriormente, procuravam descaracterizar tal relação de trabalho, de modo a se liberarem da obrigação de pagamento de indenização. Esta última versão está hoje mais presente entre eles, quando se referem a ela. Enfatizando a diferença entre colono e morador, opõem a autonomia do primeiro à subordinação do segundo, situação esta que é tomada para caracterizar a condição de trabalhador, não pertinente ao primeiro. Mas o colono, diante do processo de ruptura da relação, embora reivindicasse sua condição de produtor relativamente independente, definia-se também como um trabalhador de fazenda pelo fato de estar sujeito à concessão de dias de trabalho alugado (pago pela jornada de trabalho), quando o proprietário da terra assim o desejasse. Além dessa caracterização, os plantadores consideram que a relação de colonato entre eles era insignificante, amplamente utilizada apenas pelas usinas.

Os documentos por mim analisados, contudo, apontam para a importância da relação em pauta nesse contexto e para a sua existência, plenamente reconhecida consensual e legalmente, nas unidades produtivas dos fazendeiros e das usinas. Enfatizam a dependência pessoal do colono, expressa, por exemplo, na fixação da residência no interior das fazendas.

Através do levantamento realizado nos Livros de Registro de Transmissão de Imóveis nos Cartórios do 2º e 13º Ofícios, que abrangem os distritos da Baixada Campista e o período de 1880 a 1980, pode-se aquilatar a importância dessa relação de trabalho. Era, até 1930 aproximadamente, quando se inicia o processo de liquidação do colonato, consensualmente institucionalizada e respeitada. Nos registros de transmissão das propriedades, as casas destinadas aos colonos (e moradores) apareciam ao lado dos demais investimentos. O direito à meação pelos colonos era considerado tanto nas situações de partilha por herança, como em venda, doação in solutum ou arrematação.

Levando-se em conta tais registros cartoriais, pode-se ter idéia da presença significativa dessas relações de trabalho pela área de terra que os colonos obtinham para parceria na cultura da cana. Entretanto, é importante destacar a relatividade dos dados, uma

vez que só se referem às fazendas que passaram por processo de transmissão, que reconheceram a manutenção do vínculo como direito assegurado ao colono e que apresentaram dados referentes à área sob parceria.

Embora a maior incidência de áreas de terra cedidas para exploração pelos colonos aponte para unidades entre 5 a 50ha, os dados sugerem que este acesso não era, em boa parte dos casos, uma alternativa que impusesse limitações à reprodução social (Tabela 1).

TABELA 1 – Distribuição das áreas de terra controladas pelos colonos.
Baixada Campista: 1880 – 1940*

Distribuição (ha)	Número de unidades agrícolas
0 a 5	10
5 a 10	38
10 a 15	15
15 a 20	14
20 a 25	5
25 a 50	35
50 a 100	10
100 a 150	13
150 a 200	3
TOTAL	144

* 1880 – 1940 – período pesquisado em que as relações de colonato eram plenamente reconhecidas.

Fonte: Cartório do 2º Ofício da Comarca de Campos (RJ).

Quando os plantadores de cana atribuem o uso do colonato às unidades produtivas das usinas, fazem destaque às estratégias postas em prática pelas unidades industriais para disfarçarem a utilização de canas próprias para além dos limites que lhes eram facultados. Igualam esta relação à do arrendatário, outra modalidade de transferência do cultivo da cana para terceiros. Pensam a relação pela valorização de algumas situações específicas em que o colono era também proprietário de terra e não residia na fazenda.

Colono não era trabalhador de fazenda. Não era efetivo que mora na fazenda. Tinha uma área para plantar cana. O trabalhador de fazenda era o morador. Morador de fazenda. Colono é quando você tinha um homem, que podia plantar cana por conta própria,

podia até morar na fazenda, mas não tinha obrigação de trabalhar na fazenda. As usinas normalmente tinham colonos. A Usina Sapucaia, por exemplo, tinha muitos colonos. Colonos que moravam até na cidade. Houve uma época que era interessante para a usina, porque a cana não aparecia no nome dela. Depois veio a legislação e o colono ficou desinteressante por causa dos direitos que adquiria. O colono era um parceiro, não era um trabalhador.

O morador era um trabalhador que nas horas vagas cuidava da lavoura dele. Podia até ser cana. O colono às vezes tinha até contrato no cartório. A maior parte era de contrato verbal. Plantava cana e lavouras de subsistência, para ele. Ele se envolvia só com aquilo.

Mas o nosso, dos fazendeiros, era trabalhador morador. Acabou com a legislação porque para ter direitos tinha que trabalhar seis dias. Não interessava ao trabalhador parar para tocar sua lavoura e perder os direitos. Ele passou a se interessar pelo ordenado, a querer mais salário. Eles se desinteressaram e entregaram a terra (plantador de cana, 81 anos).

Contudo, alguns plantadores de cana reconhecem a relação de colonato por sua utilização enquanto ex-colono ou como demonstração do esforço dispendido, do trabalho disciplinado que colocaram em prática para conseguir alcançar aquela posição. Nesse contexto, definem a relação de colonato como das mais limitadas; a posição do colono como das mais inferiores socialmente. Qualificam-na como um nada (frente à situação do plantador de cana). Valorizam-na, entretanto, pelas alternativas de poupança, que dessa condição conseguiam controlar. Ou porque só a propriedade da terra, no contexto e da visão do proprietário, atribuía reconhecimento social. Nesses termos, eles destacam que se enriqueceram trabalhando, porque “vieram do cabo da enxada”.

Papai veio do nada, do cabo da enxada. Depois que o pai dele morreu, ele, que tinha sido colono e mais tarde arrendatário de várias usinas, comprou as legítimas dos irmãos e juntou com a propriedade dele. Cada legítima devia ter uns 6 alqueires. Ele ficou com uma propriedade boa. Depois andou comprando mais umas propriedades. Lá por 1959 ou 60, comprou uma fazenda de gado em Macaé e lá ele adquiriu umas 4 fazendas anexas.

Ele veio do cabo da enxada, mas quando morreu, em 68 ou 69, deixou uma fortuna muito grande. Uns 900 alqueires, duas mil cabeças de gado. Deixou trator, carretas, caminhão, duas casas na cidade, apartamento no Rio, enfim, muita coisa (filho de

grande proprietário e plantador de cana, 77 anos, descrevendo a trajetória do pai).

A negação da relação de colonato entre os atuais plantadores de cana pode ser ainda compreendida pela história de vida de muitos deles. Filhos de lavradores de cana que foram socializados através do trabalho direto com os demais membros da unidade familiar, não contavam de fato com essa forma de vinculação de trabalhadores em suas unidades de produção. Ademais, como as unidades produtivas das usinas eram mais extensas e tinham o aproveitamento das canas garantido, o número de colonos a elas vinculados podia ser mais expressivo.

Nos registros escritos estão acentuados as regras e os conflitos, como é o caso das informações da imprensa escrita e dos processos em que os colonos e os plantadores procuravam reinterpretar regras a partir de pontos de vista divergentes. Os registros cartoriais valorizam o levantamento de fatores materiais das unidades de produção, mas, por suas próprias características e objetivos, são pobres de considerações que propiciem a apreensão de relações sociais. Contudo, para atender às finalidades do capítulo – introduzir o leitor no sistema de ações e interações dos produtores de cana frente ao processo de mudanças das atividades agrícolas ou apresentar os personagens no momento em que entram em cena –, acredito que a forma e o conteúdo das análises são satisfatórias.

Segundo informações obtidas em entrevistas e registros escritos, os produtores de cana estavam, nesse contexto, diferenciados em plantadores de cana ou fazendeiros, médios e pequenos lavradores de cana e colonos. Os três primeiros eram proprietários de terra e os últimos, na maior parte dos casos, garantiam o acesso a esse fator pela parceria na cultura da cana com um plantador ou com o usineiro.

Embora identificados como colonos, alguns proprietários de restrita área de terra e que enfrentavam maiores dificuldades para comercialização da cana – pois que no contexto em pauta as usinas expandiam sua produção agrícola e tinham uma capacidade industrial limitada – valiam-se da complementação desse fator de produção mediante tal relação de trabalho, condição que lhes propiciava contar mais facilmente com mediadores para o acesso à comercialização da cana.

Os termos classificatórios ou qualificadores das diferenciadas

posições dos produtores de cana, no contexto em pauta, eram mais referidos às diversas condições de produção. Os plantadores de cana ou fazendeiros organizavam as relações de produção através de colonos, moradores e alugados. Embora os dois termos classificatórios fossem utilizados, eles apresentavam conotações relativamente distintas. O termo plantador de cana era mais valorizado nos contextos das lutas desenvolvidas por tais produtores diante das condições adversas de comercialização impostas pelas usinas ou quando reivindicavam a proteção e interferência do Estado nos conflitos. Nessas situações, todavia, o termo que melhor caracterizava o espírito combativo, batalhador, era lavrador de cana. O termo fazendeiro estava mais referido às relações de produção e trabalho, às unidades de produção. Está assim diretamente articulado ao de morador e colono. No entanto, na medida em que os grandes produtores de cana foram se dedicando mais amplamente a esse cultivo e alteraram as relações de trabalho, passaram a acentuar sua identificação como plantador de cana e a minimizar a qualificação de fazendeiro.

O termo lavrador de cana abrangia os produtores que concretizavam o processo produtivo através da força de trabalho de sua família, complementada pela agregação da parentela enquanto troca de serviço nos momentos de pico agrícola. A subdivisão médio e pequeno apontava basicamente para a extensão da área de terra cultivada, pois que as relações de trabalho eram semelhantes. Genericamente, pode-se considerar que o médio lavrador, no contexto, possuía área de terra entre 40 e 50ha e 150 a 200ha. O pequeno controlava extensões de terra entre 10 e 50ha. Estas dimensões eram avaliadas comparativamente à extensão atribuída aos fazendeiros ou plantadores de cana, geralmente superior a tais índices (150 a 200ha). Essas distinções, entretanto, remetem a outras qualificações em termos do volume de produção, das alternativas para comercialização da cana e criação de gado e, principalmente, para as estratégias de reprodução social, como serão vistos posteriormente.

A diferença entre plantador de cana e médio lavrador de cana (por vezes e mais raramente grande lavrador de cana) não se referia, em todos os casos, à extensão da área de terra cultivada, mas à modalidade de uso da força de trabalho. Uma unidade de produção podia, em sua trajetória, valer-se de relações de trabalho diversas, conforme o ciclo de desenvolvimento biológico da família. Havia casos de médios lavradores que, dotados de uma prole numerosa

e em idade adequada ao trabalho, possuíam relativamente extensa área de terra mas realizavam as atividades produtivas através do trabalho familiar. Complementavam-no com a troca de serviços pelos parentes e com o trabalho alugado, isto é, incorporação de trabalhadores externos às relações de família e parentesco, que eram remunerados pela jornada de trabalho ou diária.

Famílias numerosas ou com muitos membros produtivos utilizavam-se do trabalho familiar.² Geralmente assim eram, famílias extensas, incorporando várias gerações e diversas unidades familiares nucleares, seja do pai e dos filhos casados ou do próprio pai, que constituía famílias socialmente reconhecidas com duas ou três mulheres (NEVES, 1979).

Famílias que não podiam contar com tais membros produtivos e que possuíam áreas de terra que ultrapassavam essa capacidade produtiva, incorporavam colonos e moradores como complemento ou como forma básica de uso da força de trabalho.

O plantador e o lavrador de cana se diferenciavam pelo fato de o primeiro colocar-se basicamente como administrador e o segundo encontrar-se vinculado diretamente ao processo de trabalho. A diferença se manifestava nas diversas orientações quanto à articulação das atividades produtivas, aos fins a serem alcançados e às posições diante do mercado dos produtos agrícolas, como serão vistos a seguir.

1.1 Plantadores de cana

Os plantadores de cana ou fazendeiros, no contexto referido, eram proprietários de grandes extensões de terra que se dedicavam, de forma mercantil, à cultura de cana e à criação de gado. Além da extensão da terra e da orientação das atividades produtivas, eram assim classificados por conseguirem obter de sua unidade de produção a maior parte dos bens de que careciam. De modo secundário, criavam aves, porcos, carneiros, cabritos e cavalos. Valiam-se de lavouras voltadas para a subsistência como milho, feijão, café, abóbora, mandioca, aipim, abacaxi etc. Possuíam os instrumentos necessários ao beneficiamento dos seguintes produ-

² Muitos dos *fazendeiros* ou *plantadores de cana* iniciam a narrativa de sua história de vida valorizando o fato de ter trabalhado com os irmãos para ajudar ao pai.

tos: café, mandioca, milho. Por fim, ainda como critério distintivo, operavam as atividades agrícolas através da imobilização dos trabalhadores permanentes, alocados sob a condição de colono ou morador, e do uso do trabalho temporário dos alugados ou diaristas.

As atividades agrícolas destinadas à cultura da cana estavam geralmente a cargo dos colonos, mas também podiam ser diretamente exploradas pelo fazendeiro, através de moradores e alugados, assim como recrutamento de dias de trabalho do colono e dos membros produtivos de sua família.

Sob tais relações, apenas os grandes proprietários cujas unidades produtivas se localizavam bem próximas às usinas se dedicavam mais acentuadamente à cultura de cana. Dadas a distância, a precariedade das estradas vicinais, as constantes inundações, as unidades produtivas mais longínquas se constituíam em criadouros (criação extensiva e abundante de gado bovino, cavalar, caprino, ovino). Nos demais aspectos das atividades produtivas, assemelhavam-se àquelas que se integravam à cultura da cana. Nessa situação, os colonos geralmente se voltavam para lavoura branca (de ciclo vegetativo curto). Os demais trabalhadores estavam alocados como moradores e se dedicavam a atividades relacionadas à pecuária.

A denominação criadouro para as unidades que se dedicavam à pecuária vai se tornando mais rarefeita como classificação a partir da década de 50. Além das alternativas criadas pela expansão da produção do açúcar e do álcool e, conseqüentemente, da cultura da cana, as áreas correspondentes a esse cultivo foram beneficiadas pelo saneamento.

As descrições a seguir revelam o uso limitado da terra pela presença de pântanos, rios, córregos ou, por vezes, áreas inundáveis:

Criadouro de terras próprias com casa de vivenda e de colono, pastos, pântanos, matos, valas, servidões ativas e passivas, excluídas as benfeitorias de lavouras presentes do administrador e agregados (1908, Lagoa Feia, Ponta Grossa dos Fidalgos).

Criadouro com 459,80ha, com 3 casas inclusive de negócio, com 4 ilhas – Tambor, Limão, Cabrito e Córrego Torto (1921, Guanandy).

Criadouro com 125,80ha, frente com o Rio Novo e meio de pântano da Oncinha, contendo as ditas terras casa coberta de telhas com bardo, cerca, coqueiros, pastos, bananeiras e mais benfeitorias (1931, Retiro).

Criadouro com 145,20ha com brejos, pastos, cerca, bardos (1952, S. Martinho).

A maior parte dos plantadores ou fazendeiros residia nas fazendas e compunha com os demais produtores – proprietários ou colonos – e trabalhadores um sistema de relações de amplitude mais localizada, sendo eles o centro catalizador de um conjunto outro de atividades sociais, de mediações com o mundo social externo. Na fazenda, muitas vezes, se situava a capela. Por isso, eram eles que recebiam os padres e promoviam as festas católicas de padroeiro. Podiam-se colocar como juizes de paz, delegados de sindicato ou representantes da cooperativa de crédito. Eram intermediários dos demais produtores na comercialização de cana e, alguns, nas relações clientelísticas específicas ao sistema político vigente e ao sistema de poder mais amplo. A ocupação de uma posição facilitava o acesso à outra, como aponta o trecho de entrevista abaixo transcrito:

Meu pai sempre foi um plantador de cana e pecuarista. Sempre mexeu com a cana e o boi. Também entrou na política. Foi aqui na roça subdelegado por muitos anos. Foi vereador três vezes em Campos, mas nunca deixou a lavoura de cana. Montou uma balança aqui para receber cana para duas usinas. Ele recebia percentagem por pesagem de cana. Era como um intermediário. Porém, nessa balança, os talões de cana eram tudo em nome dele, diretamente. O fornecedor não tinha relacionamento com a usina. Ele mesmo efetuava o pagamento, todo dia 10, para fazer concorrência, porque a outra balança pagava no dia 15. Papai inclusive, muitas vezes, para não deixar de cumprir com o fornecedor dia 10 de cada mês, pagar os 30 dias anteriores, vendia gado porque o usineiro não tinha capital para manter aquele pagamento. Depois é que veio negócio de IAA, então passou o fornecedor a ter direitos de quota de cana (plantador de cana, referindo-se à trajetória do pai).

Os plantadores, de um modo geral, participavam da administração da fazenda, e alguns deles, especialmente da posição de filho que se socializava para o desempenho deste papel, trabalhavam diretamente nas atividades agrícolas, principalmente as de criação de animais, ou indiretamente, na fiscalização dos trabalhadores no eito.

Eu comecei a trabalhar desde os 14 anos. Não tive juventude, nunca soube o que era jogar bola no adro com os meninos. Fui criado com muita responsabilidade. Cortava ração para cavalos,

tomava conta dos cavalos, limpava chiqueiro dos porcos e às 9 horas já estava na escola. Com 12 anos, papai me entregava turma com 20 trabalhadores sob minha responsabilidade.

Eu herdei 44 alqueires de terra (2.130ha), mas já tinha comprado uns pedaços com o meu trabalho. Depois fui crescendo, comprei fazenda de gado em Macaé... (plantador de cana).

Uma parte deles, entretanto, contava com administrador substituto e fixava residência na cidade. O processo de migração dos fazendeiros fora acentuado a partir da instalação dos engenhos centrais e, posteriormente, na década da 20 em especial, das usinas. Esse fenômeno expressa a divisão social do trabalho que então se configura, com a centralização das atividades de beneficiamento da cana por um número menor de unidades produtivas. Obteve maior visibilidade pelo crescimento da cidade em tal período, de quando data a constituição de alguns bairros característicos como locais de residência dos grandes proprietários agrícolas do município.

A diferenciação acima destacada fora fundamental à distinção do comportamento político e das expectativas quanto à trajetória social de muitos dos plantadores que compunham a facção que construiu e controlou as instituições de representação dos demais. Muitos desses plantadores eram médicos, advogados e comerciantes, com residência na cidade.

Sob quaisquer situações, as fazendas tendiam à autosuficiência, provendo a família do fazendeiro e dos trabalhadores a elas interligados com a maioria dos recursos básicos necessários à reprodução física. Delas advinham os alimentos, a madeira, a lenha. Delas ou de suas proximidades obtinham o peixe e a caça.

A fazenda abrigava assim não só a residência do proprietário e administrador, como as dos colonos e moradores; as roças de cana, de mandioca, aipim, abóbora, batata-doce, milho e feijão principalmente; as hortas dos colonos e moradores; o pomar; os terreiros das respectivas casas para a criação de animais de pequenos porte, no caso dos fazendeiros, e de aves (e raramente porcos), dos colonos e moradores; o pasto, os cercados e os currais para a criação de gado pelo proprietário, onde colonos e moradores podiam manter umas poucas cabeças, na maior parte dos casos sob meação. A criação de gado voltava-se para o corte e para a constituição de um rebanho destinado às atividades de tração com o aradinho e as carroças ou cambonas que transportavam as canas. Em alguns casos, a fazenda inseria ainda alguns artesãos como

ferreiros, marceneiros, carpinteiros, destinados principalmente à preservação dos instrumentos de trabalho de tração.

A relação de moradia era uma alternativa aberta a alguns trabalhadores chefes de família que conseguiam internalizar as regras consensuais de subordinação pessoal ao fazendeiro ou do sistema de poder personalizado. Constituíam-se de uma modalidade de vinculação do trabalhador que supunha a venda da força de trabalho para o fazendeiro por um salário de menor valor, acrescido pela complementação oferecida pelo acesso às lavouras de subsistência, casa de moradia, criação de pequenos animais, direito à utilização de lenha e, em certos casos, ao leite fornecido como concessão ou pela criação de algumas vacas. Em certas situações, tais recursos estavam assegurados, exceto a oferta contínua de área para lavoura de subsistência. Nessa variante, o recurso era utilizado com o plantio nas entrelinhas do canavial renovado.

Os trabalhadores podiam ter acesso a essa condição pelo reconhecimento de sua dedicação, enquanto diarista ou alugado ao fazendeiro ou de sua imagem de bom trabalhador, ainda que posta em prática em outra fazenda, por nela ter vivido a relação de moradia.

Além de pressupor a oferta da força de trabalho do chefe e dos membros da família, supunha o conhecimento e o desempenho de quase todas as tarefas ligadas à cultura da cana, à criação de gado, à conservação de cercas, saber adquirido e incorporado no exercício dessas tarefas, no decorrer de sua trajetória de constituição de trabalhador pleno, capaz de socializar e supervisionar os filhos.

Dedicava-se à cultura de cana administrada diretamente pelo fazendeiro e à criação de gado. Esta última situação (criação de gado) era mais recorrente quando os fazendeiros dispunham de um número significativo de colonos, abrindo mão dessa atividade. Na maior parte dos casos, os moradores exerciam as funções de curraleiro, campeiro e carreiro, situação que acrescia o cuidado com animais de tração após o transporte das canas até as balanças. Nos momentos de menor intensidade no trabalho com a cana, nas diminutas horas de folga e nos domingos, dedicavam-se, com a ajuda dos membros da família, ao cultivo de lavouras de subsistência.

Por ser uma relação baseada em regras consensuais que definiam a subordinação pessoal dos trabalhadores ao proprietário e o respeito desse último aos direitos consensuais daqueles, mostrava-se muitas

vezes vulnerável a desentendimentos não só por parte do chefe da família como também de todos os demais membros. Dessa forma, era comum a ruptura da relação por desrespeito a determinados padrões morais e excesso de autoridade do fazendeiro: brigar ou ofender o filho do morador; deixar que animais violassem as lavouras sem a devida reparação; dificultar a utilização do tempo para dedicação aos cultivos de subsistência; suspender a concessão para a criação de alguns animais etc. Os desentendimentos frequentes inviabilizavam esse tipo de relação por estar a mesma pautada em relacionamento e acordos pessoais, só se sustentando se as partes estivessem acordadas.

Os moradores recebiam os dias de trabalho dos fazendeiros com base na jornada de trabalho, cujo tempo era regulado por fatores naturais – “de sol a sol”. Caso o trabalho nas lavouras administradas pelo fazendeiro diminuísse ou se tornasse desnecessário, eles estavam impedidos de trabalhar em outra unidade de produção, salvo com autorização daquele.

Como as lavouras de subsistência eram consideradas complemento não-monetário da remuneração do trabalhador e uma forma de imobilização da força de trabalho, essa modalidade de vinculação fora estimulada mesmo no contexto em que a legislação prescrevia o pagamento do salário mínimo. Constituíra regra consensual que o salário do morador fosse menor porque complementado com a produção de seus meios de subsistência.

O reconhecimento legal de determinadas relações consuetudinárias e a definição de direitos trabalhistas concedidos a outras categorias foram atribuídos aos moradores a partir de legislação específica, criada após a intervenção do Estado nessa atividade econômica e em decorrência de definições já reguladas no Decreto-lei nº 3.855 (Estatuto da Lavoura Canavieira).

O Decreto-lei nº 6.969 (1944) regulamentou as relações de emprego dos trabalhadores rurais ligados à lavoura canavieira, assim os definindo:

Art. 19 – Os trabalhadores rurais que percebem salários por tempo de serviço e os empreiteiros de áreas e tarefas certas, remuneradas em dinheiro, que não possam ser incluídas nas definições constantes do Art. 18 e seus parágrafos do Estatuto da Lavoura Canavieira (colonos sujeitos ao risco agrícola), terão a sua situação regulada em contratos-tipos aprovados pelo IAA, sem prejuízo das disposições das leis trabalhistas que lhes

sejam aplicáveis.

§ 1º – Para efeitos do dispositivo neste artigo, considera-se trabalhador aquele que presta os seus serviços na lavoura canavieira em caráter permanente ou transitório.

Art. 23 – O trabalhador rural com mais de um ano de serviço, terá direito à concessão, a título gratuito, de uma área de terra próxima à sua moradia, suficiente para a plantação e criação necessárias à subsistência de sua família.

Art. 25 – Fica instituída a carteira profissional para os trabalhadores rurais de usinas, que obedecerá ao modelo aprovado pelo IAA (Decreto-lei nº 6.969, de 14 de outubro de 1944).

O dispositivo legal enfatizava as obrigações empregatícias em relação às usinas. Contudo, o sindicato dos trabalhadores rurais generalizava esses direitos, orientando os trabalhadores de fazenda para a reivindicação, juridicamente ou sob acordo consensual (NEVES, 1986b).

Como o acesso à lavoura de subsistência era consensualmente constitutivo da moradia e definido como complemento do salário mínimo, a legislação só era acionada pelos trabalhadores diante de atitudes de desrespeito às regras. Nestas situações, o fazendeiro se tornava ilegítimo como patrão, abrindo alternativas para a ruptura da relação e para o questionamento jurídico dos direitos por encaminhamento de processo à Junta de Conciliação e Julgamento.

Durante o período de safra ou de corte e carregamento das canas, principalmente, e nos momentos de limpeza do canavial, os fazendeiros podiam valer-se dos trabalhadores externos às suas unidades de produção, pagos por tempo de serviço ou de uma jornada consensual (de sol a sol). No contexto em análise, era raro o pagamento de salário por tarefa. Esses trabalhadores se auto-identificavam como diaristas ou alugados, não vinculados a qualquer patrão.

Eram geralmente pequenos proprietários e seus filhos, que se valiam de sua área de terra para cultivos de lavoura de subsistência, criação de um pequeno número de cabeças de gado ou para aluguel de pasto; e da venda da força de trabalho nos momentos de pico na cultura da cana. Mais raramente cultivavam a cana, em virtude das dificuldades de comercialização. O acesso a essa cultura se fazia muitas vezes pela relação de parceria com um grande proprietário, condição que lhes assegurava a comercialização.

A venda da força de trabalho aos fazendeiros se constituía em alternativa de poupança para os filhos de pequenos lavradores, diante dos projetos de poupança para posterior controle da área de terra herdada. A aplicação do salário na paulatina compra de gado aparecia mesmo como alternativa consensualmente valorizada na constituição da trajetória do pequeno lavrador.

Na safra, os filhos desses produtores de cana podiam ainda prestar serviços aos fazendeiros como carreiros, valendo-se do carro e dos bois de propriedade do pai. Serviam-se ainda da atividade de amansador de boi para tração, usando pequenos pastos cedidos pela unidade familiar. Compravam gado comum e vendiam-no aos demais produtores de cana após a domesticação.

Alguns desses trabalhadores alugados, especialmente os que se vinculavam às fazendas das usinas que ofereciam abrigo, eram oriundos das regiões periféricas àquelas voltadas para a cultura da cana. Nesse momento, transferiam a responsabilidade pelo cultivo das lavouras de cereais (feijão, milho, mandioca) aos filhos menores e às esposas e tentavam ampliar as condições de reprodução da família ou de sua unidade de produção pelo salário convertido em poupança.

Os trabalhadores alugados estavam integrados a equipes. No trabalho coletivo, eram divididos em grupos sob a supervisão de um fiscal ou preposto do administrador, de cuja fiscalização dependia o ritmo ou a intensidade do trabalho.

Além dessas atividades, dedicavam-se à caça e à pesca, principalmente na entressafra, não só para atendimento do consumo familiar como para venda e complementação do rendimento.

1.2 Colonos

Não só os fazendeiros, mas também produtores de cana que se dedicavam concomitantemente a outra atividade econômica e os que estavam impedidos da objetivação plena do processo produtivo imediato valiam-se do colonato como modalidade de vínculo trabalhista. Esta última situação era mais frequente entre as viúvas de proprietários de terra produtores de cana. Independentemente da extensão da unidade agrícola, elas se utilizavam dessa alternativa quando os filhos eram improdutivos ou quando defendiam sua

autonomia e possibilidade de tomar decisões. Em tais situações, geralmente os colonos haviam estabelecido a parceria com o proprietário falecido e a viúva preservava a relação.

O colonato era uma modalidade de parceria agrícola em que o proprietário participava com a cessão da terra, das mudas (toletes de cana), dos instrumentos agrícolas para preparo do solo e com a obrigação de realizar o transporte da cana até às balanças da usina. Ao colono cabia o trabalho de preparação do solo, de plantio, de limpas, de corte e embarque das canas. Nos casos em que o colono comercializava diretamente sua produção, ele, geralmente com o carro de bois cedido pelo proprietário, conduzia as canas para a usina. A produção média dos colonos na cultura da cana oscilava entre 100 e 200 carros, na maioria das situações registradas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos.

A parceria podia se estender sobre lavouras brancas ou lavouras de cereais (feijão, milho, abóbora, batata-doce, mandioca e aipim) plantadas em áreas específicas. Quando os plantios eram feitos nas entrelinhas das canas da lavoura do colono, ele se apropriava da produção total.

Era facultado ao colono a constituição de hortas no quintal da casa e, mais raramente, o plantio de árvores frutíferas. Esta última alternativa propiciava maior possibilidade de controle da relação pelo colono, porque as árvores eram consideradas benfeitorias. Quando proibida, colocava o colono sob estreitas condições de resistência por ocasião da rescisão do contrato, porque não sendo a cana considerada lavoura permanente, consensualmente o contrato se renovava de 4 em 4 anos, ou no momento em que as socas precisavam ser renovadas. O colono então perdia o direito à benfeitoria sobre elas.³ As benfeitorias passíveis de cálculo para indenização recaíam, na maior parte dos casos, sobre os galinheiros, chiqueiros e mais raramente fruteiras, nas situações de rescisão prevista e não intempestiva.

³ Uma variante da relação podia ser estabelecida por pequenos proprietários que, por tal posição, abriam mão do acesso à casa, horta, pomar e eram denominados *parceiros*. Limitavam-se ao acesso à lavoura de cana, às lavouras de subsistência e ao cultivo nas entrelinhas do canavial renovado. Estavam da mesma forma subordinados ao poder pessoal do proprietário-parceiro e tal subordinação era fundamental para a obtenção de alternativas para a comercialização da cana. Dependendo da relação estabelecida com o proprietário, a venda das canas incorporava também aquelas cultivadas na lavoura obtida na área de propriedade do *parceiro-trabalhador*.

A constituição desse vínculo de trabalho e de produção por vezes implicava a venda da força de trabalho pelo colono e demais membros produtivos de sua família, quando o proprietário da terra tivesse necessidade, ou seja, nos momentos da exploração direta mais intensiva, que ele realizava através de moradores e alugados. Esses dias de trabalho prestados pelo colono e demais membros produtivos da família eram pagos pelo tempo da jornada de trabalho, no caso de plantio e limpas de cana ou trato com animais, e pela tarefa, quando alocados para corte e embarque das canas.

O colonato constituía-se como uma forma de imobilização da força de trabalho em que o proprietário da terra, garantindo seu acesso nos momentos de pico, liberava-se dos custos de sua reprodução naqueles de diminuição das atividades agrícolas.⁴ Apresentava-se como um sistema de remuneração por tempo de serviço, tarefa e produção, combinado com plantio de lavouras de subsistência, vigente em determinados contextos em que o sistema de poder se fundava em relações personalizadas e regras consensuais.

A utilização extensiva da relação de colonato na época se sustentava na racionalidade que essa forma de exploração da força de trabalho oferecia. Subordinados econômica, social e politicamente aos proprietários de terra, os colonos mantinham uma relação de dependência pessoal constitutiva dessa modalidade de uso da força de trabalho. A dependência era regulada por determinados valores consensuais que impunham aos fazendeiros certas obrigações e respeito para com os direitos dos colonos às lavouras de subsistência, criação de animais de pequeno porte e à meaça do rendimento obtido na cana. Supunha ainda que ele respeitasse a autonomia do colono em relação às decisões acordadas quanto ao processo produtivo, ao momento do corte de canas e aos produtos do seu trabalho, dos quais não devia se apropriar sem prévia autorização.

Em contrapartida, a resistência ou reação aos mecanismos extras de exploração, não combinados consensualmente, redundava em rompimento da relação. Resulta daí que muitos dos conflitos surgidos por quebra de regras consensuais, vistos como expressão da ruptura do contrato e desrespeito à dignidade do colono-trabalhador-chefe de família, revertiam em rompimento definitivo da relação de

⁴ O *colono* e os membros produtivos da família estavam de modo geral liberados para o trabalho esporádico em outras unidades mediante autorização do proprietário da terra. Em algumas situações, este mesmo se encarregava de alocar serviços fora de sua propriedade.

colonato e abandono súbito da propriedade, recaindo sobre este as perdas ou prejuízos. Diante de outras formas de resistência do colono (permanência na propriedade sob relações conflitivas e reivindicação formal ou informal de direito), a humilhação e a indignação mútuas resultavam muitas vezes em agressões físicas e até homicídio. Nestas circunstâncias, geralmente o colono, enquanto agente social, emergia do silêncio para os documentos, para a imprensa escrita, tendo registradas sua existência, suas dificuldades, as regras sociais que eram objeto de desrespeito, sua reação radicalizada ou dramático fim.

À guisa de ilustração, alguns exemplos de conflitos que eclodiram em homicídios e foram registrados pela imprensa podem ser apresentados:

a) Tendo em vista o questionamento da viúva de um colono sobre os direitos de benfeitoria deixados pelo esposo, junto ao juiz, que a tranquilizou sobre o direito, dois dos seus filhos foram mortos quando estavam cortando cana. Mais tarde, quando preso, o criminoso faleceu por envenenamento voluntário (Monitor Campista, jul.1948, p.1).

b) Um proprietário de terra se indispôs com o colono, intimando-o a deixar sua fazenda com urgência. Não tendo para onde ir, o lavrador não se importou com o ultimato. O proprietário determinou a 4 outros colonos que eliminassem o «impostor». No atentado, os colonos não obtiveram êxito porque pessoas vizinhas correram para socorrer o lavrador aos gritos (Monitor Campista, abr.1952, p.1).

c) Um agricultor eliminou com duas facadas um colono seu, quando este lhe cobrou uma dívida. O agricultor afirmou que pagaria com descontos, mas o colono afirmou que nada lhe devia. Houve uma discussão e o agricultor, sacando de uma faca, assassinou o colono (Monitor Campista, mar.1953, p.1).

Sustentada nessa relação consensual acordada e na dependência pessoal do colono, tal forma de utilização da força de trabalho propiciava a transferência dos prejuízos causados por instabilidade de preços e falta de sistematicidade nas condições de pagamento. Estava assim perfeitamente adequada aos riscos das oscilações de preço, liberando o fazendeiro de grande parte das imposições que sobre ele os usineiros faziam recair.

Os colonos recebiam uma remuneração baixíssima, correspondente a 1/2 do suposto valor financeiro produzido pelo beneficiamento

do carro de cana, pois que se apropriavam apenas da metade do rendimento gerado pela atividade.

Essa forma de exploração se sustentava nas alternativas de utilização de sobretrabalho, mediada por relações de parentesco dos membros da família do colono. A pretexto de ajuda ao chefe da família, as mulheres exerciam um trabalho gratuito. A ajuda dos filhos propiciava o rebaixamento do valor da força de trabalho porque ampliava o número de trabalhadores para atender à reprodução da unidade familiar.

A contrapartida a tal forma de apropriação do sobretrabalho era o acesso às lavouras de subsistência, às pequenas criações e à constituição de um patrimônio e de uma poupança, materializados nas benfeitorias, muitas vezes convertidos em propriedade de um pequeno lote de terra, através do qual o colono podia obter a condição de proprietário e produtor independente.

A garantia do acesso aos meios de subsistência propiciava que o diminuto rendimento advindo da cultura da cana pudesse ser acumulado e convertido em recursos financeiros para compra de lotes que, em alguns casos, iam se somando. Muitos dos pequenos e médios lavradores atuais vivenciaram essa trajetória.

Papai era um homem que deu trabalho a muita gente porque era muito cavador. Papai casou com 19 anos. Nasceu em 1890. Casou-se duas vezes. No primeiro matrimônio com 19 anos. Minha mãe morreu em 1912. Ele se casou novamente em 1916. Ele então, no início da lavoura dele, foi trabalhador de meia para o sogro dele. Era colono dele. Dava a meia para ele. Era uma lavoura pequena. Com a ajuda da mãe dele, que deu 500 mil réis para comprar as primeiras mercadorias, ele montou uma casa de negócio. Naquela época vendia-se um carro de cana, de 1.500kg, a 10 mil réis. Ele dava 5 para o sogro dele, ficava com 5. Foi fornecedor da Usina São José, que era a única que tinha balança por aqui. O gerente da balança era fazendeiro e chefe de política do 3º distrito. Naquela época era 4º distrito. Depois papai foi tratar da lavoura de cana em percentagem com a Usina Sapucaia. Foi trabalhador dando percentagem à usina, 15%. Papai começou com pouca terra, era filho de índio. Mas o pai dele ajudava a ele. Com as economias, foi comprando terra, terminou com 20 alqueires. Deixou os filhos todos bem para começar a vida (médio lavrador, 75 anos).

Por todos os fatores apontados, o colonato era uma alternativa re-

lativamente aberta aos pequenos produtores durante todo o período em que a cana não se constituía num produto de comercialização garantida. Da mesma forma, entrou em declínio na medida em que tal cultura passou a contar com maior segurança de comercialização e de lucratividade. Não só os fazendeiros passaram a se interessar pelo uso direto do solo anteriormente voltado para a cultura de cana, como também das áreas antes asseguradas pelas regras constitutivas do colonato à lavoura de subsistência, à casa, ao terreiro, à horta e ao pomar, inviabilizando a relação.

Esse processo se iniciou na década de 30 em relação aos colonos vinculados às fazendas das usinas (exploradas pela administração direta ou mediadas pelo arrendatário). Acentuou-se na década de 40, em virtude da promulgação de direitos e reconhecimento legal da relação, que minavam as bases de sua racionalidade ou as alternativas de imposição de mecanismos extras de apropriação de sobretrabalho.

O processo de extinção do colonato nas fazendas dos plantadores de cana ou demais produtores ocorreu de forma mais visível e intensa por ocasião da introdução de instrumentos mecanizados, fator que permitiu compensar os riscos inerentes ao desrespeito pelos dispositivos legais (agora transformados em transferência de recursos financeiros para os colonos) que redundavam em maximização da renda a ser auferida por esta forma de exploração. Em vista disso, o processo será analisado posteriormente.

A própria legislação que se voltava para a regulamentação das relações de colonato pretendia diminuir o ritmo e minimizar os efeitos dos conflitos decorrentes da ruptura de regras e padrões consensuais, transformando acordos consuetudinários em direitos sociais formalizados. Ao considerar fornecedor todo lavrador que, cultivando terras próprias ou alheias, houvesse fornecido cana por cinco safras consecutivas a uma mesma usina (artigo 1º do Estatuto da Lavoura Canavieira), a legislação colocava limites ao desejo do proprietário de impedir que o colono comercializasse diretamente as canas, de burlar o peso e o preço (procedimentos freqüentemente utilizados), e abria a este alternativas para reivindicação e reação mais impessoal, mediadas por instituições como o Instituto do Açúcar e do Alcool e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Assim, a legislação transformou os seguintes acordos constitutivos da relação em direitos que deveriam ser formalizados em contratos-tipos, aprovados pelo IAA:

Art. 7º – Nos contratos-tipos deverão ser observados, a juízo do Instituto, os seguintes princípios:

- a) concessão ao trabalhador, a título gratuito, de área de terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família;
- b) proibição de reduzir a remuneração devida ao trabalhador, com fundamento na má colheita, resultante de motivo de força maior;
- c) direito a moradia sã e suficiente, tendo em vista a família do trabalhador;
- d) assistência médica e hospitalar;
- e) ensino primário gratuito às crianças em idade escolar;
- f) garantia de indenização no caso de despedida injusta do trabalhador (Estatuto da Lavoura Canavieira).

Assegurava ainda esse dispositivo legal o direito de percepção do salário mínimo pelos colonos nos dias em que trabalhassem nas lavouras do proprietário da terra, da mesma forma que aos moradores e alugados:

Art. 9º – O salário mínimo dos trabalhadores na lavoura canavieira e indústria de açúcar e álcool será fixado pelas Comissões Competentes, nos termos da Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, depois de ouvido o Instituto do Açúcar e do Alcool.

1.3 Lavradores de cana

Como já foi destacado, os lavradores de cana se subdividiam em médios e pequenos, conforme a área de terra que controlavam e o volume de produção de cana que comercializavam. As relações de trabalho por eles praticadas e o controle dos instrumentos de trabalho (principalmente animais de tração e carros ou cambonas) eram relativamente comuns a essas duas situações.

Os filhos dos pequenos lavradores, no entanto, dada a escassez de terra para a reprodução social da família nesta posição, valiam-se do trabalho fora da unidade familiar de produção, como alternativa de poupança e como meio de conquista de certa autonomia nos gastos pessoais.

Os médios lavradores eram proprietários de terra de extensão relativamente grande (de 40 ou 50ha a 150 ou 200ha, como já destaquei), e valiam-se dos membros da família para as tarefas produtivas. Podiam, em raros casos, transferir a exploração de

algumas áreas de terra para a forma de colonato ou parceria.

Durante o período da safra, os proprietários de áreas maiores cujos membros da família não davam conta por si sós de cortar e carregar a cana para a usina, podiam também agregar trabalhadores de fora, geralmente parentes ou vizinhos que mantinham a prestação desse serviço mediante regras de reciprocidade. Contudo, essa necessidade era relativa porque a condução de cana em carro de boi era morosa, e o desembarque em grades ou na usina também se fazia lentamente. Desembarcar as canas supunha o enfrentamento de filas que, por vezes, duravam dias. A instabilidade na recepção do produto pela usina recomendava prudência, razão pela qual não era indicado acelerar o corte sem combinação prévia e intensificar o uso da força de trabalho.

Os pequenos lavradores dedicavam-se às mesmas atividades dos médios. Valiam-se do trabalho familiar para concretização do processo produtivo. Poucos deles pagavam o carro das canas por não disporem da propriedade do carro e dos bois. Precisavam, por vezes, da vinculação dos filhos ao mercado de trabalho para complementar o rendimento e para assegurar os recursos necessários à reprodução social da unidade familiar.

Comercializavam pequenas quantidades de cana e muitas vezes sob a mediação de um plantador ou médio lavrador, mesmo após o reconhecimento formal dos fornecedores de cana. Com pequena capacidade de pressão e enfrentando um mercado de compra de matéria-prima em que a oferta era sempre superior à demanda, nem todos conseguiam obter das usinas o compromisso para a percepção de suas canas por anos consecutivos.

As unidades de produção operadas pelos pequenos e médios lavradores se dedicavam à cultura da cana, à criação de gado para corte, leite e tração, ao cultivo de lavoura de subsistência. Em torno da casa possuíam terreiros para a criação de aves, porcos; horta com pequenos plantios de beralha, tomate, abóbora, batata-doce, mandioca etc.; pomares; chiqueiros.

A utilização diversificada dos fatores de produção era condição da manutenção do trabalho familiar, ao mesmo tempo em que esse trabalho familiar propiciava tal uso diversificado, porque a força de trabalho encontrava-se disponível o ano todo e precisava ser produtiva.

Eu comecei a tocar lavoura por volta de 1940. Trabalhava eu

e meus filhos e o resto pagava trabalhador o dia, de sol a sol. Principiava às 6 e deixava quando o sol ia embora. Naquela época tinha pouca lavoura de cana porque sujeito que vivesse só de cana morria de fome e sem nome. Essas usinas sempre foram muito encravadas. Atrasavam o pagamento quanto queriam. Eu tocava mesmo era lavoura de abóbora e milho. Não dava mais dinheiro que a cana, mas ninguém podia plantar só cana. Um lugar não tinha saída porque chovia muito. Outro ficava com a cana na lavoura porque não tinha estrada. Se levava cana na balança, ficava lá esperando na fila e corria o risco do usineiro não querer. Se ficava com a cana, atrasava o dinheiro, o pagamento. Depois de todos esses sacrifícios, ficava sem dinheiro. Mas a gente tinha que manter a quota na usina para não perder o direito. Aí precisava então dar leitão e peru para tomador de conta da usina para conseguir botar as canas. Muita cana ia mesmo era para o gado comer.

Só lá para 50 é que eu comecei a aumentar a plantação de cana. Aumentei a lavoura e passei a ter quota numa três usinas. Comprei um caminhão para poder dar conta de levar as canas, porque era muita quantidade para carro de boi. Depois tive mais um caminhão. Fazia carreto para fora. Passados uns anos troquei os dois caminhões por um trator e carretas. Aí então eu diminuí as outras lavouras e a criação de gado e passei a plantar mais cana. O resto era miudezas para o gasto da casa (médio lavrador, 65 anos).

Para enfrentar as vicissitudes da comercialização da cana – atraso de pagamento, oscilação de preço, imposição de cobranças arbitrárias pelo usineiro, dificuldades de colocação das canas nas usinas etc. – os lavradores se dedicavam ao cultivo mercantil diversificado. Embora o objetivo primeiro do cultivo da abóbora, do feijão, do milho e da mandioca fosse atender ao consumo familiar, sua produção tinha fins alternativos. Da mesma forma se colocava a criação de animais de pequeno porte: pato, perus, galinhas, marrecos, porcos, carneiros, cabritos. Através dos produtos em questão, os lavradores de cana – pequenos e médios – asseguravam a reprodução social da família e do processo produtivo, fazendo recair sobre a cana os gastos considerados extras – roupas de uso pessoal e de casa, móveis, conserto ou ampliação da casa, poupança etc. (NEVES, 1979).

Além desses recursos, as unidades de produção ocupavam os homens produtivos na pesca e na caça, o que lhes propiciavam uma diversificação na dieta alimentar e a minimização dos gastos

financeiros com a alimentação.

A construção de estradas de ferro, principalmente na Baixada Campista, para atender, no início do século, ao aumento da produção de cana e do açúcar, permitiu a interligação dos distritos do município de Campos às cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Tendo em vista, então, o instrumento de transporte, o circuito de mercado que a partir daí se consubstanciou e o aumento da demanda de produtos agrícolas pelos mercados daquelas cidades, a produção mercantil foi estimulada (NEVES, 1979).

Através do embarcador, negociante ambulante que adquiria a produção excedente dispersa entre as várias unidades de produção, aves, ovos, porcos, abóboras eram transferidos de mercado. Além dessas mercadorias, eram comercializadas esteiras, peles de jacaré, de cobra e de lagarto, aves aquáticas, frutas menos perecíveis, tapiocas e queijos.

Tais atividades agrícolas adquiriam muitas vezes, nos contextos de maior limitação à comercialização da cana ou de preços rebaixados, mais importância na reprodução da unidade produtiva.

O controle de recursos que o trabalho familiar propiciava levava a que, sob certos contextos, as unidades familiares de produção encontrassem melhor adaptação às vicissitudes do mercado da cana do que as fazendas, dependentes em algum nível do pagamento de salários.

Através dessas alternativas, os filhos dos médios e pequenos lavradores acumulavam recursos para poupança a ser investida na compra e ampliação ou permuta da área de terra obtida através dos pais e asseguravam um rendimento individual para gastos pessoais. Com tais recursos podiam resguardar sua permanência enquanto produtor potencial de cana e oferecer ao pai maior flexibilidade para enfrentar as vicissitudes do mercado.

Dispondo de uma extensa área de terra, os médios lavradores se dedicavam à criação de gado visando à comercialização em mercados locais ou da cidade de Campos; à poupança; à formação do patrimônio; à imobilização de recursos financeiros valorizados pela circulação dessa mercadoria; à oferta de alimentos (carne e leite) para a família; e à minimização das perdas nas situações em que a cana era mercadoria irrealizável.

A análise dessas diferenciadas posições no sistema social subja-

cente à produção de cana será retomada a seguir, considerando a luta que os produtores travaram para, através da estabilidade na comercialização da cana, serem legalmente reconhecidos como fornecedor.

2

A CONSTITUIÇÃO SOCIAL DOS FORNECEDORES DE CANA

Para se compreender as versões que os produtores de cana da região açucareira de Campos (Baixada Campista basicamente) criaram sobre o processo de transformação das atividades agrícolas, torna-se necessário o entendimento de certas relações preexistentes, construídas em virtude da reordenação do jogo de forças entre os produtores de cana e os usineiros. Tal compreensão incide principalmente sobre o processo de constituição social dos fornecedores de cana, expressão de um conjunto de ações postas em prática sob a liderança dos plantadores de cana. Essas ações tinham por objetivo conter as investidas dos usineiros no sentido de se apropriarem de parte da renda gerada pelos agricultores e de os dificultarem nas tentativas de expansão da cultura da cana.

As conquistas obtidas com o reconhecimento legal dos direitos dos fornecedores de cana, por um lado, conferiram legitimidade ao projeto político dos plantadores de cana. Por outro lado, limitaram suas ações, bem como as dos usineiros, no sentido de alcançarem de modo mais favorável a reprodução ampliada dos meios de produção. Ao assegurarem o direito à comercialização a todo e qualquer produtor, independentemente do volume de produção, propiciaram a valorização da terra, especialmente das propriedades agrícolas localizadas próximas às usinas, em boa parte ocupadas por lavradores de cana.

Estes produtores, diante das garantias de comercialização da cana e dos recursos assistenciais que lhes foram oferecidos (assistência médica principalmente), colocaram em prática estratégias que assegurassem aos filhos a integração a essa atividade econômica. As propriedades agrícolas se submeteram a mecanismos mais intensos de fragmentação (de fato e legalmente), nos momentos de sucessão hereditária, já que a condição de proprietário se constituía

uma das alternativas mais valorizadas para obtenção do título de fornecedor. Assim, além de provocar a reordenação das práticas dos lavradores de cana, tal titulação permitiu a constituição de um segmento de produtores de menor volume de meios de produção, os pequenos produtores de cana.

O acesso mais fragmentado à terra era compensado pela dedicação a atividades complementares, decorrentes da própria expansão da cultura da cana. A absorção de trabalhadores para as atividades agrícolas, para o trato como gado de tração e para o transporte da cana se encontrava em crescimento. O número de empregos oferecidos pelas usinas aumentava, em face do crescimento da capacidade industrial. Os povoados em torno das usinas se expandiam, propiciando a oferta mais ampla de prestação de serviços e de constituição de casas de comércio.

O crescimento da cultura da cana e do número de produtores dificultava a continuidade do processo de concentração da terra por usineiros e alguns plantadores, na Baixada Campista. Para ultrapassarem essas limitações, incorporaram áreas menos férteis ou até então periféricas àquela cultura e intensificaram a utilização do solo das propriedades agrícolas próximas às usinas, incorporando instrumentos de trabalho mecanizados.

Na criação dessas condições sociais, a presença do Estado e as alianças que foram estabelecidas entre os titulares dessa instituição e os plantadores, em especial, tiveram um papel decisivo.

2.1 A concepção de tempo e a reconstrução do passado

A transformação técnica dos engenhos centrais em usinas se fez acompanhar de um controle mais amplo do usineiro sobre os agricultores que ofereciam matéria-prima. Ampliando as áreas de terra voltadas para a atividade agrícola e explorando-as através de colonos e arrendatários, os usineiros podiam prescindir de boa parte da matéria-prima oferecida pelos agricultores. Além disso, inseridos num processo de concentração dos meios de produção que enfrentava constrangimentos em termos do financiamento da acumulação, os usineiros podiam contar com a posição monopolizadora para impor aos produtores agrícolas mecanismos extras

de apropriação de parte da renda. Rebaixando ao máximo o preço da cana, prolongando ou atrasando o pagamento da matéria-prima, impediam, dificultavam ou desestimulavam os produtores agrícolas a expandirem a produção, apropriando-se temporariamente de parte dos recursos financeiros destes (NEVES, 1979).

Essa desigualdade estrutural era explicada pelos desequilíbrios conjunturais ou circunstanciais. Aqueles mecanismos postos em prática pelos usineiros eram justificados pelas dificuldades que enfrentavam na comercialização do açúcar, realizada por comissários, comerciantes e refinadores. Pejorativamente, esses intermediários eram definidos como baixistas porque aviltavam o preço do açúcar na safra e o majoravam na entressafra.

Diante de tais circunstâncias, usineiros e plantadores de cana se organizaram politicamente no sentido de estabelecerem regras de convivência que minimizassem os conflitos de interesses entre eles e destes com os baixistas. Estas tentativas redundaram na elaboração de reivindicações pelos dois agentes, que, em parte, consubstanciaram posteriormente as medidas de intervenção do Estado na economia açucareira. Ademais, de certo modo, consolidaram as formas de organização política que propiciaram aos plantadores de cana recursos e mecanismos viabilizadores do financiamento da capitalização ou da aquisição de instrumentos mecanizados e, por consequência, do crescimento da produção e da produtividade do trabalho. Para alguns deles, também a concentração das unidades agrícolas.

O controle dos recursos institucionais e a organização política dos plantadores de cana, além de lhes terem assegurado a capacidade de implementação de ações que proporcionavam ou pressionavam a participação privilegiada do Estado, também, de certo modo, permitiram-lhes direcionar medidas que atendessem a alguns de seus interesses específicos e fundamentais.

O encaminhamento institucionalizado de seus interesses imediatos fez ainda silenciar, pela submissão ao nível político formal, os demais produtores distanciados dessas práticas ou parte dos médios e os pequenos lavradores de cana, nem sempre reconhecidos em suas situações sociais, dificuldades e necessidades diferenciadas.

A construção dessas condições sociais se tornou possível, em grande medida, porque os plantadores de cana, através da organização política formalmente institucionalizada, deram vocalidade

ou melhor expressaram seus interesses específicos, travestidos em atendimentos ao bem comum ou em melhoria das condições de vida para os demais agentes dessa produção.

Como os usineiros se uniam aos agricultores sob determinadas condições, tais intuições ao dotá-los com termos legais e pessoais, propiciavam certo controle da convivência conflitiva. Outrossim, elas permitiam a intervenção de agentes mediadores (técnicos e advogados), que intercediam em nome de interesses coletivos formalizados (decisões de assembléia, defesa do interesse de todos, consenso alcançado após discussão aberta a todos os participantes). Por outro lado, facilitavam a criação e o encaminhamento de formas de pressão direta contra usineiros (boicotes à entrega de cana às usinas) e a adesão de um número cada vez mais amplo de participantes.

Por um lado, a organização em torno de instituições foi importante para obtenção de certo consenso – fundamental ao encaminhamento das reivindicações – cujo atendimento redundou na intervenção estatal. Por outro, a própria presença do Estado impulsionou a institucionalização dessas mesmas formas de organização política. De mais a mais, essas instituições implementaram algumas das medidas intervencionistas (reguladoras da produção e da comercialização do açúcar) e assistenciais (oferta de crédito principalmente).

Os produtores de cana que viveram a construção das condições que permitiram as transformações nas relações de produção e de trabalho são reticentes diante das solicitações de reconstrução social desses processos pelo pesquisador. Silenciam-se diante dos eventos, dos fatos, do cotidiano, banalizando-os ou considerando-os irrelevantes ou sem sentido para serem lembrados tantos anos depois. No entanto, num olhar cúmplice nas situações de entrevista em que vários deles estavam presentes, tentavam expressar a riqueza de experiências e emoções, de enfrentamento de dificuldades comuns.

Esse silêncio se funda no pressuposto de que os problemas então enfrentados são do conhecimento de todos e não foram plenamente resolvidos. Estão ainda presentes sob formas aparentemente diversas. Vistos como naturais ou inerentes à relação desigual que os produtores de cana mantêm com os usineiros, os problemas são pensados ou qualificados a partir de avaliações das conquistas obtidas, resultantes de uma luta contínua e persistente.

Definem sua história como uma novela cujo enredo é o conflito de interesses divergentes ou uma sucessão de modos de expressão de desequilíbrio na comercialização da cana.

A vida do fornecedor é de muita luta. A gente sempre lutou pelas mesmas coisas. É um fato natural, normal, numa atividade em que há conflito de interesses. Um quer uma coisa. Outro quer outra. Houve uma fase em que havia excesso de canas. As usinas tinham muitas canas, tiravam as suas primeiro e os fornecedores, com o seu direito, só podiam reclamar na Associação. Houve uma fase em que o açúcar tinha um preço aviltado e as usinas queriam pagar abaixo da tabela. Nós não aceitamos que recaísse sobre nós porque o problema era deles, das usinas. A culpa não era nossa.

Por várias ocasiões, por questão de preço, reclamação de pagamento de preço oficial, reclamação de preço justo, tivemos oportunidade de paralisar algumas safras. E até hoje é assim: essa novela (plantador de cana).

Valorizam o espírito combativo aguerrido, a persistência em resistir às investidas dos usineiros em transferirem para eles as dificuldades na comercialização do açúcar ou no controle da renda e do lucro. Destacam a compreensão que têm da relação assimétrica em que estão envolvidos e o controle que procuram manter no sentido de não permitirem o aumento da assimetria.

O passado é por eles periodizado em dois momentos, vistos como descontínuos: antes do Instituto e depois do Instituto. O termo Instituto refere-se menos à instituição – Instituto do Açúcar e do Alcool – e mais à participação do Estado nessa economia e à criação de um corpo de leis que definiram direitos e que os dotaram de instrumentos formais de luta.

Objetivam as lutas travadas e as conquistas alcançadas pela presença de instituições por eles criadas, que se traduziram em oferta de serviços a todos os produtores de cana, colaborando para a reprodução e manutenção dessa categoria social.

Embora quase todos reconheçam tal papel dado às instituições, a valorização é mais recorrente no discurso dos fornecedores de cana que delas participaram mais diretamente ou prestaram apoio mais imediato, como membros da diretoria, intermediários ou frequentadores das assembléias.

Os produtores que participaram da diretoria das instituições de prestação de serviços e de representação política, além disso, in-

corporaram o desempenho das funções como parte de sua história de vida de fornecedor de cana.

Minha vida de fornecedor começa por tradição. Meu pai foi produtor de cana, fazendeiro da Baixada. Eu, desde pequeno, acompanhava aquele movimento todo de lavoura e de gado. Naturalmente que o filho tem sempre uma tendência de seguir a tradição da família, do pai. Aos 14 anos vim para a cidade estudar. Depois, perdi meu pai aos 21 anos e voltei para a fazenda e comecei a trabalhar com terra. Com meus irmãos, desenvolvemos a atividade agropecuária em condomínio.

Nesse período que eu estava na cidade eu me interessei pelas reuniões que havia na época no Sindicato, quando era presidente Serafim Saldanha. Eu participava de todas as reuniões do Sindicato e do Banco dos Lavradores. Acompanhava tudo com interesse e alguns amigos me colocavam em comissões, para ir à usina acertar preço, prazo; para ir ao Rio pleitear reivindicações. Fui me entrosando assim, conhecendo a legislação e o desenrolar das atividades.

Eu voltei para a fazenda, deixei de freqüentar assiduamente. Nove anos depois, as crianças precisando de escola, voltei a morar na cidade. Voltei a freqüentar mais assiduamente as reuniões, a participar de comissões de estudo, de visita às usinas. Ia ao Rio para pleitear preço. Nesse entrosamento, numa época de eleição, fui convidado a ser presidente da Associação, substituir o presidente que não queria continuar. Insistiram e eu aceitei o desafio. De 1954 a 1966 dirigi a Associação dos Plantadores de cana. Foi no período de Getúlio, Juscelino, Jânio Quadros, João Goulart. Havia muita discussão sobre o plano de safra, no Rio, no IAA. Conseguíamos audiência com ministros, presidente da República. Antigamente o presidente da República recebia as comissões. Hoje são os ministros, seus assessores. Nessa época construímos os ambulatórios e o hospital. Fomos a primeira região a oferecer assistência médica gratuita aos pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Essa é a história de como iniciei e encerrei. Foi um período em que a classe desenvolveu vários movimentos de reivindicação de preço da cana, a construção do hospital, que foi muito penosa (plantador de cana, ex-presidente da ASFLUCAN).

Os agricultores que estavam ligados à atividade produtiva, durante o desenrolar do processo em que foram reconhecidos oficialmente como fornecedores de cana (décadas de 30 e 40, grosso modo), mas

que não tinham participação direta ou aproximada com as instituições de representação política, referem-se a essas conquistas como resultantes da atuação dos dirigentes institucionais, apoiados por fazendeiros que residiam na cidade. Valorizam os efeitos positivos, mas não demonstram conhecimento do desenrolar dessas ações. Relativizam tais efeitos, tendo em vista a postura dos usineiros no sentido de imporem preço abaixo do tabelado pelo governo e de atrasarem o pagamento das canas comercializadas. Destacam ainda os mecanismos de resistência por eles colocados em prática através da ordenação das relações de produção e de trabalho das suas unidades produtivas frente a essas adversidades. Todavia, de-finem aquelas lutas como contínuas, de cuja persistência puderam ir controlando ou assegurando alguns direitos que regulamentam a relação comercial com as usinas.

Tinha os movimentos dos fornecedores, do pessoal que estava na cidade, dos fazendeiros, dos diretores da Associação. A gente na roça não tomava muito conhecimento não. Enfrentava essas coisas todas, usinas atrasando, dando preço muito baixo. Eles brigavam lá, iam para o Rio, conversavam com as autoridades para ver se obrigava os usineiros a respeitarem o preço. Pediam ao governo um preço melhor. Sempre vinha alguma vantagem, um preço melhorzinho. Mas as usinas sempre foram esses encraves, pagando o que queriam e quando queriam. Isso aí é de muito tempo. Do tempo do meu pai. Do meu tempo. Meu filho também vai ter que enfrentar esses abusos das usinas... (plantador de cana).

Essa forma de representação se deve à visão do processo como constituído de eventos repetitivos, mas também às condições de encaminhamento das reivindicações e pressões. O debate e o enfrentamento se travavam (e se travam até hoje) através de comissões de representação, formadas por produtores de cana que participavam mais assiduamente da dinâmica das instituições.

Esse tipo de encaminhamento de resolução de conflitos e de reivindicações, esses instrumentos de luta mais burocratizados pressupunham um certo distanciamento dos demais produtores, uma certa externalidade em relação às práticas institucionais.

A memorização e a valorização de determinados eventos vistos como mais singulares, mesmo por parte dos membros da diretoria das instituições de representação, são dificultadas, em virtude da sistematicidade com que as formas de apropriação de parte da renda dos produtores de cana eram postas em prática pelos usineiros;

mas também em virtude do modo de resolução dos conflitos através da intermediação por comissões. As lutas em torno do controle das condições de comercialização são vistas como «eternas» ou repetitivas e descontínuas apenas em termos da maior ou menor interferência do Estado. São compreendidas muito mais em termos estruturais do que conjunturais, eventuais, circunstanciais. Essa compreensão, entretanto, não se dá quando os produtores de cana se referem às mudanças nas relações de produção, de trabalho e nas condições técnicas.

O processo de mecanização das atividades agrícolas é caracterizado, por plantadores e lavradores de cana, pelas mudanças profundas que trouxe, expressas principalmente pela substituição do trabalho pesado pelo leve; pelas alternativas criadas para superar a restrição da produção de cana e estimular a expansão dessa cultura agrícola; pela inserção em relações mais mercantilizadas e monetarizadas. Tais alterações, por vezes entendidas como conquistas, são atribuídas à interferência do Estado que assegurou garantias à produção e à comercialização da cana e, em parte, facilitou a compra dos primeiros instrumentos mecanizados.

Mas é muita diferença de antigamente para hoje. De uns 30 anos para cá isso mudou muito. Veio o trator, o caminhão, as carretas, as máquinas. Mudou muito. Tem plantadeira. A plantação é mais ligeira. O corte é ligeiro. Mas tudo muito caro. Antigamente era tudo com o boi, amansando boi novo, formando. Hoje melhorou muito (pequeno lavrador).

Eu comecei a plantar cana em 1925. Época dura. Tempo de carro de boi. Não tinha Instituto, quota. Muito sacrifício. Muita enchente. Muita dificuldade. Hoje não, tudo mais fácil. Difícil para vender cana, para receber dinheiro, para ter crédito. Muita luta. Agora não, tem máquina e fica tudo mais facilitado. As usinas cresceram. Muita luta foi essa nossa vida.

— Como foi essa luta? Como o Sr. participou?

— A luta do produtor de cana é sempre a mesma. A usina tirando, dificultando. O governo dando preço baixo. O que melhorou foi a parte do maquinário, que facilitou a vida. De 50 para cá foi ficando tudo mais fácil, pra plantar, pra colher, pra vender. A gente foi se animando mais para aumentar a produção.

— Como vocês conseguiram comprar os tratores?

— Uns pela economia própria, comprando maquinário usado das usinas. Outros comprando de primeira mão com a ajuda

do Banco, do Governo. No início vinha tudo de fora do Brasil, importado. É mesmo resultado da evolução. O homem sempre vai melhorando sua situação. Uma economia daqui, outra dali e ele vai ampliando sua propriedade (plantador de cana).

Os plantadores de cana que partilharam tal vivência valorizam as mudanças decorrentes da mecanização das atividades agrícolas a partir dos serviços prestados pelas instituições de representação política e de oferta de crédito, da participação do Estado nessa economia e da postura por eles adotada aplicando parte da renda na aquisição dos instrumentos mecanizados. Tendem, entretanto, a naturalizar a participação deles em alguns dos desdobramentos desses processos. A expulsão dos colonos e dos moradores das fazendas e o uso mais amplo do trabalho assalariado, processos concomitantes ao uso dos instrumentos mecanizados, são explicados como opção desses trabalhadores. Do ponto de vista dos plantadores, os colonos e os moradores preferiam valorizar o salário e o acesso aos direitos trabalhistas à obtenção de rendimento advindo da cultura da cana ou da ajuda obtida pela exploração de lavouras de subsistência. Essa interpretação superestima uma das formas de ação e reação dos trabalhadores, como será vista no Capítulo 5.

Não podendo contar apenas com os dados de entrevista, em face dos aspectos acima levantados, mas referida pelos entrevistados à valorização da presença do Estado nas mudanças pelas quais passaram e da participação de suas instituições de assistência e representação, vali-me de fontes secundárias, construídas por interesses desses mesmos produtores. Recorri a atas de assembléia do Sindicato Agrícola de Campos e da Associação Fluminense dos Plantadores de Cana no período de 1935 a 1970; a relatórios de atividades do Banco dos Lavradores de Cana publicados anualmente como matéria paga na imprensa local; a dados valorizados como fundamentais na oficialização da transferência de propriedades agrícolas nos Livros de Registro de Transmissão de Imóveis dos Cartórios do 2º e 13º Ofícios da Comarca de Campos.

Diante da preocupação de pensar as mudanças a partir da reconstrução do sistema social e da participação dos diversos atores, examinei também os documentos referentes às ações constitutivas dos processos, arquivados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos e os relatórios de atividades do Sindicato das Indústrias de Açúcar no Estado do Rio de Janeiro, publicados pela imprensa local. Incorporei informações sobre preços de cana e de açúcar,

paralisações de entrega do produto pelos fornecedores às usinas, noticiários sobre a presença de autoridades governamentais em Campos, divulgados também pelos jornais locais.¹

Através da análise das informações, reconstruo processos a partir, principalmente, das ações dos plantadores de cana, atores privilegiados na luta pela promulgação dos direitos dos fornecedores e na criação das condições necessárias e propiciadoras da utilização dos instrumentos mecanizados. Enfatizo então os desdobramentos de tais mudanças sobre as práticas sociais dos demais produtores e trabalhadores rurais. Ponho em destaque, através da correlação e articulação de dados registrados por iniciativa dos diversos atores, determinados mecanismos de ação, estratégias e relações sociais. Respeito, então, nessa reconstrução, as referências valorizadas pelos produtores de cana: as lutas políticas, a criação de instituições, as condições e efeitos da presença do Estado na economia e as relações (estruturais) desiguais e conflitivas entre eles e os usineiros. Esta opção se funda, ainda, na pressuposição de que as mudanças sociais não podem ser entendidas apenas pelos seus efeitos, mas como parte da dinâmica social e dos desdobramentos e deslocamentos que criam e recriam jogo de forças cambiantes.

Se o registro de aspectos do cotidiano através das instituições preserva parte da especificidade das condições sociais de vida e põe em destaque as questões que, no momento, foram consideradas importantes enquanto documentos, ele também os restringe aos atores que mais diretamente lidam com tais instâncias. Outrossim, a importância de tais informações preservadas é relativa para os próprios agentes que as documentaram. Na medida em que o tempo passa e os eventos se distanciam, o passado esvanece, afastando seus atores das formas de expressão valorizadas no momento em que as documentavam.

Além de resgatar essas experiências passadas, o capítulo traz à tona atores que, pela forma como os processos se desdobraram, foram partes fundamentais, sustentaram-nos, mas foram subtraídos de sua importância. Nesses termos, também expia parte da luta e das formas de participação dos trabalhadores, principalmente rurais, em virtude do recorte imposto pelo objeto de pesquisa (restrito às atividades agrícolas).

¹ Sempre que possível, valorizei a apresentação de dados construídos por pesquisadores que estudaram relações de produção na região e no período de tempo focalizado.

2.2 Os plantadores de cana e a institucionalização das relações de poder

As oscilações da produção, da demanda e do preço do açúcar, ao lado da necessidade de grandes investimentos para a instalação das unidades fabris, apareciam como justificativas para os produtores reivindicarem a participação do Estado na atividade econômica. Essa participação era reclamada em termos de oferta de capital a ser apropriado na produção; e do posicionamento do Estado como árbitro, diante da impossibilidade de controle dos limites a eles impostos para deterem a transferência de parte da renda gerada nesse subsetor. Na medida em que o açúcar, em diversos momentos, constituiu-se num dos principais produtos na pauta de exportação, também o Estado apresentava razões especiais para ceder diante das pressões dos produtores.

A transferência ou a socialização dos prejuízos e das aflições através da apropriação de parte da renda dos agricultores se apresentava como uma estratégia regular, acionada pelos senhores de engenho e posteriormente pelos usineiros, para assegurarem sua permanência na produção social em pauta. Os produtores agrícolas eram mais dependentes porque, cultivando cana com fins comerciais, tinham poucas possibilidades de uso alternativo desse produto. Os proprietários das unidades fabris podiam assim implementar a estratégia acima e expandir a produção do açúcar, mesmo diante do enfrentamento de situações de dificuldades de realização da mercadoria e sob a expectativa de que essa mesma expansão os levaria a enfrentar limitações para a comercialização. A despeito de todas as dificuldades alegadas, a produção de açúcar experimentou grande expansão na década de 20, aumento este que se constituiu num dos fatores que levaria à situação de crise de superprodução nos últimos anos do período. No ano de 1925, a produção de açúcar no Estado do Rio de Janeiro era de 861.070 sacos. Em 1929 atingia 2.102.019 sacos.

Diante de tais circunstâncias, os agricultores deveriam conviver sob relações tensas com os proprietários das unidades fabris e também invocar o Estado como árbitro, como uma autoridade externa que pudesse limitar a crescente prepotência dos usineiros, baseada na relativa concentração da produção industrial e na intensificação do monopólio da compra da matéria-prima. Por isso,

os produtores que desejavam estabilizar ou expandir a produção mercantil de cana enfrentavam mais dificuldades; e deviam acionar outros mediadores capazes de deterem o crescente e centralizado controle da produção pelos usineiros.

Paradoxalmente, no entanto, só mantendo essa aliança esdrúxula e desigual, os agricultores engajados mais diretamente no processo de luta podiam expandir a produção, pois ela estava articulada às possibilidades de aumento da capacidade produtiva das unidades fabris.

Se eles deveriam operar impositivamente como fontes compulsórias de poupança e crédito para os usineiros, que suspendiam ou atrasavam o pagamento das canas diante de qualquer limitação de capital de giro ou de realização da mercadoria, diante dos projetos mais intensificados de reprodução ampliada, deviam também competir ostensivamente nos momentos de expansão da produção para assegurarem a comercialização das canas excedentes. Ou acompanhavam esses fluxos e refluxos, ou eram marginalizados ou eliminados da produção de cana.

Essas condições subjacentes à realização da produção do açúcar explicavam a incorporação de certos agricultores ao projeto político que reivindicava a participação do Estado na oferta de crédito para os usineiros, especialmente de warrantagem (empréstimos de comercialização); ou ainda como comprador privilegiado do estoque de açúcar e exportador, de modo a assegurar a estabilidade do preço do produto. Solicitavam também a atuação do Estado como estimulador da constituição de agências financeiras que lhes oferecessem crédito sob condições especiais, isto é, que respeitasse a especificidade do ciclo vegetativo da cana, do ciclo produtivo do açúcar — safra e entressafra — e as adversidades climáticas que impõem oscilações à produção agrícola.

Por isso mesmo, o atendimento de grande parte dos interesses dos usineiros — já que a intervenção do Estado na economia açucareira inicialmente só atingia a produção industrial — consubstanciou-se num processo político de constituição de recursos institucionais e de mecanismos objetivos e formais de mediação (cf. Bourdieu, 1976), construídos com o apoio e a aliança dos agricultores.

O encaminhamento das reivindicações para o Estado obteve certa expressão a partir das formas de luta empreendidas pela União dos Lavradores (8 de agosto de 1920), mais tarde denominada União

Agrícola de Campos (15 de julho de 1923) e, principalmente, pelo Sindicato Agrícola de Campos, criado em 24 de junho de 1922, conforme o Decreto nº 6.532 de 20 de julho de 1907, que regulamentou a Lei nº 979, de 6 de janeiro de 1903.

Essas instituições, principalmente o Sindicato Agrícola de Campos, surgiram por iniciativa dos agricultores. Seus fundadores legitimavam tais posturas em idéias então valorizadas pelas associações profissionais a respeito do associativismo e cooperativismo, das tentativas de “harmonizar interesses de classe e de integração da atividade agrícola aos conhecimentos técnicos fundados em “princípios científicos”.

As idéias eram difundidas por técnicos agrícolas que compunham o quadro funcional da Estação Experimental de Campos, criada através do Decreto nº 10.076, de 19 de fevereiro de 1913, mas cujas atividades tiveram início apenas em 1919. A instalação deste aparato técnico constituía-se numa das respostas do Estado às pressões de usineiros nas reivindicações referentes ao controle das condições de produção que lhes propiciassem a competitividade com outros países produtores. Essa instituição representava a primeira iniciativa no sentido de pesquisar e adaptar variedades de cana estrangeira no Brasil (BERLIK, 1985, p. 105).

O Sindicato se filiava e se subordinava às orientações ideológicas da Confederação Rural Brasileira, criada pela Sociedade Nacional de Agricultura (1987), e de funcionários do Ministério da Agricultura, especialmente Sarandy Raposo, que constantemente se dirigia a Campos para proferir palestras.

Sobre o acontecimento da fundação do Sindicato Agrícola de Campos, o jornal Monitor Campista assim o registrava:

Grande número de lavradores e usineiros estão empenhados no trabalho patriótico de arregimentar-se em um sindicato agrícola, que será o alicerce da grandiosa obra de unificação e boa orientação de nossas forças econômicas. Isso mostra bem o espírito progressista de nossa classe agrícola, sempre disposta a aceitar as boas normas que lhe indicam os homens de senso.

A agremiação que dentro de poucos dias iniciará vida eficiente, será talhada nos moldes das que já têm fundado em vários pontos do Brasil o professor Sarandy Raposo, em boa hora trazido a esta cidade pela mão do diretor da Estação Experimental, agrônomo Antonio Carlos Pestana, a cuja clarividência de cientista alia

qualidades dos organizadores. (“A Organização do Trabalho”, Monitor Campista, 21 de junho de 1922, p. 1).

Visando compor uma assessoria técnica, a direção do Sindicato Agrícola de Campos contratou um consultor, agrônomo da Estação Experimental de Campos, para elaboração de estatística agrícola, que possibilitasse ao produtor conhecer a renda líquida de cada área de cultura e evitar despesas contraproducentes com canas pouco rendosas e terrenos pobres. Além disso, voltou-se para o estudo do problema dos transportes e das estradas de rodagem, visando consubstanciar as reivindicações e as propostas para melhoria da infraestrutura. Através da orientação da Estação Experimental de Campos, os dirigentes do Sindicato difundiam entre seus sócios o uso de melhores variedades de cana e da refertilização da terra através da estrumação ou repouso em pastos. Valendo-se da assessoria técnica, a direção do Sindicato elaborou memoriais fundamentados em análises estatísticas sobre produção, produtividade, custos de produção, que embasavam as reivindicações por crédito, estímulos à melhoria das condições tecnológicas etc.

Sonhando com uma relação harmônica ou com a criação de certos mecanismos de controle sobre o comportamento dos usineiros, a eles os agricultores solicitavam a participação e o comprometimento na elaboração das tabelas de cana, isto é, fixação do preço da matéria-prima (avaliada pelo carro de cana ou 1.500kg).

Usineiros e porta-vozes dos agricultores por vezes conseguiam se entender sobre diversas propostas, exceto o tabelamento do preço da cana. Quando alguns usineiros compareciam, através de representantes, na Comissão de Tabelamento do Preço da Cana, outros não respeitavam o acordo e impunham os preços que desejavam, bem como prazos de pagamento que lhes conviessem.

Os usineiros enfrentavam grandes dificuldades para a criação de pautas de ações comuns porque a situação das usinas era muito diferenciada. Alguns deles conseguiam ter relativa liberdade frente aos intermediários, porque preservavam esta posição ou estavam melhor capitalizados e menos endividados. Outros porque estavam vinculados aos interesses comerciais do açúcar (cf. COSTA, 1981, p. 46). Dessas posições, eram prejudicados pela posição cativa dos demais, que, dependentes, colaboravam para que os preços fossem rebaixados.

Diante dos desacordos e quebra de compromissos, verificados

nesse contexto, os produtores de cana que participavam das instituições de representação política, após a intervenção do Estado na economia açucareira, relativizavam a importância política do Sindicato Agrícola de Campos, considerando-o uma instituição “fraca”. Dessa perspectiva, destacavam as demonstrações públicas de força e, dentre elas, fornecedores de cana que participaram ou tiveram conhecimento por transmissão oral desses eventos, valorizam até hoje, como uma façanha espetacular, definidora de sua combatividade, as marchas a cavalo pela cidade.

Naquela época tinha uma associação antiga, antiquíssima. Aí, certa vez, havia uma diferença de preço antes do IAA existir. Havia aqueles preços convencionados entre usineiros e fornecedores e os usineiros não queriam pagar o preço convencionado. Então os fornecedores de cana como meu avô, meu pai e vários outros, organizaram uma marcha a cavalo no centro da cidade para obrigar os usineiros a pagarem o preço que havia [sido] convencionado por eles. E os usineiros resolveram pagar por causa da pressão (plantador de cana).

Na época que nós não tínhamos Instituto, por causa da taxa de cana, foram todos os fornecedores daqui da Baixada, foram a cavalo para a cidade pleitear preço de cana. Foi em agosto. Eu era solteiro. Não sei bem a data. Aí os usineiros assinaram um preço mais justo para a cana, sob coação, tipo greve. O comércio ficou fechado o dia todo. Todo mundo a cavalo. Aquela cavalaria na cidade inteira! Veio gente de toda parte. Se os usineiros não assinassem o pleiteado, era greve (médio lavrador).

Embora dimensionados descontextualizadamente, os fatos mencionados são tomados como exemplares para avaliação das dificuldades vividas pelos produtores de cana no encaminhamento de reivindicações e enfrentamento de conflito, antes da intervenção do Estado nessa economia. São destacados para exaltar o fortalecimento das instituições e a presença de um conjunto de direitos que permitiram o estabelecimento de relações mais formalizadas e de instâncias estatais de mediação entre produtores de cana e usineiros.

No texto seguinte, transcrito de uma das atas de assembléia da ASFLUCAN – Associação Fluminense dos Plantadores de Cana –, em que um dos associados presta homenagens post-mortem ao fundador do Sindicato Agrícola de Campos, esta instituição é representada como embrião enfraquecido da constituição de núcleos de resistência e de luta dos produtores de cana.

Excelentíssima família Saldanha. Prezados colegas. Meus Senhores.

A colocação desse retrato na sede de nossa Associação tem dupla significação. Primeiro por se ter feito honra ao mérito. Segundo por termos tido valor moral de reconhecer esse mesmo mérito. Não se poderia em poucas palavras estudar, dizer o que foi a vida de Serafim Saldanha para a classe lavoureira. Tentarei resumir, porque este momento para sua família é, estou certo, um misto de prazer e sentimento. Não me apresento como amigo íntimo do homenageado, mas afirmo que figuro entre seus maiores admiradores, reconhecido pelas obras empreendidas, quase todas concluídas, dando os resultados dos mais satisfatórios e até mesmo surpreendentes. Vejamos. O Sindicato Agrícola de Campos nasceu das necessidades de defesa dos lavradores. Seus fundadores foram homens que merecem o nosso maior respeito, acatamento, gratidão e veneração. Porém aquele órgão tinha vida precária. Sua organização era falha, seu valor perante o legislativo e o executivo era insignificante. Para se fazer respeitar, para suas solicitações serem atendidas, várias vezes se fizeram paradas de cavaleiranos. Nossas ruas se enchiam horas e mais horas de centenas de cavaleiros em um aparato imponente pela exuberância, pela força, pela pujança demonstrada, mas que também revelava fraqueza perante a legalidade. Devemos entretanto ressaltar que essas paradas contribuíram para que Serafim tivesse a sua obra facilitada [...] Assim me expresso porque nova feição tomaram os negócios, nossos atos, nossas vidas. Com o advento da Revolução de 1930, todas as atividades sociais e econômicas foram como que sacudidas e o Serafim aproveitou magistralmente da Revolução. Tornou nosso órgão de classe respeitado e ouvido por todos os poderes, baniu cavalgadas e lhe deu ação mais forte e eficiente do que elas, porque já conseguira leis que nos amparassem. Sendo firmado em definitivo o Sindicato como órgão de defesa legal dos lavradores, senti a necessidade de nos amparar também economicamente. Teve a maravilhosa idéia de fundar a nossa cooperativa de crédito, o nosso Banco dos Lavradores. Que lembrança ousada, que sonho maravilhoso...! (Discurso do Dr. Ademardo da Costa Peixoto, Livro de Atas da ASFLUCAN, 10 de abril de 1951).

Usineiros e agricultores se mantiveram relativamente agregados em torno do Sindicato Agrícola de Campos até a intervenção sistêmica do Estado. Por força de dispositivo legal que estimulava a sindicalização patronal e da diferenciação de interesses entre usineiros e agricultores, em virtude das condições como se deu a

intervenção, esses industriais criaram, em 1929, ainda sob a iniciativa e tutela do Sindicato Agrícola de Campos, a Cooperativa Açucareira Fluminense de Responsabilidade Ltda. Mais tarde, em 20 de setembro de 1934, fundaram o Sindicato das Indústrias de Açúcar no Estado do Rio de Janeiro.

Muitas das formas de organização social respondiam a modos de representação política que estavam sendo construídos e valorizados no contexto nacional. Eles abrangiam categorias econômicas diversas, desde os empregadores aos trabalhadores. Dessa perspectiva, tais formas de organização política tornaram-se também necessárias como instrumentos básicos ao processo de resistência ao encaminhamento de reivindicações e pressões por parte dos trabalhadores da agroindústria canavieira.

Os trabalhadores da agroindústria canavieira do município de Campos se engajaram nessa luta mais ampla criando o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Classe Anexa, em 15 de janeiro de 1933. Este sindicato agregava os trabalhadores de usina da área agrícola e industrial (NEVES, 1983a). A presença dos trabalhadores rurais nesse espaço da arena política dificultava a atuação do sindicato e o encaminhamento de projetos no Congresso Nacional, porque as pressões e os limites impostos para o reconhecimento e obtenção de benefícios por esta categoria tornavam as reivindicações dos trabalhadores da indústria de difícil solução nesse contexto político, de hegemonia da oligarquia rural (NEVES, 1983a, 1986b).

Como nesse processo os trabalhadores rurais foram alijados da representação pelo sindicato acima referido, em 23 de outubro de 1938, eles fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos, que agregava os filiados às fazendas de usina (trabalhadores de usina), e às de agricultores ou fazendeiros (trabalhadores de fazenda).

Esse contexto caracteriza-se assim por uma luta conjunta mas divergente de usineiros, produtores de cana e trabalhadores, no sentido de obterem instrumentos legais que intermediassem a relação entre eles; e que os permitissem deter ou minimizar as investidas um dos outros e as pretensões recíprocas que implicassem posições desvantajosas para cada um deles.

A interferência do Estado levou em consideração as lutas travadas por cada um dos agentes em pauta, ainda que sob pesos desiguais.

Essas lutas se tornaram mais eficazes na medida em que puderam contar com formas de objetivação de recrutamento e obtenção de apoio; de constituição de forças sociais canalizadas para determinados objetivos comuns; de elaboração de estratégias construídas através da criação de instituições de representação de interesses; e da organização de mediadores com papéis legitimados para encaminhamento do debate das questões e dos mecanismos de pressão.

A oferta de um instrumento jurídico e formal, por outro lado, propiciou às instituições maior reconhecimento, legitimidade e conquista de espaços sociais mais amplos. Outrossim, assegurou a cada um dos agentes a constituição de identidades sociais mais definidas e certos deslocamentos no sistema de poder, até então hegemônico, constituído por relações personalizadas que propiciavam ao usineiro o monopólio das decisões, a imposição de regras constantemente alteradas segundo seus próprios interesses.

Nesse contexto, começam, então, a ser socialmente delineados os cargos e papéis reconhecidos e objetivados através das instituições, e que marcam o início da ruptura com um padrão de dominação fundado em relações mais personalizadas (BOURDIEU, 1976).

A despeito de esta intervenção tornar-se mais sistemática a partir da década de 30 (ou da Revolução de 30, como costuma ser salientada pela historiografia), o Estado, ainda na Velha República, tentou responder a algumas pressões. Uma série de medidas e instituições voltadas para centralização das decisões e para regulamentação, principalmente da comercialização do açúcar, foram sendo paulatinamente criadas, visando a atender aos problemas colocados pelos usineiros.

Sob a égide de um governo federal que se encaminhava mais sistematicamente para a intervenção na economia, durante todo o primeiro período do governo do presidente Vargas, as antigas reivindicações dos usineiros e posteriormente dos agricultores foram, em grande parte, atendidas e incorporadas às normas reguladoras da interferência estatal nessa atividade econômica. Em 1º de junho de 1933, pelo Decreto nº 22.789, o Governo criou o Instituto do Açúcar e do Alcool, encapsulando as instituições anteriormente criadas. A Resolução de 20 de março de 1934 estabeleceu a limitação das safras, de acordo com a média quinquenal de produção e com a capacidade dos maquinismos. Ao Estado do Rio de Janeiro coube a quota de 2.067.836 sacos, correspondente a 16,9% da produção nacional.

A presença do Estado nessa economia e o padrão de relação constituído para relacionamento com a sociedade civil vão marcar as estratégias implementadas por usineiros, produtores de cana e trabalhadores rurais. As formas de luta entre esses agentes, de encaminhamento de conflitos e de reivindicações vão tornar-se mais burocráticas, atrelando as ações dos dirigentes sindicais aos meandros das instituições do Estado (ofícios, telegramas, memoriais, audiências com presidentes do IAA, ministros, presidente da República).

Apesar de o confronto entre os vários agentes dispor de regras formais, o acatamento de resoluções muitas vezes se dava pela capacidade de os representantes, contando com relações personalizadas, atingirem o consenso. Os membros da diretoria do Sindicato Agrícola de Campos e outros sócios indicados para comporem comissões de representação que reivindicassem o cumprimento da legislação quase sempre optavam pela visita ao usineiro como primeiro instrumento de ação. Através do estabelecimento dessas relações, muitas vezes conseguiam obter o comprometimento desse industrial em respeitar regras, leis e regulamentos. O encaminhamento jurídico através das instituições estatais era postergado, em face da morosidade dessa tramitação.

Na composição de tais comissões, privilegiavam-se os associados que detinham relacionamentos de camaradagem com os usineiros, ou que eram por estes reconhecidos pelos contratos formais de comercialização. Mesmo após a constituição legal do fornecedor, essa prática de estabelecimento de acordos pessoais continuou vigente. Por conseguinte, um sistema de poder não excluía o outro, mas supunha a coexistência entre eles. Do mesmo modo, os relacionamentos personalizados constituíam-se em alternativas a serem utilizadas conforme a eficácia adquirida num determinado jogo de forças sociais.

No padrão de dominação via relações personalizadas, essas mesmas relações sustentavam o consenso ou o dissenso – que permite recuperar acordos e compromissos ou a criação de normas de comportamento. No padrão de dominação orientado por regras formais já dadas ou conquistadas, a objetivação dessas próprias regras se fundava no consenso sobre a aceitação delas, obtido através de compromissos, por vezes sustentados em relações pessoais. A inviabilidade da constituição de acordos conduzia ao confronto e à busca de mediação ou de um árbitro, no caso o Estado.

Mas os conflitos entre usineiros e agricultores vão se intensificar ou adquirir maior expressão pública a partir desse jogo de forças em que o Estado está mais presente. Na medida em que a intervenção estatal beneficiava a expansão da produção industrial e agrícola pelas usinas e facilitava a radicalização das posturas de cada um dos agentes, em nome mesmo dos direitos definidos em lei ou das interpretações especiais dos seus termos, a manifestação ritual do conflito se acentuava. As paralisações das entregas de cana às usinas vão se tornar mais freqüentes. Os discursos mais veementes e calorosos recorrentemente alcançam espaços mais públicos e a imprensa local. Essa explicitação mais ritualizada do conflito permitia a criação de um cenário mais propício à intervenção do Estado, como aliado ou como árbitro.

O Instituto do Açúcar e do Alcool estimulou o aumento da produção do açúcar, através de diversos recursos. Minimizou a competitividade entre os usineiros pelo estabelecimento de quota de produção para cada usina, distribuída conforme a capacidade de consumo do mercado nacional. Financiou a comercialização do açúcar, sempre que dispunha de recursos suficientes. Garantiu a estabilidade dos preços do açúcar no mercado interno através de um preço-base. Colaborou para a melhor capacitação industrial e agrícola das usinas. Indiretamente, propiciou a expansão da cultura da cana.

O Estado do Rio de Janeiro, entre 1925 e 1929, apresentou uma produção média de açúcar de 1.279.420 sacos; no período de 1930/40, 1.969.930 sacos (TRUDA, 1971, p. 303). Na década de 40, alcançou a média de 3.159.000 sacos (60% superior em relação à década anterior).

TABELA 2 – Produção de açúcar e álcool
no Estado do Rio de Janeiro, 1940/1949

Safras	Sacos de Açúcar (60kg)	Litros de Alcool (anidro e hidratado)
1940/41	2.498.160	22.231.607
1941/42	3.159.567	32.141.589
1942/43	2.544.725	48.166.072
1943/44	2.304.142	44.398.747
1944/45	3.009.408	19.062.927

1945/46	3.444.469	21.221.368
1946/47	3.090.280	21.713.897
1947/48	3.772.381	30.672.385
1948/49	3.938.430	35.816.040
1949/50	3.828.934	30.671.841
Produção Média:	3.159.050	30.609.647

Fonte: DEP/IAA/MIC

Para além das garantias obtidas pelos agricultores e usineiros no sentido de aumentarem a produção, essa expansão deveu-se à orientação política intervencionista do Estado que a estimulou na região Centro-Sul. Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, as exportações do açúcar foram praticamente interrompidas, mas o parque alcooleiro foi ativado, dada a repentina escassez de derivados de petróleo, especialmente gasolina. Não podendo contar com a produção do Nordeste, que era escoada por transporte marítimo, o IAA autorizou a criação de novas usinas e afrouxou os limites à produção nos estados do Centro-Sul, que passaram a ter hegemonia nessa atividade econômica, antes assegurada pelo Nordeste. Em 1946, dando prosseguimento a este processo, o Governo elevou os limites da produção nacional do açúcar, tendo o Estado do Rio sido beneficiado com aumento de 40,6% e alcançado a quota de 3.735.512 sacos de 60kg (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 217).

O aumento da produção se fez acompanhar de mudanças nas condições técnicas de trabalho e provocou deslocamentos nas relações entre os agentes a ela integrados. O processo de concentração industrial na região açucareira de Campos tem-se delineado após a instalação das usinas. De 1920 a 1930 desapareceram 3 usinas no município de Campos (Limão, Saturnino Braga e União). Na década de 30 desapareceram mais 3 (Abadia, Rio Preto e Taí). À eliminação das unidades industriais correspondeu a incorporação da área agrícola àquelas que permaneceram. Portanto, ao processo de concentração industrial correspondeu o mesmo movimento em relação à terra (NEVES, 1979).

As tentativas particulares de ampliação do uso do solo pelo saneamento se apresentavam como uma luta contínua de agricultores e usineiros contra as condições adversas da bacia hidrográfica e das regiões mais baixas, constantemente transformadas em bre-

jos e pântanos.² Medidas de longo alcance só foram viabilizadas a partir de 1933, com a criação da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. A limpeza e a conservação dos cursos naturais e a construção de canais possibilitaram um escoamento mais rápido das águas, permitindo a incorporação, na década de 40, de 8.300Km² (LAMEGO, 1974, p. 199) de terra cultivável. Na década de 40, a Lagoa Feia teve seus níveis rebaixados pela construção do Canal das Flechas, ligando-a ao oceano (1949) e superando a instabilidade do escoamento pela Barra do Furado. A recuperação de partes internas inaproveitáveis das propriedades, a valorização de áreas antes abandonadas ou dedicadas à lavoura de subsistência e a incorporação daquelas que anteriormente correspondiam à parte da Lagoa Feia propiciaram o crescimento da produção para muitas unidades, tanto de agricultores como de usineiros. Além do aproveitamento da terra em extensão, o aumento da produção deu-se pelo da produtividade, em face do maior grau de fertilidade dessas novas áreas incorporadas. Por conseguinte, a expansão da produção de cana, nesse contexto, tornou-se possível pela incorporação de áreas anteriormente periféricas a tal produção, tanto aquelas inaproveitadas por causa das constantes inundações, como as até então voltadas para cultivos de subsistência (feijão, milho e mandioca).

Os dados do Censo Agropecuário referentes ao volume de produção do feijão, milho e mandioca no município de Campos, nos anos de 1940 e 1950, confirmam essa interpretação.

Produtos de subsistência	Toneladas	
	1940	1950
Feijão	437	360
Milho	11.710	900
Mandioca	12.883	6.000

Os agricultores também se beneficiaram do processo de expansão em curso pelo aproveitamento de áreas potencialmente cultiváveis, pela relativa estabilidade do preço da cana, em face do atribuído ao açúcar, e por algumas garantias de comercialização deste produto. Na safra 1940/41, em 19 usinas estudadas por Dé Carli, a

² Ver também Bernardes, 1957; Geiger e Mesquita, 1956.

produção dos agricultores representava 58% (1.005.361 toneladas) do volume total, enquanto os usineiros participavam com 42% (735.070 toneladas) (op. cit., 1942, p. 188).

Apesar de haver expandido a produção de canas, aqueles produtores não alcançaram o limite a eles permitido (70%) e mantiveram o mesmo índice de expansão dos usineiros, que ultrapassavam em 12% o quantum a eles atribuído (30%). Na safra 1931/32, os agricultores já vinham participando com 58% da produção total de canas.

Tal crescimento da produção total de canas deu-se com base no aumento do número de produtores agrícolas e do volume médio de produção de boa parte deles. Em termos médios, e a despeito do aumento do número de participantes na exploração dessa cultura, a produção individual havia sido ampliada em torno de 50% (DE CARLI, 1942). Mas diante do crescimento da produção agrícola pelas usinas, dos limites que colocavam à expansão pelos agricultores, estes se viam ameaçados no presente e em relação ao futuro.

Por isso mesmo, o crescimento da cultura da cana nas décadas de 30 e 40 ocorreu sob relações tensas e contínuas lutas dos produtores agrícolas, os plantadores principalmente, não só no sentido de deterem ou limitarem os mecanismos de apropriação de valor excedente por parte dos usineiros, como as tentativas de encurralamento destes agricultores, dificultando sua participação no processo de expansão da produção e de acumulação. Os problemas da comercialização de cana presentes antes da intervenção do Estado na economia açucareira (1933) se exacerbaram em virtude da convergência de interesses desses dois produtores em ampliarem a produção agrícola.

Diante dessas dificuldades e lidando com a cana como um dos principais produtos mercantis, os agricultores, de um modo geral, iam estabelecendo com os usineiros um endividamento institucionalizado, obtendo paulatinamente os recursos financeiros necessários através de uma conta corrente. Essa dependência era fundamental às imposições feitas pelos usineiros e, por isso mesmo, estimulada. Outrossim, as dívidas, em muitas situações, eram pagas com a venda da propriedade da terra. Desse modo, facilitavam o processo de concentração de terra ou de eliminação paulatina de um bom número de agricultores.

Esse mecanismo de capitalização, via apropriação extra de parte

da renda utilizada pelos usineiros, além do pagamento de cana por preços inferiores ao tabelado, baseava-se no parcelamento ou atraso por longo prazo (por vezes um a dois anos) da transferência dos rendimentos dos agricultores, estratégia que lhes facilitava a apropriação temporária de recursos financeiros outros e a custo baixo ou zero.

As usinas institucionalizavam ainda um sistema de vales para a compra de produtos básicos do consumo improdutivo, oferecidos pelos seus armazéns. Este sistema colaborava para a manutenção e reprodução da dependência dos agricultores que a elas vendiam canas, porque permitia o atendimento das necessidades básicas sem a mediação direta do dinheiro, e estimulava o endividamento. Operando com preços majorados para os citados produtos, os usineiros se apropriavam de recursos financeiros de terceiros que, não postos em circulação, podiam ser utilizados sob a forma de capital. Além disso, tais recursos, por vezes, encontravam outro circuito de valorização do dinheiro via lucro comercial. Esses mecanismos complementavam um sistema de dominação econômica, política e social sobre agricultores e trabalhadores (NEVES, 1979, 1986b).

O rebaixamento do preço da cana era, por isso mesmo, e muitas vezes alcançado com a aquiescência do agricultor. Esta aquiescência era admitida em documentos por ele assinados, sacramentando o pagamento imediato como contrapartida. Ela era, também, legitimada pelos pequenos adiantamentos, solicitados para suprirem necessidades emergenciais. As situações de doenças, que não podiam ser tratadas com recursos locais, ou que pressupunham o atendimento médico, serviço localizado na cidade. Exigiam assim, o deslocamento temporário e a posse direta do dinheiro. Através do estabelecimento desses relacionamentos mais personalizados, as injustiças e os mecanismos de coerção econômica eram suavizados, disfarçados, e obtinham maior eficácia.

A partir de um constante processo de luta, de resistência e de busca de apoio político externo, os plantadores de cana, instituídos em porta-vozes dos demais agricultores, obtiveram a aprovação da Lei nº 178, de 9 de janeiro de 1936, que reconhecia legalmente a condição de fornecedor de cana, consagrava o princípio de separação das atividades agrícola e industrial e adotava o regime de quotas de fornecimento com base na média do quinquênio anterior (art. 1º). Criava ainda para cada usina a obrigação de receber a quota individual de cada um dos fornecedores. O preço da tonelada de

cana passou então a ser fixado pelo governo, correspondendo ao valor de um saco de açúcar cristal de primeiro jato (se posta na balança). Limitou, assim, o nível de apropriação de matéria-prima não paga pelas usinas.

Se a referida lei não atendia a uma gama mais ampla de interesses dos seus beneficiários, constituiu-se num instrumento de agregação política dos produtores agrícolas e de atribuição de uma identidade comum, dada sua definição legal. Apesar de não verem respeitados os dispositivos legais pelos usineiros, podiam se unir pela identificação de interesses (preços vantajosos e delimitação de prazos para pagamento).

Esse reconhecimento legal propiciou a união dos fornecedores no plano nacional e formas de luta mais eficientes pelas alternativas de encaminhamentos formais e jurídicos dos conflitos, reivindicações e mecanismos de pressão sobre os usineiros. Para além das mediações institucionais criadas, os agricultores tiveram facilitado o estabelecimento de algumas alianças políticas externas aos contedores, fundamentais na recomposição do jogo de forças em que se encontravam integrados.

Em plena safra do ano de 1936, ano da promulgação da Lei nº 178, os produtores de cana tiveram intensificados seus problemas de comercialização, dado o excesso de produção de canas. Não conseguindo alcançar um acordo com os usineiros, resolveram os litigantes submeter o caso à arbitragem do presidente do IAA, de modo a alcançarem um preço mais conveniente. Alegavam explicitamente os porta-vozes dos agricultores que as usinas, aumentando as lavouras próprias, deixavam, dentro dos seus respectivos limites, uma margem insuficiente para a aplicação das canas por eles oferecidas. Para além das dificuldades impostas à comercialização, o conflito mais gritante girava em torno das possibilidades e limitações de expansão da produção de cana, tanto por aqueles que já estavam integrados a essa cultura, como pelos que iam se incorporando, animados pelos estímulos ao aumento da produção do açúcar e pela relativa estabilidade (no mínimo como direito) do preço da matéria-prima (TRUDA, 1971, p. 307).

2.3 Os plantadores de cana e o financiamento da acumulação ou da capitalização

As mudanças no contexto político causadas pelo Golpe de 1937 favoreceram esses agricultores, na medida em que eles passaram a se constituir em uma força social a ser cooptada, desejosa que estava de apoio político para o reconhecimento legal de suas reivindicações e conquistas asseguradas na contenda com usineiros. Os plantadores vão contar com alianças políticas mais efetivas ou aliados políticos privilegiados, que lhes propiciaram uma série de recursos financeiros e maior estabilidade na comercialização da cana.

Com a nomeação de efêmeros interventores federais para o Estado do Rio, havia uma disputa acirrada em busca da hegemonia pelas forças políticas que se digladiavam em busca da conquista e controle das instâncias de decisão governamental. Até novembro de 1937, os interventores nomeados representavam facções políticas estranhas aos interesses de usineiros e produtores de cana (CAMARGO, 1986, p. 145-154).

Em 9 de novembro de 1937, Amaral Peixoto foi nomeado interventor federal no estado do Rio. Sem bases políticas mais amplas, imediatamente passou a articular forças sociais e políticas presentes, no sentido de obter consenso entre grupos rivais, assim como adesão e apoio para sua administração. Para tanto, estabeleceu alianças fundadas em contatos pessoais constantes, visitas, e cooptou lideranças dos municípios do interior do estado (CAMARGO, 1986). O “casamento” que se estabeleceu entre Amaral Peixoto e os porta-vozes dos agricultores ou fazendeiros que se apresentavam como líderes locais vai render a ambos os parceiros duradouros dividendos. O próprio núcleo de liderança institucional dos plantadores foi ampliado, incorporando aqueles fazendeiros revitalizados politicamente pela possibilidade de expansão de suas relações e alternativas de mediação. A partir desse processo, os plantadores de cana conseguiram obter uma série de recursos financeiros e políticos fundamentais à implantação de mecanismos de acumulação, mas que também se traduziram em prosperidade generalizada para quase todos os demais produtores.

Ao interventor do Estado interessava a expansão da economia, de modo a assegurar melhor arrecadação financeira que sustentasse o corpo burocrático e técnico constituído e os projetos de “moder-

nização” vislumbrados (CAMARGO, 1986, p. 63; HONORATO, 1987). Estudando o período da interventoria de Amaral Peixoto – novembro de 1937 a outubro de 1945 –, Honorato (1987) destaca o empenho desse governo na promoção do desenvolvimento econômico, notadamente o industrial. Apresenta um exaustivo levantamento de decretos e decretos-lei que legalizaram a criação de instrumentos de arrecadação financeira, de quadros referentes à composição da receita do Estado e sua diferenciada aplicação.

Através desses recursos, Amaral Peixoto construiu a base econômica para reivindicação de créditos, que foram aplicados na construção de uma infraestrutura estimuladora do aumento da produção agrícola e industrial. Dentre essas medidas, tem destaque (para o caso aqui considerado) a construção de uma rodovia ligando a cidade de Campos à do Rio de Janeiro, inaugurada em 1943 (CAMARGO, 1986, p. 172-174).

Em abril de 1938, criou o Conselho de Economia e Finanças do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 347/1938), composto por todos os secretários de Estado, além de representantes da agricultura, indústria e comércio e alguns políticos. Aos membros do Conselho cabia a responsabilidade pela formulação da política econômica, financeira e administrativa do governo (HONORATO, 1987, p. 101).

O referido Conselho era um órgão centralizador das decisões. Operava como catalizador das reivindicações, descontentamentos e expectativas dos produtores agrícolas e industriais, principalmente aqueles ligados à economia canavieira. Muitas das medidas postas em prática e que davam continuidade ao processo de intervenção do governo federal na economia açucareira foram gestadas, preliminarmente discutidas, harmonizadas em termos de acordo entre interesses conflitivos e divergentes, de compromissos mútuos, pelo debate que se travava a partir dessa instância estatal.

Os produtores de cana e de açúcar foram amplamente beneficiados por essa política. Um conjunto de empréstimos com juros subsidiados foram a eles dirigidos através dos seguintes decretos de números 366/38; 720/39; 74/40; 217/41; 442/42. Todos eles têm como título: “O governo fará operações de crédito para realizar empréstimos em dinheiro aos produtores de açúcar e lavradores de cana que têm terras próprias” (HONORATO, 1987, p. 188).

Em contraposição aos empréstimos, produtores de cana e de

açúcar que se valessem desses recursos, deveriam pagar taxas especiais por carro de cana ou por sacos de açúcar produzidos; e transferir recursos financeiros, a título de indenização de despesas de avaliação de safra e de fiscalização que o banco repassador do crédito arcasse.³

O interventor do Estado se colocou como mediador dos plantadores junto aos presidentes da República e do Instituto do Açúcar e do Alcool. Muitas das conquistas obtidas por esses produtores foram consolidadas a partir dessas gestões do governo estadual. Apoiados também por agricultores de cana do nordeste do Brasil, os da região de Campos tiveram um papel fundamental no encaminhamento de pressões e reivindicações que levaram à rediscussão e reformulação da Lei nº 178 (1936) e à elaboração e promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira, Lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941.

Através deste instrumento legal foi definida a posição do fornecedor enquanto proprietário de um fundo agrícola e de uma quota de produção a ele vinculada; o cálculo do preço da cana em correspondência ao preço do açúcar e do álcool, tendo em vista o coeficiente de rendimento industrial médio das fábricas de cada estado, e, indiretamente, pela riqueza de sacarose e pureza das canas fornecidas.

Em termos gerais, o Estatuto da Lavoura Canavieira colocou limites à expansão econômica e política dos usineiros, assegurou direitos a todos os produtores de cana (proprietários de terra e colonos) e abandonou à própria sorte os trabalhadores agrícolas e industriais. Mas a aplicação de seus dispositivos não foi decorrência de sua promulgação apenas. Tanto uma como a outra foram postas em prática a partir das lutas dos plantadores de cana principalmente, motivados em grande parte pela cooparticipação no processo de expansão da produção agrícola.

Dotados de posição privilegiada, graças ao controle de maior volume dos fatores de produção e de mercadorias, os plantadores de cana também podiam deslocar boa parte dos limites que lhes eram impostos pelos usineiros. Ademais, com estes se associavam para aplicá-los sobre os produtores que enfrentavam mais agudamente as adversidades criadas para a produção de cana, especialmente

³ Destaca ainda aquele autor que o município de Campos foi um dos que mais contou com a atenção do interventor em termos de obras públicas (HONORATO, 1987, p. 63).

os colonos.

Alguns dos grandes produtores ocupavam também a posição de balanceiros ou intermediários reconhecidos pelas usinas para a compra de matéria-prima e controle dos oscilantes interesses por mais ou menos matéria-prima. Construindo balanços em suas unidades de produção, colocando-se como encarregados das usinas para adquirirem canas de terceiros e responsabilizando-se pelo imediato pagamento, eles podiam impor (e nesse mecanismo se colocava sua alternativa de lucro comercial) preços mais baixos a seus clientes, viabilizando assim as formas de apropriação extra de excedentes. Podiam negar-se ou facilitar a compra de canas. Reproduziam, portanto, a mesma cadeia de dependência e exploração e os mecanismos de apropriação de recursos de terceiros, que viabilizavam a capitalização e a acumulação. Da mesma forma, transferiam ou socializavam prejuízos, minimizavam os efeitos das baixas temporárias da taxa de renda. O exercício da função de balanceiro se constituiu em importante recurso para viabilização de trajetórias ascendentes ou para reprodução ampliada dos fatores de produção.

O interventor federal no Estado do Rio não se limitou à posição de mediador nesse processo de discussão e de pressão e apoio no sentido de ser promulgado o Estatuto da Lavoura Canavieira. Algumas outras medidas foram decisivas no encorajamento e na criação de condições básicas ao prosseguimento das lutas levadas adiante pelos fornecedores de cana. Importante para a reafirmação da identidade social e das posições conquistadas pelos fornecedores e para a concretização do processo de reprodução ampliada foi a criação de uma instituição de crédito. Através da promulgação do Decreto-Lei nº 241, de 1º de abril de 1941, e do Decreto nº 1.062, de 4 de julho de 1941, foram constituídos o Banco dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro – Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda. – e uma taxa compulsória no valor de um mil réis por cada tonelada de cana, obrigatoriamente recolhida pelas usinas, que recaía sobre todo e qualquer fornecedor.

Os documentos legais acima referidos, ao atribuírem ao usineiro e ao Estado papéis arrecadadores das taxas compulsórias pagas pelos fornecedores de cana e ao delimitarem certo período de tempo para essa circulação, propiciavam àqueles agentes a apropriação temporária desses recursos financeiros. Nas mãos do usineiro, o volume de recursos poderia ir se acumulando por 50 dias, no má-

ximo (segundo o dispositivo legal). Nos cofres da administração pública, o tempo de circulação era menor, mas os documentos definiam apenas que o produto integral da arrecadação da taxa deveria ser mensalmente entregue ao Banco dos Lavradores.

A constituição do capital do Banco dos Lavradores se baseou na arrecadação de recursos financeiros advindos da poupança compulsória aplicada aos fornecedores de cana e na transferência de outros tantos pelo repasse de fontes oficiais de crédito. Sua importância se destaca quando se leva em conta a precariedade dos programas creditícios nesse contexto. Apenas a partir de 1965, com a Lei nº 4.829, foi instituída uma política nacional de crédito rural, a despeito de a existência da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil datar de 1937 (MEYER et al., 1975 ; MUNHOZ, 1982). Através do Banco dos Lavradores e do Banco do Brasil, o Instituto do Açúcar e do Alcool repassava recursos complementares para programas especiais e o Ministério da Agricultura e o governo estadual ofereciam linhas de crédito com fins específicos, voltadas principalmente para criação de condições favoráveis à absorção de instrumentos mecanizados. Assim sendo, os fornecedores de cana constituíram-se num dos primeiros segmentos de produtores agrícolas a contar com programas assistenciais de crédito, ainda que sob restrições. Mas as restrições operavam como mecanismos de privilegiamento e seletividade dos fornecedores que tinham acesso ao financiamento da capitalização, diretamente por crédito de investimento ou indiretamente pelo de custeio.

Embora formalmente o crédito fosse aberto a todos os fornecedores, nem todos se valiam desse recurso. A partir dessa auto-exclusão construída, os sócios mais integrados, porque detentores de um saber sobre os critérios de funcionamento da cooperativa e do crédito puderam ter acesso fácil e barato a recursos financeiros, livrando-se das oscilações com que operava a rede bancária e dos juros mais elevados.

Por força desse decreto, que compulsoriamente transformava todos os fornecedores em sócios da cooperativa de crédito, o Banco dos Lavradores iniciou suas atividades com 10.039 associados, sendo 123 fundadores e 9.916 compulsórios. No ano de 1945, o número de sócios já alcançava 13.500.

O Banco dos Lavradores incorporava fornecedores dos municípios de Campos, São João da Barra, Macaé, Bom Jesus de Itabapoana,

São Fidélis, Itaocara, Saquarema e Barra Mansa. Agregando um número tão grande de fornecedores dispersos e sediado na cidade de Campos, sua estrutura formal (Estatuto do Banco dos Lavradores) pressupunha alternativas de participação delegada para todos os sócios. Estabelecia, assim, a constituição de correspondentes nos municípios mais distantes como Saquarema, Barra Mansa e Itaocara. Além disso, nos demais municípios e povoados onde existissem usinas ou concentração de produtores de cana, deviam ser eleitos delegados regionais que se colocavam como mediadores e representantes, para efeitos de participação em assembléias e direito a voto. Esses delegados seriam eleitos pelos associados em reuniões parciais (artigos 25 a 30 do Estatuto do Banco dos Lavradores). A diretoria do Banco eleger-se-ia por esses delegados com representação de 1/3 deles em primeira convocação; 1/4 em segunda e qualquer número em terceira. As decisões deveriam ser consagradas pela maioria dos votos. As convocações para assembléia de eleição da diretoria do Banco não respeitavam os dispositivos do Estatuto. Convidavam indiscriminadamente qualquer associado para participação e não faziam referência aos delegados e à sua eleição, que precederia em alguns meses a votação da cúpula administrativa.

Se formalmente essa era a estrutura de funcionamento do Banco dos Lavradores, na prática as decisões eram estabelecidas por uma minoria privilegiada em termos de participação. A diretoria do Banco durante muitos anos não havia criado os representantes dos municípios distantes. As eleições para a diretoria ocorriam geralmente sem oposição. Esse fato se sustentava, dentre outros fatores, na falta de comunicação com os sócios compulsórios e de divulgação dos estatutos, direitos e deveres dos associados. A própria abrangência de atuação do Banco e as limitações colocadas em termos de infraestrutura de comunicação na década de 40 dificultavam que as regras estabelecidas pelo estatuto fossem respeitadas. Ainda que a diretoria se valesse de órgãos de imprensa para divulgação dos Relatórios de Atividades e para convocação de assembléias, esse recurso era pouco eficaz. Os jornais utilizados tinham tiragem diminuta e circulavam apenas na cidade de Campos. O Banco dispunha de um boletim que atingia apenas 500 exemplares. Não havia divulgação formal ou informal abrangente sobre os direitos dos cotistas. Os fornecedores sabiam da existência do Banco como arrecadador de parte de seu rendimento, mas desconheciam os serviços que podiam utilizar. A diretoria do

Banco, por outro lado, não dispunha de dados sobre os cotistas, basicamente anônimos, porque só identificáveis através de fichas de fornecimentos de cana junto aos escritórios das usinas.

Essas dificuldades se acresciam porque a maior parte dos fornecedores de cana não se interessava pelos empréstimos em função das representações que construía a respeito do uso formal e impessoal do crédito. Viam no não-endividamento uma forma de resistência e de reprodução de sua condição de produtor de cana. Colocados sob tal posição, procuravam minimizar a submissão às vicissitudes das oscilações das condições de comercialização da cana. De um modo geral, estavam interligados a sistemas de relações circunscritos, não muito afeitos aos recursos concentrados na cidade. Essas condições de relacionamento terminavam por facilitar o uso privilegiado por parte dos associados mais familiarizados com a dinâmica do funcionamento do Banco e com a diretoria.

Tanto o Banco dos Lavradores como o Sindicato Agrícola de Campos eram controlados por um mesmo grupo político, cujos membros muitas vezes se confundiam em termos de duplicação de cargos ou circulavam de uma instituição para outra. Ambas as instituições tinham uma atividade muito direcionada à obtenção e à troca de apoio em relação ao presidente da República e ao interventor do Estado. Constituíam-se, por tais recursos, em braços privados da administração estatal. Após o processo de redemocratização iniciado em 1945, operaram como importantes redutos de apoio político partidário.

Do governo estadual os fornecedores recebiam ainda uma série de privilégios, nem sempre suficientes para beneficiar a todos, porque formalmente restritos aos usuários do crédito agrícola. Em 5 de julho de 1942, a Lei 4.370 isentava-os do pagamento de selos e emolumentos de cartórios nos empréstimos especiais obtidos através do IAA para reposição de lavouras atingidas por enchentes. Pelo Decreto-lei nº 1.180 de 8 de julho de 1944, foram dispensados de pagamento de impostos de selos, custas, emolumentos e percentagens judiciais do Estado em qualquer documento necessário aos financiamentos rurais de valor até Cr\$ 10.000,00 e de registros de penhores. Os empréstimos cujos valores excedessem a esse limite tinham os gastos com aqueles documentos reduzidos à metade. O governo estadual, através da atenção do governo federal, oferecia uma série de recursos e estímulos no sentido de melhorar a produtividade agrícola e industrial dessa atividade econômica.

Embora a oferta de recursos técnicos, de material agrário e de crédito se desse sob uma grandeza que não podia atingir a todos, eles cumpriam importante papel na sedimentação de alianças e de legitimidades recíprocas para governantes, dirigentes e apoiadores imediatos das instituições de assistência.

O reconhecimento legal da condição de fornecedor de cana resultou ainda em fortalecimento e mudanças na estrutura do Sindicato Agrícola de Campos; e em reordenações das relações entre os agricultores que se inseriram no processo de acumulação e os demais agentes vinculados diretamente a essa atividade. Com a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira (1941) – que instituiu a arrecadação de uma taxa de Cr\$ 1,00 por tonelada de cana para constituição de um fundo voltado para a assistência à produção (art. 144) –, do Decreto-lei nº 6.969 (1944) – que incluía a obrigação de oferta de assistência médico-legal para os colonos (art. 6º) e para os trabalhadores rurais (art. 22) – e do Decreto-lei 9.827 (1946) – que redefinia as condições de assistência aos trabalhadores (revogado pela Lei nº 4.870/1965), tornou-se necessária a criação de uma instituição de prestação dos serviços definidos nos dispositivos legais. Em 23/3/48, o Sindicato Agrícola de Campos criou o Serviço de Assistência Médico-Social (cf. Ata da Assembléia de 23/3/48). Da perspectiva dos fornecedores de cana que participavam da diretoria do Sindicato nesse momento, a criação de uma associação oferecia melhores alternativas de prestação de uma gama tão ampla de serviços. Em 1/5/1948, o Sindicato Agrícola de Campos foi substituído pela Associação Fluminense dos Plantadores de Cana – ASFLUCAN (cf. Ata da Assembléia Geral Ordinária do Sindicato Agrícola de Campos de 1º de maio de 1948). Em 31/12/48, o Serviço de Assistência Médico-Social foi transformado em Departamento de Assistência Médico-Social da ASFLUCAN, para melhor se adequar à aplicação do fundo financeiro repassado pelo IAA (cf. Atas de Assembléia de 22/11/48 e 31/12/48).

Como todos os fornecedores deveriam contribuir com uma taxa para manutenção dos serviços de assistência, a diretoria da ASFLUCAN instituiu para os pequenos fornecedores (com produção inferior a 100 toneladas) a isenção de qualquer outro pagamento (além da taxa compulsória) como contrapartida ao uso daqueles serviços (cf. Ata da Assembléia da ASFLUCAN de 25/10/49). Desse modo, eles tiveram acesso a serviços médicos por preços proporcionais ao volume da produção de cana. A oferta de serviços

sob tais condições se tornou fator decisivo para a consagração da identidade social de fornecedor de cana e para aumento do número desses produtores, animados por essa racionalidade social.

As duas instituições de representação dos fornecedores, em termos legais, estabeleceram uma divisão da oferta de serviços. Enquanto o crédito repassado pelo Banco dos Lavradores beneficiava muito mais os plantadores e médios lavradores (grandes e médios fornecedores de cana), a assistência médica oferecida pela ASFLUCAN distinguia prioritariamente os pequenos lavradores ou pequenos fornecedores de cana – que supostamente trabalhavam com membros da família –, os colonos e os trabalhadores rurais.

Transformando esses produtores e trabalhadores em clientela cativa e privilegiada pelo acesso a serviços sociais mais baratos ou em grande parte sustentados pela contribuição dos plantadores e médios lavradores, os dirigentes dessas instituições legitimaram a delegação de poder, de certa forma até então imposta a todos os fornecedores; ampliaram suas bases políticas; e propiciaram a agregação de múltiplos produtores dispersos pelo reconhecimento de alguns dos seus interesses e necessidades.

Por outro lado, as diferenças ou os diversos padrões de valorização da reprodução social desses produtores foram em parte reconhecidos, no processo mesmo de constituição de uma identidade comum, construída pelo acesso aos mesmos direitos e pela colocação dos problemas do preço e respeito a prazos de pagamento como reivindicações primordiais.

A oferta de assistência médica segundo critérios institucionais pressupunha continuidades e descontinuidades nas relações subjacentes ao sistema social em que esses produtores estavam inseridos. Como foi visto no capítulo anterior, trabalhadores e colonos estavam ligados a essa atividade mediante formas de filiação e regras de reciprocidade construídas junto aos plantadores de cana, em que a assistência era constitutiva do sistema de poder mais personalizado então vigente. A criação de serviços de assistência oferecidos por instituições tuteladas pelos grandes e médios produtores mantinha a oferta de recursos complementares à reprodução social dessa clientela, mas os oferecia mediante critérios mais impessoais. Contudo, este mesmo acesso dependia em grande parte da constituição de relações personalizadas com aqueles produtores, do seu reconhecimento como empregador ou de sua contribuição para locomoção etc.

A expansão das atividades e serviços efetuada pelas instituições de representação contribuiu para o processo de constituição da identidade social do fornecedor, mas também apresentou-se como importante recurso de viabilização de estratégias de limitação do poder dos demais agentes dessa produção. Admitidos como porta-vozes dos fornecedores de cana, os plantadores mantiveram o controle dos mecanismos institucionalizados de diálogo com o Estado, com os usineiros, fazendo silenciar os pequenos lavradores de cana ou dificultando o debate, a sistematização e o encaminhamento dos interesses mais específicos e imediatos destes agricultores. Desta postura, os pequenos lavradores de cana mantiveram-se como reinventores, readaptadores e recriadores dos efeitos das mudanças em grande parte provocadas, desejadas e controladas pelos plantadores de cana. Tornaram-se (por vezes com passividade resistente) objeto de atribuições e qualidades impostas, dentre elas a de sacrificados, que não conseguem suportar as injustiças dos preços vistos como baixos e dos prazos de pagamento desrespeitados por usinas e até mesmo instituições estatais.

Exaltando a presença de pequenos produtores de cana, os porta-vozes deram a estes certa visibilidade. Mas o registro dessa existência e das dificuldades enfrentadas por aqueles que dispunham de menores alternativas e poder de influência (pois que imersos num sistema de poder personalizado e localizado e de relações mais restritas) supôs a usurpação das possibilidades de sua organização política, paralela ou específica a seus interesses mais imediatos.

Tanto a constituição da identidade social de fornecedor de cana – no decorrer de um processo de expansão dessa cultura –, como a tentativa de incorporar a todos os produtores aceleraram, em contrapartida, a aplicação de mecanismos de apropriação de sobretrabalho⁴ e de expropriação dos colonos dos seus meios de trabalho e condições de produção, redundando, tempos depois, na eliminação total.

Da mesma forma, a própria participação de alguns plantadores como agentes mais comprometidos com o desenrolar das práticas institucionais os diferenciava em relação a seus pares e aos demais, porque pressupunha a detenção de um saber e de um poder que cada vez mais os qualificavam para esse exercício. Na medida em que se integravam num campo de relações específicas, de

⁴ Valor excedente ao trabalho necessário à reprodução do trabalho.

canais por onde deveriam perpassar reivindicações e por onde se expressavam mais politicamente os conflitos – outros agentes, outras instituições, inclusive estatais –, esses produtores iam também se distanciando de seus representados. Em nome mesmo de sua constituição como legítimos e eficazes representantes, iam incorporando atitudes e formas de atuação necessárias ao desempenho da função. Os temas e as questões presentes nos discursos, muitas vezes visavam menos à legitimidade dessa posição frente aos representados e mais aos interlocutores e mediadores privilegiados para obtenção de regulamentos, leis, recursos financeiros; para minimização dos efeitos dos mecanismos de apropriação de renda (impostos, taxas); e para institucionalização de conquistas acordadas e, portanto, provisórias, isto é, objetivadas na vigência do consenso obtido frente a um jogo de forças sociais cambiantes.

Mas esse processo de construção da categoria fornecedor de cana não pode ser compreendido pelo aspecto da aquiescência passiva dos lavradores e colonos. Muitos deles souberam tornar-se beneficiários dessas lutas, como já destaquei no início deste capítulo e será adiante pormenorizado. Valorizando a redistribuição dos serviços médicos, animados pela segurança legal da comercialização da cana independentemente do volume, os lavradores rearticularam as formas de acesso à propriedade da terra (antes basicamente indivisível e familiar), dotando cada membro da família – herdeiro real ou potencial, homem ou mulher – do seu fundo agrícola e do título de fornecedor. A partir da expansão da produção de cana, da capacitação das unidades industriais e dos benefícios acima citados, o número de pequenos fornecedores foi ampliado, abrigando também indivíduos antes desinteressados dessa atividade ou mesmo expulsos (como alguns colonos ou filhos de proprietários que migraram para o Rio de Janeiro e voltaram).

Como será visto posteriormente, a luta dos colonos no sentido de terem reconhecidos seus direitos de produção da cana e de acesso aos meios de subsistência, de produtor independente que gozava de certa autonomia e capacidade de decisão, enfim, no sentido de verem cumpridas as regras constitutivas dessa relação de colonato, teve para eles dois efeitos. Em virtude de essa relação – fundada em acordo e regras consuetudinárias, expressas na internalização de comportamentos recíprocos ou na legitimidade do exercício dos papéis de ambos os parceiros – estar articulada ao poder pessoal do proprietário da terra, ela não comportava conflitos e desentendimentos em que as partes radicalizassem as posições

divergentes. Por isso mesmo, a luta dos colonos em fazer cumprir as regras redundava no rompimento da relação.

Numa situação, através da reivindicação de direitos, eles obtinham a indenização pelas benfeitorias e o valor financeiro correspondente aos vigentes encargos que recaíam sobre a contratação do trabalhador. Esses recursos financeiros, na maior parte dos casos estudados por esta pesquisa, eram imobilizados na compra de uma propriedade de terra. Dessa forma, retomavam ou assumiam de fato sua condição de fornecedor de cana.

Noutra, eles abandonavam ou desistiam ao longo do processo de definição jurídica de seus direitos, descreiam desses procedimentos e optavam pelo assalariamento frente às arbitrariedades a eles impostas e às dificuldades financeiras para reprodução. Perdiam, portanto, a sua condição de produtor de cana.

A transformação do Sindicato Agrícola de Campos em Associação – a ASFLUCAN – também limitou em parte o avanço das lutas políticas dos trabalhadores de fazenda, por suprimir o Sindicato dos Empregados Rurais de uma instituição correspondente, pelo lado patronal, que pudesse representar os fornecedores nos trâmites jurídicos e burocráticos de encaminhamento de reivindicações e reconhecimento legal de acordos e dissídios.

Havia uma antiga contenda entre o Sindicato Agrícola de Campos e o Sindicato dos Empregados Rurais de Campos sobre o encaminhamento das reivindicações salariais dos trabalhadores de fazenda. Os plantadores de cana circunscreveram as ações desses trabalhadores, alegando que não dispunham de instituição de representação da categoria para efeitos de decisão de dissídio coletivo, porque o sindicato patronal não era reconhecido, da mesma forma que o dos trabalhadores até 1944. Com a transformação daquela instituição em associação, justamente no contexto em que os trabalhadores rurais passaram a ter acesso a um corpo de direitos sociais (Decreto-lei 6.969, de 1944), a um certo número de instrumentos legais para regulamentar as relações de trabalho e à mediação institucional oficialmente reconhecida, os plantadores dificultaram o encaminhamento das ações burocráticas e jurídicas dos trabalhadores. As soluções deviam ser negociadas, resolvidas com base em consenso, concessão, ou por confronto, difíceis de serem constituídos, dadas as restrições para mobilização dos trabalhadores rurais permanentes, submetidos a um sistema de poder pessoal que controlava as condições de trabalho e várias

esferas da vida social.

Contudo, sob quaisquer dessas formas de luta, de resistência pessimista ou contestatória e de recriação frente às novas condições sociais de produção, estava em jogo a valorização do produtor de cana como fornecedor, isto é, com as garantias e afiliações que lhe eram coextensivas. O reconhecimento social da identidade do fornecedor de cana não despreza assim as diferenças internas, porque leva em conta comportamentos e atitudes diversas desses produtores (RAMBAUD, 1982). O termo fornecedor abrange apenas o conjunto de relações que integra esses produtores à comercialização da cana e os filia ao Instituto do Açúcar e do Alcool e às instituições de representação, às quais devem contribuir financeiramente por cobrança de taxas.

Tais diferenças de atitudes aludiam a interesses e projetos múltiplos; a condições diversas de existência e de organização da produção e do trabalho; a variedades de orientação das práticas econômicas; a diferentes estratégias de acesso e acúmulo de recursos como crédito e/ou poupança; a orientações distintas quanto à formulação de projetos para família e para o futuro dos filhos; a modalidades heterogêneas de concepção de trajetórias sociais, de representação política e de ritmos de transformação de condutas.

A identidade social do fornecedor de cana se circunscreve à solidariedade de pontos de vista de todos os produtores. Esses interesses comuns diziam (e dizem) respeito apenas ao desejo de terem reconhecido o direito de comercialização das canas sob preços e prazos de pagamento rigorosamente delimitados e imunes a manipulações que impunham submissões e arbitrariedades.

As formas de organização e representação política postas em prática pelos plantadores de cana tornaram-se básicas ao atendimento dos seus objetivos imediatos. Engajados num projeto de expansão da produção e de acumulação, em grande parte barrado pelos interesses equivalentes dos usineiros, eles se empenharam na criação de condições para centralização de recursos. Conseguiram melhor delineamento das formas de dominação, principalmente ideológica, a partir de sua colocação como porta-vozes dos demais segmentos ou da tentativa de transfigurarem seus interesses em necessidade de todos.

A análise dessas estratégias e instrumentos de exercício de poder demonstra que o processo de acumulação pressupõe, além de

mecanismos diversos de expropriação, formas outras de dominação, não só no sentido de controlar interesses convergentes e competitivos, como também o acesso à poupança interna (obtida pelas taxas compulsórias para constituição do capital do Banco dos Lavradores) e externa (obtida pela transferência de recursos de outros segmentos sociais através da interferência do Estado). Sob quaisquer dessas alternativas, as alianças estabelecidas com o poder governamental foram fundamentais para a eficácia das estratégias e dos instrumentos de poder e para a criação de condições que permitiram a expansão da produção, o aumento da produtividade do trabalho e a capitalização através do acesso aos instrumentos agrícolas mecanizados. Essas questões serão analisadas no próximo capítulo.

3

A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO E DA PRODUTIVIDADE D O TRABALHO

A expansão da produção da cana e do açúcar na região açucareira de Campos, a partir da década de 30, não contando com inovações tecnológicas que assegurassem o aumento da produtividade do trabalho, fundamentou-se no redirecionamento do uso dos fatores de produção: agregação de trabalhadores e de parte do solo anteriormente voltada para o cultivo de outras lavouras. Este redirecionamento incidiu antes de tudo sobre a relação de colonato, não só porque os plantadores passaram a se interessar pela exploração direta da cana, como também a se apropriar das áreas de terra reservadas às hortas e aos pomares que eram asseguradas aos colonos.

O processo de expropriação dos colonos fora acompanhado pela luta destes produtores. Esta luta era referendada pela reafirmação das regras consensuais que definiam tal relação ou pela transformação de parte de tais regras em direitos, quando passíveis de se reverterem em recursos financeiros. E geralmente eram reclamados no momento da dispensa ou rescisão, através do pagamento de indenização.

A transformação de regras em direitos minava os fundamentos desta relação de trabalho porque alterava as bases de sua constituição. Enquanto relação mantida sob domínio pessoal, devia ser cotidianamente criada e recriada, reproduzida na convivência, na manifestação de comportamentos inculcados entre os parceiros-colono e proprietário da terra. Fundava-se na renovação da dívida pessoal e da concessão de recursos, em ligações éticas e afetivas. Contendo em si mesma as alternativas de dissensão e conflito, necessitando ser reproduzida cotidianamente, a relação entre o colono e o proprietário da terra era relativamente instável e, por isso, dotada de formas de controle pelo reconhecimento dos di-

reitos consensuais. A introdução do direito, instrumento formal e impessoal, atingia o papel e a autoridade do proprietário da terra, que tentava se desvencilhar de possíveis questionamentos ao seu poder e sua autoridade. Alcançava ainda a objetivação de determinados mecanismos de apropriação de sobretrabalho, dissimulados ou compensados pela reprodução da dívida pessoal, pela subordinação e pela fidelidade.

Frente às mudanças acima apontadas, a relação de colonato foi primeiramente atingida e mais ainda se se objetivasse em unidades agrícolas que estivessem sob processo de expansão mais intensa de cultivo da cana, como era o caso das fazendas das usinas. Desejando transformar todos os membros da família do colono em assalariados, os empregadores passaram a exigir maior número de dias de trabalho sob tarefa e dificultaram a dedicação às lavouras próprias, embora também minimizadas em alguns casos pela restrição da área de terra para elas liberadas.

Usineiros e plantadores ampliaram a apropriação do trabalho excedente dos outros trabalhadores vinculados como diaristas, através da diminuição do valor e da intensificação do uso da força de trabalho (via pagamento de salário com base na tarefa); do prolongamento da jornada; e do uso cada vez mais amplo de equipes de trabalhadores (principalmente no corte da cana) ou da cooperação simples (MARX, 1971, p. 370-385). Nas fazendas das usinas, principalmente, esse processo se configurou pela transformação do trabalhador diarista em tarefeiro e deste em empreiteiro (NEVES, 1988, cap.6). Tal mecanismo incorporava o rebaixamento do valor da força de trabalho, dissimulada, por um lado, no pagamento da tarefa, na desqualificação do vínculo empregatício, isto é, na exclusão dos direitos sociais definidos pela legislação trabalhista vigente. Por outro, na imposição de o trabalhador formar sua própria equipe de trabalho, agregando a esse domínio suas relações familiares pela incorporação da esposa e/ou trabalhadores menores (filhos, sobrinhos, genros etc.). A inserção dos membros da família propiciava a diminuição do valor da força de trabalho do trabalhador adulto, não mais correspondente ao pagamento do tempo de trabalho necessário à sua reprodução e de sua família, mas repartido pelos componentes da equipe (MARX, 1971, p. 450).

A partir da década de 50 a expansão da produção agrícola e industrial passou a contar com modificações técnicas ou com mutações

dos métodos de produção e desenvolvimento da produtividade e intensidade do trabalho. Todos aqueles mecanismos de diminuição do tempo de trabalho necessário foram então ampliados e complementados pela introdução e expansão do uso de máquinas no trabalho agrícola, principalmente no preparo de solo e no transporte das canas. As alterações nas condições de trabalho se intensificaram com a inserção dos plantadores no processo de mecanização das atividades agrícolas.

Eles eram fundamentais à continuidade da expansão da produção e da reprodução ampliada pelos usineiros e plantadores, que encontravam limites no uso intensivo da força de trabalho e no grau de exploração. Por isso mesmo, a introdução mais ampla de instrumentos mecanizados e a expansão da produção são processos concomitantes a partir da década de 50 nessa região (nesse momento recobrimo principalmente o município de Campos), incidentemente na Baixada Campista, mais propícia a essa utilização por ser plana.

A expansão da produção fora também estimulada pelo Estado, não só o governo federal, cujo interesse específico se orientava pelo abastecimento do mercado interno e aumento da exportação, mas também pelo governo estadual, com diversos dos seus centros de decisão liderados por plantadores de cana e usineiros dessa região.

Fez-se ainda acompanhar de processos de ampliação do poder político institucional dos plantadores de cana que passaram, cada vez mais, a legitimar sua posição pela redistribuição de recursos assistenciais; e de lutas dos usineiros no sentido de minimizarem os efeitos negativos da concentração industrial nas usinas do estado de São Paulo.

Paralelamente, ocorreu o acirramento das lutas dos trabalhadores de usina, tanto na área agrícola como industrial, e dos trabalhadores de fazenda, que resistiam àqueles mecanismos de acumulação. Mobilizaram-se em torno do cumprimento dos direitos já adquiridos e a serem incorporados, do aumento do salário e da minimização dos mecanismos que visavam a intensificar o uso da força de trabalho. Essa mobilização, num contexto em que o movimento sindical encontrava maiores alternativas de atuação, tornou-se importante no sentido de assegurar o reconhecimento legal da relação de trabalho de parte dos trabalhadores permanentes de usina e de fazenda. Em contrapartida, acelerou ou estimulou a intensificação do seu uso informal, agora tornado ilegal, num

momento em que diminuía o tempo de trabalho e aumentava o tempo de desemprego.

Essa modalidade de vinculação da força de trabalho tanto dos trabalhadores permanentes como temporários era utilizada em nome mesmo do reduzido número de direitos que regulavam as relações de trabalho na agricultura e da concessão de favores clientelísticos. Nesse contexto, foi considerada como alternativa privilegiada para exclusão dos trabalhadores da proteção da legislação vigente; para baratear a força de trabalho; para isentar os empregadores da reprodução dos trabalhadores nos momentos de menor demanda e para desmobilização política. Por isso mesmo, os trabalhadores clandestinos (ou sem vínculo empregatício formal) vão constituir, doravante, a modalidade predominante de vinculação da força de trabalho às atividades agrícolas.

Segundo Szmrecsányi, a expansão da produção do açúcar se deu no plano nacional, porém em maior intensidade no Centro-Sul, tendo sido “determinada, em boa parte, pela crescente demanda do mercado interno, então sob os efeitos de uma intensa urbanização e industrialização. Mas, ela também foi além, com a produção de açúcar superando o consumo nacional, fazendo com que o Brasil voltasse a figurar entre os grandes exportadores do produto” (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 236-237).

O IAA havia considerado prioritário no planejamento da economia canavieira o reequipamento e a concentração de pequenas usinas, de modo a permitir a modernização, isto é, o aumento da produtividade e do rendimento, a tornar essa economia competitiva em termos de exportação e a propiciar a expansão da produção. Através da Resolução nº 378/50, de 29 de março de 1950, a direção do IAA decidiu liberar a produção de açúcar em todo o País, na safra 1950/51. Conforme esta mesma Resolução, os Planos de Safra em elaboração deveriam adotar “medidas tendentes a obter o máximo emprego possível de matéria-prima na produção de açúcar em fábricas de maior rendimento”.

Tais medidas atendiam ainda a reivindicações dos produtores de açúcar que, reunidos no I Congresso Açucareiro Nacional em Petrópolis (RJ), em setembro de 1949, haviam encaminhado a referida recomendação (Monitor Campista n. 219, de 24/9/49 e n. 220, de 25/9/49).

Nesse mesmo evento, os produtores de açúcar discutiam e pres-

sionavam o IAA no sentido de não adotar preços diferenciais para o açúcar. Alegavam, entretanto, os técnicos desta autarquia que, dada a grande extensão territorial, havia uma diferenciação muito grande entre as regiões produtoras em termos de proximidade dos mercados industriais e de consumo, justificando a oposição ao preço único requerido. Os produtores, especialmente os da região açucareira de Campos, que lutavam pela equiparação de suas condições de produção às do Nordeste e pelo reconhecimento da distinção delas em relação àquelas atribuídas a São Paulo, solicitavam, no mínimo, o preço único para os Estados do Rio e Pernambuco. Para viabilizar essa reivindicação sugeriam a criação institucional de uma Comissão que realizasse o papel de vendedor único, podendo defender os interesses de todos os produtores. A “Comissão Central de Comercialização do Açúcar” seria constituída, então, por usineiros representantes de todos os centros produtores e atuaria sob a fiscalização do IAA.

Complementando essas propostas unificadoras da ação dos produtores de açúcar, os usineiros da região açucareira de Campos em especial defendiam a criação do Banco Nacional do Açúcar, a ser por eles mantido, para assegurar a especificidade da oferta de crédito (Monitor Campista n. 219, 24/9/49).

Durante o encaminhamento dessas propostas, os usineiros da região açucareira de Campos dirigiram um memorial ao presidente da República, em 1951, solicitando amparo à produção através de financiamento, aumento do preço do açúcar, direito de exportar excedentes e melhoria das condições de transporte pela Estrada de Ferro Leopoldina.

Os técnicos do IAA negavam-se novamente a atendê-los, considerando os grandes investimentos necessários à concretização de tais propostas. Contudo, pela Resolução 619/51, instituiu esta autarquia uma política de preços diferenciados para o açúcar, cujo objetivo mais imediato era reforçar o poder de competição dos produtores do Nordeste nos mercados da Região Centro-Sul. Além disso, tentava inverter a tendência, vigente desde o início da política de defesa, de os produtores do Centro-Sul se beneficiarem de sobre-lucro cada vez que se elevavam os preços de referência do açúcar.

Os produtores do Centro-Sul intensificaram então os mecanismos de pressão, porque a Resolução nº 619/51 “estabelecia um preço de liquidação único para todos os produtores do País, com base no preço fixado para o Nordeste, e outro de faturamento, variável

conforme a distância entre os centros produtores e principais áreas consumidoras do Centro-Sul. As diferenças verificadas deveriam ser recolhidas aos cofres do Banco do Brasil, para constituir um Fundo de Reequipamento, cuja administração caberia ao Instituto” (SZMRECSÁNYI, 1979. p. 241).

Contudo, a concessão de aumentos de quotas para os produtores do Centro-Sul em especial, ao lado da restituição direta de 80% da diferença de preço arrecadado possibilitaram aos usineiros o reequipamento das usinas e destilarias, a mecanização das atividades agrícolas e a melhoria do transporte. Traduziram-se em maior rentabilidade e rebaixamento dos custos de produção e na tentativa de estabelecimento de trégua aos ânimos exaltados desses produtores.

Através da Resolução Nº 501/51, em que o IAA elevou a produção do açúcar e do álcool, ao Estado do Rio coube a quota de 4.909.695 sacos ou um aumento correspondente a 31,0% em relação ao anterior. A Resolução 1.284, de 20 de dezembro de 1957, elevava novamente o contingente global da produção das usinas do País, repartido proporcionalmente entre elas, conforme a maior produção alcançada por cada uma entre as safras 1951/52 e 1956/57. O Estado do Rio de Janeiro recebeu um aumento de 27,4%, passando o limite de 4.925.151 sacos de açúcar para 6.257.476.

No ano de 1952, visando dotar a agroindústria açucareira de competitividade pela minimização dos custos de produção, o IAA criou medidas que facilitavam a importação de máquinas, jipes, caminhões e implementos através da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Integrado a esse plano de melhoria da rentabilidade, da produtividade e da competitividade da agroindústria canavieira, o IAA estimulou a diversificação industrial para dar conta da absorção da produção excedente de cana e açúcar. Para tanto, facilitou a obtenção de empréstimo no estrangeiro para aquisição de maquinaria para fabricação de açúcar e de álcool e para a instalação de indústrias de papel e celulose. Atendendo a esses estímulos, ao final da década de 50, começaram a ser instaladas em Campos duas fábricas de papel e celulose para aproveitamento do bagaço. As fábricas estavam agregadas às usinas de Santo Amaro e Paraíso.

Ao lado das medidas tomadas pelo governo federal através do IAA, o processo de mecanização das atividades agrícolas foi beneficiado por medidas implementadas pelo Ministério da Agricultura. A partir do início da década de 50, este Ministério havia

criado programas especiais para facilitar a importação (taxas de câmbios preferenciais), o acesso ao crédito para compra de tratores, caminhões, jipes (pagamento de 25% do valor como entrada e o restante em 3 anos com juros de 6% ao ano) e fertilizantes, através da constituição do Fundo de Mecanização da Lavoura.

Estímulos congêneres foram oferecidos pelo governo estadual. A Secretaria de Agricultura assinou um convênio com o governo francês para importação de tratores, caminhões, jipes e implementos e, através de parte do imposto sobre venda e consignações e de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, criou a Carteira de Fomento do Banco do Estado para facilitar a oferta de crédito agrícola.

Em 1959, a Secretaria de Agricultura adquiriu 50 tratores iugoslavos, que se somaram aos 38 já integrados ao acervo da patrulha moto-mecanizada que atendia às reivindicações de prestação de serviços pelos produtores. Este programa estava incorporado ao Plano Estadual de Mecanização Agrícola e era operacionalizado por sete Postos de Motomecanização localizados em determinados municípios

Em relação aos fornecedores de cana, o IAA ampliou a oferta de crédito, especialmente de custeio, que, além de atender a esses produtores, propiciava a capitalização pelo Banco dos Lavradores, já que o empréstimo era oferecido a 2% ao ano e repassado a 4%.

O Banco dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro, através da criação do Serviço de Mecanização, valendo-se da capitalização obtida e das linhas de crédito abertas por estímulos do Estado, vendia jipes, tratores e material para irrigação. A partir de 1952, pôde ampliar seus serviços e clientela, incorporando como beneficiários do crédito os fornecedores de cana de fato mas não reconhecidos oficialmente pelo IAA, graças à mudança do estatuto dessa instituição.

Em 1958, o capital do Banco foi elevado para 200 milhões de cruzeiros, conforme lei aprovada pela Assembléia Legislativa e pelo então governador, de origem campista, do Estado do Rio. Esse acréscimo se deu pela majoração de 1% da taxa especial paga pelos fornecedores de cana e arrecadada pelas usinas. Essas empresas ficaram obrigadas a remeter ao banco, até o dia 15 de cada mês, a relação discriminada da quantidade de cana moída, contendo os nomes dos fornecedores e os respectivos contingentes

entregues no mês anterior. A taxa a ser arrecadada mensalmente pelas usinas deveria permanecer em vigor até que o banco alcançasse o limite de 200 milhões de cruzeiros (Monitor Campista de 14/8/58, n. 177, p. 1).

Os plantadores de cana da região açucareira de Campos também adquiriram tratores, caminhões e jipes importando-os diretamente. Muitos deles preferiam pagar à vista e a um preço majorado em 40 a 50%, mas contar com a assistência técnica fornecida pelos revendedores, serviço do qual estavam isentos aqueles que se valeram das alternativas acima apresentadas.

Por fim, o acesso que os usineiros tiveram, por importação, à compra de novos instrumentos mecanizados para reequipar suas unidades produtivas, permitiu a liberação de caminhões, tratores e jipes, de “segunda mão”, para muitos dos fornecedores de cana. A administração da usina estimulava alguns dos grandes e médios fornecedores à compra desses instrumentos, criando condições especiais de pagamento, geralmente através do próprio fornecimento de cana.

Nesse contexto, o estoque de instrumentos mecanizados no município de Campos, encontrava-se assim distribuído:

Especificação	1950	1960	Aumento %
Tratores até 10 c. v.	9	93	903
Tratores entre 10 e 50 c. v.	121	203	67
Tratores acima de 50 c. v.	-	79	-
Total	30	75	88

Fonte: IBGE - Censo Agrícola 1950 e Agropecuário 1960.¹

A expansão da produção açucareira foi ainda facilitada por uma série de medidas implementadas pelo governo do estado, especialmente aquelas referentes à infraestrutura viária. Nesse período foi pavimentada a estrada que liga Campos a Niterói, facilitando o escoamento do açúcar e minimizando a dependência da Estrada de Ferro Leopoldina. Foram abertas estradas para outros municípios circunvizinhos, obra complementada com a criação, em 1959, do Programa de Recuperação do Norte do Estado, possibilitando a

¹ Enquanto o número de arados de disco aumentou de 442 em 1950 para 598 em 1960, o de arados de aivaca diminuiu de 1.535 para 757 respectivamente (cf. Censo Agrícola de 1950 e Censo Agropecuário de 1960).

incorporação de novas áreas à produção de cana.

Tais estímulos provocaram um aumento da produção de cana e de açúcar no estado do Rio de Janeiro, entre 1950/59. A produção de canas pelas usinas, na safra 1950/51, foi de 877.246 toneladas e, na safra 1959/60, de 1.451.010 toneladas. A produção média na década foi de 1.222.676 toneladas. A quantidade de canas advindas de fornecedores que foi esmagada pelas usinas, na safra 1950/51, foi de 1.545.265 toneladas e na de 1959/60, de 2.376.752. A produção média na década foi de 2.100.320 toneladas. Na safra 1950/51, a produção de açúcar foi de 3.850.595 sacos de 60kg e na de 1959/60, de 6.154.844. A produção média na década foi de 5.074.263 sacos de 60kg. A produção de álcool na primeira safra da década era de 26.451.532 litros e na última, 54.535.818 litros, atingindo uma produção média no período de 39.735.605 litros. O rendimento industrial das usinas no início da década era calculado em 90,63kg/toneladas de cana e na última safra aqui considerada havia atingido 97,30 kg. Enquanto a produção média do açúcar aumentou 60% em relação à década anterior, a de álcool atingiu 29% (MIC/IAA, DEP Serviço de Estatística e Cadastro, 1973 e Anuário Açucareiro, Ano XV a XIX).

As cifras acima apontadas demonstram que as unidades industriais acompanharam de perto os índices acumulados de aumento da produção de cana que foram concedidos pelo IAA (66,89%), apresentando um crescimento mais elevado do que os fornecedores. Enquanto os primeiros obtiveram uma expansão da ordem de 68% (considerando a produção média das duas primeiras safras 1950/52 – e das duas últimas 1958/60), os segundos alcançaram 51%.

A expansão da produção do açúcar pelas unidades industriais também foi muito diferenciada. Nem todas puderam se beneficiar do mesmo modo dos recursos e estímulos oferecidos, intensificando assim o processo de concentração industrial. Nesse período (1950/59), desapareceram mais três usinas no estado do Rio de Janeiro, sendo duas no município de Campos (Pedra Lisa e Sant'Ana). Ao final desse período, o estado do Rio contava com 28 usinas e o município de Campos com 16 (em 1929/30, o Estado do Rio abrigava 31 usinas e o município de Campos 21).

A comparação da capacidade de produção das usinas do Município de Campos entre a safra 1929/30, anterior às primeiras medidas de intervenção sistemática do Estado nessa economia, e a safra 1959/60, deixa clara a constituição desse processo de concentração

industrial que vai se intensificar na década de 70, como será visto. Algumas das usinas que nesse momento tinham uma produção mais restrita ou que apresentavam menor índice de crescimento desapareceram posteriormente.

TABELA 3 – Crescimento da produção de açúcar pelas usinas no estado do Rio de Janeiro

USINAS	SAFRAS		EXPANSÃO
	1929/30	1959/60	%
Barcelos	83.000	462.017	457
Cambayba	97.593	210.625	115
Cupim	123.484	317.701	157
Mineiros	116.484	190.995	63
Novo Horizonte	9.551	75.751	693
Outeiro	72.644	364.072	401
Paraíso	104.382	295.741	183
Poço Gordo	103.155	201.108	94
Queimado	155.765	307.706	97
Santa Cruz	107.974	353.505	227
Santo Amaro	59.320	280.874	373
Santo Antônio	64.235	164.878	156
São João	105.495	403.112	282
São José	257.727	659.650	155
Sapucaia	60.000	322.220	437
Total	1.521.195	4.609.955	203

Fonte: MIC-IAA-DEP Serviço de Estatística e Cadastro, Rio de Janeiro, 1973.

As alternativas de expansão da exportação apresentadas no início da década de 60 vão permitir a continuidade do processo de crescimento da produção do açúcar no Brasil (SZMRECSÁNYI, 1979: p. 254). Pelo Decreto nº 156, de 17/11/1961, que substituiu o de Nº 51.104 (01/08/61), as exportações foram fomentadas em detrimento relativo de outros objetivos, quais sejam os de garantir financiamento para custear o Programa de Consolidação de Fomento da Agroindústria Canavieira e de executar programas de assistência social aos trabalhadores dessa atividade econômica (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 256).

Animados por esse clima de expansão das demandas do açúcar, a

direção do IAA e os usineiros se engajaram num processo de elaboração de planos mais sistemáticos que atendessem ao aumento da produção e da produtividade. Os usineiros encaminharam em 1962 um Memorial dos Produtores do Açúcar do País com «sugestões referentes à execução da política canavieira, elaboração de um plano global para o subsetor, baseado em estudos técnicos sobre: problemas institucionais e sociais, especialmente os ligados à lavoura canavieira; problemas tecnológicos e econômicos relacionados com matéria-prima e produtos, fertilidade e produtividade; racionalização, mecanização e automação; industrialização dos subprodutos, lucratividade e assistência técnica; problemas financeiros, especialmente os correlacionados com capitais fixos e financeiros, capitais circulares e créditos bancários; e problemas de comercialização relativos ao zoneamento equilibrado e à segurança da distribuição (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 262). Mantinham ainda os usineiros a reivindicação relativa à fixação de preços compatíveis com o processo inflacionário e reclamavam a imediata revisão dos limites da produção fixados pela Resolução nº 1.284/57, os quais deveriam ser adaptados às perspectivas de crescimento da agroindústria canavieira.

Muitas dessas sugestões foram incorporadas ao Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (1963) que previa alcançar a produção de 100 milhões de sacos de açúcar até 1971. Este plano foi posto em prática em 1965, especialmente a partir da substituição da cultura do café pela da cana. Através da ampliação do limite da produção, ao estado do Rio coube um aumento de 11,9%, passando de 6.275.476 para 8.744.064 sacos de açúcar.²

Esse processo de crescimento, estimulado em parte por fatores conjunturais – aumento da demanda pelo mercado externo – e realizado diferencialmente, uma vez que permitia ao estado de São Paulo um crescimento hegemônico, vai redundar numa grave situação de irrealização da mercadoria na safra de 1965. Os produtores agrícolas e industriais do estado do Rio de Janeiro foram profundamente atingidos porque o mercado da cidade do Rio de Janeiro veio a ser conquistado pela produção de São Paulo. Além disso, como produziam a custos mais elevados, dado o menor índice de produtividade agrícola e industrial, acumularam maiores prejuízos. As consequências só não foram mais danosas porque

2 Na distribuição das quotas de produção, os estados de São Paulo e Paraná receberam os maiores reajustes, além de concessão de construção de novas usinas.

muitos canaviais tinham sido atingidos pela praga da cigarrinha. Além disso, na safra seguinte, ocorreu no município de Campos uma das maiores enchentes, com muitos canaviais inundados e comprometidos.

Entretanto, as dificuldades vividas na safra 1964/1965 e estendidas às duas seguintes, dados o preço baixo do açúcar e da cana e o endividamento de usineiros e fornecedores, não atingiram o ritmo de crescimento da produção. De 1960 a 1971, a produção de cana dos usineiros cresceu em 46% em relação à média da década anterior e a dos fornecedores de cana alcançou 34%. O aumento da produção do açúcar chegou ao percentual de 41%. O rendimento industrial das usinas passou de 90,7K/t (1950/59) para 94,5K/t(1960/71).

As usinas, na primeira safra da década (1960/61), esmagaram 1.600.362 toneladas de canas próprias e 2.737.413 toneladas de canas de fornecedores. Na safra 1971/72 esmagaram 1.966.967 toneladas de canas próprias e 3.094.062 de canas de fornecedores. A produção média no período relativa às usinas foi de 1.785.502 toneladas e aos fornecedores, 2.808.669 toneladas. Na primeira safra aqui considerada (1960/61) as usinas produziram 6.706.107 sacos de açúcar de 60kg e na última, 7.383.960, com uma produção média no período de 7.196.010 (cf. IAA – Boletim Estatístico). A produção média de álcool foi mantida em estabilidade, sem crescimento. Na safra 1960/61 foram produzidos 42.594.957 litros de álcool e na de 1971/1972, 34.719.378 litros, com produção média no período de 40.208.615 litros (Boletim Estatístico do IAA).

A expansão da produção de cana nesse contexto foi mais significativa no município de Campos. Fundou-se na incorporação de áreas antes limítrofes a essa produção ou reservadas à criação de gado e às lavouras de subsistência. A adesão de boa parte dos produtores ao uso de instrumentos mecanizados, especialmente para o transporte de cana, permitiu a liberação das áreas de pasto e de cercado antes reservadas aos animais de tração e estimulou a especialização naquele cultivo.

Nesse período, alguns plantadores de cana reordenaram a dedicação a essa cultura e à pecuária, adquirindo fazendas de criação principalmente no município de Macaé e expandindo o cultivo da cana naquelas situadas no município de Campos. Data também dessa época a intensificação do processo de extinção do morador ou do acesso às lavouras de subsistência pelo trabalhador permanente,

como será visto, liberando espaços destinados a tais cultivos e a residências constitutivas da morada. Áreas do município de São João da Barra foram incorporadas a essa produção, principalmente pelas usinas que aí adquiriram várias fazendas, bem como no de Macaé. Por conseguinte, a superfície correspondente à região açucareira de Campos se amplia.

TABELA 4 – Expansão das áreas de cultura de cana na região açucareira de Campos – 1950/1970.

MUNICÍPIOS	ÁREAS DE CULTURA DE CANA		
	ANO	ÁREA(ha)	EXPANSÃO
Campos	1950	79.916	100
	1970	115.066	143
Macaé	1950	13.023	100
	1970	17.419	130
São João da Barra	1950	3.171	100
	1970	9.076	286

Fonte: FIBGE – Censo Agrícola de 1950 e Agropecuário de 1970.

A incorporação dessas áreas à cultura de cana e à criação de gado (Macaé) foi feita em detrimento de outros cultivos, conforme informações comparativas apresentadas na Tabela 5:

TABELA 5 – Produção de milho e feijão na região açucareira de Campos – 1950/1970

MUNICÍPIOS	Produtos	1950		1970	
		Ton.	Área(ha)	Ton.	Área(ha)
MILHO					
Campos		7.731	8.033	5.916	7.595
Macaé		1.818	2.550	593	1.200
S. João da Barra		944	1.979	1.213	1.971
FEIJÃO					
Campos		1.192	2.557	55	150
Macaé		1.176	1.879	286	1.109
S. João da Barra		98	194	—	—

Fonte: FIBGE – Censo Agrícola – 1950; Censo Agropecuário – 1970.

O uso de instrumentos mecanizados nas atividades agrícolas vai se intensificar e se estender na década de 60, quando tais instrumentos passaram a ser produzidos no Brasil e foram oferecidas maiores facilidades para aquisição (cf. SORJ, 1980: 35). Tais fatos consubstanciavam a construção de um novo padrão tecnológico que redundou em diminuição dos custos de produção, condição que deveria ser acompanhada pelos lavradores de cana. Além disso, implicou a criação de infraestrutura a ele adequada, com a construção de estradas pavimentadas interligando as usinas, principalmente as situadas na Baixada Campista. A construção dessas estradas fora feita inviabilizando o uso do carro de boi, impedido de nela trafegar. Por consequência, impossibilitava que os lavradores resistissem à expropriação da propriedade da maioria dos instrumentos de trabalho, tornando-se compradores dos serviços prestados pelos proprietários das máquinas. Com o número de tratores e carretas já presentes e seu uso limitado ao período de transporte e preparo do solo, seus proprietários passaram a prestar serviços aos demais que não os possuíam (NEVES, 1981).

Em relação aos municípios abaixo indicados, que compõem a região açucareira de Campos, o número de tratores presentes entre 1950 e 1970 é o seguinte:

TABELA 6 – Número de tratores presentes
na região açucareira de Campos – 1950/1970

MUNICÍPIOS/ANO	TOTAL	CRESCIMENTO
CAMPOS		
1950	130	100
1960	375	188
1970	1.131	770
MACAÉ		
1950	22	100
1960	85	286
1970	192	772
SÃO JOÃO DA BARRA		
1950	4	100
1960	27	575
1970	110	2.750

Fonte: FIBGE – Censo Agrícola 1950 e 1960, Censo Agropecuário, 1970.

Ao final da década de 60, o município de Campos contava com 2.016 arados de tração animal e 1.108 de tração mecânica. O município de Macaé apresentava 204 arados de tração animal e 230 de tração mecânica. O município de São João da Barra abrigava 410 arados de tração animal e 106 de tração mecânica (cf. FIBGE, Censo Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro, 1970).

Ao se levar em conta o processo de redistribuição da propriedade da terra no município de Campos (com a presença de inúmeras pequenas propriedades) e o uso inicial dos instrumentos mecanizados pelos plantadores de cana e usineiros (e só ao final da década de 60 absorvido pelos lavradores), pode-se aquilatar a intensidade com que o processo de mecanização das atividades agrícolas foi instalado.

O processo de expansão da produção vai diferenciando cada vez mais as unidades industriais pela concentração da capacidade de fabricação de açúcar, nesse momento o produto principal.

TABELA 7 – Expansão da produção de açúcar (sacos de 60Kg) 1959/1971

USINAS	SAFRA 1959/60	SAFRA 1970/71
Barcelos (SJB)	462.017	552.481
Cambayba (Campos)	210.625	380.355
Cupim (Campos)	317.701	407.947
Mineiros (Campos)	190.995	240.222
Novo Horizonte(Campos)	75.751	130.117
Outeiro (Campos)	364.072	586.103
Paraíso (Campos)	295.741	522.729
Poço Gordo (Campos)	201.108	200.529
Queimado (Campos)	307.706	381.921
Quissamã (Macaé)	297.823	378.220
Santa Cruz (Campos)	353.505	403.920
Santo Amaro (Campos)	280.874	335.109
Santo Antônio(Campos)	164.878	186.656
São João (Campos)	403.112	666.600
São José (Campos)	659.650	761.167
Sapucaia (Campos)	322.220	533.050

Fonte: MIC-IAA-DEP – Serviço de Estatística e Cadastro, Rio de Janeiro.

As usinas Cambayba, Novo Horizonte, Outeiro, Paraíso, São João e Sapucaia experimentaram um crescimento maior, ainda que a usina Novo Horizonte seja uma das de menor capacidade industrial. Além disso, ampliaram o índice de participação relativa na produção geral da região açucareira. As usinas Cambayba, Paraíso e Outeiro obtiveram esse crescimento em virtude da reestruturação posta em prática por seus novos proprietários. As usinas Paraíso e Outeiro pertenciam a um mesmo empresário. Boa parte delas manteve a posição já alcançada no período anterior, figurando como uma das principais unidades industriais da região. Salvo a usina Poço Gordo (com produção estagnada), todas as demais cresceram para além do limite estabelecido pelo IAA: 11,9%.

No capítulo seguinte, a análise desse mesmo processo de expansão da produção e da produtividade do trabalho recairá sobre as transformações nestas últimas relações.

4

AS

TRANSFORMAÇÕES

NAS RELAÇÕES

DE TRABALHO

Neste capítulo, aprofundo a análise sobre a incorporação dos instrumentos mecanizados nas atividades agrícolas, considerando as mudanças ocorridas nas relações das unidades de produção dos plantadores e dos lavradores de cana.

No primeiro caso, valorizo outras formas de concentração da propriedade da terra e de acumulação objetivadas pelos plantadores de cana, através da expropriação do acesso dos colonos e dos moradores à exploração de áreas reservadas às lavouras autônomas. Esse processo se consolidou por uma série de mudanças nas relações de trabalho e pela constituição de novos tipos de trabalhadores, diferenciados em trabalhadores de fazenda (permanentes) e clandestinos (temporários). Inicialmente, a vinculação dos trabalhadores temporários fora efetivada diretamente pelos plantadores e pelos usineiros. Posteriormente, na medida em que tal contingente de trabalhadores foi se consolidando e a produção de cana se ampliando, a administração das usinas centralizou esta modalidade de vinculação, eximindo os plantadores de preocupações com a reprodução social e controle da mão-de-obra temporária.

No segundo caso, analiso as condições em que os lavradores de cana tiveram acesso aos instrumentos mecanizados e em que se adaptaram a um novo patamar tecnológico. A despeito da resistência dos lavradores de cana em perder o controle dos instrumentos de trabalho – arado e carros de bois em especial –, eles tiveram que se render à imposição das novas condições técnicas de cultivo da cana. Essa imposição tornou-se possível pela necessidade de acompanhar o grau de produtividade do trabalho e o da terra, a partir dos quais o preço da cana era calculado. Outrossim, constituiu-se em complemento ao processo de incorporação dos instrumentos mecanizados pelos plantadores de cana e usineiros, que pressupu-

nha mudanças nas relações de trabalho que ultrapassassem suas próprias unidades de produção.

Valorizo, nesse caso, as mudanças ocorridas nas relações de trabalho e na organização da produção pelos lavradores de cana, fundadas na restrição ou eliminação do trabalho familiar. Em algumas situações, os lavradores foram limitados à função de administradores das unidades de produção. Em outras, eles próprios e seus filhos se tornaram parte da mão-de-obra vinculada temporariamente.

Em quaisquer dessas situações, as unidades de produção passaram a se valer de trabalhadores externos para a realização das principais atividades de cultivo da cana. Dedicaram-se de modo especializado a esta cultura e secundarizaram ou eliminaram os outros cultivos destinados principalmente ao autoconsumo.

4.1 Os plantadores de cana e o uso de instrumentos mecanizados

As alternativas abertas à expansão da produção, ao aumento da produtividade do trabalho e ao rebaixamento dos salários foram melhor consolidadas pelos plantadores de cana através do uso de instrumentos mecanizados na agricultura. Para tanto acirraram a extinção das relações de colonato e de morada e a imposição do pagamento de salário por unidade de trabalho ou tarefa.

a) A extinção do colonato

Como destaquei anteriormente, a relação de colonato na região açucareira de Campos já se encontrava em processo de liquidação ou se tornara uma possibilidade remota no momento da promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira (1941) e do Decreto-lei nº 6.969 (1944). Esta legislação fora promulgada considerando os conflitos que eclodiram diante da mudança nas relações de trabalho. Ao assegurar ao colono o direito de fornecedor, propiciou um certo controle sobre esse processo ou minimizou seus efeitos mais perversos. Contudo, na medida em que os colonos puderam valer-se de direitos legalmente reconhecidos como referenciadores das relações de trabalho e de formas de resistência à expropriação,

os proprietários também tentaram liberar-se desses compromissos. Temerosos das alternativas de luta e de resistência postas em prática por muitos colonos, da transferência de parte da renda ou da terra através de indenizações, boa parte dos plantadores de cana, sob diversas formas, pôs fim a essa modalidade de vinculação do trabalhador.

Em alguns casos, a rescisão do contrato se dava por um acordo entre as partes. Os parceiros chegavam a um consenso quanto ao valor da indenização e ao momento da mudança de residência pelo colono.

O fato de um acordo ser possível não implicava que o valor da indenização fosse avaliado positivamente pelo colono. Tentando evitar o envolvimento em situações mais tensas e conflituosas e ter que aguardar a solução através de avaliação jurídica – processo longo, de resultado incerto, o colono considerava mais vantajosa a oferta financeira e a modalidade de pagamento apresentadas pelo proprietário da terra.

Por vezes, o colono possuía alguma área de terra própria – adquirida por compra ou herança – e propunha a rescisão do contrato, também se prevenindo de contendas que pairavam como certas num futuro não muito longínquo. Através da poupança aberta pelos recursos financeiros da indenização, alguns deles iniciavam ou renovavam o plantio da cana e tentavam obter o título de fornecedor.

Outros deles, por acordo consensual, desistiam da relação de colonato porque passavam a ser mais absorvidos no trabalho de exploração direta da cana realizado pelo proprietário. Esta situação exigia deles, juntamente com os membros da família, maior utilização da força de trabalho, porque o período de tempo para cuidar de suas lavouras era cada vez mais diminuto. A esses fatores, acresciam as dificuldades impostas pelos usineiros para percepção do rendimento da cana, tanto o transferido pelo proprietário da terra, como aquele obtido diretamente, quando os colonos possuíam o título de fornecedor. A opção pelo assalariamento deles e dos filhos, embora por vezes vista como expressão do uso de sua liberdade, aparecia como fonte mais ampla e imediata de obtenção de recursos e como meio de se libertar daquelas imposições e arbitrariedades. Essa modalidade de rescisão era bastante frequente. Constituiu e constitui a versão mais valorizada pelos plantadores para explicarem o fim do colonato.

O trecho de entrevista a seguir transcrito, em que um plantador

de cana apresenta sua visão sobre a extinção do colonato, explicita essa modalidade de rompimento do vínculo de trabalho. É interessante frisar que este entrevistado é constantemente citado pelos trabalhadores como um “bom patrão”, exemplar. Essa qualificação supõe o respeito aos direitos trabalhistas, a manutenção de relações em que o trabalhador se sente respeitado em sua dignidade – “tratado sem humilhação” ou “sem judiação” – e uma certa prodigalidade no acesso a formas complementares de rendimento (leite, lenha, área livre ou dos aceiros e entrelinhas da cana para plantio de lavouras de subsistência, assistência em circunstâncias adversas como doença, morte etc.).

Eu tinha uns 40 trabalhadores. 5 eram colonos. Agora não tem mais colono. Por volta de 50, os colonos começaram a desistir. Eles preferiam o salário por causa das leis sociais na agricultura.

Os colonos trabalhavam na minha lavoura a dia e trabalhavam na deles. Eles tinham uma pequena área. Eu dava o que quisesse, mas eles mesmos não queriam muita área porque a lavoura era muito deficitária naquela época. As usinas atrasavam muito o pagamento. Essa lavoura dependia de muito trabalho, muita dificuldade. Eu dava o terreno preparado e as mudas de cana, dava as máquinas, o arado, depois a plantadeira. Mas eles desistiram quando a lavoura começou a ficar mais fácil de tocar, quando apareceram o trator e as carretas. Eles entravam com o trabalho e no final da colheita repartíamos o dinheiro. Tirava as dívidas deles porque os proprietários financiavam a entressafra, quando todo mundo se apertava de dinheiro. Mas eles trabalhavam na diária também, fazendo limpa e ganhavam a diária. Não era o salário, não existia na agricultura. Dependendo da necessidade, a gente chamava para trabalhar. Quando tinha mais serviço eles trabalhavam, quando tinha menos, eles trabalhavam na lavoura deles. Eles plantavam cana e miudezas no meio da cana. As miudezas eram para eles, não tinha a meia. Gado eles não criavam não (plantador de cana).

A despeito de a explicação do entrevistado enfatizar o fim do colonato pela conquista de direitos trabalhistas, ela ressalta outros fatores inviabilizadores dessa relação de trabalho: a falta de condições para corresponder ao financiamento compulsório que o usineiro impunha com o atraso do pagamento das canas comercializadas; e o predomínio do capital sobre o trabalho nas tarefas produtivas. Agindo em sentido oposto, o uso de instrumentos mecanizados supunha exatamente a necessidade de recursos financeiros para pagamento de um número extenso de

trabalhadores. Devendo adequar a produtividade do trabalho ao ritmo das máquinas, qualquer produtor devia dispor de recursos a serem transferidos pelo pagamento dos serviços prestados através desses equipamentos.¹

As indenizações dos colonos, nesse tipo de rescisão do contrato de trabalho, eram geralmente transferidas parte em dinheiro, parte em lote de terra, terreno para moradia, cabeças de gado, carro de boi, material de construção da casa em que residiam, geralmente também demolida. A demolição da casa constituía assim o símbolo mais expressivo da liquidação da relação de colonato, porque inviabilizava sua reprodução através de outro trabalhador e demonstrava publicamente o desinteresse por essa modalidade de vinculação da força de trabalho.

Em outras situações, o acordo se extingüia por morte do proprietário de terra, o próprio colono transferindo sua residência. Embora nem todos os casos apresentassem tal implicação, alguns colonos consideravam que o contrato era com o proprietário da terra falecido e não deveriam continuá-lo com o espólio. Essa perspectiva também era adotada pelos herdeiros, quando desejavam pôr fim à vinculação.

Esse mesmo motivo podia ser considerado indicativo do fim da relação de colonato, quando o falecido era o colono. O proprietário da terra podia valer-se dessas circunstâncias para exigir que a família do colono falecido abandonasse a propriedade, além de negar-se a pagar ou reduzir ao máximo o valor das benfeitorias.

Se tais condições não fossem respeitadas, muitos dos colonos ou seus herdeiros reagiam exigindo ou se recusando a receber a indenização considerada injusta. Podiam então resistir a essa expropriação, mantendo as relações conflitivas e aguardando na propriedade uma solução consensual ou jurídica.

Dentre os inúmeros casos arquivados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que documentam situações de encaminhamento de queixas de familiares de colonos falecidos reivindicando a manutenção da relação ou a indenização de benfeitorias, e que explicitam os mecanismos utilizados para inviabilizar essa forma de vinculação, destaco, à guisa de ilustração, o seguinte:

¹ Nesse momento, não havia ainda um sistema de prestação de serviços que assegurasse a inserção de produtores com poucos recursos financeiros, situação constituída posteriormente.

O proprietário da terra quer expulsar à força a viúva do colono sem indenização. Para tanto, tem danificado as socas de cana e as bananeiras, mandou matar um bacurinho de propriedade da viúva e, por último, cortou 10 bananeiras por conta própria (processo arquivado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos).

Na maior parte dos casos de extinção do colonato, os proprietários tentavam ir inviabilizando paulatinamente a relação, pelo desrespeito às suas regras e pela criação de relações tensas e arriscadas, que induziam muitas vezes o colono a simplesmente abandonar a propriedade, deixando para trás os seus direitos ou o valor financeiro das benfeitorias.

A resistência dos colonos ou de seus familiares a essas diversas modalidades de pressão se consubstanciava na permanência na propriedade e/ou no pedido de intermediação dos dirigentes sindicais ou, diretamente, do Instituto do Açúcar e do Alcool. Mesmo antes da promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira, os colonos encaminhavam as reclamações juridicamente, valendo-se da intermediação dos representantes do Departamento Estadual de Trabalho e do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos.

As primeiras iniciativas para constituição de um mediador, capaz de colaborar na resolução das discordâncias em torno do valor das benfeitorias a serem indenizadas, recaíam sobre o presidente do sindicato. Ele próprio visitava a lavoura objeto de avaliação e apresentava uma proposta ou invocava a interveniência de proprietários rurais co-residentes. Caso a mediação não chegasse a bom termo, o processo era encaminhado para o IAA. Sua tramitação era muito morosa: 1 a 2 anos. O colono, por força desse longo tempo e da intensificação das formas de pressão para extinção da relação por parte do proprietário da terra, nem sempre conseguia resistir e aguardar sob tal condição. Desistia do processo ou aceitava um acordo em bases não muito favoráveis a si mesmo. Além disso, na maioria das vezes, o parecer concedido pelo IAA tendia a proteger o proprietário da terra, desqualificando o valor das socas de cana e demais benfeitorias. Essa instituição, embora decidindo sobre as relações de trabalho de colonos e assalariados da agroindústria canavieira, jamais contou com a representação política deles na Comissão Executiva ou no Conselho Deliberativo. Apenas os usineiros e os grandes fornecedores de cana eram representados.

Diversos pretextos, construídos em torno do rompimento do

consenso ou do acordo das regras sociais, eram invocados pelos proprietários para impedir a reprodução da relação de colonato. Dentre eles, têm destaque os seguintes:

- Desrespeito à autoridade do colono através do tombamento da terra e destruição das socas sem prévio acordo.
- Destruição de lavouras por animais do proprietário da terra. Essa destruição podia ser provocada ou não. Sob quaisquer dessas circunstâncias, ele se negava a pagar ou indenizar o colono pelos prejuízos.
- Proibição ao colono de cortar as canas em determinadas safras, deixando-as na roça e, assim, inviabilizando as alternativas de remuneração e de atendimento da reprodução do parceiro dependente.
- Atraso no pagamento pelo uso da força de trabalho do colono e dos membros de sua família, quando alocados para tarefas nas lavouras do proprietário da terra.
- Diminuição da área concedida para a cultura da cana e das lavouras de subsistência, dificultando a reprodução social do colono e de sua família.
- Utilização de situações contingenciais, como abandono da moradia em consequência de enchente, para destruir a casa e proibir sua reconstrução pelo colono.
- Incorporação do uso da força de trabalho do colono e membros produtivos de sua família em número de dias tal que lhes dificultava o trato em suas próprias lavouras.

Diante do encaminhamento do processo à justiça para reconhecimento de direitos e avaliação do valor da indenização, os proprietários de terra tentavam se defender, descaracterizando a relação como de colonato. Para tanto, jogavam, conforme as vantagens relativas, com as múltiplas formas de inserção do colono: como parceiro agrícola e como trabalhador assalariado temporário. Na condição de assalariado, não tinha direito à indenização de benfeitorias. Na condição de pequeno produtor subordinado, não tinha acesso aos direitos trabalhistas. A estes argumentos, por vezes, acresciam a descaracterização do colono como trabalhador permanente por lhe terem autorizado o assalariamento para outros produtores.

Como na maior parte dos casos de colonato, os proprietários da terra comercializavam diretamente a cana, o colono não aparecia como fornecedor legal. Diante das circunstâncias de se defenderem juridicamente das reclamações do colono, os proprietários de terra tentavam então qualificá-lo como um “impostor”. Justificavam-se como benevolentes, por terem concedido gratuitamente um pedaço de terra para cultivo da cana. Aludiam então à ausência de registro do colono na usina como prova inconteste de sua argumentação e, no máximo, o reconhecia como assalariado temporário. Os casos a seguir transcritos a partir dos registros de processos encaminhados ao Instituto do Açúcar e do Alcool são expressivos:

a) “M.R.S., colono há 20 anos. Em 1943, deu ao proprietário da terra 29 carros de cana; em 1944, 35 carros. Já obteve quotas quinquenais. O proprietário vem prendendo o dinheiro que lhe corresponde nesta safra...(1945)”.

Em resposta a este processo, quando ainda tramitava no IAA, o proprietário alegou que M.R.S. não era colono. De vez em quando colocava algumas canas e esporadicamente trabalhava para ele. Acrescentou que M.R.S. “preferia trabalhar braçalmente para estranhos”. Alegava, ainda, que “as socas eram de má qualidade e que os dois resolveram tomar.”

b) F.N.S., há 40 anos colono de E.A.B. e com quota de 30 toneladas de cana na Usina P.G., requer indenização de direitos em processo encaminhado ao Juiz de Direito em 1943.

A proprietária da terra contesta o colono sob a seguinte alegação: “que sempre pagou indenização a colonos, mesmo antes do Estatuto da Lavoura Canavieira. Saindo o Estatuto da Lavoura Canavieira, resolveu extinguir o colonato, no caso de F.N.S., há 20 anos. Mantinha lavoura para trabalhadores no final do ano obterem maior importância para atender as suas necessidades.”

Alegava ainda que “nessa região, não há estabilidade em serviço porque os trabalhadores trabalham ora a um, ora a outro. Ela dava preferência a esse trabalhador porque havia cedido a casa e pequena área onde colhia 30 toneladas de cana anualmente.

Comenta que tentou indenizar, mas ela e o colono não chegaram a acordo quanto ao valor. Por fim, contesta o tempo de constituição do colonato pois se considerar a certidão de nascimento e o tempo alegado dessa relação, 40 anos, ele teria começado com 4 anos de idade (1943).

c) “J.F.A. e seu filho F.F.F., colonos há 12 anos, sendo que na safra passada forneceu a U.P. 200 carros de cana de 1 500kg cada um, requer indenização porque o proprietário mandou abrir as cercas que separam o pasto de sua lavoura, que foi danificada pelo gado do patrão.”

O proprietário da terra contestou alegando que ele não tinha quota, logo, conforme a legislação, não era colono, mas assalariado. Só poderia ser considerado colono se demonstrasse a qualidade de fornecedor, quotista. Por fim, contestou o sindicato, “que é clandestino e se não fosse, só representaria trabalhadores agrícolas e pecuários e não se refere a colonos” (Processo encaminhado ao IAA em 1946).

Por fim, resalto que o processo de expropriação dos colonos do acesso imediato aos meios de produção e subsistência não provocou a proletarianização generalizada. Muitos deles utilizaram-se da poupança e do reconhecimento da condição de fornecedor como recurso à sua constituição como produtor independente.

b) A extinção da morada

A extinção da relação de trabalho que vinculava os moradores às unidades de produção agrícola resultou de um conjunto articulado de fatores:

- as alternativas criadas pelo uso de instrumentos mecanizados ou as alterações nas condições técnicas de trabalho;
- as possibilidades de uso extensivo do solo para a cultura especializada da cana; e
- as dificuldades de manutenção do pagamento de salário inferior ao patamar mínimo e de irreconhecimento do vínculo empregatício para trabalhadores permanentes, situações questionadas juridicamente nos momentos de dissenso e estimuladas em face da luta dos trabalhadores em torno do cumprimento dos direitos.

A relação de morada foi relativamente preservada porque sua constituição consensual pressupunha o pagamento de um salário de valor menor que o mínimo, compensado pelo acesso à moradia gratuita e às lavouras de subsistência. Como essas lavouras eram em grande parte realizadas nas entrelinhas do canavial ou em áreas

menos férteis, as mudanças verificadas nas condições técnicas das atividades agrícolas não as inviabilizavam plenamente. A existência de um corpo de leis que definia a situação do trabalhador preservava as concessões complementares. O rompimento desses acordos, no entanto, constituía-se em motivo legítimo para os trabalhadores encaminharem institucionalmente a queixa e reivindicarem, após a vigência da lei, o cumprimento dos direitos trabalhistas. Por isso mesmo, o processo de extinção da condição de morador foi posto em prática primeiramente pelo fechamento de alternativas de acesso a essa posição. Os plantadores tentaram manter apenas os antigos trabalhadores permanentes que já desfrutavam de tal situação.

A extinção dessa relação significou a expropriação deste trabalhador de determinadas condições de produção e de existência, constitutivas daquela relação, e o restabelecimento do vínculo sob novas modalidades. Expressou as dificuldades ou os limites dos plantadores para imporem um maior rebaixamento do valor da força de trabalho, dadas as alternativas de resistência dos trabalhadores. A ruptura sinalizou assim o momento de mudança na forma como a terra e o trabalho eram apropriados e nas formas de dominação, expressando, ao mesmo tempo, a constituição de um novo sistema de poder.

Como os trabalhadores de fazenda, no decorrer da década de 50 e até o Golpe Militar de 1964, integraram-se – de forma direta ou indireta, individual ou coletivamente – num amplo processo de mobilização política, liderado pelos trabalhadores industriais ou de usinas, para reivindicação dos direitos trabalhistas e para melhoria do salário, os empregadores tiveram que tomar alguns cuidados. Preveniram-se contra a ação jurídica movida por um número crescente de trabalhadores, mecanismo através do qual estes reclamavam, na Junta de Conciliação e Julgamento de Campos, a aplicação dos dispositivos legais que amparavam as relações de trabalho (NEVES, 1986b).

O próprio desrespeito às regras e aos parâmetros da relação de moradia, traduzido na diminuição das áreas de cultivo ou no abandono da conservação das casas, era motivo bastante para os trabalhadores requererem direitos cujo desrespeito antes concordavam taticamente, em nome do acesso a determinados recursos. Pela transgressão das regras sociais de uma relação que já continha a definição dos termos da assimetria e as alternativas de controle,

os plantadores tornavam-se ilegítimos como patrões.

Por esses motivos, num grande número de casos, a relação foi extinta mediante a contrapartida do reconhecimento legal do vínculo de trabalho. A perda da casa e das lavouras de subsistência, correspondia o acesso à carteira assinada e aos direitos trabalhistas: salário mínimo, décimo-terceiro, férias e repouso remunerado. Este procedimento, por vezes, constituiu-se em instrumento de mediação e estratégia para obtenção de acordos entre o empregador e o trabalhador, visando à extinção da morada. Algum tempo após o registro formal do vínculo, o plantador rescindia o contrato e assim se desvincilhava da ação disciplinar da justiça e da transferência de valores financeiros para os trabalhadores, em nome dos direitos anteriormente não-reconhecidos.

A ruptura da relação podia também ocorrer pela criação de situações de tensão que inviabilizavam a permanência do trabalhador na fazenda. Essas situações eram providenciais, porque jogavam com um cálculo possível de indignação do trabalhador e abandono da fazenda, preterindo a reclamação na justiça.

Num bom número de casos, contudo, a ruptura da relação se dava porque o trabalhador juridicamente exigia a manutenção do acesso à lavoura de subsistência, em nome do cumprimento do Decreto-lei nº 6.969, acrescida da aplicação da legislação trabalhista (férias, repouso remunerado, salário mínimo e, por fim, décimo-terceiro).

O acesso à residência no interior da fazenda, no contexto de luta com o empregador pelo reconhecimento da relação ou de direitos não-respeitados, apresentava-se como importante instrumento de pressão, na medida em que alguns trabalhadores passaram a correlacionar o abandono da casa ao pagamento do valor financeiro correspondente aos direitos adquiridos.

Um número significativo de moradores aceitou a perda da lavoura de subsistência em área especial, obteve o reconhecimento formal, inclusive de todo o tempo de trabalho anterior, mas continuou residindo na fazenda e realizando cultivos nas entrelinhas do canavial renovado. A possibilidade de ter acesso intermitente à área específica para os cultivos de subsistência não era e não é alternativa totalmente excluída.

Outrossim, muitos moradores tiveram a relação de morada extinta por ocasião da aposentadoria, posteriormente assegurada pela legislação da previdência rural.

Certos casos de ruptura da relação não implicaram a proletarianização dos moradores. Muitos trabalhadores receberam áreas de terra que lhes permitiram obter a condição de pequeno fornecedor, geralmente 1/4 de alqueire ou 1 a 2ha, e garantir a autonomia em relação à moradia. Outros receberam áreas menores, terrenos e o material de construção para edificação da casa. Esse material de construção podia ser novo ou advindo da antiga residência demolida. Em alguns casos ainda, receberam o terreno e a casa nova já edificada.

Muitas vezes o proprietário facilitava o acesso à casa de moradia fora da fazenda, nos povoados próximos, como meio de pôr fim à relação antiga, mas esta atitude era estimulada pelo trabalhador. Residindo em casas em mau estado de conservação, sem fonte de água próxima e luz elétrica, distante de escola para os filhos e das estradas por onde circulavam ônibus que os conduziam à cidade em busca de assistência médica (principalmente), eles preferiam transferir residência, por iniciativa própria ou auxiliados pelo empregador. Passavam então a fazer uso de bicicletas para se locomoverem da casa ao trabalho e vice-versa. Rompiam assim com uma relação de trabalho que já não oferecia tantas vantagens, mas os mantinha sob o domínio pessoal do patrão.

Como o processo de extinção da relação de moradia, no caso da região açucareira de Campos, está em parte articulado às formas de luta individualizada ou coletiva dos trabalhadores rurais, sua análise será complementada no bojo das considerações a respeito desse processo e das reclamações encaminhadas à Justiça Trabalhista.

A partir de tais processos de mudança nas relações de trabalho, as formas de vinculação dos trabalhadores vão ser alteradas. A diminuição significativa dos trabalhadores permanentes, por vezes ainda sem contrato formal, irá corresponder a um expansivo crescimento do trabalhador temporário, sem vínculo empregatício e sem direitos sociais, consensualmente qualificado de clandestino. Em ambas as situações, os trabalhadores passaram a se colocar como simples vendedores da força de trabalho.

4.2 Os lavradores de cana e o uso de instrumentos mecanizados

Os lavradores de cana só se integraram ao uso de instrumentos mecanizados nas atividades agrícolas ao final da década de 60. Essa diferença de comportamento em relação aos plantadores estava baseada nas dificuldades econômicas para absorção de instrumentos de trabalho de maior produtividade e de alto custo financeiro, nem sempre compatíveis com o volume dos fatores de produção. A protelação do uso se devia também às implicações acarretadas pelas reordenações no uso de trabalhadores familiares e temporários e, assim, pelas alterações nas relações internas à família. Ademais, para que essas reordenações se tornassem possíveis, algumas condições sociais deveriam ser atendidas, para as quais as mudanças provocadas nas relações de trabalho e de produção conduzidas e incorporadas pelos plantadores e usineiros foram fundamentais.

As dificuldades enfrentadas pelos lavradores de cana, médios e pequenos, eram definidas pelos plantadores (especialmente os dirigentes da ASFLUCAN e do Banco dos Lavradores), pelos usineiros e pela imprensa (através de editoriais) de duas maneiras. Ora elas eram expressão de atitudes reacionárias ou da resistência daqueles em face das mudanças vistas como necessárias para a modernização. Ora pela incapacidade de superar as restrições impostas pelos preços pouco compensadores atribuídos à cana. Sobre eles recaíam, então, pressuposições de um futuro não promissor, pela acentuação da pobreza ou pelo seu desaparecimento.

Valendo-se de elaborações políticas e ideológicas fundamentais à construção do projeto de concentração industrial e agrícola, alguns usineiros, sem conseguirem propor medidas para extingui-los, viam os pequenos fornecedores de cana como entraves ao desenvolvimento da região. Sob tais suspeitas, de quando em vez corriam boatos entre os pequenos lavradores de que o IAA iria impedir a comercialização de canas cujo volume fosse inferior a um determinado limite, geralmente 100 toneladas.

Entretanto, medidas políticas que aceitassem esse desafio se tornavam difíceis porque eles representavam a maioria numérica dos produtores de cana (nesse momento 86% deles), conseqüentemente um significativo poder político. Sua extinção acarretaria mais dificuldades que soluções, embora só produzissem 15 a 20% do

total das canas oferecidas pelos fornecedores. Os demais agentes dessa produção passaram, então, a reivindicar programas especiais ou assistenciais que propiciassem o acesso aos instrumentos mecanizados ou a incorporação do novo patamar tecnológico.

As instituições para as quais contribuíam compulsoriamente não tinham programas destinados a atender às especificidades das suas condições de produção. Criavam, no entanto, propostas que definiam como adequadas a eles: crédito com juros mais baratos, ações comunitárias para utilização de recursos comuns, programas de assistência tecnológica, de orientação educacional e extensão rural. A diretoria do Banco dos Lavradores, por exemplo, reivindicava recursos do governo federal para tornar mais eficazes os postos de mecanização, de modo a oferecerem serviços aos pequenos lavradores. A solicitação desses recursos, portanto, não representava a construção de uma reivindicação advinda dos pequenos lavradores. Ela era formulada por outros agentes que se supunham porta-vozes dos interesses específicos desses agricultores.

Diante da imagem social construída por terceiros, os pequenos lavradores de cana foram definidos pela exclusão: social, tecnológica, do saber e da boa vontade para com as mudanças sociais. Da perspectiva deles mesmos, entretanto, continuavam a manter a posição de sempre: parca utilização dos recursos institucionais e alta criatividade para uso dos recursos já existentes ou para atribuir novos sentidos aos que se apresentavam.

Dessa posição de objeto de atenção e de excluídos dos benefícios da tecnologia, os pequenos lavradores, colocados na posição de “atrasados”, “bloqueadores do desenvolvimento”, sofreram pressões através de multa e de fiscalização sistemática ao final da década de 60. Pela metade dessa década, como já destacado anteriormente, o governo do Estado havia desenvolvido um programa de oferta de recursos de infra-estrutura para a agricultura canavieira, que incidia principalmente sobre a pavimentação de diversas estradas que davam acesso às usinas, propiciando o melhor uso do trator e carretas. Essa pavimentação fora feita através do capeamento da estrada de rodagem, que era ladeada pela de carro de boi. Esse capeamento alterou o nível das duas estradas, tendo a de carros de boi se constituído em escoadouro de águas de chuva, situação que inviabilizava seu uso. Por outro lado, as estradas de carro de boi também deixaram de ser objeto de atenção da Prefeitura, que não se dedicava à conservação. Os

produtores de cana que ainda faziam uso do carro de boi insistiam em utilizar a estrada pavimentada por se apresentar como único recurso. Como essa alternativa estava proibida e prejudicava a conservação da estrada pavimentada, os produtores que utilizavam trator e carretas e a imprensa reivindicavam a proibição do tráfego do carro ou cambona de boi.

Ao final da década de 60, entretanto, de tal modo o uso de tratores e carretas se encontrava presente no município de Campos e fundamentalmente na Baixada Campista, tantos eram os produtores que os possuíam, que a oferta de serviços por esses instrumentos era relativamente ampla. A maior parte dos médios lavradores de cana comprou tais instrumentos, geralmente de outros proprietários, sob a condição de obter um rendimento extra e prestar serviços a terceiros.

A constituição desse mercado de prestação de serviços por instrumentos mecanizados pôde assim ocorrer porque o acesso à propriedade dos tratores, das carretas e das máquinas diversas não estava aberto a todos os produtores. Ele implicava a posse de fatores de produção que assegurassem a hipoteca ou a contrapartida ao recurso financeiro adiantado. A capacidade de o proprietário do trator e das carretas constituir uma rede de clientes compradores dos serviços oferecidos por esses instrumentos não era racional a todas as unidades de produção. Devia estar articulada à extensão de área de terra ou à composição da família: presença de um filho em idade de assumir a direção do trator ou possibilidades de o proprietário dedicar-se a esta função.

Essa alternativa pôde ser utilizada por alguns dos médios lavradores, porque conseguiram acrescer a compra do trator e carretas à racionalidade do trabalho familiar, quando um dos filhos se especializava como tratorista. Os que estavam hetero ou auto-excluídos do uso dessas alternativas passavam então a se constituir em rede de clientes compradores de serviços.

A manutenção de bois especializados no transporte de carga, o consumo de tempo e trabalho para mantê-los, a reserva de áreas de terra para o curral e o cercado e o longo tempo de espera em filas para depositar as canas na usina, todos esses fatores eram irracionais frente às possibilidades de acesso ao serviço prestado pelo proprietário de instrumentos mecanizados. Também irracional frente à possibilidade de uso da área de terra reservada ao cercado e ao curral na produção de cana e à libertação de um serviço consi-

derado pesado. Os pequenos lavradores, que não possuíam o carro e os bois, sempre pagaram por este serviço. O escasseamento da oferta desse tipo de transporte e os atributos negativos que agora incorporava haviam estimulado seu abandono pela compra de serviços prestados, através dos médios lavradores.

A compra do trator pelos médios lavradores se deu em grande parte pela venda do gado de tração que possuíam ou que recebiam por ocasião da herança, aliada a outras formas de poupança. Num primeiro momento eles adquiriram tratores de “segunda mão”, oriundos das usinas ou dos plantadores que pretendiam reequipar ou remodelar seu patrimônio em instrumentos mecanizados. Em alguns casos, os irmãos, ao participarem da partilha dos bens herdados dos pais e ao se colocarem frente a recursos financeiros acumulados, se organizavam no sentido de adquirir um trator e carretas que atendessem a todos enquanto patrimônio comum (NEVES, 1981).

O controle dos fatores que asseguravam racionalidade à compra dos instrumentos mecanizados aponta para a diferenciação entre os produtores de cana. Os plantadores e alguns médios lavradores possuíam geralmente mais de um trator e diversas carretas, ocupando-os praticamente o ano todo nas atividades produtivas. Outros médios lavradores, controlando menor área de terra, utilizavam os instrumentos mecanizados por menor tempo, mas obtinham um acréscimo do rendimento pela prestação de serviço. Ampliavam o patrimônio e a própria capitalização. Podiam manter, pelo menos, um filho ligado à atividade canavieira e ter assim algum controle sobre o processo de migração dos jovens. Os pequenos lavradores, excluídos da posse desses instrumentos, compradores cativos de tais serviços, colocavam-se frente a mais uma fonte de transferência e diminuição dos seus rendimentos, mas não precisavam imobilizar recursos financeiros no instrumento.

Todos os fatores acima aludidos, coexistentes com as mudanças técnicas e as relações específicas, só se tornaram viáveis nesse momento. Os médios e principalmente os pequenos lavradores só se integraram ao uso dos instrumentos mecanizados, nesse contexto, porque algumas pré-condições estavam dadas. Além disso, a incorporação destes produtores se tornou racional para os plantadores e usineiros. Colocados os limites políticos para a expropriação dos produtores que detinham menor volume de fatores de produção e para a concentração da terra, a integração

de tais agricultores a esse patamar tecnológico viabilizou uma utilização mais intensa dos instrumentos de trabalho; a reposição, pelos usineiros e plantadores, do patrimônio desses equipamentos por outros mais potentes; e um controle mais eficaz da força de trabalho com vínculo temporário.

A agregação de um número mais amplo de trabalhadores que garantisse a cooperação simples necessária ao uso dos instrumentos mecanizados se tornava difícil por parte dos médios e pequenos lavradores. Essa condição, entretanto, já estava controlada pelos plantadores e usineiros.

As regras legais impostas para a comercialização da cana e as consensuais decorrentes de encontros de interesses possibilitavam a utilização desses instrumentos e de um número elevado de trabalhadores, sem que alguns dos médios e pequenos lavradores tivessem que ter essa reserva de recursos financeiros.²

As usinas tendiam a adiantar o pagamento da parcela correspondente aos custos de corte e embarque de 7 a 15 dias após a entrega das canas pelos fornecedores. Os trabalhadores assalariados e o tratorista adiantavam esse valor, aguardando o pagamento, quando prestavam serviço como autônomos. Caso contrário, a própria usina realizava esses serviços, arcava com os custos e descontava esse valor ao efetuar o pagamento total das canas depositadas.

Essa prestação de serviço permitia o controle do uso pleno dos instrumentos e da força de trabalho alocada pela usina, a vinculação temporária dos trabalhadores por um período mais amplo, minimizando uma das causas da migração rural.

Os próprios lavradores, principalmente os pequenos, passaram a integrar, por força da incorporação dessas técnicas, a massa de trabalhadores temporários, com a contrapartida de estarem imobilizados pela propriedade de um lote de terra que não lhes propiciava o sustento pleno, mais limitado ainda porque se viam obrigados a pagar trabalhadores extrafamiliares (e a manterem a incorporação dos filhos produtivos nessa atividade).

A absorção desse patamar tecnológico proporcionou o aumento da intensidade do trabalho, liberando parte dos membros produtivos da unidade familiar de produção dos pequenos e médios lavradores.

² A despeito dos riscos de as regras serem desrespeitadas e os produtores terem que arcar com o pagamento dos serviços de plantio, corte e embarque de canas.

E impôs a ampliação do número de trabalhadores inseridos como assalariados nos picos do processo produtivo. Dessa forma, não só eles participaram como compradores e vendedores da força de trabalho, como também criaram seus próprios assalariados. A adequação a esta forma de utilização da força de trabalho e a dependência do salário facilitaram a criação de predisposições para desvalorização da propriedade de lotes ínfimos e a participação supostamente “livre” ou de “livre arbítrio” no processo de proletarianização ou no de assalariamento. Desse modo, se o alegado entrave dos pequenos lavradores à produção em escala não pôde ser eliminado, pôde ser reordenado em outros níveis.

Além disso, a compra de um conjunto de pequenos lotes de terra, valorizados pelo uso produtivo pleno e pelas benfeitorias incorporadas, ainda que geralmente localizados próximos às usinas, era economicamente inviável e politicamente insuperável. Como já destaquei, os pequenos lavradores se colocavam diante de uma série de outros motivos para manter a cultura da cana em áreas ínfimas de terra.

Da análise acima apresentada pode-se concluir que a incorporação do uso de instrumentos mecanizados por pequenos e médio lavradores foi possível tendo em vista o processo de proletarianização em curso, colaborando para sua consolidação ou para minimização de alguns efeitos perversos.

A compreensão de tal processo e nesses termos abre perspectivas para o entendimento dos pressupostos dessa integração e de que o conjunto de relações que a propiciou foi reordenado no domínio do mercado de trabalho e de prestação de serviços. A resolução do alegado entrave à produção em larga escala (e ao aumento da produção, da produtividade e da rentabilidade), colocado nesse contexto por usineiros principalmente, foi obtida ou suavizada pela absorção ou integração de parte dos médios e pequenos lavradores como consumidores de insumos e força de trabalho assalariada ou como partícipes deste último fator.

As relações até aqui apresentadas revelam vários níveis de interrelação entre os produtores de cana. A compreensão da condição de existência dos pequenos lavradores, no contexto de implantação ampla do uso de instrumentos mecanizados, só se torna possível se se põe em cena as relações destes com os médios lavradores. Esse fator é revelador dos deslocamentos de relações de dependência entre esses produtores.

A incorporação desse patamar tecnológico e a conseqüente diminuição do tempo de trabalho na cultura canavieira ofereceram mais possibilidades de os plantadores fixarem residência na cidade. Tal alternativa levou-os a minimizar os interesses pela vida comunitária, pelas trocas de favores com os demais produtores vizinhos, a se incorporar a outro mundo social e a reordenar seus projetos e referências. Os médios lavradores tiveram então ampliadas as funções de mediação e de liderança local (NEVES, 1981). Tal qual os pequenos lavradores, os médios só se integraram ao processo de mecanização após sua instalação e adaptação pelos plantadores e quando tais instrumentos adquiriram, pelo uso, um valor menor que tornou possível a compra por eles. Por outro lado, os plantadores e as usinas haviam imposto um padrão tecnológico às atividades de cultivo da cana que minimizava os custos de produção dessa matéria-prima. Como o IAA e o governo federal fixavam o preço deste produto tendo por referência os custos, os produtores excluídos do processo de mecanização enfrentavam restrição no acesso ao rendimento. Tiveram assim que tentar se adequar ao padrão imposto. Esta adequação dependia do apoio e da adesão dos pequenos lavradores. Daí a correlação mais expressa desses dois agentes a partir desse contexto.

Mas a posição dos médios lavradores é mais fluida frente a tais interrelações. Ora podem estar mais próximos dos plantadores; ora dos pequenos lavradores (NEVES, 1981). Os médios lavradores eram mais mobilizados a participarem das lutas políticas dos plantadores e a exercerem o papel de mediadores na busca de adesão e legitimidade entre os pequenos. Também eles participavam mais do uso do crédito agrícola. No entanto, agregando em torno de si os pequenos lavradores, dadas a co-residência em povoados e a maior aproximação de posições e de problemas comuns, os médios, enquanto mediadores, puderam exercer funções informais e paralelas àquelas conferidas pelas instituições. Como estas não se voltavam para problemas localizados, mas lidavam com questões gerais, os médios lavradores eram geralmente líderes ou mediadores na busca de soluções para os problemas específicos e localizados. Para resolução desses problemas, eles buscavam o apoio e a intercessão de políticos partidários para obtenção de recursos ou serviços: limpeza de canais, conserto de estradas vicinais, instalação de rede elétrica, de sistema de distribuição de água potável, de construção de escolas, campos de futebol, praças etc. (NEVES, 1981).

A diretoria das instituições de representação dos fornecedores de cana por vezes se sentia boicotada por essas ações dos médios lavradores. Criticava o “divisionismo que enfraquece a capacidade de luta” e reagia veementemente a essas investidas políticas externas às instituições (termos extraídos de Atas de Assembléias da ASFLUCAN da segunda metade da década de 60). Em outros contextos apoiava a ação dos médios lavradores no sentido de fortalecer seu papel de mediador, passível de ser cooptado nas situações em que a participação maciça dos fornecedores de cana constituía estratégia fundamental de luta.

Por fim, em termos da relação entre esses três agentes frente ao processo de mecanização das atividades agrícolas, o uso desses instrumentos liberou os pequenos lavradores para a venda da força de trabalho ou lhes impôs essa alternativa como forma de compensar a parte do rendimento transferida para pagamento desses serviços e da força de trabalho externa à família. Tais alternativas substituíram outras por eles utilizadas quando do uso do carro de boi (amansar gado para carroça e carrear), mas que se caracterizavam muitas vezes como um trabalho autônomo, realizado principalmente pelos filhos dos produtores que aguardavam o acesso à herança.

Outros deslocamentos decorrentes desses processos interdependentes foram a ampliação das relações mercantis, a dedicação especializada à produção de cana por todos os lavradores (independentemente da diferenciação socioeconômica) e a retração da composição das unidades familiares dos produtores que utilizavam o trabalho de seus membros para essa cultura. A reserva de mão-de-obra familiar para o período de pico agrícola – ou safra – não mais se apresentava de modo racional porque a unidade de produção necessitaria ampliar as formas de rendimento, especialmente durante a entressafra. Além disso, a unidade familiar deveria oferecer recursos para os filhos se realizarem enquanto produtores, difíceis de serem obtidos em virtude da utilização da terra para cultivo de um único produto mercantil. A incorporação dos filhos desses produtores estava assim bastante limitada, já que não podia ampliar a posse desse fator de produção.

A utilização de instrumentos mecanizados, contudo, exigia a ampliação do número de membros produtivos a serem incorporados às atividades produtivas durante a safra, de modo a adequar o produto do trabalho destes à capacidade operativa das máquinas.

Os filhos foram então substituídos por membros produtivos de uma rede de unidades de produção, através da troca de serviços e de força de trabalho (NEVES, 1981).

Neste capítulo, apresentei as mudanças ocorridas nas unidades de produção agrícola frente às alterações no padrão técnico e nas condições de trabalho. Retomarei essa análise posteriormente, ao caracterizar as relações sociais internas e específicas às diversas unidades de produção. No próximo capítulo, analiso os desdobramentos e as interrelações dessas mudanças, consideradas a partir dos dissensos e consensos provisoriamente estabelecidos entre plantadores e trabalhadores rurais diante das alterações nas relações de trabalho.

5

OS PLANTADORES DE CANA E AS LUTAS PELO CONTROLE DA RENDA E DA ACUMULAÇÃO

Além de lutarem no sentido de constituir condições favoráveis à expansão da produção de cana, alguns dos plantadores, diante do processo de acumulação, engajaram-se em outras frentes de luta. Neste capítulo, enfatizo a especificidade de algumas dessas formas de luta. Uma tiveram como objetivo limitar os efeitos dos mecanismos de transferência de parte da renda. Outras, constranger a ação de alguns trabalhadores rurais que pretendiam mudar a correlação de forças, melhorando o valor do salário e as condições de trabalho.

As análises aqui apresentadas constituem importante contribuição ao estudo das condições em que ocorreram os processos de acumulação e reprodução ampliada, que não se restringiram à aplicação de mecanismos individualizados ou restritos às unidades de produção. Pressupuseram a constituição de espaços coletivos de luta ou a organização política dos segmentos de produtores neles envolvidos. As análises explicitam ainda os constrangimentos enfrentados nesses processos pela criação e pela exacerbação de interesses divergentes, defendidos por agentes sobre os quais recaíram os mecanismos de expropriação ou de apropriação de parte dos recursos disputados em nome da acumulação.

Limitando-me ainda aos tipos de lutas mais formalizados, centro a análise nos segmentos de plantadores que participavam diretamente das instituições de representação política ou nos mecanismos e formas de enfrentamento derivados das ações emanadas das instituições de representação política. Analiso, portanto, as expressões mais espetaculares, públicas e institucionais de luta política.

Os plantadores de cana, ao disputarem o privilégio político de

direcionamento das condições de produção num contexto de mudanças sociais e de liberdades democráticas (1950-1964), aumentaram a oferta de prestação de serviços pelas instituições. Além disso, engajaram-se diretamente em projetos políticos mais amplos, ocupando cargos de secretário de Estado, especialmente das secretarias de Agricultura e de Fazenda, elegendo seus representantes junto às assembleias legislativas estadual e federal.

Expandiram os recursos institucionais básicos à legitimidade dos modos de dominação e de controle político e ideológico sobre os pequenos lavradores, médios lavradores e os trabalhadores de fazenda. Ampliaram a capacidade de decisão e de influência junto às instâncias estatais, participando da definição dos rumos da economia local. Minimizaram as possibilidades de efeito das pressões dos usineiros.

O engajamento na prestação de serviços de assistência médica foi decisivo para a constituição de projetos políticos em que os plantadores vislumbravam a construção, segundo parte de seus interesses, de uma ordem social para a região. Através dessas alternativas, criaram cargos institucionais que consolidavam sua base política, oferecendo empregos principalmente para o setor terciário. Estenderam assim a legitimidade de sua ação política para segmentos outros que não só os de fornecedores e de trabalhadores. Na proporção que foram expandindo a prestação de serviços de crédito, de assistência médica e jurídica, e, mais tarde, de assistência técnica pela produção e difusão de tecnologia, construíram importantes alternativas para a migração de produtores de cana para a cidade, para o acesso a emprego por setores de “classe média”. Criaram, principalmente, possibilidades para incorporação dos filhos dos fornecedores, diminuindo a pressão sobre a propriedade da terra ou viabilizando a manutenção de áreas menores e a inserção de seus titulares em outras atividades produtivas. Por tudo isso, contribuíram para mudança de comportamento quanto ao consumo improdutivo por alguns produtores agrícolas. Colaborando com o crescimento da cidade, expandiram sua influência também sobre o meio urbano.

Oferecendo esses serviços aos fornecedores e aos trabalhadores, puderam se definir e serem vistos como empreendedores. Valendo-se de discursos em que outras questões estavam em jogo, puseram em prática o controle da renda: melhores preços e menores custos, restrição de impostos, acesso a recursos finan-

ceiros passíveis de se transformarem em capital imobilizado ou de se reverterem em aumento do patrimônio e concentração dos meios de produção. Dentre essas questões tinham destaque: o desenvolvimento econômico e social, inicialmente do município de Campos, e posteriormente do Norte-Fluminense; a oferta de empregos ou a diminuição do desemprego ou do êxodo rural (a despeito de na prática terem contribuído para esses processos); e a melhoria das condições de vida da população dependente dessa economia. Contribuíram para a criação de recursos externos às relações personalizadas que estruturavam a autoridade do fazendeiro ou para consolidação de um novo sistema de poder, constituído prioritariamente por regras formais ou legais.

A partir de 1956, graças a verbas complementares oferecidas pelo IAA, a ASFLUCAN construiu 5 ambulatorios em distritos do município de Campos, para atendimento aos fornecedores de cana e trabalhadores de fazenda. Em 1958, foi criado um ambulatorio central na cidade e logo a seguir iniciada a construção de um hospital. Em 1963, entrou em funcionamento o Hospital dos Plantadores de Cana com 70 leitos.

Através da promulgação da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, que revogava o artigo 8º do Decreto-lei 9.827 (1946), os recursos para assistência médica e social aos trabalhadores foram ampliados. Segundo o artigo 36, os produtores de cana, açúcar e álcool eram obrigados a aplicar, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, em serviços de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social, importância correspondente no mínimo, às seguintes porcentagens:

- 1% sobre o preço oficial de saco de açúcar de 60 quilos;
- 1% sobre o valor oficial da tonelada de cana entregue, a qualquer título, às usinas, às destilarias anexas ou autônomas, pelos fornecedores de cana.
- 2% sobre o valor oficial de litro do álcool de qualquer tipo produzido nas destilarias.

A assistência médica oferecida aos “pequenos fornecedores” – com produção máxima de 500 toneladas de cana – pressupunha apenas o pagamento da taxa. Em relação àqueles que possuíam trabalhadores permanentes, foi assegurada a filiação de um empregado por cada 150 toneladas da cana produzida.

A concessão gratuita desses recursos de assistência médica aos trabalhadores rurais reafirmou a posição do plantador enquanto empregador e o sistema de poder fundado em troca de lealdades, em reciprocidades. Ao mesmo tempo, atribuiu aos trabalhadores direitos e motivos para a luta em torno do reconhecimento legal da relação de trabalho, já que a ASFLUCAN exigia, para o atendimento, a autorização por parte do empregador.

Nesse contexto, boa parte dos plantadores de cana com empregado permanente não mantinha vínculo formal. Seus representantes institucionais, em nome do controle do atendimento, da restrição do número de trabalhadores a serem beneficiados e do exercício legitimado dos cargos, atuaram no sentido de estimular a vinculação legal. Dotaram assim os trabalhadores de mais instrumentos formais e externos às relações personalizadas que mantinham com os patrões para lutarem pelo reconhecimento do vínculo empregatício.

A concentração e a institucionalização de recursos e estratégias por parte de alguns dos plantadores lhes ampliavam as possibilidades de criação de mecanismos de pressão e influência. E mais, fundamentavam também a constituição de facções na luta pelo controle e definição social de projetos econômicos e políticos. Dessa rivalidade e competição, as próprias instituições e a clientela se beneficiaram e os processos por eles postos em marcha foram melhor definidos e vislumbrados.

Na medida em que até esse contexto os porta-vozes dos fornecedores de cana lutavam pela sua constituição e consolidação, eles vinham mais facilmente obtendo adesão e alcançando atitudes consensuais. Ao final da década de 50, por ocasião do processo de eleição para a diretoria da ASFLUCAN, a divisão e os antagonismos de interesses ganharam expressão e extrapolaram seus pares.

Em 1957, duas chapas concorriam à diretoria da ASFLUCAN. Uma se definia como tradicional e outra como agregadora de novos produtores. Os concorrentes que se reconheciam como tradicionais representavam a continuidade da atuação das antigas lideranças institucionais. Encaminhavam as formas de luta pela obtenção de melhor preço para a cana e controle da renda via manutenção de baixos salários, restrição dos valores dos impostos, obediência do usineiro a preços e prazos de pagamento, acesso a maiores fontes de crédito. Os novos produtores, integrados posteriormente à cultura da cana, representavam a geração sucessiva à daqueles antigos

líderes. Reivindicavam a participação nas instituições e criticavam os critérios com que cargos e privilégios eram endogamicamente distribuídos. Desejavam participar na direção das instituições. Para legitimarem essa proposta ou essa divisão de poder, criticavam a dedicação à monocultura da cana e pretendiam se constituir como empresários agrícolas, voltados para a diversificação mercantil. Ademais, consideravam importante criar mecanismos informais de comunicação, contatos mais fáceis entre os dirigentes institucionais e a clientela, de modo a propiciarem o acesso dos pequenos lavradores ao crédito (cf. leitura de sucessivos números do Monitor Campista no decorrer dos anos de 1957, 1958 e 1959, e entrevistas com dirigentes institucionais nesse período).

A expressão ideológica dessas formas de luta, em nome do controle das instâncias de decisão e de poder, revela especificidades decorrentes das relações inerentes às unidades de produção agrícola. Entre os plantadores de cana, revela as relações tensas subjacentes à sucessão do patrimônio, que supõe o afastamento de uma geração em nome da próxima e a subordinação, por vezes prolongada, dos filhos aos pais. Essas relações de poder e de conflito também ocorrem nas instâncias de representação política. Os filhos e os sobrinhos ou os produtores mais jovens são integrados sob o manto da proteção e da socialização pelos mais velhos. A substituição dos representantes em situações de relativo consenso é feita sob a aquiescência e o controle dos que detêm o monopólio dos cargos.

Diante da criação de outras alternativas de reprodução social, os conflitos, as visões de mundo divergentes, as perspectivas diferenciadas de luta encontraram melhor expressão, embora deslocadas para outras instâncias. Não se tratava de uma luta direta entre pais e filhos, mas, por vezes, entre tios e sobrinhos. A postura da nova geração era criticada pela anterior, porque orientada pela impetuosidade do jovem sonhador, que não se socializou ainda na serenidade e previdência dos mais velhos. Vice-versa, os jovens viam os mais velhos como tacanhos ou reacionários às mudanças (cf. debate tornado público pela imprensa local).

Com as possibilidades criadas e utilizadas pelos plantadores de cana mais velhos para educarem seus filhos, tendo eles mesmos transferido residência para a cidade em nome deste projeto, a segunda geração em foco se compunha de produtores com maior nível de instrução, boa parte deles com profissões de formação universitária ou de cursos médios.

A base social da facção dos novos produtores era constituída de plantadores de cana mais jovens que, detentores de certa responsabilidade e autonomia na organização da produção, estavam inseridos no processo de reprodução ampliada dos fatores de produção. Articulavam a cultura da cana com a criação de gado. A eles interessava auferir condições econômicas para a pecuária tão seguras quanto as que foram constituídas em relação à cana. Lutavam pela criação de instituições mediadoras da comercialização do gado de leite.

Os plantadores mais velhos se precavam por vários fatores. Em primeiro lugar, dados os limites físicos colocados pela idade e pela fase do ciclo biológico e social por que passava sua família (cf. FORTES, s/d). Em segundo lugar, dado o aumento do trabalho de administração que a agregação de duas atividades mercantis acarretava, em especial nos casos em que elas, como recorrentemente acontecia, eram objetivadas em unidades de produção distanciadas em termos de localização. Esses produtores valiam-se mais das antigas alternativas de expansão da produção circunscritas aos recursos propiciados pelo acesso à propriedade da terra na Baixada Campista.

A análise da transmissão da propriedade da terra por venda e herança entre os entrevistados, revela que a ampliação do patrimônio tem mais incidência num momento do ciclo biológico e social da família em que o pai tem plena responsabilidade sobre a reprodução física e social dos filhos. A tendência era que, a partir da oferta de condições de produção (agrícola ou não) para o filhos e dos primeiros momentos de sucessão hereditária por morte da esposa, o produtor se limitasse a manter o patrimônio já conquistado.

Tratava-se assim de um conflito de gerações no pleito pela consolidação de mecanismos de ampliação do patrimônio e de reprodução ampliada dos fatores de produção, cujas condições foram em parte construídas pela geração anterior, no processo de luta pela expansão do cultivo da cana e pelo controle da renda por ela gerada.

Outros fatores atuaram nesse conflito ideológico que se expressou na fissão dos plantadores de cana mais integrados na participação das instituições de representação política. As posturas e visões dos novos produtores apresentavam-se também como respostas diante das lutas encaminhadas pelos trabalhadores rurais em face da constituição de novas condições de trabalho. Elas também apareciam como respostas diante do movimento de resistência à

expropriação pelos pequenos produtores agrícolas no estado do Rio de Janeiro, como é o caso da ocupação de terra no município de Campos (cf. PUREZA, 1982). Elas exprimiam preocupações ou antecipações diante da contestação, no plano nacional, sobre a distribuição fundiária. Os novos produtores pretendiam reformular as condições em que se assentavam os mecanismos de dominação política e ideológica, de modo a minimizar ou limitar a mobilização dos trabalhadores.

Reivindicavam a criação de mais recursos de assistência médica e creditícia para um conjunto mais amplo de pequenos produtores e o “tratamento mais humano”, “o respeito ao homem do campo”, isto é, a aplicação dos direitos dos trabalhadores permanentes como instrumento de “apaziguamento do campo” ou de “prevenção da revolta”. Consideravam que, relegado ao abandono, “o homem do campo” se constituía em “massa de fácil manipulação” e de incorporação aos “interesses subversivos da ordem e do desenvolvimento econômico” (cf. entrevista com ex-presidente da ASFLUCAN).

A situação empírica acima apresentada é reveladora dos limites das propostas analíticas que pensam a dominação sob condições restritas aos mecanismos de exploração que se objetivam no processo de trabalho. A constituição dos plantadores de cana como classe e a consolidação do processo de acumulação são melhor compreendidas através da análise das lutas em que se envolveram ao longo do tempo e das instituições que criaram nesse processo. Sob tal perspectiva é importante estudar as expressões ideológicas e institucionais das formas de encaminhamento das resoluções dos conflitos e da minimização dos interesses antagônicos dos demais grupos e segmentos com os quais conviviam e dos quais em parte derivavam sua existência. Da mesma forma, torna-se importante analisar os valores culturais que foram sendo consolidados como inerentes ao papel que deviam socialmente desempenhar. E também da mesma forma, as concessões oferecidas em nome da dominação e do exercício de deveres e funções que os trabalhadores lhes reivindicavam, de modo a auferir a legitimidade e o controle dessa posição privilegiada. Enfim, a constituição desse segmento de produtor agrícola diante do processo de acumulação só pode ser compreendida pela análise das relações mútuas que ele estabelecia com os demais agentes sociais com os quais interagia (THOMPSON, 1984).

A postura desses novos produtores encontrou melhor acolhida junto à imprensa, que tecia comentários a respeito do comportamento dos produtores tradicionais, qualificados como “atrasados”, “presos à repetição do passado”. Nesse contexto, eram desqualificados pelo não-cumprimento da legislação trabalhista, definida pela imprensa como expressão de forças modernizadoras da agricultura e da vida nacional.

Esse processo de luta das duas facções se manteve em curso, tendo, alguns anos depois, os novos produtores assumido boa parte dos cargos da ASFLUCAN e do Banco dos Lavradores e posto relativamente em prática o vislumbrado projeto de expansão da produção. A partir da década de 60, embalados pelo debate nacional sobre o tema desenvolvimento/subdesenvolvimento, premidos por situações desfavoráveis à comercialização de açúcar, justamente num período em que haviam expandido a cultura de cana, enfatizaram a proposta de diversificação agrícola. Esta proposta tornou-se então bandeira de luta política e símbolo da identificação com o processo de “modernização” da agricultura e da sociedade, de construção da autonomia diante dos usineiros.

Justificavam os agentes engajados no processo de diversificação agrícola que os problemas vividos nessa região decorriam da “mentalidade retrógrada dos produtores agrícolas e industriais”, “gerações mergulhadas no atraso e na experiência de mais de 300 anos de monocultura de cana” (cf. depoimento de dirigente institucional obtido por entrevista). Julgavam que este era o momento de agir por iniciativa própria, obtendo recursos para serem repassados pelo Banco dos Lavradores. Reivindicavam um programa de diversificação agrícola, de industrialização de produtos advindos da agropecuária, de eletrificação rural e de construção de estradas, que lhes permitissem explorar a agricultura em bases técnicas e empresariais, propiciando o aumento da produtividade.

As dificuldades enfrentadas para a comercialização do açúcar entre 1966 e 1968 impuseram limitações às atividades econômicas no município de Campos, especialmente as comerciais, porque as usinas atrasavam o pagamento dos fornecedores e trabalhadores, que se viam obrigados a restringir o consumo. Por isso mesmo, a proposta de diversificação das atividades agrícolas com fins mercantis encontrava apoio das associações de prestação de serviços: Associação Comercial de Campos, Rotary Club, Lyons Club etc, que geralmente agregavam membros advindos do setor terciário.

Graças ao prestígio internacional de um grande fornecedor de cana – também embaixador –, essa facção conseguiu ainda obter o apoio de várias instituições nacionais e estrangeiras para viabilizar o projeto de desenvolvimento agrícola pela diversificação mercantil.

Contou com a participação do Banco Internacional de Desenvolvimento – BID, da Organização dos Estados Americanos OEA, da Aliança para o Progresso, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Rio de Janeiro – ACAR-RJ e da Secretaria de Agricultura do Estado. Vinculados à Fundação Antunes, técnicos italianos participaram da elaboração de levantamento sobre condições agrônômicas e de projetos de viabilidade de desenvolvimento.

Uma das primeiras medidas práticas desse projeto político foi a instalação do Escritório de Desenvolvimento Rural, do qual participava a missão do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola – CIDA, voltada para a elaboração de projetos. Recebeu o Escritório a ajuda advinda da Comissão de Planejamento do Estado do Rio e do Ministério da Agricultura em termos financeiros e técnicos.

Dois subprojetos foram inicialmente propostos: a criação de uma cooperativa de leite e o incremento da produção animal. Foram postos em prática logo a seguir, resultando de imediato no aumento da quantidade e qualidade dos animais de criação e na fundação da COOPERLEITE – Cooperativa dos Produtores de Leite de Campos.

Os técnicos do Escritório de Desenvolvimento Rural realizaram uma extensa pesquisa sobre condições de produção e características sociais dos produtores de cana e dos trabalhadores rurais. Elaboraram um levantamento sobre a viabilidade econômica da região e melhoria da produtividade agrícola.

Por sugestão do grupo de estudos do Ministério do Planejamento, em janeiro de 1970, foi instituída a Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional FUNDENOR, que absorveu o Escritório e assumiu institucionalmente o projeto político dos agentes definidos como estimuladores do “desenvolvimento” (FUNDENOR, 1975).

É neste contexto que a subdivisão regional do Estado do Rio que qualifica os municípios do norte do estado como pertencentes ao Norte Fluminense ganhou significado, especialmente político. Esse

fato se deveu à ampliação das perspectivas políticas desses agentes, que não mais se limitavam a mediar projetos para o município de Campos e para a produção de cana. Além do mais, justificando tal projeto desenvolvimentista pelo atraso econômico, pelo subdesenvolvimento, a incorporação de municípios vizinhos geradores de menor renda conferia maior legitimidade às reivindicações.

Através da criação dessas outras instituições, seus dirigentes puderam diversificar o leque de posições de influência e de poder a serem controladas. Puderam dispor de múltiplas formas de mediação no diálogo com o Estado, de um saber técnico que se contrapusesse à tendência dos funcionários estatais – principalmente após a instalação do regime político militar – de qualificarem suas posições segundo critérios técnicos. Conseguiram agregar um número de apoiadores e consolidar o núcleo e a base da facção que se dizia identificada com a “modernização”. A consolidação desses projetos assegurou a essa facção, condições para se manter no poder e no controle de tais instituições por longos anos.

A esse projeto de diversificação da economia na região açucareira de Campos integravam-se outros agentes, especialmente a Associação Comercial de Campos, sindicatos de trabalhadores, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e o governo do Estado, apesar de estarem voltados para a diversificação das atividades industriais. As justificativas desta adesão ao projeto foram elaboradas em nome da fixação do homem no campo e da limitação do processo de migração, que conduzia, segundo tais proponentes, a uma insuportável concentração populacional nos grandes centros urbanos. A diversificação industrial, dessa perspectiva, criaria novos empregos, minimizando a dependência dos trabalhadores a uma só atividade econômica caracterizada pela sazonalidade da ocupação da mão-de-obra; e atuaria contra a “estagnação” do Norte Fluminense. O projeto de diversificação industrial vislumbrava ainda melhores alternativas para aproveitamento da cana e de seus subprodutos, colocando-se assim, não como competitivo, mas viabilizador desta atividade econômica.

O projeto enfrentou, entretanto, sérias resistências. A despeito de o governo do Estado ter constituído uma representação da CODIN – Companhia de Desenvolvimento Industrial – em Campos e ter contado com várias empresas interessadas em se instalarem na região, não realizou plenamente seu intento, pois uma das usinas opôs-se à desapropriação de área de terra de sua propriedade – fa-

zenda de cana para construção do distrito industrial. Contornadas as primeiras dificuldades, esta proposta ganhou pouca expressão no decorrer dos anos, persistindo até hoje como reivindicação.

Em termos de reivindicações voltadas para a melhor participação na produção canaveira, os fornecedores foram atendidos, em 15 de junho de 1962, pela Lei nº 4.071, e, em dezembro de 1965, pela Lei nº 4.870, que estendia os limites de sua produção de 50% (Decreto-lei nº 9.827, de 1946) para 60% e fixava novas condições de pagamento da cana.

Art. 1º As usinas de açúcar e as destilarias de álcool, ou seus prepostos são obrigados a emitir, no ato da entrega da cana pelo fornecedor, documentos com os característicos a seguir indicados:

- nome e endereço do comprador
- nome e endereço do fornecedor
- peso e classificação da cana fornecida
- assinatura do comprador ou preposto
- preço da tonelada de cana fixado anualmente pelo Instituto do Açúcar e do Alcool

Art. 4º – A usina ou destilaria que não realizar o pagamento das canas dentro do prazo fixado no artigo anterior (quinzenalmente e compreenderá os fornecimentos de cana da quinzena anterior), além de sujeitar-se à sanção prevista no artigo 5º desta Lei, é obrigada a emitir nota promissória rural, regulada pela Lei Nº 3.253, de 27 de agosto de 1957, de valor correspondente ao preço da cana acrescido do valor dos juros de um por cento (1%) ao mês (Lei nº 4.071).

A Lei nº 4.870 estabelecia penalidades para as usinas que atrasassem o pagamento aos seus fornecedores ou deixassem de honrar suas obrigações financeiras junto ao IAA e aos órgãos oficiais de crédito. Através dela foi também alterada a sistemática do cálculo do preço da cana, que deixava de se vincular ao preço do álcool e do açúcar e ao rendimento industrial das usinas a que ela se destinasse. O preço da cana abarcava um “valor básico – a ser fixado em função do levantamento dos custos de produção agrícola efetuado anualmente pelo IAA – e uma parcela correspondente à porcentagem de participação do fornecedor no rendimento industrial situado acima do valor médio no Estado, considerado, para esse fim, o teor de sacarose e pureza da cana que fornecer (art. 10 e 11)” (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 279).

Ressalta ainda o mesmo autor que, com essa orientação, pretendia-se, de um lado, estimular a produção de matéria-prima de melhor qualidade, capaz de propiciar maiores rendimentos industriais e desvincular o preço da cana ao do açúcar, reduzindo a participação dos agricultores nos custos de produção das usinas. De outro lado, evitar que a produção de cana fosse condicionada pela evolução dos preços do açúcar, dando origem a situações de superprodução ou escassez de matéria-prima (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 279-280).

No período em que as leis acima foram sancionadas, os fornecedores enfrentavam sérias dificuldades em face de problemas decorrentes da comercialização da cana. Esta situação foi mais gritante e alarmante durante a safra 1965/66. A indústria açucareira enfrentou dificuldades com a irrealização da mercadoria e preços baixíssimos. Os fornecedores tiveram que esperar até mais de 12 meses para receberem o valor das canas depositadas na usina.

Além de enfrentarem o arbítrio dos usineiros, muitas vezes deviam também arcar com imposições inaceitáveis por parte do IAA. Em virtude do excesso de produção na safra 1964/65, o IAA decidiu nas safras seguintes só majorar o preço do açúcar, mantendo o da cana estacionário. Assim, além de terem recebido o valor das canas depositadas nessa safra um ano a um ano e meio após a entrega, os fornecedores deveriam ainda arcar com maiores reduções da renda, uma vez que enfrentavam períodos de inflação 91,9% em 1964 e 34,5% em 1965 (JORNAL DO BRASIL, 15/11/89, p. 24).

Os porta-vozes dos fornecedores impetraram mandato de segurança contra os usineiros e o IAA, e decidiram realizar uma marcha em direção a algumas usinas, partindo de uma concentração no centro da cidade. Nas usinas, pretendiam interromper as atividades impedindo a entrada e saída de carros, construindo barricadas com os sacos de açúcar estocados nos armazéns. Diante do impacto dessas ameaças, membros da Polícia Civil, representantes do IAA na Subdelegacia de Campos e deputados mediaram o conflito, solicitando o atendimento das pretensões dos fornecedores de cana.

Mesmo sob o regime político-militar, nos anos de maior constrangimento às manifestações públicas, os fornecedores enfrentaram os acirramentos dos conflitos de comercialização da cana com os usineiros por demonstrações de força, através de paralisações, boicotes, passeatas, interrupção do transporte de canas e de ope-

ração das usinas. Exaltando o espírito de luta dos fornecedores de cana, um dos presidentes da ASFLUCAN nesse contexto a mim relata, em entrevista, algumas dessas manifestações públicas de repúdio às posturas adotadas pelos usineiros ou pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Campos é uma região que mais se movimenta. Muito vibrante nesses problemas. No ano de 1968, houve um movimento muito grande em São Paulo, onde todos os fornecedores de várias associações vieram para o Pacaembu, no vale do Inhangabau, fizeram uma marcha com mais de 800 fornecedores de cana em sinal de protesto contra uma série de relacionamentos com usineiro. Na mesma época, eu promovi em Campos um movimento com mais de 6.000 fornecedores, na Praça de São Salvador, onde o comércio fechou. Nós subimos no palanque para discordar totalmente do que os usineiros estavam fazendo conosco. Eles pagaram 80% do preço da cana e disseram que não pagavam o resto porque tinham vendido açúcar mais barato. Nós contestávamos dizendo que eles venderam açúcar mais barato porque quiseram. Era problema deles e não nosso, porque entregamos a nossa cana com preço arbitrado pelo IAA. Nós fizemos esse movimento em 68, com ameaça de prisão. Eu subi no palanque e falei das injustiças. Naquele tempo, o presidente da República era Costa e Silva e nos chamou no Palácio e perguntou por que nós fizemos aquilo, aquele movimento em praça pública. Eu disse que nós fizemos porque, apesar dos telegramas e memoriais que mandamos para ele, não tínhamos tido nenhuma solução. Ele falou que tinha respondido e disse que aguardássemos porque dentro de poucos dias viria uma solução. E dentro de 10 dias o Banco do Brasil nos pagou a diferença debitando na conta da usina. Foi então uma vitória que nós tivemos.

A gente nunca envergonhou a espinha diante do poder econômico. Por isso, o pessoal segue a gente. Teve uma ocasião que a gente solicitou das usinas que não começassem a safra antes do IAA liberar o preço. Todas elas concordaram, menos a Santa Cruz. Então, a gente convocou os fornecedores, com suas esposas e filhas, para fazer uma marcha até a usina e parar o funcionamento dela. Estava marcado para sair às 8:00 hs. de frente da Associação. Às 7 horas já tinha uma multidão tihosa, disposta para qualquer coisa. Mas muitos não entenderam quando eu chamei pelo rádio e pensaram que era para ir para a usina mesmo. O homem da usina, ao amanhecer, ficou apavorado porque tinham milhares de pessoas na frente da usina, caminhão, automóvel... Isso foi em 1966, dois anos depois da Revolução de 1964. Então o dono

da usina telefonou para mim dizendo que não precisava mandar o pessoal para lá que ele não iria botar a usina para moer. Eu fiquei na Associação e mandei J.C. e uns amigos meus dizerem ao pessoal para retornar à Associação que estava solucionado o problema. E aí dispensei o pessoal (ex-presidente da ASFLUCAN).

Vale destacar no relato acima certa mudança na concepção de organização de passeatas e atos públicos. No capítulo 2, chamei a atenção para a valorização que os plantadores de cana davam à dramaticidade e à impetuosidade das marchas a cavalo pela cidade. Neste relato, o presidente da ASFLUCAN conclama a participação das mulheres e das crianças, elementos simbolicamente vistos como passíveis de neutralizarem uma ação repressiva mais violenta, por destacarem nesse contexto a pressuposição de manifestações públicas ordeiras, onde os valores que regem a vida familiar ali são respeitados e objetivados.

A partir da promulgação e colocação em prática da Lei nº 4.071, os problemas de imposição da dilatação de prazos pelas usinas passaram a incidir mais acentuada e publicamente sobre os pequenos fornecedores. De posse da promissória, estes fornecedores percorriam várias agências bancárias sem obter o dinheiro correspondente. Além disso, aquela Lei colocou mais um fator de risco para esses produtores que, assinando a nota promissória, sentiam-se por ela também responsabilizados, caso o usineiro não viesse a saldá-la. Impôs aos pequenos fornecedores, por deslocar o pagamento das canas comercializadas do escritório das usinas para os bancos localizados na cidade, constantes e repetitivas idas e vindas e o enfrentamento de mecanismos burocráticos e impessoais. Os problemas e os deslocamentos derivados dessa nova relação de pagamento da cana foram analisados mais detalhadamente em outro texto (NEVES, 1981, p. 99-101).

Os atrasos de pagamento por parte dos usineiros impunham dificuldades e colocavam os fornecedores em débito com as instituições de crédito. Como o desconto era feito pelas usinas, o pagamento do crédito se submetia e se submete à mesma lógica do endividamento compulsório imposto ao fornecedor. Frente a essas circunstâncias, os fornecedores deviam não só lutar para obter o pagamento das canas, como também pressionar os usineiros ao pagamento do crédito. Nas situações de maior resistência, os próprios fornecedores passavam a reivindicar ao governo federal créditos especiais para os usineiros saldarem os compromissos com eles e destes com as instituições de crédito.

Como o preço do açúcar e da cana passou a ser fixado pelo Conselho Monetário Nacional, o período de tabelamento desses valores demorava. Por várias vezes, usineiros e fornecedores se negaram a iniciar a safra sem conhecerem o preço das mercadorias. Nessa luta, contaram com a participação do governo do Estado que se colocava como mediador entre eles e o presidente da República, principalmente no contexto político pós-64, em que as alternativas de marcação de audiências diretas eram mais limitadas.

O apoio do governo do Estado se fez presente entre os fornecedores de cana como forma de minimizar a transferência da parte do valor da renda para usineiros, consumidores e o próprio Estado. Frente às dificuldades financeiras que enfrentavam após a safra 1965/66, os atrasos de pagamento, os baixos preços que foram impostos a seguir, a estagnação de seu valor durante safras seguintes, esses produtores obtiveram, em 1969, do governo do Estado, a isenção do imposto sobre circulação de mercadoria. Esta isenção recaía sobre a cana, o gado, o leite, o feijão, o arroz e a cebola, quando em primeira operação, isto é, do produtor para o intermediário.

A solicitação de isenção desse imposto era uma reivindicação antiga dos porta-vozes dos fornecedores que não obtinha resposta favorável em função da resistência dos próprios representantes do Estado. Da mesma forma, o controle do valor dos impostos e taxas e as tentativas de barateamento de fretes e transportes da matéria-prima se contituíam em bandeiras de luta desses produtores, no sentido de controlarem a transferência de renda do setor.

Em 1959, por exemplo, travaram longa batalha contra o corte da bonificação na compra de óleo diesel. Empresas distribuidoras de derivados de petróleo em Campos suspenderam a bonificação dos fornecedores, concedida a partir da compra direta e superior a três tambores, na base de 65 centavos por litro. A partir do desenvolvimento da mecanização, os dirigentes institucionais consideravam que essa bonificação representava economia ponderável.

O imposto sobre a venda e consignações, criado desde 1937, isentava o fornecedor de cana, como resultado de lutas por eles travadas anteriormente. A partir de 1963 voltou a ser cobrado, liberando apenas os “pequenos fornecedores” (produção anual inferior a 100 salários mínimos). Desde esse momento, eles passaram a solicitar a manutenção do privilégio anteriormente concedido. As situações definidas como de crise criavam assim, legitimidade para a concessão de privilégios reivindicados pelos porta-vozes

dos fornecedores, cabendo, após esses contextos, tentar mantê-los como direito adquirido.

De um modo geral, outros segmentos sociais ligados às atividades comerciais ou à imprensa ou interessados na arrecadação municipal, em momentos de divergência de interesses com os plantadores, opunham-se a essas concessões de isenção de pagamento de impostos a fornecedores de cana, principalmente os grandes e os médios. No ano de 1964, o imposto territorial havia sido majorado. Os porta-vozes dos fornecedores de cana se posicionaram contra, tentando reduzir o valor. Não conseguiram. Após o Golpe Militar, através da ASFLUCAN, colocaram em dúvida a majoração atribuída. Alegaram que fora elaborada durante um período em que as instituições estatais encontravam-se sob suspeita, porque “ocupadas por comunistas e elementos subversivos que se interessavam em criar situações de intranquilidade entre os proprietários rurais para que eles perdessem a terra” (cf. correspondência da ASFLUCAN para a Prefeitura Municipal de Campos).

Os membros da Câmara de Vereadores, que quase sempre apoiavam as reivindicações dos fornecedores, reagiram também de forma acusatória diante da insinuação de que eram subversivos. Opuseram-se veementemente à instalação do inquérito solicitada pela ASFLUCAN para “apurar os motivos suspeitos que levaram à decretação do aumento”.

Os vereadores, contando com o apoio da imprensa escrita, passaram a dirigir inúmeras críticas às atitudes dos plantadores de cana, acusando-os: – de só reivindicarem aumento de preço e isenção de imposto; – de serem inoperantes; – de não se interessarem pelos problemas dos pequenos lavradores, convidados nos dias de eleição cujo pleito se mostrasse difícil; – de serem arcaicos; – de não disporem de dados sobre a agricultura em Campos; – de não pagarem o salário mínimo, a despeito de reivindicarem aumento para esse fim e de esse valor já se encontrar embutido no preço da cana; – de se apropriarem assim da “desgraça dos trabalhadores”, deixando-os à fome e ao desabrigo. Acusavam-nos de serem os responsáveis pela difusão de idéias comunistas entre os trabalhadores porque, sob tais condições, “se tornavam presas fáceis de anarquistas e subversivos”.

Em 1963, por força de dispositivo legal – do Estatuto do Trabalhador Rural –, os fornecedores de cana e pecuaristas criaram o Sindicato Rural de Campos (cf. Ata da Assembléia da ASFLUCAN

de 15 de dezembro de 1963), instituição que passou a representá-los nas situações de conflito jurídico e trabalhista, nos dissídios coletivos. Como as demais, compõe o sistema institucional por eles criado e geralmente controlado por uma determinada facção.

Como neste capítulo propus-me a estudar a participação dos produtores de cana no processo de acumulação, restringi a análise à ação de parte dos plantadores. Destaquei a presença dos lavradores de cana nas situações em que foram atingidos por conquistas de direitos e certas vantagens em termos de diminuição da carga tributária, em consequência das lutas lideradas pelos dirigentes institucionais. Enfatizei ainda as situações em que foram prejudicados pela aplicação de determinados dispositivos legais, como ocorreu com a institucionalização da promissória rural.

Chamei a atenção para a presença dos pequenos fornecedores ou pequenos lavradores enquanto figura de retórica no projeto político da facção dos plantadores que se identificava como moderna. Embora não fossem amplamente beneficiados por essa posição adquirida no discurso, algumas medidas legitimadoras da conquista de posições institucionais por membros dessa facção foram colocadas em prática. O limite da produção que qualificava o pequeno fornecedor foi ampliado de 100 toneladas para 500, incorporando nesse segmento um número maior de produtores beneficiários das concessões que a ele eram dirigidas, principalmente assistência médica gratuita. Algumas linhas de crédito, embora relativamente limitadas em termos de volume de recursos financeiros a ser distribuído, foram criadas no sentido de permitir maiores facilidades para a reprodução simples do processo produtivo (crédito de custeio). Mas a mudança mais importante ocorrida em virtude do projeto político dos plantadores de cana que se identificavam como modernos foi a incorporação dos pequenos lavradores nas manifestações públicas e nas assembléias. O papel dos agentes mediadores da ASFLUCAN na mobilização dos fornecedores distanciados das práticas institucionais foi mais valorizado. Não só estes foram mais convocados à participação em assembléias, como mais informados sobre os acontecimentos, as posições assumidas e as conquistas obtidas a partir da prática dos dirigentes institucionais. A denúncia em rádios e jornais, as passeatas, os atos públicos, as assembléias gerais da ASFLUCAN incitavam os produtores à participação política (NEVES, 1981). Os pequenos fornecedores passaram a se colocar mais presentes nas manifestações públicas e a prestar mais apoio nos boicotes e

paralisações de comercialização das canas.

Estes produtores quando se referem às instituições de representação dos fornecedores valorizam tal contexto e definem um dos presidentes da ASFLUCAN como porta-voz legítimo de suas dificuldades, como líder “combativo”, “corajoso”, “raçudo”. Alguns deles representam esse momento como aquele em que eram recebidos pelas instituições em condições de igualdade com os grandes produtores, freqüentando sala de presidentes e obtendo deles explicações sobre os direitos e recursos passíveis de serem reivindicados. Às respostas negativas dos funcionários em relação a algumas de suas pretensões, reagiam com a solicitação de interferência do presidente das instituições, situação em que comumente se consideravam atendidos.

Em entrevista, o dirigente institucional desse contexto em que os lavradores de cana se sentem mais presentes no campo da representação política, falou sobre sua preocupação em incorporar a participação dos pequenos lavradores, criticando o processo de hetero-exclusão a que haviam se submetido anteriormente. Contou vários casos em que ao tomar conhecimento de dificuldades vividas por pequenos lavradores, procurava-os pessoalmente, oferecendo alternativas de solução baseadas em serviços prestados pelas instituições que ele participava das diretorias. Dentre esses casos, ele próprio enfatizou um deles, por considerar sua interferência decisiva e justa, evitando a inserção de um lavrador no processo de expropriação dos meios de produção.

Foi informado por um fornecedor de cana, que desempenhava o papel de mediador entre a diretoria e os demais associados compulsórios, de que um pequeno lavrador havia procurado a Cooperativa para obter crédito de custeio, que se destinava ao pagamento de dívida, pela qual estava sendo pressionado pelo credor. Como recebeu resposta negativa, decidiu entregar “duas parselhas de boi de canga” (animais de tração) para saldar a dívida. Ficou assim impedido de transportar as canas com o carro de bois e de realizar as tarefas de preparo do solo com o arado. Diante desse quadro que o entrevistado definiu como dramático, ele procurou o credor, ordenando-o a devolver os bois do pequeno lavrador. A seguir, esteve na casa deste e lhe assegurou o acesso ao crédito,

com o qual saldaria então sua dívida.¹

Os lavradores de cana não só legitimavam como até hoje desejam esse tipo de prática institucional assistencialista e tal forma de comunicação mais pessoal. Criticam, a partir dessa perspectiva, as formas de atuação institucional mais formalizadas por se sentirem alijados do acesso aos recursos. Consideram que a cooperativa de crédito deve se colocar como uma instituição que lhes propicie recursos financeiros nos momentos circunstanciais de dificuldades para reproduzirem por si sós o processo produtivo e as condições materiais e sociais de vida de suas famílias.

Em relação ao Sindicato Rural de Campos, fundado em 1963, os lavradores de cana mantiveram sempre uma relação de estranheza e desconhecimento, em virtude das próprias finalidades desta instituição. Volta-se basicamente para a defesa dos fazendeiros na resolução jurídica de conflitos decorrentes de irregularidades na aplicação da legislação trabalhista. Participa da discussão de acordos e/ou dissídios coletivos para definição do valor do salário dos trabalhadores de fazenda. Como os lavradores de cana geralmente não possuem trabalhador permanente, vêem-se como auto-excluídos dessa instituição.

A exclusão de tais lavradores da representação institucional não se limita ao caso acima. Na medida em que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goitacazes se dedica à assistência social e à defesa dos interesses dos assalariados, os pequenos lavradores de cana e os pequenos produtores, em sua grande maioria, não se sentem identificados com esses objetivos. Com exceção da atuação deste sindicato na luta dos colonos pelo reconhecimento de seus direitos, jamais houve, no conjunto de suas preocupações e propostas de ação, qualquer referência a atitudes práticas em relação aos pequenos fornecedores de cana. A partir da criação de programas de assistência médica mas principalmente educacional (oferta de bolsas-de-estudo), alguns dos pequenos fornecedores se filiaram a essa instituição com o objetivo restrito de se tornarem legítimos e elegíveis à solicitação e obtenção desses serviços.

¹ Em atas das assembléias da ASFLUCAN, nesse contexto, aparecem vários casos de conteúdos semelhantes ao acima exposto, encaminhados por fornecedores que exerciam o papel de mediadores, com soluções da mesma ordem.

Os plantadores de cana e os trabalhadores rurais diante do processo de acumulação

A incorporação das formas de luta dos trabalhadores rurais frente às mudanças nas relações de trabalho tem por objetivo compreender : – os desdobramentos provocados em termos da constituição dos plantadores de cana enquanto empregadores; – os mecanismos por estes acionados para controlarem os constrangimentos colocados às suas intenções de minimizarem o valor da força de trabalho; – e os espaços sociais restritos de possibilidades de objetivação de suas influências.

A análise toma como pressuposto que as ações políticas são constitutivas das relações de trabalho, apresentando-se como importante instrumento na consolidação de pautas de conduta que definem o consenso sobre a assimetria das relações entre empregadores e trabalhadores. Em capítulos anteriores, destaquei alguns dos mecanismos utilizados pelos plantadores de cana para ampliarem a apropriação da mais-valia e para obtenção de mais-valia extra (PALMEIRA, 1979), facilmente perceptíveis aos trabalhadores porque praticados num contexto de alterações das formas de dominação e controle sobre eles. Essas mudanças criavam alternativas mais propícias às suas ações políticas.

As relações de trabalho foram alteradas pela extinção do colonato e da morada, pela intensificação do uso da força de trabalho e pela imposição de novas modalidades de aferição da unidade de pagamento do salário, que redundavam em perda de direitos e concessões delas constitutivos. Elas também eram alteradas pelas ações dos trabalhadores e dirigentes sindicais que, colocando-se diante de um corpo de leis, ainda que diminuto, reivindicavam a manutenção recriada das “concessões” e a ampliação dos direitos e do salário.

A legislação trabalhista vigente e os direitos correspondentes apresentavam-se como instrumento legítimo para avaliar e definir as relações de trabalho. Permitiam controlar as proposições dos

patrões² de imporem aos trabalhadores um novo padrão de relações. Operavam como recurso para denunciar a ilegitimidade dos mecanismos acionados pelo patrão e para explicitar a consciência da ruptura das relações e das pautas de conduta.

Essas posturas dos trabalhadores eram legitimadas pela reivindicação do cumprimento de uma decisão externa e reconhecida pelo Estado; ou pela intercessão de uma autoridade estranha às relações que estabeleciam com o patrão. O enfrentamento do abuso do patrão (excesso de autoridade) não supunha apenas a ruptura da relação com este empregador ilegítimo e a reconstrução com outro sob condições semelhantes. Para além da desqualificação social da forma como o patrão exercia seu poder e autoridade, doravante ele deveria enfrentar outras autoridades constituídas e reconhecidas pelo Estado; deveria com os demais incorporar as funções correspondentes às novas relações.

Se, anteriormente, as concessões representavam instrumentos de imposição de deveres e funções em troca da deferência ao patrão, doravante os trabalhadores poderiam valer-se da legislação para construir este novo empregador, dotado de papéis definidos por instâncias externas aos agentes diretamente envolvidos. As fissuras na relação patrão/trabalhador podiam ser contrapostas às novas formas de associação e mediação, através do sindicato.

Frente a tais alternativas e tentando reordenar e criar novas pautas de conduta, os trabalhadores da agroindústria açucareira se inseriram em movimentos, por vezes encaminhados por iniciativas individualizadas, por vezes por ações coletivas. Sob quaisquer destas formas, reivindicavam basicamente o cumprimento da legislação trabalhista. À desvalorização da força de trabalho contrapunham o reconhecimento formal do vínculo, a incorporação do salário mínimo e demais direitos vigentes: repouso remunerado, jornada de trabalho de 8 horas e horas-extras, férias e, a partir de 1963, o décimo-terceiro salário.

A análise dos significados e das formas de encaminhamento dos conflitos pelos trabalhadores rurais num longo período, de contex-

² Assumo, para a análise da relação entre trabalhadores rurais e fornecedores de cana empregadores, os termos utilizados pelos primeiros atores – *fazendeiros ou patrões* –, denotativos das relações sociais e valores subjacentes a modos de dominação eminentemente personalizados, cujas mudanças no sentido da incorporação de aspectos formais e legais são expressivas de sua constituição e transformação.

tos sucessivos de mobilização e desmobilização políticas, propicia uma compreensão mais adequada das condições e estratégias de sua participação nesse processo de incorporação de direitos.

Os estudos sobre movimentos sociais originários de segmentos vinculados à atividade agropecuária (campesinato em especial) tendem a valorizar os contextos de mobilização política e de enfrentamento aberto (ALAVI, 1969 ; HOBBSAWN, 1973, 1974; HUIZER, 1973 ; WOLF, 1972). Dessa perspectiva, implícita ou explicitamente, desqualificam os momentos de desmobilização política por considerá-los de passividade (PALMEIRA, 1979). Pensando a ação política não apenas pelas formas expressas em movimentos espetaculares, mas como constitutiva das relações sociais (PALMEIRA, 1979), pode-se entender os deslocamentos provocados pela utilização daquelas alternativas por parte dos plantadores de cana.

As formas de luta e de resistência dos trabalhadores rurais nesse contexto vão ser entendidas a partir de suas manifestações mais formais ou institucionais. A análise baseia-se no estudo dos encaminhamentos de reclamações ao Sindicato dos Empregados Rurais e às instâncias do Ministério do Trabalho (Junta de Conciliação e Julgamento de Campos, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho); dos movimentos mais dramáticos expressos em deflagração de greve; e das ações sociais implementadas pelos dirigentes sindicais que visavam à obtenção de direitos e conquistas para os trabalhadores como um todo.

No Capítulo 2, destaquei a constituição de padrões de conduta mais burocratizados para encaminhamento da resolução dos conflitos entre os usineiros, plantadores de cana e trabalhadores do setor fabril e do setor agrícola. Enfatizei que esses agentes reivindicavam a presença do Estado como árbitro e como fonte de criação de direitos, através da promulgação de uma legislação que definisse formalmente o desempenho dos seus diversos e divergentes papéis nesse sistema de produção.

Os sindicatos dos trabalhadores da agroindústria da região açucareira de Campos foram criados num contexto de lutas mais amplas dos trabalhadores, especialmente aqueles das atividades urbano-industriais, e de respostas a essas pressões por parte do Estado, a partir em especial do Governo Provisório instalado em 1930. Embora o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários tenha sido fundado em 1938, ele só foi reconhecido em 1944, sob

o nome de Sindicato dos Empregados Rurais de Campos. Essa conquista foi obtida após intensa e sistemática luta por parte de sua diretoria, através de ofícios reivindicando apoio do Governo Federal, de reiteração de processos de solicitação de reconhecimento. Tais correspondências faziam referência, discutiam e interpretavam, a favor dos trabalhadores rurais, as leis vigentes a respeito da fundação e reconhecimento de sindicatos e dos direitos trabalhistas (NEVES, 1986b).

A referência à legislação trabalhista – voltada para os trabalhadores urbanos ou industriais em especial – operava como recurso ao reconhecimento do sindicato e das precárias condições sociais e materiais de vida dos trabalhadores rurais. Por isso, constituiu-se em fator de suma importância na ordenação de pautas de conduta e visão política dos dirigentes do Sindicato dos Empregados Rurais.

Ainda sem reconhecimento, os dirigentes do sindicato se colocavam em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, negando a diferenciação entre rurais e urbanos que os marginalizava. Diante dessa situação, posicionavam-se como mediadores nas contendas, tentando alcançar consensos e acordos entre trabalhadores e empregadores. O período de reconhecimento do Sindicato (1944), também é o da promulgação de um conjunto de leis que, em parte, beneficiavam os trabalhadores rurais ou que eram lidas de modo a incorporá-los. Os dirigentes do Sindicato dos Empregados Rurais e os trabalhadores que os procuravam valorizavam e lutavam pelo cumprimento dos dispositivos legais abaixo enumerados:

1. A Lei nº 3.724 (1919) e o Decreto nº 24.637 (1934) definiam as obrigações dos empregadores e os direitos dos trabalhadores rurais resultantes de acidentes de trabalho.
2. O Decreto-lei nº 5.452 (1943) ou a Consolidação das Leis de Trabalho, atribuía aos trabalhadores rurais o direito ao salário mínimo (art. 76), férias remuneradas (art. 129), aviso-prévio (art. 487) e normas genéricas sobre o contrato de trabalho (art. 442 a 467), com destaque à jornada de 8 horas.
3. Os trabalhadores rurais da agroindústria canavieira, além desses direitos genéricos, foram amparados por legislação específica, através do Decreto nº 6.969 (1944), que dispunha especialmente sobre as condições de trabalho dos assalariados e colonos. Além do reconhecimento dos direitos

anteriormente concedidos, prescrevia o acesso a uma área de terra para cultivo de lavouras de subsistência e criação de animais de pequeno porte, para trabalhadores contratados há mais de um ano, e a assistência médica e social.

4. Esse conjunto de documentos legais permitiu a antecipação de uma série de direitos, reconhecendo a estabilidade para os trabalhadores rurais de usina com mais de 10 anos. As dispensas após esse período deveriam ser submetidas a inquéritos administrativos tutelados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.
5. Através da Constituição de 1946, foi assegurado ao trabalhador rural o direito à indenização em caso de dispensa injusta.
6. O Decreto-lei nº 9.827 (1946) regulamentava a assistência médica e social aos trabalhadores da agroindústria açucareira, obrigando usineiros e fornecedores a contribuírem com uma taxa a ser utilizada na prestação de serviços médicos e odontológicos, sanitários, habitacionais, educacionais e recreativos.
7. A Lei nº 605 (1949) promulgava o direito ao repouso remunerado.

A valorização desses dispositivos legais estava ainda articulada às tentativas de os dirigentes do Sindicato dos Empregados Rurais e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar de Campos igualarem as condições de trabalho de todos os trabalhadores dessa agroindústria. Como também já foi apresentado no Capítulo 2, o Sindicato dos Empregados Rurais surgiu de uma fissão do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar. Mas os dirigentes do primeiro sindicato (destinado ao atendimento de trabalhadores rurais vinculados aos usineiros e aos fornecedores de cana) continuavam referenciados à prática política do segundo, desenvolvendo ações paralelas e complementares. Orientavam-se pela reivindicação de uma legislação que equiparasse os seus representados aos industriários. Privilegiavam a atenção aos trabalhadores (rurais) de usina, que tiveram primeiramente regulamentados os direitos definidos pelo Decreto-lei nº 6.969, embora insistissem junto ao IAA para que adotasse idêntico procedimento em relação aos trabalhadores de fazenda. Na prática, tentavam impor e convencer os plantadores da imediata aplicação

daqueles dispositivos, ainda que o IAA não tivesse regulamentado os contratos-tipo referentes aos trabalhadores de fazenda.

Para aquilatar o empenho dos trabalhadores (rurais) de fazenda em fazer cumprir essa legislação, apresentarei uma análise quantitativa das demandas por eles encaminhadas, construída a partir dos dados constantes do arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A coleta de dados abrange um longo período. Inicia com o reconhecimento do sindicato (1944), período em que alguns direitos são constituídos e as alterações nas relações de trabalho começam a ser delineadas. Termina no momento em que os instrumentos mecanizados foram adotados de modo generalizado. Coincidentemente, período em que intensificaram as reivindicações pelo cumprimento do recém promulgado Estatuto do Trabalhador Rural – anos imediatamente posteriores a 1963.

TABELA 8 – Modalidades e incidência de encaminhamento de reclamações trabalhistas, 1943-1969

Distribuição Temporal	Modalidades	Trabalhadores de Fazenda		
		Homens	Mulheres	Total
1943/49	Queixas	163	26	189
	Acordos	15	—	15
	Processos Jurídicos	7	—	7
	Total	185	26	211
1950/63	Queixas	258	18	276
	Acordos	18	—	18
	Processos Jurídicos	40	12	52
	Total	316	30	346
1964/69	Queixas	173	16	189
	Acordos	832	50	882
	Processos Jurídicos	212	9	221
	Rescisões Homologadas	482	12	494
	Total	1.699	87	1.786
TOTAL GERAL		2.200	143	2.343

Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos.

Suponho que os dados apresentados na Tabela 8 absorvam quase todas as situações de reivindicação dos trabalhadores junto ao sin-

dicato, porque havia sistematicidade na frequência dos documentos arquivados. Mas tais documentos só fazem referência às reivindicações e aos primeiros encaminhamentos feitos pelos dirigentes sindicais. Poucos são os casos passíveis de acompanhamento em todos os desdobramentos, porque não foram documentados até o resultado final.

O termo *queixa* era (e é) utilizado pelos trabalhadores para se referirem às reclamações apresentadas ao sindicato, em virtude de o patrão não estar cumprindo regras (entre eles acordadas ou de reconhecimento consensual) que orientavam as pautas de conduta nas relações de trabalho; ou de não estar colocando em prática os direitos definidos em lei. Apresentar *queixa* era se valer de uma outra autoridade a quem se atribuía equivalência de poder ou capacidade de dialogar ou fazer o patrão cumprir regras e leis. Constituía-se de um primeiro procedimento que supunha o encaminhamento da busca de resolução do problema, porque já pressupunha a oposição ou a declaração de animosidade. Mas ele podia ser conciliador, evitando o tocar questão ou envolver o patrão em processos jurídicos, a partir dos quais devia responder perante a autoridade do Estado pela sua conduta ilegítima ou ilegal. O apresentar *queixa* aparecia como uma declaração de intenção de tocar questão, mas também como expressão de uma medida mais cautelosa, passível de conciliação e acordo, que deixava alternativa ao patrão de se retratar.

Essa atitude conciliadora era incorporada pelo dirigente sindical ou por ele mesmo estimulada, na medida em que aceitava esse papel de mediador, especialmente nos contextos em que o jogo de forças não era favorável aos trabalhadores. Apelava então para o “espírito humano” ou “cristão” do empregador, em nome do qual o trabalhador devia ser poupado de tantos ou mais “sacrifícios”. Através de carta, geralmente conduzida pelo próprio trabalhador *queixoso* para o patrão, o dirigente sindical convocava a presença deste para entendimentos e acordos, explicitava a irregularidade e advertia: “Mais vale um acordo que uma demanda”.

As atitudes assumidas por patrões e trabalhadores determinavam os procedimentos posteriores do dirigente sindical. Se o patrão comparecesse ao sindicato ou chegasse a um acordo direto com o empregado, a reclamação se encerrava. Se ele não atendesse à convocação ou não chegasse a um entendimento, a persistência do trabalhador iria então definir o desdobramento da reclamação.

Nesse caso, a solicitação de comparecimento podia ser reiterada e a questão encaminhada à Junta de Conciliação e Julgamento.

A grande maioria das queixas apresentadas nesse contexto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais era originária de trabalhadores rurais de fazendas de usinas (NEVES, 1988, cap. 6). Este fato se fundamentava na orientação prática do dirigente sindical e na maior mobilização desses trabalhadores.

Os trabalhadores industriais se encontravam mobilizados em torno do cumprimento e da ampliação da legislação trabalhista, ações que eram do conhecimento principalmente dos trabalhadores rurais filiados às fazendas das usinas (NEVES, 1986b). Por outro lado, os trabalhadores (rurais) de usina estavam sendo mais atingidos por mudanças nas condições de trabalho. Nessas unidades industriais foi preliminarmente aplicada uma série de alterações nos mecanismos de apropriação de trabalho excedente e de expropriação dos trabalhadores do acesso aos meios de subsistência.

As queixas apresentadas pelos trabalhadores de fazenda referiam-se à proibição ao morador de manter animais no pasto da fazenda (cavalo ou vaca), de fazer plantio de horta em volta da casa ou nos aceiros dos canaviais ou à diminuição dessas áreas. Relacionavam-se à oferta de moradia em precárias condições de conservação e segurança, ao não-pagamento do dia de trabalho em que o trabalhador estivesse à disposição do serviço militar ou da justiça do trabalho como testemunha em processo de colegas na Junta de Conciliação e Julgamento ou em que estivesse impedido de trabalhar por excesso de chuva. Diziam respeito à contraposição do trabalhador à suspensão indevida, por ter ele se negado a trabalhar domingo ou feriado ou a ultrapassar o horário da jornada, por ter cobrado pessoalmente o cumprimento de algumas regras que norteavam a relação ou os novos direitos que lhe foram oferecidos. A maior parte dessas queixas era apresentada ao sindicato na vigência da relação empregatícia, isto é, o trabalhador enfrentando a autoridade do patrão ainda sob o domínio da relação de trabalho, assumindo o confronto com ele. Elas estavam muitas vezes articuladas à interpretação do comportamento do patrão pelo trabalhador, que o considerava abusado, isto é, extrapolava a autoridade que lhe era outorgada ou se imiscuia em relações sociais ou domínios não reconhecidos sob a interferência dele.

Dentre as queixas que apontavam para o excesso de autoridade podem ser destacadas: prisão de trabalhadores por brigas entre

familiares ou entre colegas fora do local de trabalho; prisão de trabalhadores definidos como em crise de doença mental; desrespeito de filhos do empregador em relação a moradores ou membros de sua família; agressão física e ameaça de morte aos trabalhadores nas situações de contenda; desrespeito a valores culturais que definiam os papéis do homem e da mulher, atribuindo a esta, funções consideradas próprias àquele.

Os direitos trabalhistas reclamados nesse contexto abrangiam a assinatura de carteira profissional ou retificação da data da admissão; pagamento de férias, de repouso remunerado (a partir de 1949), de horas extras; desrespeito ao período de tempo delimitado para jornada de trabalho (8 horas) e pagamento de aviso-prévio nas situações de dispensa.

Da leitura da Tabela 8 pode-se perceber a crescente absorção do trabalho feminino nas atividades agrícolas e a participação das mulheres na luta pelo reconhecimento do vínculo empregatício. Essa absorção é anterior ao período analisado. Há referências, nos documentos consultados, à presença de mulheres como trabalhadoras rurais desde a década de 20.

Nas reclamações, a presença de mulheres dá-se sob duas formas. Elas podiam se apresentar como chefes de família, respondendo pelo seu próprio vínculo de trabalho e, por vezes, também dos filhos menores. Também compareciam mediadas pelo marido, quando este reclamava irregularidades nas relações de trabalho de todos os membros produtivos da família. Sob quaisquer dessas condições lhes era negado o reconhecimento formal do vínculo empregatício.

Tentando o entendimento ou o acordo prévio dos trabalhadores com os patrões, os dirigentes sindicais colaboravam na construção ou legitimação de um sistema de poder em que os fazendeiros e a administração da usina centralizavam um conjunto de decisões, de prestação de serviços e de assistência social. Valorizavam a concessão de recursos passíveis de serem conseguidos ou mantidos através do estabelecimento de relações personalizadas e de subordinação pessoal.

Na falta de assistência social e previdenciária, os dirigentes sindicais reivindicavam aos patrões uma série de medidas protetoras como concessão de mesada ao trabalhador idoso e inválido, emprego para filhos de trabalhadores, oferta de horas-extras para melhor

atender às necessidades de consumo de empregados com prole numerosa. Essas solicitações cobriam principalmente os recursos que não eram assegurados pela legislação trabalhista vigente. Mas essa postura dos dirigentes sindicais, quando recomendavam o acordo e solicitavam concessões e assistência, deve ser entendida pela referência ao próprio sistema de poder em que também se encontravam inseridos. Um corpo diminuto de leis desrespeitadas pela grande maioria dos fazendeiros (e usineiros); relações de trabalho revestidas de formas de pagamento que apareciam como concessões; ausência de instituições de assistência médica, social e previdenciária; parcialidade nas formas de julgamento das instituições locais do Ministério do Trabalho. A tentativa de obter o consenso ou o acordo com o fazendeiro ou o usineiro era a contrapartida às alternativas que estes contavam de não atender às solicitações e obterem vitórias nos processos que buscavam uma decisão jurídica. Essa postura dos dirigentes do sindicato só pôde ser abandonada a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e da previdência e/ou das pressões dos trabalhadores no sentido de fazerem cumprir essa legislação, contexto em que foram rompidas muitas das regras fundadas em relações consensuais, minimizando o poder de dominação mais personalizado.

A luta dos trabalhadores rurais pelo cumprimento da legislação trabalhista foi mais extensa a partir da década de 50, em virtude de os empregadores ampliarem a utilização de mecanismos de intensificação do uso da força de trabalho e de tentarem se livrar do reconhecimento formal do vínculo empregatício, mas também devida ao fato de os movimentos de mobilização dos trabalhadores conseguirem maior espaço social e político.

Durante o período 1950/1963, demarcado na Tabela 8, intensificou-se o uso de instrumentos mecanizados nas atividades agrícolas voltadas para a cultura da cana-de-açúcar. O número de reclamações apresentadas pelos trabalhadores aos dirigentes sindicais aumenta, mantendo os mesmos conteúdos apresentados para o período anterior. Contudo, muitos dos problemas enfrentados pelos trabalhadores foram encaminhados à resolução através de processos de mobilização política que os incorporavam enquanto grupo social. Esta convergência de interesses dos trabalhadores rurais e da parte fabril tornou-se possível em face da reação dos empregadores ao aumento do valor do salário mínimo em 1951.

Segundo a legislação, o salário mínimo deveria ser avaliado a cada três anos, para verificar a necessidade ou não de reajuste. “Isto efetivamente ocorreu em 1943, quando o salário mínimo foi reajustado. A partir daí, ele permaneceu oito anos sem qualquer reajuste, só vindo a ser novamente modificado no final de 1951, quando seu valor real estava reduzido a cerca de um terço do nível de 1940” (SABÓIA, 1985, p. 15-16). O seu valor passou de Cr\$ 410,00, em 1943, para Cr\$ 1.200,00, em dezembro de 1951. Contudo, incorporava pagamentos diretos e indiretos, propiciando ao empregador o desconto do aluguel da casa concedida, correspondente a 27% do valor total.

Usineiros e plantadores de cana, diante da alternativa que se lhes apresentava de valorizar financeiramente um bem anteriormente sem valor direto, uma concessão, segundo as regras que orientavam o uso da residência, imediatamente fizeram cumprir a lei, descontando indiscriminadamente o aluguel da casa, independentemente das condições de segurança e higiene em que a mesma se encontrava. Em muitos casos, interpretavam ainda a seu modo a lei, fazendo o desconto sobre o salário de cada trabalhador, fato que elevava tanto mais o aluguel da casa quanto mais trabalhadores a unidade familiar que a utilizasse possuísse.

Os trabalhadores, em sua maioria, não aceitavam essa cobrança, não só porque muitas das casas não correspondiam ao valor do aluguel, como também pela quebra de regras consensuais e pelo decréscimo de seu salário direto. Alegavam os trabalhadores, através da representação sindical, que, à época do advento do novo salário mínimo, eles já recebiam além desse patamar, pois sua remuneração correspondia ao salário e ao valor que ora se atribuía à casa. Contestavam que a habitação correspondesse a um valor porque fora concedida gratuitamente e sobre ele não incidia o cálculo da indenização no caso da dispensa injusta. Enfim, que o trabalhador de usina e de fazenda, muito antes de se cogitar da decretação do salário mínimo, já era contratado mediante determinado salário e fornecimento de habitação gratuita. Com o advento do salário mínimo em 1943, esses contratos continuaram nas mesmas condições, isto é, sem alteração. Frente a esse novo quadro, lutavam não só para que o salário mínimo fosse respeitado pelo empregador, como pelo acesso à casa e sua oferta sob condições de higiene e segurança adequadas.

A luta dos trabalhadores rurais – de usina e de fazenda – e dos

industiáriios, momento em que todas essas categorias se uniram em torno da contraposição ao desconto que consideravam ilegítimo e ilegal, dá-se em dois níveis:

- através do confronto aberto, especialmente pela deflagração de greves isoladas, por fazenda;
- através do encaminhamento institucional e jurídico, mediado pelos sindicatos das respectivas categorias.

Duas greves, pelo menos, foram registradas pela imprensa nessa época. Uma entre os trabalhadores da Usina Sapucaia que conseguiram paralisar as atividades da Fazenda Santa Luzia e tentavam obter a adesão dos colegas das demais unidades agrícolas, quando foram impedidos por ação policial e promessa de suspensão provisória do desconto. Outra, na Fazenda Grande, de propriedade de um plantador de cana, interrompida sob as mesmas condições.

Em todos esses eventos houve intercessão do Ministério do Trabalho e da Delegacia de Polícia:

A M G, co-proprietário da Fazenda Grande relatou fatos ocorridos entre os empregados grevistas ao Dr. D.A.G., representante do Ministério do Trabalho neste município. O proprietário foi desrespeitado pelos grevistas a ponto de Dr. D.A.G. ter declarado que o caso, em vistas das circunstâncias, não era mais da Justiça do Trabalho e sim da Ordem Policial. Assim sendo, os proprietários da Fazenda Grande procuraram o delegado de polícia, solicitando sua interferência no sentido de fazer com que os empregados voltassem ao serviço. O Sr. delegado em entendimento com os empregados e os patrões da Fazenda Grande opinou que fosse pago o salário integral até pronunciamento do órgão competente (Ata da Assembléia Extraordinária de 3 de abril de 1952, da ASFLUCAN).

Os dirigentes do Sindicato dos Empregados Rurais de Campos e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar de Campos, contrapondo-se à cobrança de aluguel da habitação, tentavam chegar a um acordo junto aos representantes das instituições que aglutinavam politicamente os empregadores. Na impossibilidade do consenso e apoiados pela grande mobilização dos trabalhadores, obtiveram o compromisso de usineiros e plantadores, em 22 de fevereiro de 1952, de suspenderem o desconto até decisão judicial e de devolvê-lo, caso a justiça decidisse em favor dos trabalhadores.

Esses compromissos foram estabelecidos mediante salvaguardas.

Os plantadores de cana, nesse documento, solicitavam a participação dos trabalhadores na luta política por melhores preços para a cana, resultado que, advogavam, podia proporcionar-lhes condições de pagamento do salário mínimo e de concessão de moradia gratuita.

Diante da situação de tensão, das greves dos trabalhadores da área rural e industrial, a direção do IAA também intercedeu junto aos fornecedores e aos usineiros, no sentido de manterem os termos da concessão da moradia, abandonando a cobrança do aluguel. Fundamentava-se nos diplomas legais anteriores, que reconheciam o direito dos trabalhadores rurais à residência e a uma pequena área de cultivo de lavouras de subsistência (Estatuto da Lavoura Canavieira, Decreto-lei 6.969).

Após vários anos de resistência dos trabalhadores, os empregadores obtiveram uma decisão favorável. Em 1955, através do dissídio coletivo, os usineiros foram autorizados ao desconto de 27% do salário mínimo, fundado no parecer de que “a prestação in natura da habitação era liberalidade, suscetível de ser suprimida em qualquer momento” (Dissídio Coletivo nº TRT 9 DC/55 – 1263/55).

Os trabalhadores, entretanto, não se conformaram com a decisão. Mantiveram a reivindicação em pauta em todas as campanhas salariais. Nos contextos em que estão mais mobilizados, a cobrança de aluguel é suspensa. Naqueles em que o jogo de forças lhes é menos favorável, usineiros e plantadores fazem investidas de cobrar o aluguel ou aplicam tal dispositivo aos trabalhadores recém-admitidos. De qualquer modo, a relação de trabalho que incluía a habitação não vem sendo reproduzida. Os empregadores não constroem novas casas e mantêm as antigas em mau estado de conservação. Os trabalhadores vêm mudando a postura diante dessa dependência, preferindo construir suas próprias casas ou residir fora do espaço de trabalho (ver Capítulo 10).

Durante o ano de 1963, usineiros, plantadores de cana e trabalhadores se envolveram em relações mais tensas frente à intransigência no pagamento do 13º salário para os trabalhadores rurais em especial, sob a alegação de que este segmento dele se encontrava excluído. Por isso mesmo, uma das formas de luta se deu em torno da interpretação da lei, sob trâmites jurídicos e burocráticos, através de consultas ao IAA e à Delegacia Regional de Trabalho.

Devido ainda à intensificação do uso da força de trabalho e à incor-

poração de instrumentos mecanizados, os trabalhadores passaram a enfrentar mais freqüentemente situações de acidentes de trabalho. A documentação do sindicato só registra os pedidos de reinserção ao trabalho ou de indenização e pagamento de direitos, pois as usinas e os plantadores de cana costumavam romper o vínculo quando o trabalhador retornava após a alta médica.

O registro mais contundente dos acidentes de trabalho pode ser resgatado pela leitura de jornais, nos quais eram publicados os casos graves que envolviam internações hospitalares, morte e ocorrência policial. Os acidentes de trabalho mais graves ocorridos em condições de trabalho do período anterior à mecanização das atividades agrícolas estavam geralmente associados ao uso de carro de boi.

Morreu esmagado, ontem às 5 horas da tarde na fazenda do Sr...., no 7º distrito deste município, A. V. J., um pobre jornaleiro, por um carro de boi.

O fazendeiro diz que o jornaleiro morreu porque estava alcoolizado, logo não é acidente de trabalho (Monitor Campista, 27/7/21).

L. R., de 17 anos, trabalhador na fazenda ...foi pilhado por um carro de boi, tendo sido internado... (Monitor Campista, 15/2/35).

A partir da década de 50, os acidentes de trabalho estão associados ao uso do carro de boi, mas também, aos novos instrumentos de transporte.

Tratorista perdeu o equilíbrio caindo do trator e sendo colhido por lagarta da máquina. Internado em estado grave (Monitor Campista, 18/10/51).

Faleceu na localidade de S.B. um trabalhador braçal, preto, 15 anos, residente nesta localidade.

O acidente em que perdeu a vida ocorreu quando ele perdeu o equilíbrio no momento em que abastecia de cana uma cambona, indo cair no solo, tendo o crâneo esmagado pelas rodas de outra cambona. (Monitor Campista, 9/8/58).

Um tratorista morreu, tendo o crâneo esmagado, quando o trator que dirigia virou numa ribanceira. (Monitor Campista, 15/9/59).

Um caminhão pertencente a Usina S., conduzindo dezenas de trabalhadores rurais, sofreu um acidente na estrada que conduzia àquela usina. 5 trabalhadores ficaram feridos. (Monitor Campista, 29/12/54).

Além dos problemas citados, os trabalhadores (rurais) de fazenda, entre 1950/63, encaminharam sob a forma de queixa ou questão, as seguintes reclamações trabalhistas:

- dispensa sem pagamento de direitos adquiridos na vigência do contrato e desrespeitados por ocasião da rescisão;
- diferença salarial ou pagamento de salário abaixo do valor mínimo;
- salários retidos ou atrasados;
- desconto habitação quando as usinas ou os fazendeiros não respeitavam os acordos estabelecidos com os dirigentes sindicais; desrespeito ao pagamento de férias, repouso remunerado, feriados em plena vigência do contrato;
- suspensão injusta;
- liberação de carteira profissional e correção de erros de registro.

O contexto posterior periodizado na Tabela 8, 1964-1969, é caracterizado pela desmobilização política dos trabalhadores, em virtude da brusca mudança imposta pela implantação do governo militar. Contudo, como os trabalhadores rurais passaram a ter acesso a um número maior de direitos decorrentes da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e, posteriormente, da concessão da previdência (1971), eles, mesmo desmobilizados para ações politicamente coletivas, mantiveram e ampliaram a utilização dos encaminhamentos jurídicos para fazerem o empregador cumprir a legislação.

A partir dessa brusca mudança no regime político, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar foi duramente atingido pela repressão e os trabalhadores da parte fabril irão se silenciar, limitando suas ações a encaminhamento de processos jurídicos à Junta de Conciliação e Julgamento (NEVES, 1983a, 1983b).

Embora a participação dos trabalhadores de fazenda nas lutas coletivas fosse mais restrita, eles se beneficiaram em parte dos efeitos da mobilização mais intensa dos demais. Diante da organização dos trabalhadores, os plantadores tinham receio de que fossem mais diretamente atingidos por pressões pessoais ou institucionalizadas, através do encaminhamento de processo à justiça trabalhista.

Se o governo militar incutiu o medo de participação em lutas mais

coletivas na prática dos trabalhadores, também, inicialmente, assustou os empregadores, que tiveram receios de desrespeitar a legislação. Além disso, a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural colocou por terra a argumentação dos plantadores de cana de que os trabalhadores rurais não tinham amparo legal para as relações de trabalho.

Frente a esse mesmo dispositivo legal, também os pareceres dos membros da Junta de Conciliação e Julgamento não podiam mais incorporar a alegada ambigüidade da situação de trabalho. A maior parte dos processos jurídicos encaminhados pelos sindicatos dos trabalhadores recebia parecer favorável às reclamações de cumprimento da legislação.

De tal forma a legislação passou a ser incorporada à orientação das relações de trabalho que os plantadores de cana e os usineiros, durante certo período de tempo, definiam a Junta de Conciliação e Julgamento como instituição voltada para os interesses dos trabalhadores. Ainda hoje consideram que “na Junta, fazendeiro é criminoso”; “na Junta, empregador nunca tem razão”.

Pressupondo ou contando com a atitude de luta e reivindicação do trabalhador perante seus direitos, a maior parte dos plantadores de cana, mesmo que não contratasse formalmente os trabalhadores permanentes ou temporários, a priori passou a incorporar a possibilidade de discussão em busca do acordo ao final do vínculo de trabalho. Além de, com este expediente, tentar se eximir da ação disciplinar da justiça do trabalho, operava com o cálculo de minimização dos custos com a força de trabalho, porque o acordo supunha o pagamento de, no mínimo, 60% do valor total a que correspondessem os direitos devidos, se considerado do ponto de vista legal. Menor ainda, se condicionado à relação desigual que os dois contratantes enfrentavam, com o trabalhador tendendo a aceitar proporção inferior.

Dessa perspectiva, muitos dos plantadores de cana se anteciparam à ação dos trabalhadores e dos dirigentes do sindicato, propondo acordos amigáveis que liquidassem relações de trabalho e direitos anteriormente obtidos. Uma vez assegurado o acordo entre eles e os trabalhadores, passaram, em alguns casos, a valer-se do sindicato como testemunha “oficial” da isenção de qualquer dívida e da impossibilidade de vir o trabalhador futuramente fazer reclamação.

De tal forma a incorporação dos direitos constituiu-se em meio

de pressão formal ou informal por parte dos trabalhadores rurais, que, nesse contexto, boa parte dos empregadores passou a contratar legalmente, mesmo que apenas para o período de safra. Acresce ainda que, com as mudanças nas relações de trabalho, os produtores de cana tiveram dificuldades em competir com as usinas na alocação de mão-de-obra durante a safra, pois se tornava para eles inviável utilizar-se de instrumento de transporte para os trabalhadores. Frente a essas circunstâncias, a contratação formal dos trabalhadores na safra apresentava-se como um instrumento de imobilização da força de trabalho, substitutiva, em certos casos, e dessa perspectiva, da morada.

Na medida em que a repressão política foi silenciando as ações coletivas dos trabalhadores e os empregadores foram impondo a vinculação temporária da força de trabalho, os plantadores se associaram aos usineiros para obterem os serviços de plantio, limpa e corte das canas. Livraram-se assim da contratação direta dos trabalhadores temporários. Contudo, a maior parte dos trabalhadores permanentes – residentes ou não nas fazendas – foi cada vez mais obtendo o contrato formal de trabalho. Essa conquista, entretanto, decorreu da continuidade de práticas mais sistemáticas desses trabalhadores de encaminhamento de processos individualizados ou em pequenos grupos – por vezes todos os trabalhadores de uma determinada fazenda – à Junta de Conciliação e Julgamento. Por isso mesmo, o número de acordos amigáveis, de contratos homologados e de encaminhamento jurídico das reclamações pelo cumprimento total ou parcial da legislação trabalhista vai num crescendo a partir de 1963, isto é, da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Voltando à Tabela 8 a partir dessa análise, torna-se mais fácil compreender, nesse período 1964-69, as modificações apresentadas em termos da maior participação dos trabalhadores de fazenda e a presença do item referente às rescisões de contrato sob a tutela do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Essas rescisões, em grande parte, referiam-se a contratos por tempo determinado, correspondente ao período de safra: geralmente 2 a 3 meses.

Embora os empregadores nesse contexto tentassem livrar-se do encaminhamento jurídico, antecipando-se em solicitar

o reconhecimento do sindicato no pagamento dos direitos através de acordos, eles mesmos conduzindo os trabalhadores a sua instituição de representação política, o número de processos encaminhados à Junta de Conciliação e Julgamento cresceu.

Em virtude de já ter analisado anteriormente o processo de extinção do colonato e da morada, não voltarei a essa questão. Dos trabalhadores de fazenda, 194 se definiam como colonos e 206 como moradores. Vale lembrar que a relação de morada nas unidades de produção dos plantadores de cana incorporava de forma mais definida o acesso à área de terra, geralmente de localização relativamente fixa e delimitada.

Esses números, é bom frisar, referem-se apenas aos casos em que os trabalhadores solicitavam a mediação do sindicato e da justiça trabalhista. Um número significativo de trabalhadores aceitou a interrupção dessa modalidade de vinculação através de acordos estabelecidos entre as partes envolvidas ou da desistência de seus direitos.

Pelas análises apresentadas, torna-se clara a opção dos dirigentes sindicais em valorizar as conquistas que consubstanciavam a posição social de assalariado. As questões relativas à perda do controle de áreas de terra eram solucionadas pela reivindicação dos direitos trabalhistas.

A incorporação da legislação trabalhista na definição das pautas de conduta dos trabalhadores e empregadores, no entanto, ultrapassados os primeiros anos de repressão política e de implantação dos primeiros instrumentos mecanizados nas atividades agrícolas, irá proteger um número restrito de trabalhadores vinculados de modo permanente. Como será visto posteriormente, os usineiros vão institucionalizar e ampliar a irregularidade na vinculação dos trabalhadores temporários, através da recriação, em novas bases sociais, do clandestino e do empreiteiro. Dessa posição, protegeram e protegem os plantadores de cana, que se liberaram da relação direta com a mão-de-obra absorvida na safra.

A análise do processo de luta dos trabalhadores, em contextos de mobilização e desmobilização políticas, revela a continuidade dos valores e referências que orientam a busca de melhores condições de vida e de trabalho. Se os contextos de mobilização possibilitam

a ampliação das formas de luta, a conquista de novos direitos e a criação de posições sociais mais consolidadas, os de desmobilização não significam passividade. Os constrangimentos aos usos de formas de pressão coletiva supõem o encaminhamento institucional individualizado das reivindicações. Nem sempre inviabilizam a manutenção de conquistas adquiridas durante os processos e formas de luta posta em prática sob mobilização política. Este contexto, por outro lado, pode permitir a consolidação de conquistas em grande parte definidas nas situações de desmobilização (PALMEIRA, 1979).

O estudo desse longo processo de luta de um dos segmentos de trabalhadores rurais vinculados à agroindústria açucareira oferece uma compreensão mais abrangente da representação política dos plantadores de cana; da diferenciação social estabelecida entre eles enquanto produtores modernos e tradicionais; do empenho em ampliar a assistência médica através de hospitais e ambulatórios e em incorporar parte do segmento de pequenos lavradores de cana no processo de mecanização, liberando-os para o trabalho de corte e embarque de canas e imobilizando-os num lote de terra que não lhes assegura a reprodução física. Identificados como pequenos produtores ou pequenos lavradores de cana, eles não se inserem nas lutas que visam ao cumprimento da legislação trabalhista. Dessa alternativa se beneficiam, quando devem remunerar os trabalhadores auxiliares no corte de cana, ao mesmo tempo em que a sustentam (NEVES, 1983b).

Compreendendo as posições assumidas pelos diversos agentes nesse jogo de forças sociais e as diferenciações que contribui para construir, pode-se melhor entender o porquê da definição social do produtor moderno como aquele que incorpora a legislação trabalhista nas formas de vinculação da força de trabalho ou a sua percepção diversa sobre a vida social. Pode-se entender o móvel da criação de outros recursos de construção da legitimidade de seu novo poder e autoridade. Se a diferenciação desses produtores não se funda nesse confronto com os trabalhadores, é por ele reforçada.

Por fim, a análise das condições sociais em que ocorreu, numa situação concreta, a interdependência entre a agricultura e a indústria, nesse contexto pela incorporação de instrumentos mecanizados ao processo de trabalho, e como este processo se deu pela mediação dos agentes do Estado na administração de contenda e dos instrumentos de acumulação, demonstra a inviabilidade ou a

compreensão limitada, caso se considere esse processo apenas pelo caráter tecnológico ou apenas pela intervenção estatal. As relações subjacentes a tais processos construíram-se em decorrência de desdobramentos das alterações técnicas do trabalho. Ultrapassam, assim, as mudanças inerentes às unidades de produção ou ao processo de trabalho stricto sensu. Extrapolam ainda as relações de produção, atingindo reordenações políticas e ideológicas, a construção de novos agentes sociais que não se limitam a atores econômicos.

6

A MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA

Nos capítulos anteriores, analisei diversos processos interligados enquanto pré-condição e decorrência da interligação entre agricultura e indústria sob a égide da intervenção estatal. Enfatizei, ainda, as ações sociais dos diversos agentes diferentemente posicionados na construção das mudanças nas atividades agrícolas. Apresentei a proposta predominante de modernização das atividades produtivas formulada pela facção dos plantadores de cana que havia conquistado a direção das instituições mediadoras de suas ações políticas. Demonstrei que tal proposta visava à construção de certo controle sobre as condições de produção, principalmente as que viabilizavam a implantação dos projetos de reprodução ampliada. Contudo, ela foi alterada pela interposição de um projeto específico de modernização da agricultura, elaborado e posto em prática a partir de medidas e recursos emanados das instâncias estatais.

Nos capítulos seguintes, apresento a análise dessa intercessão mediada pela implantação de uma série de políticas e programas de expansão das inovações tecnológicas, que se traduziram no aumento da mecanização das atividades agrícolas e na absorção de insumos químicos (fertilizantes, defensivos e herbicidas). Esses fatores favoreceram o aumento da intensidade e a redução do período de trabalho. Restringiram ainda mais o número de produtores de cana capazes de alcançarem a reprodução ampliada dos fatores de produção voltados para essa cultura.

A despeito de o processo de interdependência entre agricultura e indústria ter alcançado maior expressividade após a produção nacional de insumos, nos capítulos anteriores demonstrei que o mesmo não foi homogeneamente instalado ao final da década de 60. Economias exportadoras como a do café e do açúcar foram estimuladas à integração anteriormente, em virtude da especificidade da produção, cuja matéria-prima necessita ser beneficiada. Também em virtude dos interesses dos produtores nela inseridos

e do próprio Estado. Ambos desejavam o aumento da produção e a melhoria da produtividade para obtenção de condições de competitividade no mercado interno ou externo.

No caso da agroindústria canavieira, a interdependência da agricultura e de indústria intensificou-se na década de 70, por força de uma série de medidas políticas voltadas para a agricultura em geral ou para aquela atividade econômica especificamente. Tais medidas propiciaram a oferta abundante de crédito associado à utilização de insumos, tendo em vista o aumento da produção de açúcar e de álcool e, por conseguinte, da cana. Consolidaram ou intensificaram mudanças que vinham ocorrendo anteriormente. Em decorrência, o processo de especialização na produção de cana foi ampliado e áreas de terra antes voltadas para outras culturas foram a ela destinadas.

As contradições geradas por tal forma de expansão agrícola não tardaram a manifestar-se. Proposições de uso diversificado dos fatores de produção, ainda que de modo subordinado à cultura hegemônica da cana-de-açúcar, começaram a ser formuladas ao final da década de 70 e início da de 80. Os estímulos governamentais à diversificação agrícola foram utilizados por plantadores de cana como novos recursos propiciadores da reprodução ampliada do capital ou da revalorização de recursos financeiros advindos das linhas de crédito.

As mudanças sociais decorrentes da interligação da agricultura com a indústria têm merecido, nesse contexto, relevante interesse teórico. Mas interesse dirigido ao estudo de algumas das formas dessa interdependência e às avaliações de algumas de suas consequências: – a posição de órgãos do Estado no sentido de assegurar a reprodução da pequena produção sob tal integração; – ou a constituição de um mercado de trabalho livre pela proletarianização dos trabalhadores rurais (BESKOW, 1980 ; DELGADO, 1985 ; MELLO, 1975 ; SILVA, 1981a, 1981b ; SALES, 1982 ; SORJ, 1980 ; SORJ, POMPERMAYER, CORADINI, 1982; WILKINSON, 1986 et al.). A maior parte dos trabalhos tem privilegiado a dimensão técnico-econômica da acumulação capitalista, compreendida como fator determinante dessas mudanças. Por vezes, é acentuado o caráter totalizante, abrangente, hegemônico do processo frente a outras relações (mesmo que preservadas e concebidas como heterogêneas) presentes na agricultura em geral (BURBACH, GLYNN, 1982, p. 14). Desta postura resulta a

valorização da noção de complexo agroindustrial (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 1985).

O reconhecimento do caráter heterogêneo tem sido interpretado como expressão de uma certa debilidade do processo de acumulação. Isto porque ele ocorreu atrelado às medidas estimuladoras emanadas do Estado, ator privilegiado mas portador de interesses contraditórios ao atender diferenciadamente a várias pressões, reivindicações e ao tentar minimizar situações de conflito e tensão. A ênfase no caráter político do processo privilegia apenas os interesses do Estado na acumulação capitalista ou os mecanismos de repressão a que estiveram submetidas diversas categorias econômicas. Desta perspectiva de análise, tais mecanismos foram importantes na sustentação das medidas embutidas nas políticas públicas (SORJ, 1980 ; SORJ, POMPERMAYER, CORADINI, 1982). Um dos aspectos mais secundarizados nas análises sobre as mudanças mais recentes na agricultura é a dimensão ideológica, quando muito implícita na qualificação do processo como modernização ou “modernização conservadora”.

Embora o uso desses termos vise balizar os efeitos ou a abrangência de tal processo, nem sempre os objetivos explicativos são conseguidos. Eles padecem do mesmo caráter homogeneizador. Trazem implícitas a pressuposição ou a expectativa de mudanças mais profundas e abrangentes. Supervalorizam a dimensão tecnológica e a dominação do capital, apesar de serem termos carregados de conteúdos ideológicos. Subjaz uma crença num progresso até certo ponto natural; nas leis do capitalismo que conduzem a desdobramentos evolutivos, lineares; na submissão a uma vontade coletiva que, muitas vezes, desconsidera o papel dos agentes sociais na vida econômica e a coexistência de interesses diversos e contraditórios. Eles pressupõem rupturas e superação do tradicional; realinhamentos das relações sociais frente a um modelo imposto de condições de produção que deve integrar a todos.

Decorrem dessa perspectiva as ressalvas em torno da debilidade da acumulação do capital e das relações qualificadas como não-capitalistas; a pressuposição de análises comparativas com as condições sociais de interrelação da agricultura com a indústria em outros países, vistos como mais industrializados ou que foram capazes de transformações consideradas mais profundas nas relações de produção e de trabalho. A comparação em si pode ser elucidativa das especificidades de cada caso ou das diversas pos-

sibilidades de ocorrência, desde que se abandonem as conotações evolutivas e a valorização das expressões finais das transformações na estrutura de produção agrícola.

A partir de tais ressalvas, estou incorporando o termo modernização no seu sentido ideológico e destacando o conjunto de mudanças possíveis, desejadas e adequadas ao embate de interesses convergentes e divergentes dos diversos atores. Enfim, pretendo apenas qualificar que tipo de modernização tornou-se possível e como, concretamente, foi implementada. Para tanto, considero o subjacente jogo de forças sociais que diferencia os atores e os reordena; que os coloca frente a novas contradições limitativas de projetos e do percurso de determinadas trajetórias sociais.

Essa perspectiva de análise, além do mais, pode tornar-se menos propensa a valorizar apenas as rupturas, as discontinuidades, por enfatizar a compreensão do papel das condições sociais pre-existentes que, em grande parte, contribuem para a construção da especificidade de cada caso particular de interseção entre a agricultura e a indústria.

Assim procedendo, pretendo deixar claro que modernização, “modernização conservadora”, “complexo agroindustrial” são termos referentes a modelos gerais e relativamente abstratos de compreensão de formas específicas de interligação da agricultura com a indústria; nem sempre realizáveis tais quais. Esse reconhecimento não pode se limitar a avaliações de defasagens entre modelo e situação concreta, porque pouco revelador da diversidade e das ações e rearranjos constituídos por atores sociais envolvidos no processo.

A análise do processo de modernização na agricultura pressupõe o entendimento de interesses relativamente externos aos agricultores, muitas vezes legitimados em nome da desqualificação destes. Se tomados como objeto de estudo, revelam que os chamados processos de modernização da agricultura incidem sobre os agricultores escolhidos para objeto de mudança, os quais devem reorientar atitudes e comportamentos para atendimento de objetivos a eles muitas vezes externos (GRIGNON, 1975 ; MOURA, MOURA, 1983, MUEL, 1977 ; NEVES, 1979, 1981, 1987a ; RATIER, 1985 ; SORJ, 1980).

De modo geral, tais mecanismos se conformam a partir da imposição de atributos negativos ou da alteridade dos agricultores,

especialmente os qualificados como pequenos. A modernização implica, entre outros aspectos, a domesticação, a civilização. A proposição de uma nova agricultura racional, progressista, fundada em bases científicas, supõe a superação do atraso, da rotina, da baixa produtividade, existentes em virtude da resistência, do baixo nível escolar, do estreito horizonte dos agricultores, incapazes de operarem com cálculos e previsões (LÓPES, 1981; NEVES, 1987a).

Os sucessivos processos de modernização que se dirigem à agricultura encerram um modelo de desenvolvimento (evolução) que supera o ex-novo que se tornou tradicional. Cada processo se apresenta como único e válido, negando ou desqualificando as ações e os pressupostos anteriormente dirigidos para a agricultura. Referidos à superação do que se supõe real, as políticas e programas agrícolas que visam à modernização são, em grande parte, construídos a partir de instituições estatais. São orientados por interesses atribuídos a agricultores modelares e idealizados, que perseguem e aplicam plenamente mecanismos voltados para o aumento da produtividade e da rentabilidade. Contudo, apesar do nível de idealização, o suposto processo de modernização se objetiva a partir de relações sociais preexistentes, de conflito de interesses, do jogo de forças políticas, da incorporação de efeitos não-previstos e não intencionados, da adesão de alguns e da exclusão diferenciada de outros agricultores.

Valorizando tal dimensão, outros atores têm destaque nesse processo como mediadores dos mecanismos de dominação e das tentativas de criação de novas posturas e racionalidades: os técnicos agrícolas (designação que abrange pesquisadores agrônomos, veterinários, os difusores de tecnologia e os extensionistas rurais) e as instituições de pesquisa, difusão e extensão rural que lhes dão suporte.

O papel mediador dos técnicos incorpora várias dimensões: o da elaboração das políticas agrícolas; o da implantação dos programas; o da construção de determinados segmentos de agricultores mais identificados com os objetivos estabelecidos por esses instrumentos, absorvedores de tecnologia; e o de assessoramento político, dadas as condições em que a modernização foi posta em prática, ou seja, mediante intervenções governamentais.

O aspecto das mudanças no comportamento dos agricultores, diante da aprendizagem de tecnologias, por vezes é destacado em

trabalhos que analisam a relação entre os pequenos produtores e as empresas integradoras. Esta ênfase ocorre porque a integração em grande parte dá-se pela incorporação de um “pacote tecnológico”. O debate teórico é pautado na discussão da abrangência da integração: são os “integrados” executores de recomendações que viabilizam o aumento da produtividade e o rebaixamento dos custos (SORJ, POMPERMAYER, CORADINI, 1982) ou conseguem eles subtrair espaços de autonomia diante dessa subordenação (PAULILO, 1987)?

A análise do processo de modernização agrícola ocorrido na região açucareira de Campos supõe a compreensão dos múltiplos desdobramentos e alternativas que foram por ele propiciados; de processos diferenciados que lhe são coextensivos; da presença de novos agentes e mediadores sociais que lhe dão suporte; da especificidade das inúmeras situações com que se expressou, dependentes em grande parte das relações e jogo de forças anteriores, os quais tentou alterar. Enfim, supõe a percepção de mudanças diversas e diferenciadas, em muito mais direções do que geralmente se admite (VELHO, 1982, p. 3).

6.1 A especialização na produção de cana e a concentração industrial

Durante a década de 60, um processo de concentração industrial começa a ser melhor delineado entre algumas usinas que mantiveram o projeto de expansão da produção. As dificuldades vividas frente à competitividade com as condições de produção e produtividade das usinas do estado de São Paulo induziam os usineiros da região açucareira de Campos a obter aumentos de ganho em escala. Para tanto, era necessária a eliminação das unidades de menor capacidade produtiva.

As alternativas de expansão da produção de cana pelos fornecedores encontravam limites na capacidade de produção das usinas. Havia assim uma convergência de interesses dos dois agentes no sentido da implantação de medidas que consubstanciassem a expansão da atividade produtiva.

A expectativa de usineiros e plantadores de cana era, portanto, coincidente com a elaboração do modelo de desenvolvimento

econômico para a agricultura, esboçado no início da década de 70. Ultrapassando as medidas implementadas no sentido de expandir a fronteira e propiciar o uso extensivo da mão-de-obra, esse novo modelo tinha como um dos objetivos principais a utilização intensiva dos fatores de produção e o aumento da produtividade agrícola, através de uma maior incorporação de instrumentos mecanizados, de insumos e de novas tecnologias agrícolas. Apoiava-se no estabelecimento de preços mínimos, na política de crédito e em todo um conjunto de ações que direcionavam a atividade agrícola para os fins propostos pelas políticas públicas (MOREIRA, 1982, p. 19-20).

No caso da atividade agroindustrial canavieira, tais políticas tornaram-se significativas diante da oferta de condições favoráveis de comercialização do açúcar no mercado externo. Tais possibilidades favoreceram a criação de recursos financeiros para o processo de concentração industrial e de aumento da interdependência entre a agricultura e a indústria (NUMBERG, 1985 ; SZMRECSÁNYI, 1979).

O processo se consolida com a criação do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira (1971), posteriormente denominado Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (1973) e do Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL (1975). Embora a criação do PLANALSUCAR – Programa Nacional de Melhoramento de Cana-de-Açúcar (1971) – constituísse parte dessas políticas, os efeitos de sua atuação são mais débeis e alcançáveis a longo prazo.

As primeiras medidas do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira foram adotadas em meados de 1971, através da sanção presidencial da Lei nº 5.654, de 14 de maio deste ano, que formulou normas relativas à produção de açúcar no País, revogando numerosos dispositivos da legislação em vigor (SZMRECSÁNYI, 1979). Estabelecendo a revisão de quotas oficiais de produção das usinas, de modo a atingir 100 milhões de sacos de açúcar, estimulou a produção nos estados que dispusessem das melhores condições agroindustriais. Através desta lei foi determinado o cancelamento da inscrição no IAA das usinas que tivessem paralisado a atividade industrial durante 3 safras consecutivas a partir de 1968/69.

As normas prescritas pela referida lei objetivavam racionalizar e elevar a produtividade da agroindústria canavieira do País e cor-

rigir distorções calcadas em tecnologias “tradicionais”. Concedia, assim, uma série de estímulos financeiros à fusão e à incorporação de usinas. Data desse período o cancelamento de 43 usinas no País. Suas quotas foram revertidas para o Norte/Nordeste (557.957 sacos) e para o Centro/Sul (185.129 sacos).

Revogando uma série de dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira, o Decreto-lei nº 1.186, de 27.08.1971, oferecia aos usineiros as condições necessárias para alcançar maiores índices de produtividade e reduzir os custos de produção, possibilitando a fusão, a incorporação e a realocização de unidades industriais. Aos fornecedores de cana, o Decreto-lei assegurava a incorporação de novas quotas àquelas de que já fossem titulares. As quotas de fornecimento, que não pudessem ser aproveitadas nas fusões, incorporação e realocização de usinas, seriam indenizadas e passariam a pertencer aos usineiros ou fornecedores de cana que arcassem com a indenização. Para tornar viáveis tais transferências, o Artigo 5º do Decreto-lei nº 1.186 desvinculava as quotas de fornecimento aos respectivos fundos agrícolas (SZMRECSÁNYI, 1979).

Visando assegurar o controle da competitividade entre as regiões, o Artigo 7º dessa lei estipulava a unificação dos preços da cana e do açúcar em todo o País, através da equalização dos valores vigentes no Norte/Nordeste aos praticados na região Centro/Sul, mediante subsídios aos primeiros, com recursos provenientes do Fundo Especial de Exportação e outros a serem consignados pelo Conselho Monetário Nacional.

A equalização dos preços, através de subsídios, seria integral nas safras 1971/1972 e 1972/73, decrescendo a partir dessa última até seu completo desaparecimento depois da safra 1977/78. A oferta de subsídios para a equalização dos custos de produção, todavia, manteve-se até 1984, período a partir do qual começa a ser diminuída para o estado do Rio (mantida para o Norte/Nordeste), mas embutida no preço do açúcar.

O financiamento do IAA era concedido com bases extremamente favoráveis para as empresas do subsetor: ausência de correção monetária, juros baixos, longo prazo de pagamento etc. Tais condições foram ainda mais favoráveis pelo Ato nº 03/74, que instituiu o subsídio dos juros nos financiamentos para expansão das áreas de canaviais das usinas e dos fornecedores de cana. Posteriormente, por decisão do Conselho Monetário Nacional, recursos do Fundo

Especial de Exportação foram aplicados também no pagamento de subsídios para aquisição de fertilizantes e no financiamento para instalação de destilarias anexas às usinas (CARMO, 1975, p. 38).

O aumento da produção de cana e de açúcar na região açucareira de Campos deveu-se ainda aos estímulos concedidos pelo PRO-ÁLCOOL. Como medida alternativa para atenuar as dificuldades geradas pela crise de combustível, foi criado, pelo Decreto-lei nº 76.593, de 4 de novembro de 1975, o Programa Nacional do Álcool, com o objetivo de expandir a produção e viabilizar seu uso progressivo como combustível.

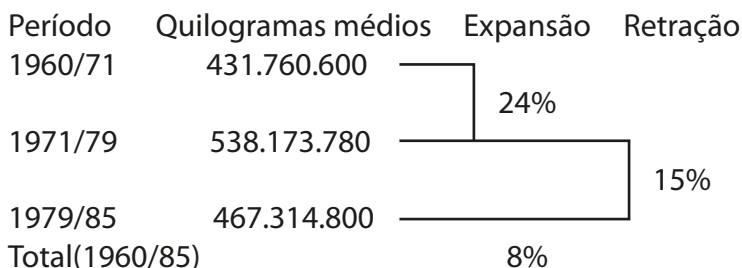
Esse programa passou a ser coordenado pela Comissão Nacional do Álcool, presidida pelo secretário-geral do Ministério da Indústria e Comércio e integrada por representantes dos Ministérios da Fazenda, Agricultura, Minas e Energia, Interior e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Através do novo órgão foram oferecidos estímulos como a garantia de mercado para o produto e condições favorecidas de prazo e juros subsidiados. Além disso, créditos para instalação de destilarias e implantação de lavouras. Até 1979, os empréstimos para investimentos industriais ou implantação de destilarias eram concedidos com juros de 17% ao ano, sem correção monetária, e prazo máximo de 12 anos para pagamento, inclusive com 3 anos de carência. Os empréstimos para investimentos agrícolas tinham prazo de 3 anos e meio para pagamento, no caso de fundação de lavouras, e de 12 anos para investimento fixo, a juros de 15% ao ano (CASALI, 1978, p. 37-38). Em 1981, o Conselho Monetário Nacional fixou os juros para investimentos agrícolas do PROÁLCOOL em 35% ao ano, para projetos de até 50ha de área, e 45% ao ano, se ultrapassassem esse limite (a inflação nesse ano foi estimada em 95,2%). Os financiamentos concedidos pelo PROÁLCOOL cobriam 80% do investimento, devendo então o produtor agrícola ou industrial integrar os 20% restantes do custo total.

A partir desses estímulos, o parque industrial fluminense atingiu a capacidade de moagem instalada de 16 milhões de toneladas de cana, capacidade esta, no entanto, não plenamente utilizada no decorrer desse período porque a expansão da cultura da cana não se fez acompanhar na mesma amplitude. A expansão da produção de cana das usinas entre 1972 e 1985, em termos médios, alcançou 32%, se comparado a esse mesmo índice atingido entre 1960/1971. A dos fornecedores correspondeu, por sua vez, a 47%. A produção

total das canas nessa região cresceu 40%.

Em relação à produção de açúcar, o aumento atinge 24% entre 1972 e 1979. A partir dessa safra, o IAA alterou a unidade de aferição de sacos de 60kg para 50kg de açúcar. Transformando o índice médio em quilogramas produzidos, ter-se-ão as seguintes produções médias de açúcar.



As safras correspondentes à década de 80 apresentaram descenso da produção de açúcar, tendo em vista as oscilações no volume da matéria-prima colhida, decorrentes de condições climáticas adversas à cultura da cana. Não obstante terem ocorrido estiagens prolongadas ou inundações nas safras da década de 80, as variações no volume total da produção de cana não parecem estar ligadas apenas a estes fatores. Tomando-se para comparação a produção média dos usineiros e fornecedores nas últimas safras da década de 70 (1975/1979), em que os efeitos de fatores climáticos não incidiram negativamente, e dos cinco primeiros anos da década de 80, em que eles assim ocorreram, ver-se-á que as respostas de cada um desses agentes foram diversas. Entre 1975 e 1979, a produção média de cana dos usineiros é de 2.456.057 toneladas e entre 1980/84 é de 2.104.122. Entre 1975 e 1979 a produção média de cana dos fornecedores é de 4.137.056 toneladas e entre 1980/84 é de 4.040.343 toneladas. Enquanto os usineiros apresentaram uma diminuição de 351.935 toneladas, os fornecedores enfrentaram uma retração de apenas 96.713. Essa defasagem se acentua, quando se leva em conta que, nas últimas safras da década de 80, os usineiros se beneficiaram com o aumento do volume de produção pela aplicação do sistema de irrigação em aproximadamente 8.000ha de terra.

Na safra de 84/85, em que os fatores climáticos não foram favoráveis, as usinas aumentaram em 88% o volume de produção, enquanto os fornecedores praticamente repetiram o volume de produção anterior. Esta postura é invertida na última safra analisada, em que as usinas mantiveram a produção e os fornecedores ampliaram-na em 20%. Nessa última safra os fatores climáticos atuaram de forma adequada. As expectativas eram de aumento no volume de produção. Da perspectiva dos fornecedores, a ascensão de 20% constituiu uma resposta positiva aos estímulos oferecidos pelo pagamento de cana pelo teor de sacarose, que propiciou preços mais vantajosos.

O uso de fertilizantes era obrigatório para os produtores de cana cuja unidade de produção se localiza em áreas de solo menos fértil. O uso generalizado de inseticidas pela maioria deles garantiu o melhor aproveitamento dos plantios realizados em função da redução das tarefas de replantio. Por isso, tal uso fora legitimado, independentemente da obrigatoriedade, dados os efeitos positivos que apresentava em termos do aumento da produtividade da terra ou do maior rendimento do canavial.

Os dados acima levantados levam a supor que fatores outros além dos climáticos incidem sobre o comportamento e as atitudes dos produtores de cana e, por consequência, sobre o volume da produção. Os fornecedores, especialmente os pequenos e médios, aludiam ao aumento dos insumos e dos custos de produção em face do processo inflacionário, impedindo-os ou restringindo-os quanto à renovação do canavial. Durante o período, como será visto, o preço da cana acompanhou ou esteve ligeiramente abaixo da inflação. Contudo, da perspectiva dos grandes fornecedores, o preço das peças de reposição e do combustível ultrapassava a inflação, o que acarretava maior defasagem no preço atribuído à cana. Deve ser lembrado ainda que a diminuição do ritmo de expansão da produção de açúcar se deve também às limitações apresentadas para comercialização deste produto no mercado externo.

Se o processo de racionalização da agroindústria açucareira no estado do Rio de Janeiro não redundou em significativo aumento da produção de açúcar, tal não ocorreu com a produção do álcool. A partir da safra 1977/78, ela entra em expansão sistemática. A produção média de álcool entre as safras 1972/73 e 1976/77 é de 50.946.326 litros; e entre as safras 1977/78 e 1985/86 é de 171.656.000 litros. Houve, portanto, um crescimento médio da ordem de 269% (cf. IAA Superintendência Regional do Rio de

Janeiro – Divisão Regional de Controle da Produção).

Apesar de a capacidade instalada das usinas ser utilizada pela metade, em função dos limites colocados para a incorporação de novas áreas de terra para cultivo da cana, essas unidades puderam se apropriar de ganhos de produção em escala e do aumento da produtividade do trabalho. O volume de toneladas de canas produzidas é bem maior que na década de 60, mesmo com as adversidades climáticas, mas as atividades de corte, carregamento e transporte e de esmagamento são realizadas em menor número de dias. As safras que tinham a duração de 7 a 8 meses – de maio a dezembro – estão restritas a 3 ou 4 meses. Entre 1977 e 1985 o número médio de dias efetivos de moagem foi de 117.

As condições de participação das usinas na produção são diferenciadas. Enquanto as usinas Barcelos, Cambayba, Paraíso, São João e Outeiro tiveram diminuída a produção de açúcar, a de Novo Horizonte, Pureza, Santa Maria, Santo Amaro, São José e Conceição de Macabu mantiveram praticamente o mesmo índice de produção. Mas outras delas encontraram possibilidades de expansão: Quissamã, Santa Cruz, Sapucaia, Cupim e Queimado (cf. MIC-IAA – Superintendência Regional do Rio de Janeiro, Divisão Regional de Controle da Produção). A diminuição ou estagnação do volume de produção de açúcar correspondeu ao momento em que as usinas ampliaram o volume de produção de álcool. Todas as usinas experimentaram a expansão nesse produto, exceto Queimado, Cupim e Pureza (NEVES, 1988, cap. 7).

O Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira no Estado do Rio de Janeiro gerou uma concentração da produção agrícola, mas principalmente industrial. No município de Campos, foram desativadas 6 usinas. Nos demais municípios produtores de cana e açúcar no estado foram desativadas mais 4. As unidades industriais que incorporaram quotas por fusão foram as que experimentaram crescimento mais significativo: Santo Amaro, Cambayba e Outeiro. Além de todo o potencial instalado para ampliação do parque industrial não se encontrar plenamente utilizado (as usinas apresentam ociosidade da ordem de 48% e as destilarias de 62%), também não foi melhorado o rendimento industrial e o agrícola.

Em relação à atividade agrícola, houve uma expansão da cultura da cana nessa região, em especial nos municípios de Macaé e de São João da Barra.

MUNICÍPIOS	ÁREA DE CULTURA DE CANA (ha)					
			%			%
	1950	1970	(1950/70)	1975	1980	(1970/80)
Campos	79.916	115.066	43	113.586	118.240	4
Macaé	13.023	17.419	33	18.035	25.358	40
S.J.Barra	3.171	9.076	186	10.563	26.352	149
TOTAL	96.110	141.561	47	142.184	169.950	20

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários: 1950, 1970, 1975, 1980.

Nos três municípios, de 1970 a 1980, foram incorporados 28.389ha à cultura da cana. Em relação ao município de Campos, a cultura da cana cedeu áreas de terra ao atendimento de outros interesses e viabilidades. Tais alternativas, paradoxalmente, foram consolidadas no decorrer do processo de crescimento econômico da agricultura e de mudanças das relações sociais de trabalho e produção que então se forjaram. Partes significativas da área de produção de cana desapareceram como solo fértil, porque foram usadas para extração de matéria-prima para as cerâmicas. Essa atividade econômica se expandiu em função do crescimento da construção civil, acompanhando o crescimento da cidade ou a absorção de contingentes da população antes rural. Áreas em torno da cidade de Campos e dos povoados da zona rural foram utilizadas para constituição de novos bairros, habitados basicamente por produtores agrícolas (ou seus filhos) e trabalhadores rurais.

As áreas que foram mais recentemente incorporadas à cultura de cana, de Tabuleiro ou próximas ao litoral, não apresentam um tipo de solo muito propício à cultura da cana, como é o caso daquelas da Baixada, que possuem maior fertilidade e facilitam a adoção de instrumentos mecanizados. Segundo estudos elaborados pelo IAA-PLANALSUCAR, as áreas de lavoura de Tabuleiro rendem, em área cultivada, menos 13,4% de cana do que as da região da Baixada.

Além da variação de fertilidade e de topografia, a distância das novas lavouras em relação às usinas impõe o aumento do custo de produção pelo maior tempo de locomoção das canas, a maior perda nas estradas – especialmente se elas são embarcadas mecanicamente – e a diminuição do grau de sacarose, em virtude do tempo decorrido entre a colheita e o aproveitamento, geralmente absorvido pelo transporte. A concentração do parque açucareiro e

alcooleiro, por conseguinte, inviabilizou o crescimento da lavoura de cana e contribuiu para o descenso da produtividade agrícola. O crescimento dessa produção encontra assim seus limites, pelo menos dentro do nível de tecnologia até aqui valorizado e das opções e alternativas de ampliação da renda ou do rendimento adotadas por grandes, médios e pequenos fornecedores de cana.

Segundo cálculos elaborados por técnicos agrícolas do PLANAL-SUCAR, o distanciamento da área de cultivo de matéria-prima em relação às usinas restringe a 10% a produção que alcança valor econômico. A produção restante, 90%, opera sob prejuízos variados, em virtude dos gastos de transporte.

A expansão da produção de açúcar e o estímulo à incorporação da terra para cultura da cana determinaram a ascensão do preço desse fator e a seletividade dos produtores que puderam ter acesso a novas áreas por compra. Por isso mesmo ela ocorreu em áreas antes periféricas e menos apropriadas a tal cultivo, cujo preço da terra era menor.

O processo de mecanização das atividades agrícolas se tornou mais intenso na década de 70, não só pelo aumento do número de tratores, mas também e principalmente de plantadeiras e embarcadeiras. Esses instrumentos propiciaram um ritmo mais intenso ao plantio e às colheitas, diminuindo significativamente o número de horas de trabalho, de empregados permanentes (com a extinção final do morador nos moldes anteriores de vinculação) e o de dias de safra.

Tabela 9 – Utilização de tratores na região
açucareira de Campos 1970/1980

Municípios/anos	Número de Tratores				Total
	até 10cv	de 10 a menos de 50cv	de 50 a menos de 150cv	de 150cv e mais	
Campos					
1970	46	113	740	32	1.131
1975	39	216	1.281	286	1.822
1980	17	334	1.156	136	1.644
Macaé					
1970	13	57	116	4	192
1975	45	55	193	51	344
1980	21	107	292	72	492
S.J.Barra					
1970	24	30	52	4	110
1975	5	50	177	33	265
1980	23	98	242	32	395

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980.

O índice menos elevado de crescimento de instrumentos mecanizados no município de Campos a partir de 1975 se deve às relações de comercialização que foram estabelecidas entre grandes e médios fornecedores e as usinas. Eles passaram a transferir para estas a realização das atividades de corte e transporte de canas (a análise dessa relação será apresentada posteriormente), enquanto desdobramento das relações de poder decorrentes da maior demanda pela cana por parte das unidades industriais.

Ao final da década de 70, começaram a aparecer algumas tendências no sentido de reequilibrar a relação entre lavouras mercantis principais e secundárias ou de subsistência. Este é o caso da expansão do cultivo associado do milho e da ampliação do cultivo de feijão (FIBGE – Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980).

6.2 A diversificação da produção agrícola: alternativas para acumulação ou poupança

A política agrícola consolidada na década de 70 apoiava-se na especialização da agricultura em torno de alguns produtos, geralmente aqueles que apresentavam melhores condições de comercialização no comércio exportador. Sorj (1980), analisando esse modelo de desenvolvimento da agricultura, destaca que a produção para o mercado interno na década de 70 não manteve o mesmo nível de crescimento que o setor exportador, descompasso expresso nas crescentes crises de abastecimento dos produtos básicos. O baixo crescimento de certos produtos, associado a uma ascendente demanda urbana, determinou o acelerado aumento das importações de alimentos.

Ao final da década de 70 e início da de 80, a crítica a esse modelo estimulador da expansão do setor exportador fortaleceu determinadas propostas, por vezes débeis e fragmentárias, no sentido de se manter a especialização da agricultura associada a um consorciamento subsidiário. Tal postura foi forjada entre os técnicos agrícolas e as autoridades governamentais responsáveis pela definição da política agrícola. Foi absorvida, então, por alguns produtores agrícolas enquanto instrumento político-ideológico das formas de encaminhamento de reivindicações e de participação nas decisões centralizadas pelo governo federal; ou como alternativa de acesso a novos recursos de capitalização.

Esse novo modelo geral de desenvolvimento agrícola, entretanto, encontrava adesões mais restritas, pois que se esbarrava numa série de limitações e resistências. A política de crédito que sustentou o desenvolvimento do modelo anteriormente proposto foi alterada pela diminuição ou eliminação do subsídio aos juros. Os investimentos necessários à implantação da diversificação agrícola com fins mercantis operavam sob custos muito altos, por causa da elevação dos índices de inflação. Além disso, os produtores agrícolas reagiram a este novo aceno porque condicionavam a aceitação ao retorno das facilidades que obtiveram quando o governo federal desejou a adesão deles ao modelo anterior.

Afora esses aspectos, os produtores encontraram dificuldades de reorganizar as atividades agrícolas com vistas à diversificação, porque esta supunha relações de trabalho relativamente diversas daquelas que sustentavam a especialização. Fundada basicamente

no trabalho temporário, a especialização estimulou a migração dos trabalhadores e condicionou os produtores a gastos mínimos com a força de trabalho não só pelo seu uso intensificado, como descontínuo. A proposta da diversificação incorporava como fator de legitimação “a fixação do homem rural no campo”, “a melhoria de condições de vida do trabalhador rural pela oferta de trabalho contínuo”. Mas esse condicionamento para a diversificação enfrentava problemas. Por um lado, a escassez de mão-de-obra, o desconhecimento das técnicas de trabalho em relação a determinados produtos, na proporção em que os trabalhadores foram socializados na aprendizagem de atividades para um deles. Por outro, as resistências dos proprietários agrícolas em aumentarem os gastos com o pagamento da força de trabalho.

Ademais, vale ressaltar que, a partir de 1978, o movimento sindical dos trabalhadores se rearticulou, reivindicando principalmente o cumprimento da legislação trabalhista. Na década de 70, com o incremento do uso dos instrumentos mecanizados e a dependência do ciclo produtivo de um só produto, a utilização descontínua da força de trabalho facilitou o descumprimento da legislação. A conjuntura política na década de 80 propiciou a criação de restrições a essa prática. Os trabalhadores passaram a reivindicar o contrato formal, mesmo que periódico. Como a diversificação agrícola dependia de um uso menos descontínuo da força de trabalho, supunha o cumprimento da legislação e o pagamento dos direitos sociais.

Além de tais aspectos, a implantação desse modelo de desenvolvimento enfrentava ainda restrições em virtude de o governo federal não adotar posturas estáveis em relação à agricultura. As medidas se alteravam constantemente, situação que conduzia os produtores à desconfiança e à insegurança frente aos investimentos. Desse modo, embora alguns produtores tentassem responder favoravelmente à diversificação da agricultura no início da década de 80, a objetivação do projeto suportou constrangimentos a partir de 1983, momento em que os juros de crédito agrícola se ampliaram mais acentuadamente.

A diversificação da agricultura, ainda que de modo subsidiário, fora mantida pelos lavradores e pequenos produtores, mesmo no período de consolidação do modelo de especialização da agricultura, mormente pelos que podiam utilizar mão-de-obra familiar ou dedicar-se apenas à sua unidade de produção e contar com o rendimento dela advindo para atendimento de sua reprodução.

Mas essa produção diversificada visava principalmente ao autoconsumo (NEVES, 1981). Nas demais unidades de produção, conforme análises anteriormente apresentadas, a diversificação da agricultura fora praticamente eliminada.

Em 1975, a área voltada para a pecuária no município de Campos era de 152.112ha e no de São João da Barra era de 65.121ha. Em 1980, foi restringida para 101.756ha e 42.675ha respectivamente (Censos Agropecuários de 1975 e 1980). O rebanho bovino de corte e de leite também sofreu retração. No município de Campos, o rebanho bovino de corte atingia a 91.296 cabeças, em 1975, tendo sido reduzido para 87.926, em 1980. No município de São João da Barra o rebanho bovino de corte alcançava 36.045 cabeças em 1975 e foi reduzido para 35.877, em 1980. O rebanho de leite sofreu reduções mais significativas, pois diminuiu em 19.792 cabeças de 1975 a 1980, no município de Campos, e em 2.794 no de São João da Barra.

A área de cultura solteira de mandioca diminuiu entre 1975 e 1980 no município de São João da Barra de 5.648ha para 4.407ha. O mesmo ocorreu com o cultivo simples do milho, tanto no município de Campos como no de São João da Barra. No primeiro foi reduzido em 1.950ha e no segundo, 55ha para cultivo simples e 68ha para cultivo associado.

As críticas sobre as consequências negativas atribuídas ao PRO-ÁLCOOL, em termos de redução das lavouras voltadas para os produtos de subsistência, foram incorporadas pelo IAA, através do PLANALSUCAR, e receberam a atenção de instituições como a EMBRAPA, a PESAGRO e a EMATER-Rio. Elas estiveram então dedicadas à produção de conhecimentos técnicos sobre o uso consorciado dos cultivos de um produto mercantil básico com outros voltados para a subsistência ou para o mercado interno (PLANALSUCAR, 1980, p. 9).

Contudo, para essas novas propostas das políticas agrícolas, os programas que se dirigiram para a região açucareira de Campos – PROVÁRZEAS e PROBOR – voltaram-se pouco para os produtos de subsistência. Foram postos em prática por instituições como EMATER-Rio e PESAGRO-Rio. Contaram ainda com o apoio creditício oferecido pelo Banco do Brasil e pelo BANERJ.

No estado do Rio de Janeiro, o PROVÁRZEAS – Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas – pretendia, no quinquênio

1981-85, sistematizar 40 mil hectares de várzeas irrigáveis. No município de Campos, essa previsão atingia 12.000ha. Até o ano de 1982, 247 projetos já haviam sido elaborados, compreendendo uma área de 4.639ha, dos quais 3.363ha já estavam implantados.

Posto em prática num período em que os juros do crédito agrícola se elevavam, o programa, apesar de ter recebido inicialmente a adesão de alguns produtores, manteve-se relativamente estagnado. No ano de 1982, 10 milhões de cruzeiros haviam retornado aos cofres públicos porque os projetos apresentados não conseguiram captar todo o recurso disponível. A partir de 1983 a procura pelos produtores se tornou reduzidíssima.

Além do crédito, o programa oferecia assistência técnica durante a implantação do projeto. Como formalmente se definia pela melhoria das condições de produção dos “pequenos e médios produtores”, diferenciava as formas de atendimento. Os “pequenos produtores” recebiam o financiamento total do projeto. Os “médios produtores”, 70% e os grandes produtores, 50%. Oferecia 5 anos de prazo para pagamento, incluindo dois de carência.

O financiamento abrangia a correção e a drenagem de pequenos cursos d’água, abertura de drenos e regos de irrigação, construção de barragens e diques, limpeza e nivelamento de água, construção de estradas e cercas, instalação de rede elétrica, conservação do solo e calagem, motores e equipamentos indispensáveis à captação e distribuição da água, implementos agrícolas até o limite de 100 MVR por ano, elaboração de projetos de engenharia (até 6% do custo total) e custeio agrícola durante o primeiro período de financiamento. Oferecia atenção especial à cultura do arroz consorciada com milho, feijão, legumes, verduras e frutas.

O programa de sistematização de várzeas, por supor a assistência técnica, se submetia a outro conjunto de procedimentos sobre o uso consorciado do solo e aplicação de cultivos mínimos: eliminação do uso de máquinas através da aplicação de herbicidas e utilização de coberturas mortas, como palhas, para abafar o solo e evitar a rebrota dos matos e o excesso de evaporação. Os cultivos consorciados, geralmente arroz no verão e milho e feijão no inverno, permitiam a utilização de uma só adubação na terra, diminuindo os custos e intensificando o uso da terra. Tais procedimentos eram considerados fundamentais ao aumento da produtividade por hectare.

O PROBOR – Programa de Plantio de Borracha Natural, filiado à SUDHEVEA – Superintendência Nacional da Borracha, destinava-se a retornar o Brasil à condição de auto-suficiente na produção de borracha natural e a “fixar o homem no campo”. O projeto inicial para o estado do Rio previa o plantio de 800ha no ano de 1983, cobrindo dez municípios, onde deveriam ser plantadas cerca de 400 mil seringueiras. Até 1985, tinham sido implantados 3 projetos, beneficiando um produtor rural em Campos (200ha), outro no município de Silva Jardim (90ha) e outro em Casemiro de Abreu (90ha).

Os projetos eram elaborados e implantados mediante assistência técnica da EMATER-Rio, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro. Em cada ano dos sete de período de carência, os juros do crédito atingiam 60% (em 1983, ano de implantação do programa, o índice inflacionário foi de 211%). O pagamento do crédito sob prazo de 14 anos e correção monetária mensal pelo sistema ORTN – se iniciava na colheita. O financiamento cobria 80% do custo total do projeto, até o limite máximo de 239 ORTNs.

Segundo cálculos de custos e rentabilidade, o crédito podia ser pago pelo produtor antes de completar o tempo previsto, porque a atividade assegurava retorno elevado. Cada hectare plantado, segundo tais cálculos, correspondia a 2.476 árvores adultas e a uma produtividade de 2.000kg de borracha seca. A partir do sexto ou sétimo ano após o plantio, a colheita se iniciava. Embora a produção não fosse imediata, o tempo de exploração – 3 a 4 décadas – compensava o da imobilização do dinheiro aplicado no investimento e da renda correspondente à área de terra destacada. Para se candidatar à obtenção de tais recursos, o proprietário deveria dispor de uma área mínima de 10ha.

Desejando estimular os produtores de Campos a se inserirem no programa, os técnicos divulgavam uma avaliação da rentabilidade da exploração da borracha comparativamente com a da cana. Segundo eles, um hectare de cana propiciava, em 1983, Cr\$400.000,00 com uma receita de custo de 60%. Um hectare plantado em seringueira oferecia renda bruta de Cr\$1.500.000,00 a Cr\$2.000.000,00, com uma receita de custos correspondente a 25%. Na cultura da cana, o retorno do investimento se dá em 18 meses, a exploração é descontínua (longo período de entressafra) e abrange de 4 a 5 anos. No cultivo da seringueira, o retorno dá-se em 6 a 7 anos após o plantio, mas a exploração é contínua durante

aproximadamente 15 anos.

A diretoria do Sindicato Rural de Campos realizou uma série de eventos (simpósios, dias de campo) no sentido de motivar os produtores para a nova cultura. Através da adesão de alguns destes, os dirigentes do Sindicato Rural de Campos alteravam a correlação de forças que articulava diferenciadamente as instituições de prestação de serviços aos produtores agrícolas. Ampliando suas atividades, inserindo-se em outros circuitos de relações sociais e de poder, criando alternativas para estabelecimento de contatos mais frequentes com os associados, os dirigentes sindicais se deslocaram da posição secundária e subsidiária às diretorias da ASFLUCAN e da COOPERCREDI. Como no estado do Espírito Santo os produtores agrícolas recebem incentivos fiscais e obtêm créditos com juros mais baixos, alguns proprietários residentes no município de Campos instalaram tais projetos no estado vizinho.

Através de convênio com a FUNDENOR, a SUDHEVEA propiciava a venda de mudas a preço simbólico, eliminando as dificuldades colocadas para a implantação do plantio numa primeira fase. Essa venda de mudas permitia ao proprietário saltar etapas como a preparação de canteiros para a germinação ou formação de viveiro para a produção de mudas, transporte para o campo devidamente sistematizado e irrigado, enxertia através de “cavalos”. Com isso, podia se desvencilhar dos riscos calculados e presentes nessa fase (probabilidade de perdas de mudas) e da exigência de domínio de técnicas sofisticadas.

Se os comentários acima apresentados ressaltam a debilidade dos programas, a ilusão se desfaz quando se levam em conta a posição e a seletividade dos produtores beneficiados. Tais programas criaram novas alternativas de reprodução ampliada para os grandes proprietários de terra, sob o manto político e ideológico de atendimento ao “pequeno produtor” ou da “fixação do homem no campo”. Diante das restrições colocadas para a expansão da cultura de cana – áreas distantes das usinas e de solo menos propício, preços considerados inadequados à remuneração dos recursos financeiros aplicáveis –, esses programas propiciavam o aumento da renda pela diversificação mercantil e a reprodução ampliada dos fatores de produção.

No Capítulo 5, ressaltei que as propostas de diversificação mercantil apresentadas por produtores que se identificavam como modernos, visavam à construção de novos espaços para investi-

mento produtivo. Nesse contexto, ela é retomada com os mesmos objetivos. É também apropriada como fonte de expansão de poder das instituições de representação política dos grandes proprietários e de órgãos governamentais, agora integrados à Secretaria Estadual de Agricultura.

Avaliações quantitativas a respeito do volume de exploração do arroz, feijão, milho, maracujá, seringueira, produtos incorporados por aqueles programas, não foram ainda elaboradas. Contudo, os dados obtidos em entrevistas durante a pesquisa apontam para a expansão desses cultivos.

Apresentados os recursos oferecidos pelo Estado para implantação do processo de modernização da agricultura na região açucareira de Campos, analisarei, nos três capítulos seguintes, as formas de participação dos diversos produtores na construção desse padrão de organização. Incorporando o papel dos produtores na construção e reordenação de um novo modelo de desenvolvimento agrícola, ultrapasso as visões de caráter mais genérico sobre o processo de interrelação entre a agricultura e a indústria e o “complexo agroindustrial”; os reducionismos que presupõem um controle abrangente da produção industrial ou das ações do Estado sobre os agricultores. Por fim, as análises subseqüentes pretendem demonstrar que modernização foi possível e desejada nessa região, destacando continuidades e descontinuidades em relação aos desdobramentos verificados no contexto anterior, apresentados nos cinco capítulos antecedentes.

7

OS FORNECEDORES DE CANA E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

No Capítulo 5 apresentei o processo de elaboração de um projeto de modernização para as atividades agrícolas e pecuárias, construído a partir dos interesses do segmento de plantadores de cana (e pecuaristas) que, dessa perspectiva, havia obtido o controle temporário da direção das instituições de representação política. Na construção daquele projeto político estava em jogo uma redefinição das formas de relação dos produtores com as instâncias estatais, prevendo certa autonomia vista como necessária à constituição do empresário agrícola. Esta postura vinha sendo elaborada em virtude dos limites e problemas enfrentados com a comercialização básica de um único produto, a cana-de-açúcar, cujas regras eram controladas pelo Estado.

O processo de modernização elaborado pelas instâncias estatais a partir da década de 70, como foi apresentado no capítulo anterior, estimulava a especialização e, de modo geral, dispensava o concurso dos agricultores na sua formulação. Sua objetivação, contudo, apoiava-se na adesão dos agricultores pela oferta de recursos para capitalização mediante subsídios mantidos pela sociedade de um modo geral. Sob tais circunstâncias, as condições de participação política dos fornecedores de cana serão relativamente alteradas. Isto ocorre porque esses produtores, especialmente os plantadores, dispunham, como já foi demonstrado, de um saber acumulado em termos de diálogo e participação em instâncias estatais que mediatizavam decisões gestadas a partir de formas autoritárias de governo. Possuíam uma experiência acumulada no sentido de lidar e influenciar o corpo técnico de instituições estatais que, conforme o jogo de forças, tentava restringir o atendimento aos seus interesses, em nome da convergência com outros grupos sociais ou de alianças que conferissem ao governo maior base política (trabalhadores, consumidores etc.).

Relativamente alteradas, também porque a própria constituição social do fornecedor de cana pressupôs um atrelamento aos meandros burocráticos e decisórios do Estado, o que marcou a forma de organização das suas instituições de representação. Elas mesmas apareciam como instrumentos de implementação de políticas públicas e de um conjunto de normas impessoais ou legais exercidas por um corpo de agentes cuja autoridade se sustentava nesse saber burocrático.

Nos contextos de liberdades democráticas, os plantadores de cana tornavam-se eles mesmos seus mediadores privilegiados, tentando transformar seus interesses em fatos políticos, através do debate na Assembléia Legislativa e no Congresso, consolidando direitos assegurados pela promulgação de legislação. Além disso, participavam diretamente das instâncias de decisão político-administrativa do Estado, ocupando inclusive posições de comando.

Sob um Estado autoritário, eles reordenaram as formas de mediação e representação, restringindo as discussões ao campo de relações sociais de suas instituições e encaminhando suas reivindicações através dos trâmites burocráticos. Essas reivindicações eram geralmente fundamentadas em pareceres técnicos que dissimulavam o atendimento de interesses próprios, travestidos em racionalidade da produção e da reprodução, por si sós propiciadoras da redistribuição de benefícios para outros agentes, geralmente pequenos fornecedores e trabalhadores rurais. Valeram-se, assim, da canalização das reivindicações de ordem econômica dentro e através das instituições estatais.

Outrossim, essa forma de participação, fundada em reivindicações de ordem econômica, é justificada pela necessidade de reordenações que, de antemão, negam questionamentos mais severos às políticas públicas. Pelo contrário, supõem uma maior intervenção, e um mais amplo reconhecimento da centralização do poder e das decisões. Supõem a colaboração fundada num redirecionamento que atenda aos objetivos sociais da produção.

Nesse contexto, as formas de dominação racional (WEBER, 1977) serão mais ampliadas, em consonância com a reorganização do aparelho estatal, isto é, em coextensão ao próprio exercício de dominação posto em prática pelo Estado, e, por consequência, pelos dirigentes institucionais. A centralização das decisões a respeito das formulações políticas para a produção do açúcar e da

cana redundava em perda de poder pelo IAA. Sobre esse processo, Numberg (1985) apresenta as seguintes considerações:

Enquanto o regime militar tentava reformar os processos administrativos dentro do IAA, mudanças fundamentais também ocorriam na estrutura do aparelho do Estado, essencialmente na direção de uma centralização global das decisões econômicas. Essa centralização teve conseqüências importantes para a configuração do poder no setor açucareiro. A mudança do poder decisório para os escalões mais altos do governo enfraqueceu o IAA, que já havia sido uma autarquia semi-autônoma (1985, p. 57-58).

Após 1967, o principal locus de poder tornou-se o Conselho Monetário Nacional – CMN, constituído (ainda que seus membros variassem ao longo do tempo) por representantes dos ministérios da Fazenda, Planejamento, Agricultura, Indústria e Comércio, Interior, Banco Central, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco Nacional de Habitação, Caixa Econômica Federal e ainda outros dois membros representantes da iniciativa privada. Esse órgão é que estabelecia a política industrial, agrícola, monetária e comercial. Na verdade, até 1974, o Conselho Monetário Nacional atuou como coordenador de toda a política econômica do regime (NUMBERG, 1985, p. 58).

Em decorrência dessa centralização política sobre o setor açucareiro e alcooleiro, os dirigentes do IAA tiveram limitada a capacidade de decisão. Em 1967, a composição do Conselho Deliberativo do IAA se alterou, aumentando o número de representantes dos Ministérios e diminuindo o de usineiros e fornecedores. Nesse mesmo ano, os dirigentes do IAA tiveram diminuída sua possibilidade de influência na determinação dos preços da cana e do açúcar, passando para o Conselho Monetário Nacional através do Conselho Interministerial de Preços. A essa instância restaram as recomendações fundamentadas em pesquisas de custo elaboradas pela Fundação Getúlio Vargas e certas formas de pressão que, em parte, resgatassem sua legitimidade junto aos usineiros e plantadores de cana. O estabelecimento do preço interno do açúcar dependia ainda da SUNAB – Superintendência Nacional do Abastecimento.

Anteriormente, essa autarquia já havia deixado de ter papel decisivo na implementação de regulamentos e proposição de leis que regulavam as relações de trabalho na agroindústria canavieira. A

partir de 1978, as quotas de produção das usinas passaram a ser fixadas por um grupo de trabalho interministerial, coordenado por representante do Ministério da Indústria e Comércio. Ao Conselho Deliberativo do IAA só caberia tomar conhecimento e divulgar. Além disso, o Fundo Especial de Exportação foi transferido para o Banco Central, tendo sido criado o PROASAL – Programa de Apoio a Agroindústria Sucro-Alcooleira –, um fundo que abarcava a produção de açúcar e álcool. No Programa Nacional do Alcool a interferência do IAA era mínima, ocupando muito mais condição de executor técnico.

Diante dessas alterações que atingiam o poder corporativo de usineiros e fornecedores junto ao IAA, estes produtores tiveram que alterar as formas de organização política e a capacidade de vocalização de seus porta-vozes, de modo a obterem reconhecimento nos labirintos burocráticos de órgãos centralizados, situados nos primeiros escalões de decisão do governo federal. Da mesma forma, tiveram que modificar o discurso, as temáticas e os fundamentos de sua argumentação, porque o esvaziamento do IAA correspondia à negação do atendimento de interesses mais personalizados e imediatos desses atores. Supunha um diálogo no qual teriam peso as análises técnicas elaboradas por burocratas.

Referidos a decisões centralizadas e relativamente limitados quanto ao emprego de formas de organização política mais coletivas ou públicas, eles se utilizaram, tal qual o governo, de um discurso tecnocrático, aparentemente despolitizado, para tentarem participar das decisões sobre a política para o setor e controlar a redistribuição e o acesso a recursos raros. Para tanto, rearticularam e reentrelaçaram as práticas de suas instituições àquelas filiadas às instâncias estatais. Sob alguns aspectos e em determinadas prestações de serviços, muitas delas constituíram-se em apêndice da ação do Estado, locais de realização de imposições e de limites estatais aos interesses dos associados. Enfim, elas em parte transformaram-se em espaços sociais de distribuição de privilégios que, em princípio, atendiam de imediato às expectativas do governo federal ou da reprodução do capital industrial e financeiro.

7.1 O aparato institucional para a modernização

A COOPERCREDI Cooperativa de Crédito dos Lavradores de Cana-de-Açúcar do Estado do Rio de Janeiro

Os fornecedores de cana se beneficiaram da oferta mais ampla de recursos de crédito a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965. Por esta medida, os bancos particulares foram obrigados a ter uma participação crescente no crédito rural, mediante liberação de empréstimos compulsórios baseados na aplicação direta de 10% de seus depósitos ou de sua canalização para o Banco Central, a juros de 7% ao ano. Junto a esse conjunto de medidas foi criado, em 1966, o Banco Nacional de Crédito Rural – BNCC, ao qual coube a responsabilidade de fornecer assistência técnica e crédito a todos os tipos de cooperativas e repasse aos cooperadores. A Lei nº 4.829, de 1965, representou uma tentativa adicional de criar um amplo mercado de crédito rural no Brasil. Além de tornar os bancos particulares mais participativos em termos de concessão do crédito rural, elaborou uma definição formal para a política de crédito agrícola. Através dessas medidas, houve um aumento do volume total de crédito disponível e do número de estabelecimentos que concediam empréstimos agrícolas, já que anteriormente o Banco do Brasil assumia basicamente a condição de única fonte de oferta destes recursos no País.

Os fornecedores de cana, como foi destacado no capítulo anterior, também puderam se beneficiar da oferta mais ampla de recursos de crédito colocados à disposição através do Fundo Especial de Exportação e do PROÁLCOOL. Os recursos se destinavam à formação, mas principalmente à renovação das lavouras.

Para participar mais ativamente da política de crédito rural, os dirigentes do Banco dos Lavradores substituíram essa instituição pela COOPERCREDI – Cooperativa de Crédito dos Lavradores de Cana do Estado do Rio de Janeiro (1972), adaptando-se assim aos novos estímulos e alternativas oferecidas. Da condição de repassadora de recursos, a cooperativa estava obrigada a operar com “pequenos e médios produtores” e a oferecer crédito dirigido e orientado.

Durante o período de 1972 a 1976, a COOPERCREDI conseguiu aumentar o volume de recursos financeiros a serem repassados

em 2.200%. Embora esse volume continuasse a expandir-se, a proporção tendeu a decrescer. Entre 1979 e 1983, por exemplo, ela deu-se em torno de 1.000%, malgrado os índices de inflação desses últimos anos serem bem maiores do que aqueles alcançados nos anos acima focalizados. As reduções na oferta de crédito vinham se intensificando nos últimos anos. Em 1983 o volume solicitado recebeu um corte de 27%. A partir de 1984, o crédito passou a ser repassado pelo BANERJ.

O montante de crédito de investimento também foi reduzido, especialmente para os fornecedores de cana. Era geralmente concedido através de recursos obtidos a partir de negociações destes produtores com o governo estadual. A maior parte deles foi aplicada na implantação de irrigação em lavouras de cana.

Os dirigentes da COOPERCREDI enfrentavam as mudanças na política de crédito a partir de um processo sistemático de reivindicações. Lutavam, no sentido de obterem fundos de financiamento do custeio das lavouras e interpretavam normas, de modo a assegurar uma taxa de juros mais branda. As formas de encaminhamento dessas reivindicações exigiam dos dirigentes institucionais o acompanhamento dos processos junto às instâncias do governo, assim como uma série de procedimentos burocráticos. Dadas as dificuldades, acresciam às reivindicações o controle do tempo para a concessão, isto é, no período de renovação e de tratos culturais no canavial.

A COOPERPLAN – Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana

Visando dotar os dirigentes institucionais de um saber tecnológico que ultrapassasse suas experiências diretas com a atividade canavieira e que lhes oferecesse condições para o debate com as instâncias do governo federal (parâmetros para avaliação do custo de produção e do preço da cana), foi criado, em 1976, a COOPERPLAN – Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana.

Sua criação decorreu da obtenção de máquinas de “segunda-mão”, oferecidas gratuitamente, sob convênio com o Ministério da Agricultura. Como essas máquinas foram transferidas à COOPERCREDI que, por suas finalidades específicas, ligadas aos repasses financeiros, não comportava a ampliação da prestação de

serviços, seus diretores resolveram empenhar-se na criação de uma cooperativa de prestação de apoio à produção. A COOPERPLAN passou, então, a administrar o uso desses instrumentos e a prestar os respectivos serviços.

Posteriormente, a Cooperativa não só recebeu outras máquinas do Ministério da Agricultura, como adquiriu, por compra, instrumentos mecanizados mais modernos. Também dispunha, na primeira metade da década de 80, de máquinas de esteiras com lâmina, retro-escavadeiras de várias capacidades, tratores agrícolas de alta potência para serviços de subsolagem profunda e tombo com grade aradora patrol para movimentos de terra e preparação de estradas e aceiros.

Com a expansão da propriedade dos instrumentos mecanizados, a Cooperativa também ampliou os serviços a serem prestados. Através da constituição de uma patrulha mecanizada dedicava-se à prestação de serviços de preparação de lavouras, drenagem e de irrigação em unidades agrícolas. A dedicação a tais atividades levou-a a inserir em suas atividades a assistência técnica, a formação e capacitação de mão-de-obra.

Prestava serviços aos associados que a procuravam por iniciativa própria. Tais serviços também eram divulgados pela imprensa, jornal próprio ou comercial. Quando os equipamentos eram colocados a serviço de um dos associados, seus vizinhos, ao tomarem conhecimento, aproveitavam para requerer o atendimento em suas propriedades agrícolas.

O preço dos serviços prestados pela COOPERPLAN (nivelamento de terreno, preparo de solo, de canais etc.) era sempre um pouco abaixo do mercado, porque abrangia os custos, a reposição dos equipamentos e pequena margem de lucro. Competindo com outras empresas prestadoras desses mesmos serviços, essa cooperativa tendia a regular o mercado, na medida em que o preço por ela cobrado passava a constituir uma referência.

Para prestar esses serviços, a COOPERPLAN teve que compor uma equipe de técnicos especializados no trato com a terra. Até 1983, possuía 23 técnicos agrícolas e 6 agrônomos, estes voltados para o planejamento e a elaboração de projetos. Com a retração da procura de serviços, principalmente de irrigação, essa equipe foi diminuída em sua composição, restando 17 técnicos agrícolas de diversas especialidades (desenho, topografia etc.) e três agrô-

nomos.

A COOPERPLAN era mantida através de convênios. Além do inicial com o Ministério da Agricultura, quando recebeu as máquinas para aluguel, ampliou-os através de outras instituições, expandindo o leque de serviços que prestava. Em 1978, criou um convênio com o IICA Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, introduzindo-se na produção de conhecimentos técnicos adequados à implantação do sistema de irrigação. Inicialmente, dedicou-se a projetos experimentais. Apenas em 1979 começou a prestar tais serviços nas propriedades dos associados que apresentaram interesse. Até 1985, havia realizado 22 projetos em 18 propriedades de fornecedores de cana.

Os técnicos da COOPERPLAN elaboravam e acompanhavam o projeto de irrigação, prestavam alguns serviços de máquinas e ofereciam assistência técnica aos produtores, mesmo após a instalação daquele sistema. A continuidade da assistência era fundamental, porque a implantação do sistema de irrigação supunha o aprimoramento das técnicas agrícolas (preparo do solo, aplicação de corretivos, plantio, seleção de mudas mais exigentes, adubação, cultivo), de modo a alcançar o aumento da produtividade.

No caso da implantação de projetos de irrigação, o corpo técnico da COOPERCREDI administrava os recursos obtidos por crédito, pagando diretamente às firmas prestadoras de serviços durante a realização do projeto. O proprietário da terra, nesse caso, só recebia a parte correspondente à remuneração de pessoal e, por vezes, o pagamento de horas de máquinas. Na maior parte das situações, entretanto, as firmas prestadoras de serviços recebiam diretamente da COOPERCREDI.

A diretoria da COOPERPLAN estabeleceu convênios com os seguintes órgãos do governo federal, além do já referido com o Ministério da Agricultura: MINTER – Ministério do Interior; MIC – Ministério da Indústria e Comércio; MEC – Ministério da Educação e Cultura.

Com o Ministério do Interior, estabeleceu convênios para limpeza de canais nas propriedades de fornecedores, através de repasse de verbas pelo DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento. O convênio estabelecia um teto de recursos financeiros que a COOPERPLAN ia utilizando, na medida em que atendesse às demandas dos fornecedores que a procuravam. Esse atendimento

implicava a elaboração de projetos para definição dos custos.

Do Ministério do Interior, através do PRODENOR, Programa Especial do Norte-Fluminense, criado em 1978, obteve recursos subsidiados para prestação de serviços de irrigação, abarcando contratação de pessoal e a compra de equipamentos.

A COOPERPLAN realizava programas em conjunto com o SENAR – Serviço Nacional de Formação Profissional, do Ministério do Interior, oferecendo técnicos para ministrar ou programar cursos de capacitação profissional.

Criou convênios com o PLANALSUCAR-IAA-MIC para obtenção de técnicos e dados necessários à elaboração dos projetos e transferência de tecnologia, restrita todavia à divulgação. A COOPERPLAN não se dedicava à extensão rural. Ajudava apenas a divulgar as novas técnicas e a prestar serviços. Através desse convênio, a cooperativa indicava os fornecedores que cediam parte de suas terras para montagem de experimentos em área de renovação de canavial para consorciação de culturas irrigadas ou não. Além do recrutamento de fornecedores, divulgava a realização dos experimentos e seus resultados positivos através do jornal O Canavieiro, editado pela COOPERCREDI.

A partir de 1981, em convênio com a Escola Técnica de Campos, do Ministério da Educação e Cultura, a diretoria da COOPERPLAN colaborou no processo de capacitação dos alunos, desta instituição, cedendo os laboratórios para estágios de especialização no aferimento do teor de sacarose da cana.

Na área do governo estadual, estabeleceu convênios com a Secretaria de Educação e Cultura e a EMATER-Rio. Agrônomos da EMATER-Rio eram alocados na COOPERPLAN para prestação de serviços, especialmente ligados à irrigação.

Incorporou, sob convênio, áreas de terra pertencentes a colégios agrícolas vinculados à Secretaria de Educação e Cultura, para realização de experimentos. No Colégio Agrícola Antonio Sarlo, em Campos, assinou um termo de cessão de uso da terra para desenvolver experiências de consorciamento de lavouras “tradicionais” da região. No colégio Agrícola Rego Barros, em Conceição de Macabu, implantou projetos agropecuários e cedeu assistência técnica, máquinas, implementos agrícolas e material de consumo em troca do uso da terra.

Em 1981, adquiriu e colocou em funcionamento o Engenho Central Grumarim para fabricação de aguardente, transformando-o em Destilaria de Alcool, com reconhecimento da CNA – Conselho Nacional do Alcool, em 1983. Realizando o pagamento de seus fornecedores pelo grau de sacarose desde 1982, pôde dispor assim de conhecimentos para discutir e influir nas decisões da comissão de pagamento de cana por Teor de Sacarose e mobilizar os fornecedores no sentido de pressionarem e apoiarem as medidas que viabilizassem a concretização desse sistema de pagamento da cana, posto em prática na safra 1984/85.

Através da produção de álcool da Destilaria Grumarim, instalou um posto de venda deste produto para os fornecedores, com preços abaixo do tabelado para venda no mercado, com a finalidade de abastecer os utilitários de serviços (caminhonetes, caminhões e máquinas agrícolas). Inicialmente a pretensão era, também, a de abastecer os veículos dos fornecedores associados.

Os tipos de serviços prestados pela COOPERPLAN, baseados que são no uso de instrumentos mecanizados e em altos custos, eram utilizados pelos plantadores de cana. A própria cooperativa facilitava tal demanda, na medida em que deixava de cobrar o valor do deslocamento das máquinas até a propriedade agrícola, quando os serviços consumiam mais de 100 horas de trabalho.

7.2 A modernização da agricultura e a relação representantes e representados

Sob tais circunstâncias acirrou-se ainda mais a separação entre representantes e representados, já que a legitimação dos primeiros dependia muito mais da demonstração de competência e saber sobre as políticas econômicas e agrícolas; sobre técnicas inovadoras e ampliadoras da produtividade; sobre gestões em relação ao mercado; sobre decisões a serem implementadas; ou sobre a capacidade de influenciá-las. Importava pouco o apoio público constante e sistemático dos demais fornecedores, colocados na condição de cúmplices silenciados.

Especialistas da representação (MARESCA, 1981), os dirigentes institucionais eram reconhecidos e legitimados por atitudes

de inovação, de previsão, pelo reconhecimento oferecido pelos meios de comunicação, pela capacidade de diálogo com as elites dirigentes nacionais, pelo esforço de se integrarem aos mais altos escalões de governo, condições e situações que o exercício do mandato lhes dava acesso.

A reprodução do setor técnico e burocrático ou dessa forma específica de dominação, mediatizada por mecanismos objetivos, impessoais e institucionalizados, escapava à ação dos representados ou tinha em si o princípio de sua legitimação, dispensando o trabalho incessante de instauração e restauração das relações sociais (BORDIEU, 1976).

Para tanto, o corpo administrativo das instituições foi ampliado e legitimado pelo saber profissional e pelo domínio de regras criadas por órgãos do Estado, isto é, pela crença na legalidade das ordens instituídas (WEBER, 1977). Esse próprio corpo de agentes – que aparentemente não criava critérios de distribuição de serviços e dos recursos financeiros – tinha sua ação delimitada por deveres ou exercício de funções.

Os associados, por oposto, internalizavam o reconhecimento da subordinação e do distanciamento, da inferioridade de seu saber e de sua capacidade de substituir os mediadores da representação política. Reconheciam nesses membros do corpo de agentes da dominação formal o exercício de um poder que lhes escapava, já que também eram subjugados à colocação em prática de ordens que não criavam. Dessa perspectiva e nos contextos em que os representados denunciavam e irreconheciam tal forma de controle e dominação, passaram a ser definidos como irresponsáveis, por agirem em dissonância com os interesses mais imediatos dos associados e colocarem em prática ordens que também não tinham pleno controle.

Um dos entrevistados mais críticos em relação a essa forma de constituição do sistema de poder centralizado pelas instituições, assim se expressou:

Um problema sério dos fornecedores hoje é a desunião e a cabeça baixa para esse pessoal que toma conta de tudo, que manda em tudo. O sujeito pode ser empreendedor, mas acaba tomando conta de tudo. Controla tudo por causa do crédito. Quem decide eleição da cooperativa de crédito é o pessoal do balcão.

Essa cooperativa funciona como banco, só se interessa pelo

ganho, só se interessa pelo grande produtor. Os pequenos pegam o que sobra, o que não é do interesse do grande. Pode ver se tem algum programa para ajudar a resolver problema de pequeno fornecedor... Tudo funciona para colaborar para o grande ficar maior.

Toda vida do fornecedor está controlada por um homem só. Controla informação sobre sacarose, jornal de divulgação. Não tem oposição. Quando aparece é logo cooptada. Se for uma oposição mais forte, imediatamente é chamada para ocupar cargo nas cooperativas. Não é possível que no meio de tanto fornecedor, não haja ninguém capaz de imprimir uma outra política, de se preocupar um pouco com os problemas da maioria.

É verdade que muita coisa foi criada, muito benefício trazido, mas com o preço do esquecimento dos outros fornecedores, com o abandono, com os antolhos políticos, com o esmagamento de qualquer nova liderança (médio fornecedor de cana).

Essas instituições eram, então, percebidas como locais de privilégio de alguns filhos de fornecedores que tiveram acesso à instrução formal, embora mantidas por todos. A crítica recaía sobre a limitação dessas alternativas para todos os filhos daqueles que contribuíam financeiramente para a manutenção desse corpo de agentes e que optaram pela frequência mais longa às instituições de ensino. Deslegitimando essa forma de dominação pela exclusão, definiam o corpo de agentes como um conjunto de jovens inexperientes e desconhecedores do métier agrícola, rapaziada, garotada, que desconsideravam, inclusive, as lutas travadas pelos próprios fornecedores para construir e manter essas instituições.

Do mesmo modo, frente a essa forma de dominação por parte do Estado e das instituições representativas dos interesses dos fornecedores, os dirigentes eram conduzidos a se afastarem do modo de vida agrícola, a serem agricultores de tempo parcial, colocados cada vez mais à disposição e em disponibilidade ao exercício da representação. Gradualmente se apresentavam distanciados espacial e socialmente, porque deviam incorporar os atributos da apresentação e da representação dos agentes ligados à alta cúpula do governo federal e dos agricultores modelares, tal qual a definição da política agrícola. Percebiam-se e definiam-se como produtores distanciados das práticas “tradicionais” e responsáveis pela construção do “novo” agricultor. Viam-se na contingência de superadores dos atributos imputados negativamente a seus representados. Gradualmente deviam tornar-se profissionais da representação. Por conseguinte, era justamente esse exercício dis-

tanciado que os aproximava da identidade oficial e lhes assegurava credibilidade (MARESCA, 1981).

Não só os dirigentes encarnavam uma identidade socialmente reconhecida como a de produtor moderno, mas também seu comportamento devia ser o mais próximo possível daqueles agentes com os quais tinham que dialogar. Menos que agricultores, construíam cada vez mais uma imagem para a vida pública. Menos que agricultores, encarnavam as representações sociais que lhes asseguravam o exercício do mandato, em grande parte realizado através de reuniões, viagens (à capital e ao exterior, inclusive), congressos, cerimônias. Mais que pela presença entre os associados, sua legitimidade decorria da divulgação de sua competência em freqüentar ministérios, salas de presidente da república ou de governador; de ter sua participação considerada importante nas decisões e na busca de apoio por parte das instâncias governamentais. Mais que um agricultor, deviam apresentar-se como tecnocratas, homens públicos.

Mas essa presença assídua e sistemática dos dirigentes junto ao corpo de agentes que objetivava o poder estatal assegurava aos representados, em momentos de maior mobilização, a confiança na legalidade e legitimidade do movimento e a expectativa de impunidade no contexto de repressão política.

Os próprios representados legitimavam-nos pela capacidade de estabelecerem esses contatos e consideravam-se vocalizados em virtude de admitirem a representação de seus interesses junto a um corpo de poder e autoridade tão distanciados. Assim, é comum os fornecedores contarem as inúmeras viagens que os dirigentes institucionais realizam e reafirmarem, por vezes com orgulho, o saber e a cultura de que são detentores.

Contudo, reconheciam que essas predisposições só podiam ser atendidas por plantadores de cana que tivessem uma história singular de não-vinculação direta e imediata com a agricultura. A dedicação sistemática às atividades agrícolas é incompatível com o acesso a esses cargos. Explicavam, então, o longo período de exercício do poder pelo líder da facção que controla as instituições pelo fato de ser portador de um curso superior, por ter sido filiado ao exercício de cargo militar ou por ter adquirido um saber que é externo ao exercício da atividade do agricultor.

Quanto maior a importância das instituições em termos de con-

ferência de legitimidade às ações dos dirigentes, também maior é a disputa entre as lideranças que se pensam mais representativas. As outras de menor peso político – Sindicato Rural de Campos e Cooperativa de Abastecimento – propiciam alternativas para incorporação e socialização de novos aspirantes a essa trajetória. Servem de base política para incorporação de colaboradores e apoiadores às ações dos principais porta-vozes. Dessa forma, a trajetória de representação político-institucional era iniciada com a ocupação de cargos de subsecretário, subtesoureiro, membros de Comissões e do Conselho Fiscal da ASFLUCAN, da COOPER-CREDI e da COOPERPLAN, podendo alcançar o desempenho de cargos de presidente ou secretário do Sindicato Rural de Campos. O cumprimento desses estágios propiciava então o acesso aos cargos de maior influência nas instituições básicas às relações de mediação entre os fornecedores de cana e as instâncias do Estado, voltadas de modo direto ou indireto para o controle dessa produção agroindustrial.

A despeito dessa prática política, os fornecedores de cana não podem ser vistos simplesmente como receptores de decisões ou agentes modelados que reagem apenas em resposta a medidas que sobre eles recaem ou como um dos sustentáculos do Estado autoritário e das políticas de modernização.

Pelo contrário, mantiveram-se vigilantes às tentativas de imposição de procedimentos estatais que minimizassem sua renda; reagiram veemente e publicamente a medidas que consideravam arbitrárias; deram continuidade à luta política frente às pretensões dos usineiros de apropriação extra de parte da renda agrícola; usaram a produção como instrumento de luta através de boicotes e paralisações da comercialização; não se esquivaram a demonstrações públicas de força a partir de concentrações. Ao mesmo tempo, anteciparam-se às ações estatais, criando eles mesmos definições e parâmetros para avaliação das condições da produção de cana; encaminharam reivindicações por maior participação do Estado; criaram e consagraram saberes técnicos e tecnologias propiciadoras do aumento da produtividade agrícola. Enfim, tentaram, e por vezes foram vitoriosos, a condução de processos que lhes permitissem coordenar e direcionar mudanças, melhorar a capitalização, ampliar a renda, influenciar na redistribuição da mais-valia e na constituição de condições sócio-econômicas subjacentes à acumulação.

Algumas instituições tornaram-se fundamentais à criação de mecanismos de financiamento da acumulação através da distribuição de recursos técnicos e creditícios básicos à expansão dos meios de produção e minimização dos custos de produção. Outras, propiciaram à facção dos plantadores e médios lavradores, que se colocaram como porta-voz dos demais no decorrer do processo, legitimidade para suas ações, mantendo-se por todos esses anos na direção das instituições e criando novas entidades.

A construção dessa postura encontrou respaldo entre os produtores que se vincularam às instituições, constituindo-se em apoiadores e legitimadores porque beneficiários desse aparato técnico-burocrático e político. Mas a expansão das instituições tornou-se fundamental para o avanço das lutas políticas dos fornecedores, beneficiando a todos no que diz respeito à obtenção de direitos e certos recursos genericamente por eles valorizados.

Essa forma de organização e de representatividade social dos fornecedores é correlata não só ao processo de centralização crescente das decisões tomadas pelo governo federal, mas também ao processo de detrimento da capacidade de ação e decisão dos governos estaduais, principalmente no que diz respeito à possibilidade de influência e mediação nas políticas agrícolas e econômicas voltadas para a agroindústria canavieira. Também é correlata à interdependência entre agricultura e indústria ou à implantação do complexo agroindustrial; e à adesão da população da área rural aos comportamentos e recursos oferecidos ou localizados na cidade, que redundam em mudanças sociais.

Em nome da realização do produtor moderno, a intervenção do Estado era solicitada, o crédito público subsidiado era requerido, formas indiretas de capitalização eram tentadas a partir da concessão de benefícios ou de transferência da renda de outros setores da economia ou de outros segmentos sociais. Em nome do apoio e da adesão às propostas do governo, foram reivindicados, em contrapartida, um preço mais compensador e decisões mais estáveis e orientadoras do comportamento empresarial.

Apresentando-se como aliados, o atendimento de algumas das reivindicações dos plantadores engajados no processo de modernização tornou-se fundamental ao avanço e sedimentação dos interesses das propostas governamentais. Por conseguinte, o sucesso ou o fracasso de um sistema de idéias, de objetivos construídos pelo poder estatal, suas possibilidades de se trans-

formarem em práticas sociais dependem do jogo de forças que se trava especialmente no campo político. Dependem de luta, de negociação, de concessões mútuas e certos desvios de percurso.

Embora essa adesão não seja plena, ela se baseia na convergência de interesses comuns, porém nem sempre coincidentes. Segundo o jogo de forças sociais em que se funda o processo de modernização, a objetivação dos interesses do governo voltados para a racionalização da agricultura supõe o atendimento aos interesses específicos dos produtores modernizados, isto é, que se engajam num processo de reprodução ampliada.

Dito de outra forma, o processo de modernização da agricultura pressupõe a concretização e a convergência de interesses múltiplos e divergentes que foram barganhados. Constituiu-se através de campos diversos de luta, de interesses diferenciados, acordos, alianças, oposições e resistências sucessivamente reordenadas, reelaboradas e refeitas.

7.3 Usineiros e fornecedores: um novo jogo de forças sociais

Diante do enfraquecimento do poder monopolista das usinas em face da escassez de matéria-prima, a cana obteve um sobrepreço. Um mercado paralelo (ao oficial) de preços foi constituído. As relações que sustentavam o mercado paralelo não estavam abertas a todos os fornecedores. As possibilidades de manipulação e participação nesse jogo de forças sociais, constituído pelas alternativas de afastamento dos limites definidos pela legislação e dispositivos disciplinares da comercialização, eram melhor controladas por grandes e alguns médios fornecedores ou plantadores e médios lavradores.

As ações dos fornecedores que participavam da constituição desse mercado paralelo visavam criar um sobrepreço para a cana, pela minimização dos custos de produção. As ações dos usineiros visavam criar uma clientela cativa, comprometida com a oferta de cana, em face da distribuição de algumas vantagens.

Essa situação “irregular”, denominada leilão de canas, acarretava o passeio de canas, na medida em que os fornecedores deixavam de entregá-las na usina mais próxima, critério a partir do qual

o IAA tabelava o valor do transporte. Dentre as vantagens oferecidas pelas usinas que participavam desse mercado paralelo podem ser destacadas: oferta de corte e transporte segundo os preços tabelados pelo IAA ou por preços mais baixos; oferta e transporte gratuitos de lodo de cana (adubo) para fornecedores; adiantamento de dinheiro por conta da comercialização de safra vindoura; pagamento imediato das canas comercializadas (logo após a entrega); oferta gratuita ou remunerada da administração dos serviços agrícolas da produção de cana de grandes unidades produtivas de fornecedores de cana.

Essas medidas geravam tensões entre os usineiros porque nem todos podiam oferecer as mesmas vantagens. Alguns deles se viam subtraídos de uma determinada quantidade de cana que, em princípio, lhes era assegurada como compradores. Enfrentando dificuldades cada vez maiores para acesso à matéria-prima escassa, os usineiros deslegitimavam as reivindicações dos outros industriais melhor situados no mercado em torno de preços mais elevados para o açúcar e o álcool. Alegavam os empresários preteridos pelos fornecedores que, para sustentar esta transferência de renda, o preço do açúcar deveria assegurar alta lucratividade. Passaram, então, a reclamar a interferência do IAA, no sentido de pôr fim a tais atitudes especulativas, correlacionando tal postura a desajustes gerados pelo planejamento parcial por esta autarquia, cujos técnicos privilegiaram o aumento da capacidade do parque industrial sucro-alcooleiro.

A partir de 1981, o IAA tentou tomar posição frente ao desequilíbrio entre a oferta e a procura da cana, ameaçando cortar os subsídios das usinas que desrespeitassem a filiação oficial dos fornecedores. Entretanto, apenas no Plano de Safra 83/84 adotou medidas concretas, limitando a produção industrial autorizada para determinadas usinas da região. Contudo, tais medidas não eliminaram a concorrência das usinas em torno da matéria-prima, porque algumas delas haviam se organizado para prestação de serviços de corte, embarque e transporte de canas e continuaram a oferecê-los aos grandes e médios fornecedores. Muitos destes produtores diminuíram o patrimônio em instrumentos mecanizados, em troca da possibilidade de contar com a transferência da realização dessas atividades pelas usinas. Além de se libertarem da manutenção destes instrumentos e poderem aplicar o capital neles imobilizado, desvencilharam-se de qualquer compromisso com a força de trabalho alocada no período de safra ou com os

trabalhadores temporários. Por outro lado, os representantes políticos dos fornecedores de cana desenvolveram ainda uma série de lutas frente a posturas assumidas pela administração das usinas na criação de mecanismos de apropriação extra de parte da renda.

Como já foi visto, as usinas, de forma sistemática, criam um mercado paralelo de apropriação temporária e revalorização do capital, sustentado pela sua posição monopolista de compradora de cana. E assim o fazem a partir do atraso do pagamento dessa mercadoria, da remessa do valor das dívidas contraídas pelos fornecedores através do crédito, da retenção do pagamento da participação destes nos estoques de açúcar não-comercializado mas com preço sob majoração.

A retenção do pagamento da participação no estoque de açúcar era justificada pela discordância dos usineiros quanto às condições de participação neste valor. Alegavam eles que, segundo a legislação, os fornecedores deveriam participar também dos custos dessa estocagem e retenção de mercadorias à comercialização. O estoque desse açúcar não comercializado, segundo imposição do IAA, gerava aumento nos custos de produção pelo pagamento de juros ao crédito de warrantagem (empréstimo de comercialização), cada vez mais reduzido, de seguro sobre a mercadoria armazenada e gastos na construção e conservação de armazéns.

Do ponto de vista dos usineiros, se eles não podiam vender imediatamente o açúcar produzido, por razões de Estado, ao fornecedor caberia participar também do sacrifício, não recebendo integralmente o preço da matéria-prima e sim um adiantamento proporcional ao financiamento deferido (warrantagem) sobre o estoque retido ou segundo fluxo de caixa das usinas.

O IAA determinava o pagamento integral da quinzena, sujeito, inclusive, em caso de retardo, ao ônus da correção monetária expressa pela ORTN. Os fornecedores, portanto, tinham assegurado o pagamento integral e imediato conforme regulamentação do IAA. Todavia, tal fato não ocorria. As usinas costumavam atrasar o pagamento e o faziam sem a correção monetária. Os porta-vozes dos fornecedores, além de alegarem as razões acima apontadas, consideravam que esses custos acrescidos pela estocagem estavam embutidos no preço do açúcar e eram repassados aos consumidores. A cada ano, os usineiros entravam com processo na justiça reivindicando mudanças nas decisões tomadas pelo IAA que, de sua perspectiva, não levava em conta os termos da legislação e

prescrevia o pagamento integral.

Embora consecutivamente os fornecedores tivessem sido vitoriosos nesses processos encaminhados à justiça, as usinas, assim escoradas, retinham o valor correspondente à participação nos estoques, alegando aguardar o pronunciamento da justiça. Os fornecedores de cana só recebiam esse valor mediante pressão aberta, valendo-se de boicotes à entrega de canas no início de cada safra. Este fato ocorreu sucessivamente a partir de 1981.

Criado o impasse, sob a ameaça de escassez de açúcar no mercado (dadas as dificuldades impostas às operações das usinas) e frente à alegação destas de que se encontravam descapitalizadas e reivindicando junto ao IAA a consolidação de suas dívidas, esta autarquia oferecia adiantamento às usinas para liberação do pagamento aos fornecedores. Através desse expediente, além da apropriação por certo período de tempo de um valor financeiro determinado, que em princípio não lhes pertencia, as usineiros obtinham o acesso a mais uma fonte de crédito ou conseguiam incorporá-lo mais rapidamente.

No bojo das negociações para pagamento da participação nos estoques, geralmente mediadas por representantes do IAA, os fornecedores “perdoavam” as multas e a correção monetária – que incidiam em casos de atraso – e aceitavam a parcelarização do pagamento. Desse modo, as usinas podiam valer-se de recursos financeiros de terceiros a custo zero e transferir o pagamento desse valor por um longo período de tempo (o do atraso e o da abrangência do pagamento das parcelas da dívida com o fornecedor).

Tendo em vista as pressões dos usineiros, o Conselho Deliberativo do IAA determinou alterações nas formas de pagamento da cana aos fornecedores, parcelarizando em 83% durante a safra, na proporção da entrega das canas, e 17% do total fornecido em duas parcelas iguais na entressafra, nos meses de fevereiro e março.

Os fornecedores reagiram, alegando que os 83% não eram pagos em 30 dias após a entrega, tal como era estipulado, porque as usinas sempre atrasavam o pagamento ou de há muito não respeitavam os 15 dias delimitados pelo Plano de Safra. Ademais, definindo os 17% do pagamento restante como o valor que cobria os seus ganhos, consideravam-se operando graciosamente para a usina e só recebendo sua remuneração efetiva transcorridos de 6 a 8 meses. Advogavam, ainda, a versão interpretativa da legislação

que definia o pagamento integral.

Como os fornecedores de cana totalizavam 14.735 produtores aproximadamente e esta atividade correspondia a 60% da produção da região, eles geralmente obtinham amplo apoio institucional, político partidário, do governo estadual e municipal (dos municípios ligados a essa atividade) frente a seus mecanismos de pressão junto ao IAA e ao governo federal. Buscando a negociação e o apoio político de lideranças partidárias e institucionais locais (Associação Comercial e Industrial de Campos, Sindicato do Comércio Varejista de Campos etc.) e, ameaçando paralisar as atividades de colheita de cana até que os usineiros se comprometessem a pagar o valor correspondente ao açúcar estocado, assim como o preço integral das canas comercializadas, os fornecedores quase sempre saíam vitoriosos.

Além disso, os usineiros não podiam resistir por longo tempo ao boicote, porque, a contar exclusivamente com as canas próprias, as usinas operavam muito abaixo de sua capacidade ou mesmo interrompiam as atividades por falta de matéria-prima. Dependentes da compra de canas e competindo entre eles pela filiação de quotistas, os usineiros não conseguiam deslocar a posição, provisoriamente privilegiado dos fornecedores. Pelo contrário, cada vez mais transferiam parte do lucro para os grandes e alguns dos médios fornecedores. Como a maioria dos fornecedores distribuía o corte de cana segundo os momentos de majoração do preço, os usineiros se viam na contingência de diminuir o ritmo da produção ou de se comprometer com a antecipação do preço ainda a ser definido.

Procurando controlar a mobilidade dos médios e pequenos fornecedores em torno da usina “que paga melhor”, isto é, sem atraso e, se possível, oferecendo alguma vantagem para minimizar o custo da produção, os usineiros têm-se vistos na contingência de, no máximo, efetivar os pagamentos das canas adquiridas no prazo legal. O respeito ao direito do fornecedor, neste contexto, passou a representar, para os usineiros, um instrumento político de controle ao acesso à matéria-prima.

7.4 Empresários agrícolas ou “servidores da União”?

Como as condições de comercialização eram reguladas pelo Estado, os plantadores de cana consideravam-se expropriados de sua capacidade de se tornarem empresários, por não conseguirem, segundo tal argumentação, estabelecer previsões e projetos a longo prazo, por não controlarem plenamente os fatores que interferem na produção e na comercialização. Explicavam, assim, as dificuldades de corresponderem à expectativa do Estado no alcance dos objetivos estabelecidos para as políticas agrícolas. Correlacionavam o atendimento de seus interesses à adesão daqueles reivindicados pelas instituições estatais voltadas para a orientação e o controle da atividade agrícola.

A comercialização da cana pelos fornecedores fundamentava-se numa série de dispositivos legais que regulamentavam a relação destes com os usineiros (NEVES, 1981). À tonelada de cana era atribuído um preço mínimo, calculado segundo os custos de produção e o coeficiente de rendimento industrial médio de cada região produtora (Norte-Nordeste: 90kg por tonelada de cana e Centro-Sul, 94kg por tonelada de cana), através de decisão adotada pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Conselho Interministerial de Preços. Após essa decisão, o Conselho Deliberativo do IAA elaborava então o Plano de Safra Anual. A partir da safra 1984/85, sobre os preços mínimos passaram a incidir ágios ou deságios, segundo a fórmula de avaliação do grau de sacarose e pureza da cana. O preço mínimo, até final de 1985, era ajustado três vezes ao ano, geralmente nos meses de março, junho e outubro; o primeiro, durante a entressafra e os dois últimos, no início e meio da safra.

Ao preço mínimo da tonelada de cana acrescentavam-se ainda as diferenças de preços resultantes dos reajustamentos que incidiam sobre os estoques de açúcar de qualquer tipo, pendentes de comercialização – participação nos estoques. Sobre o preço de cada tonelada de cana recaíam transferências de parte da renda correspondentes às contribuições para entidades de representação de classe (Federação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar, Associação Fluminense dos Plantadores de Cana, Hospital dos Plantadores de Cana) – 1,5%; para a COOPERCREDI – 3%; para o Funrural – 2,5%. No caso de pessoa física, os fornecedores incorporavam o valor correspondente ao PIS e ao FINSOCIAL, incluído no preço

da tonelada de cana.

Alegavam os produtores de cana, de forma generalizada que, eles operavam, não com “preços mínimos”, mas com “preços políticos ou gravosos”. Conforme os produtores, os primeiros eram arbitrados levando em conta os custos de produção e os ganhos dos produtores, enquanto os segundos eram tabelados abaixo desses valores por interesse específico do governo. Embora o Instituto do Açúcar e do Alcool tivesse convênio com a Fundação Getúlio Vargas/Instituto Brasileiro de Economia para oferecer subsídios para fixação do preço da cana e do açúcar desde 1974, supunham eles que os índices sugeridos por esta pesquisa não eram levados em consideração.

Criticavam, então, o tabelamento do preço, pois fixado por valor muito próximo ao custo de produção, não acompanhando variações decorrentes dos aumentos dos insumos e oscilações climáticas. Dessa perspectiva, reafirmavam a inserção num processo crescente de descapitalização e de transferência de renda para outros setores sociais. Esta defasagem acumulada a cada safra não chegava a ser compensada nos raros momentos em que avaliavam os aumentos como razoáveis. Segundo eles, o preço dos fatores de produção aumentava em nível superior à inflação ou acima de sua capacidade de absorção. Como os preços dos tratores, das peças de reposição, dos implementos agrícolas, do combustível, do adubo os excluía de uma aquisição mais efetiva, iam minimizando os gastos com as atividades produtivas, visando reduzir os custos de produção. Por consequência, obtinham uma produtividade muito baixa, que cada vez mais os descapitalizava e os desmotivava.

O período de liberação dos preços da cana era decisivo porque a safra podia ser iniciada com preços oferecidos no mês de março, defasados em relação aos meses de maio e junho. Orientando suas ações em função dos momentos de liberação do aumento dos preços, muitos deles procuravam retardar o período de maturação ou do corte da cana para os meses imediatamente posteriores a outubro – especialmente no contexto em que a cana era paga apenas pelo peso –, quando o segundo aumento do preço da safra era anunciado.

Colocando-se frente a investimentos que, segundo eles, asseguravam retornos definidos como limitados e dois anos após sua aplicação, num contexto inflacionário como o do período em que a pesquisa foi realizada, os fornecedores se mobilizavam intensa-

mente em torno da reivindicação por melhores preços.

Aqueles que se colocavam como porta-vozes dos demais procuravam influir na decisão de estabelecimento dos preços, oferecendo eles mesmos uma avaliação dos custos de produção e apresentando suas expectativas em relação ao aumento. Encaminhavam relatórios e propostas ao Instituto do Açúcar e do Alcool, aos representantes dos Ministérios no Conselho Deliberativo do IAA – CONDEL, ao ministro da Indústria e Comércio, do Planejamento, ao presidente da República ou aos membros do Conselho Monetário Nacional e da Secretaria de Abastecimento e Preços.

Na safra 82/83, por exemplo, o Plano de Safra só saiu em julho – em virtude de o governo federal haver articulado a liberação deste plano às mudanças institucionais no IAA, retirando-lhe a administração do Fundo Especial de Exportação. Por isso, os produtores de cana só iniciaram a safra após a liberação dos preços. Os produtores de açúcar, embora moendo as próprias canas produzidas, bloquearam a comercialização deste produto. Além das medidas costumeiras que punham em prática (encaminhamento de telex às autoridades governamentais diretamente envolvidas nessa decisão, por exemplo), do boicote à comercialização das canas e do açúcar, utilizaram-se de carta aberta às autoridades apontando suas insatisfações, publicada como matéria paga nos principais jornais do País, e elaboraram todo um discurso para demonstrar as consequências socioeconômicas da posição por eles assumida: implicações nas condições de vida dos trabalhadores rurais desempregados, debilitação do comércio nas regiões produtoras e atraso na arrecadação de impostos.

Se forem levados em consideração os índices de inflação calculados a partir do Índice Geral de Preços entre os anos de 1981 e 1985, pode-se concluir sobre a validade dos argumentos dos fornecedores de cana no que se referem aos anos de 1983 e 1985. Segundo este índice, a inflação no ano de 1981 foi de 95%, enquanto os produtores receberam 154% de aumento acumulado para o preço da cana; no ano de 1982, a inflação foi 95%, enquanto os produtores receberam 94% de aumento acumulado; no ano de 1983, o índice de inflação foi de 212% e o aumento acumulado do preço da cana foi de 137%; no ano de 1984, o índice de inflação foi de 223,8% e o aumento acumulado do preço da cana foi de 224%; no ano de 1985 os índices foram de 235,1% e 197% respectivamente.

Na medida em que os preços concedidos para a cana nas várias

regiões produtoras eram desiguais, tendo em vista as condições de produção e de produtividade de cada uma, os critérios adotados para diferenciar os valores eram questionados. Os porta-vozes dos fornecedores de cana na região açucareira de Campos reivindicavam a equalização com os preços do Nordeste, por considerarem que a produtividade agrícola e industrial era tão baixa como a do estado de Pernambuco; que o estado de Alagoas era privilegiado porque não se encontra nas mesmas baixas condições de produtividade. A reivindicação da equalização dos preços era justificada pelo processo de descapitalização a que se consideravam submetidos e por ser ela recurso instrumental à recuperação das condições de produção. A contrapartida ao atendimento da reivindicação eram a aplicação de maiores investimentos, o uso de melhores tratos culturais, e a elevação do nível de produtividade.

Uma das críticas mais contundentes à suposta posição assumida pelo governo federal frente à intervenção na economia açucareira como “sócio nos lucros” foi levantada no ano de 1982. Neste momento foi decidido o repasse para os produtores e consumidores do pagamento das perdas resultantes das exportações do açúcar, cabendo aos fornecedores de cana o aumento de apenas 24%.

A insatisfação com os preços oferecidos à cana é constante. Mesmo que obtivessem um índice de aumento mais próximo àquele reivindicado, os produtores, de um modo geral, argumentavam que não resolvia as defasagens acumuladas. De qualquer forma, os aumentos concedidos eram sempre inferiores aos solicitados pelos produtores e pelo próprio IAA.

Os porta-vozes dos fornecedores procuravam dimensionar suas frustrações definindo-se como servidores da União, expropriados de sua capacidade empresarial, desestimulados de ampliar investimentos por falta de controle e previsão da renda. Assumindo publicamente o sentimento de limitação para obterem o nível de rentabilidade por eles projetado, esses representantes políticos, paradoxalmente, lutavam no sentido de ampliar a participação do Estado nos investimentos de capital (oferta de crédito com juros subsidiados) e de recursos viabilizadores da diminuição dos custos de produção (melhoria das estradas vicinais, assistência técnica) ou da reposição dos fatores de produção (drenagem de canais e sistematização do solo das propriedades agrícolas).

O próximo capítulo dará continuidade à análise das formas de participação dos produtores de cana no processo de modernização

agrícola, abordando as relações por eles estabelecidas com as instituições de produção e difusão de tecnologia.

8

A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA: INCLUSÕES/EXCLUSÕES

As políticas e os programas antes abordados foram postos em prática por instituições, muitas delas criadas para este fim, e por alguns dos profissionais inseridos de modos diversos nas atividades agropecuárias. Foram igualmente postos em prática por agricultores diversamente posicionados, conforme graus variados de valorização e de apropriação dos recursos oferecidos; ou conforme os princípios de inclusão e exclusão relativamente estabelecidos pelos objetivos e pretensões daqueles instrumentos de intervenção do Estado. Por fim, foram objetivados em consonância com os interesses dos empresários vinculados ao setor de produção de insumos e equipamentos industriais destinados à agricultura.

Neste capítulo, analiso a relação dos produtores de cana com as instituições responsáveis pela aplicação das políticas e dos programas, incumbidos da formação de agricultores adequados ao novo modelo de desenvolvimento e de interdependência entre agricultura e indústria. Privilegio, assim, a participação de profissionais intercessores dessa proposta: agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas.¹

8.1 Saber-poder: a mediação dos técnicos agrícolas

Nesse quadro de definição das novas políticas públicas para a “modernização” da agricultura, legitimadoras das ações centralizadas pelo governo federal, um saber agrônômico foi propriamente

¹ Estou utilizando o termo técnico agrícola sob dois significados. Ora ele se refere ao profissional que executa recomendações e orientações mediante supervisão ou gestão dos agrônomos e veterinários; ora é utilizado como categoria genérica que abarca o conjunto de profissionais, de nível de ensino superior e médio, que cumpre a função de mediação nas instituições do Estado. Neste caso, porque é um termo do senso comum dos agricultores, é grafado em itálico.

constituído. Os agrônomos, em especial, ampliaram seu poder, interferindo no processo de institucionalização e de definição dos objetivos e meios dos programas agrícolas. Assim, não só os agrônomos e veterinários participaram mais ativamente das instituições estatais destinadas a produzir novas tecnologias e a implantarem programas agrícolas, como esta mesma participação assegurou-lhes o reconhecimento do saber agrônomo pela valorização de sua formação especializada.

Como suporte da modernização da agricultura, o governo federal criou a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (1972), a EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (1974), a COMPATER – Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural (1974) e a CONCRED – Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural (1974).²

A divisão de trabalho entre essas instituições correspondia à dissolução entre pesquisa e difusão de tecnologias, entre execução e normatização. A EMBRAPA e a EMBRATER tinham funções executivas, a primeira se dedicando à pesquisa e a segunda à difusão e extensão rural. A COMPATER e a CONCRED tinham funções normativas e de articulação.

Na região açucareira de Campos,³ o processo de produção e difusão de tecnologias contou com a participação do PLANALSUCAR (1971), com a PESAGRO-RIO (1976) e com a COOPERPLAN. A implantação dos programas agrícolas e a extensão rural estavam a cargo da EMATER-Rio (1977),⁴ do Banco de Brasil e do BANERJ.

² Frente a tais propostas para o desenvolvimento agrícola, ganhou especial destaque a formação dos recursos humanos que possibilitassem a criação de um estoque de conhecimentos, construtivo da base central de todo o sistema estruturado em torno da EMBRAPA e da EMBRATER. Em razão dessa ênfase, as ações iniciais da EMBRAPA centravam-se principalmente no encaminhamento dos membros de seu corpo técnico para programas de pós-graduação ou treinamento formal (ALVES, PASTORE, 1980, p. 10).

³ A análise do quadro institucional que assegurou as condições de execução de muitos dos objetivos definidos pelas políticas públicas voltadas para a modernização da agricultura na região açucareira de Campos já foi por mim apresentada em outro texto (NEVES, 1987, p. 106-132).

⁴ Os *técnicos*, da EMATER-Rio principalmente, colocavam-se como clientes preferenciais das outras instituições acima apontadas, na medida em que tinham a extensão rural como sua função. Deviam assim participar de cursos e eventos organizados pelos colegas, encarregando-se da difusão do conhecimento.

Os técnicos filiados às instituições e programas anteriormente citados, coerentemente com os objetivos imputados a tais instrumentos de política agrícola, atribuíam a si a missão de transformar o agricultor num produtor moderno, modelo expressivo da superação de comportamentos próprios ao produtor tradicional, tipos ideais antitéticos. O produtor tradicional era definido por uma suposta estupidéz: realizava suas atividades improvisadamente, sem cálculos que lhe permitissem avaliar sua prática errônea. Orientava-se pelo aumento do lucro, a partir da minimização dos custos, redundando em menor produção e produtividade. O produtor moderno era definido pela orientação sistemática da conduta destinada a alcançar o aumento da produção e da produtividade. Os técnicos pretendiam formá-lo através da oferta de um estoque de conhecimentos e da internalização de estruturas de pensamento racional que incorporassem a articulação controlada entre meios e fins.

Produtor Moderno/Produtor Tradicional – pressupostos políticos e ideológicos

O saber adquirido pelos técnicos agrícolas em sua formação profissional é fundamentado nos conhecimentos construídos pelas ciências agrônômicas. Sua aplicação, entretanto, é mediatizada por pressupostos políticos e ideológicos, veiculados pelas políticas agrícolas, orientadores das relações de poder que os hierarquizam positivamente frente aos produtores. Mostra-se, além disso, influenciada pelo jogo de forças sociais que consubstancia a sua ação e a dos produtores.

O saber dito científico é construído a partir da correlação entre fatores físicos incorporados pela produção agrícola, que redonda numa sistematização definida como tecnologia ou sistema técnico ou sistema produtivo. A sistematização da tecnologia está referenciada ao desenvolvimento de outros setores da economia, que determina a incorporação dos produtos oferecidos pela indústria principalmente, tais como insumos, instrumentos mecanizados etc. Estes instrumentos e insumos, por sua vez, tomam como referência, ao serem produzidos, o controle amplo de fatores de produção, a expansão da produtividade e a minimização dos custos em força de trabalho. Desse modo, o saber dos técnicos está referido à construção de um modelo de produtor que persegue incessantemente a expansão da produção e da produtividade.

Ora, esta forma de produção agrícola, mesmo que concretizada por reconhecidos capitalistas, não se dá num vazio de relações sociais, condição que impede a realização plena deste empresário modelar. Como estas relações pré-existentes são desqualificadas como tradicionais, as pesquisas levadas a efeito pelos técnicos agrícolas são construídas por referência a especificidades derivadas do jogo de relações sociais em que as instituições de produção deste conhecimento estão integradas. Os objetivos de tais pesquisas estão distanciados das práticas dos produtores. O conhecimento assim produzido constitui, na maior parte dos casos, um saber sobre a agricultura e não sobre os agricultores (GRINGNON, 1975). Muitas das motivações para ampliação do estoque de técnicas referem-se a concorrências e consagrações, cujas regras e parâmetros são construídos a partir das relações dos pesquisadores entre si ou das instituições destinadas à produção de conhecimentos.

A defasagem acima referida se acentuava e se reificava pela divisão de trabalho imposta através da criação da EMBRAPA e da EMBRATER, já que a primeira instituição direcionava-se para a produção de pesquisas e a segunda para difusão e a aplicação dos resultados desse conhecimento. Portanto, embora haja pontos comuns nas concepções práticas e ideológicas dos técnicos agrícolas engajados nas pesquisas e daqueles dedicados à extensão, elas não são totalmente homólogas, em virtude dessas posições diversas em que eles se situam.

Expropriados da produção de um saber reconhecido ou sistematizado, os técnicos agrícolas voltados para a extensão rural denunciavam o conhecimento produzido em abstrato, e se consideravam trabalhando de “pé no chão” ou tomavam essa posição como orientadora de suas ações. No entanto, como a formação profissional dos técnicos tendia (e tende) a efetivar-se a partir de um suposto vazio de relações sociais ou do privilegiamento de certas relações que qualificam os empresários agrícolas, eles passam a preencher tais ausências com visões preconcebidas a respeito dos produtores reais; com representações correspondentes aos limites colocados pelos agricultores para a plena realização dos objetivos daqueles planejadores. Enfim, essa visão preconcebida é mediaticizada pela necessidade de legitimação dos técnicos agrícolas, ou pela desqualificação do saber dos produtores. Esta preconcepção se radicaliza exatamente porque eles devem trabalhar diretamente com os agricultores e estes reagem ao projeto de expropriação do saber prático. Por esse motivo, os técnicos que se voltavam para

a extensão rural elaboravam mais sistematicamente uma “teoria” a partir dessas visões preconcebidas, que justificavam ou explicavam os limites colocados ao projeto de dominação e controle dos produtores agrícolas. Estavam mais preocupados em explicar o comportamento social dos agricultores do que os pesquisadores, que se referenciavam ao saber sobre a agricultura propriamente.

Uma outra causa dessas relações de tensão derivava do fato de os técnicos agrícolas terem uma formação profissional superespecializada. Tal formação leva-os a desconhecerem certas áreas de conhecimento e, assim, nem sempre terem respostas para os problemas colocados pelos agricultores. Enquanto os técnicos agrícolas dominam o saber sobre o cultivo de um dos produtos, os agricultores tendem a raciocinar a partir dos referentes próprios ao sistema de relações no qual estão envolvidos. Levam em conta o conjunto de elementos materiais e sociais que articulam para fazerem operar a unidade de produção.

Os técnicos agrícolas vinculados à extensão rural, principalmente, tendem a organizar o seu discurso em dois difentes campos temáticos dificilmente intercambiáveis. Ora falam da eficácia da técnica e, por conseqüência, da resistência do produtor em aplicá-la ou objetivá-la corretamente, ora, do contexto em que a atividade agrícola é desenvolvida, criticando as políticas agrícolas e as posições assumidas por instâncias de decisão do Governo. Dessa perspectiva, conseguem desculpar o “inadequado” comportamento do agricultor. Mas a intersecção dos dois campos não é operacionalizada pela inquestionabilidade da técnica.

As relações de tensão criadas no processo de produção e difusão de conhecimento consubstanciavam ou reafirmavam as concepções que os técnicos agrícolas construíam sobre os produtores. Estes, por outro lado, internalizavam de tal forma a distinção entre os dois saberes que, mesmo não a legitimando plenamente ou mesmo resistindo à aceitação dos atributos desqualificadores, reconheciam que o saber prático é limitado, embora adequado às suas condições financeiras. Consideravam que as novas técnicas eram apropriadas ou destinadas aos usineiros ou plantadores que podiam arriscar-se e tinham recursos financeiros para sustentarem os altos custos. Por isso, os produtores que se percebiam excluídos do acesso a determinados recursos técnicos se pensavam e desejavam ser reconhecidos como fracos.

Não aceitando a classificação de tradicionais, tais agricultores

invocavam a nomeação ou a descrição das mudanças aplicadas às técnicas agrícolas, em especial o uso de instrumentos mecanizados, e a acusação de precipitados ou aventureiros aos produtores agrícolas que aderiam mais rapidamente às mudanças ou perseguiram mais intensamente o aumento da renda.

As concepções referenciadoras da prática dos técnicos agrícolas de fato se baseiam e contribuem a constituir uma diferenciação excludente. O produtor moderno, objeto de suas atenções, era aquele que dispunha da capacidade intelectual de compreender os princípios a partir dos quais os técnicos agrícolas atuavam. Esta aproximação era obtida pela escolarização, especialmente a participação em cursos universitários, ou pela passagem em outras atividades produtivas, principalmente o comércio. Tais experiências dotavam tais produtores da capacidade de se arriscarem em novos investimentos; e de compreenderem que o aumento dos custos seria compensado pela elevação da produção e da produtividade, mesmo que a médio prazo, possibilitando a elevação da renda e a estabilidade de sua unidade de produção.

A classificação moderno apontava então para constituição de um segmento de produtores agrícolas que articulavam e diversificavam suas atividades econômicas, não se colocando totalmente dependentes da agricultura. Por isso mesmo, os produtores beneficiados por essas experiências constituíam um número reduzido, entre eles inclusive agrônomos, médicos, engenheiros, advogados, todos já introduzidos na estrutura lógica e na especificidade do conhecimento qualificado como científico e dedicados ao exercício de outra profissão.

A adesão restrita dos produtores qualificados como modernos era explicada, ainda, pelo controle do saber sobre a cultura da cana, presente nessa região por séculos, independentemente da posição diferenciada que os agricultores ocupavam. Esse desinteresse se fundaria então na cristalização de conhecimentos técnicos, hoje inadequados, mas não questionados.

A exclusão ou a decisão de alguns produtores de não participarem da distribuição de recursos pelas instituições de produção, difusão de tecnologias ou de extensão rural não se explicava apenas por qualificações negativas. Fundava-se, também, em condições objetivas a partir das quais as decisões de participação ou a exclusão eram tomadas.

Durante o período de 1983 a 1984, 89 dos produtores por mim entrevistados participaram dos diversos programas e recursos distribuídos por essas instituições. Como um mesmo produtor aparecia como cliente em várias instituições, os 89 passavam a representar 126 beneficiários.

Tais produtores eram proprietários de terra cujas áreas estavam assim distribuídas:

0	-	10ha	7
10	-	20ha	8
20	-	30ha	12
30	-	40ha	10
40	-	50ha	9
50	-	100ha	14
100	-	200ha	15
200	-	500ha	9
500	-	1000ha	4
1000	-	2000ha	1
TOTAL			89 ⁵

Fonte: PROJIR-IAA-MIC; PLANALSUCAR; EMATER-RJ; PESAGRO-RIO; CO-OPERPLAN, PROVÁRZEAS.

Embora a maior parte dos programas definisse a prioridade de atendimento ao “pequeno produtor”, era praticamente impossível a um agricultor desse porte obter o crédito. Tomando por exemplo um dos programas, de irrigação de várzeas, esta afirmação torna-se mais evidente. A sistematização de várzeas pela irrigação e drenagem supunha o uso de instrumentos mecanizados que os produtores, especialmente os pequenos, de um modo geral, não possuíam nesse contexto. Essas máquinas deviam deslocar-se da cidade para a propriedade agrícola, condição que encarecia o custo de sua utilização, especialmente para pequenas áreas. A mão-de-obra especializada devia ser deslocada da cidade. A CO-OPERPLAN encarregava-se do aluguel de máquinas por preço

⁵ Dos 89 produtores analisados, 71 adotaram a construção de viveiros ou compravam mudas de cana no PLANALSUCAR; 15 implantaram o sistema de irrigação; 24 participavam da direção das instituições de representação política, de assistência técnica ou social; 8 concediam áreas de terra ao PLANALSUCAR, à EMATER e à PESAGRO para instalação de experimentos; 8 obtiveram títulos de destaque nos concursos de produtividade agrícola. Apenas os produtores que adquiriram mudas selecionadas de cana possuíam áreas de terra inferiores a 40ha (NEVES, 1986c).

mais baixo, mas cobrava o transporte se elas fossem ocupadas por menos de 100 horas. Por conseguinte, em princípio, só o pequeno produtor pagava o transporte.⁶

Nas situações qualificadas pelos técnicos agrícolas como bem-sucedidas, eles destacam que a técnica aplicada é aquela por eles difundida, e o proprietário aparece como executor e seguidor das orientações oferecidas. Por conseguinte, em princípio, o produtor moderno é o que aceita e incorpora essas orientações, que não só se reconhece devedor como propaga a eficácia do saber e dos ensinamentos dos técnicos.

A desqualificação do saber dos produtores, implícita na relação destes com os técnicos, é ainda explicitada e mantida nas publicações que visam divulgar o saber científico ou técnico. O saber é transferido de modo vulgarizado, descontextualizado, mantendo os princípios da acusação de ignorância e resistência à inovação que recaem sobre aqueles.⁷

Sob quaisquer dessas circunstâncias, os produtores estão diante da desinformação ou de informações desarticuladas que não lhes propiciam segurança nas decisões ou orientação para atitudes que devem assumir. A cautela e a observação sistemática e prolongada passam então a se constituir em princípios que orientam a relação destes com os técnicos.

Com uma limitada compreensão sobre os relações sociais às quais devem se integrar, os extensionistas se valem dos produtores que detêm certo controle sobre as relações de poder, por eles definidos como líderes. Sua ação se orientava, assim, pela mediação das

⁶ Para uma análise mais detalhada dos modos de participação neste programa (NEVES, 1988, cap.8).

⁷ Ora, se o produtor «faz a atividade agrícola mas não sabe o que está fazendo», se este é o fator que leva à baixa produtividade, a divulgação das técnicas definidas como inovadoras deveria veicular a explicitação das causas ou a ação dos fatores considerados básicos à boa realização das tarefas. Os boletins que veiculam informações para os produtores apresentam-nas sob a forma de receituário, de recomendações, sem explicitar as razões pelas quais assim o é ou deve ser. Orientam o produtor a plantar no mês indicado, a fazer sulcos com determinada profundidade, a usar uma certa quantidade de fertilizantes ou defensivos, a colher numa data prevista etc. A seguir tais recomendações, o produtor continua sem saber o porquê; ou deve recontextualizar essas informações por explicações que constrói a partir dessa posição em que é colocado. De qualquer modo, é também forma que os produtores costumam descrever o processo produtivo de uma determinada cultura.

relações de poder já existentes, fortalecendo-as, legitimando-as; ou pela criação de mediadores valorizados pelo saber adquirido e pela experiência social de lidar com o corpo técnico das instituições distribuidoras de recursos.

Malgrado as relações de tensão e as desqualificações que técnicos e produtores atribuíam uns aos outros, eles, em certos contextos, reconheciam a especificidade e a eficácia desses saberes. Os técnicos admitiam que, embora fossem os depositários do conhecimento científico, precisavam de informações dos produtores, obtidas a partir do saber prático: a variedade de tipos de solo e de condições climáticas, o melhor período para plantio e colheita. O produtor, por outro lado e como já foi visto, valorizava o saber dos técnicos sobre topografia, irrigação, drenagem, inseticidas mais adequados etc.

Esgotadas as explicações sobre a não-realização plena dos objetivos delimitados pelas políticas e programas agrícolas ou das funções dos técnicos a partir do comportamento dos agricultores, eram elaboradas interpretações mais amplas, em que a estrutura fundiária e a inadequação das tecnologias produzidas às pequenas propriedades eram tomadas como causas.

Como os recursos distribuídos pelas políticas agrícolas, inclusive a sustentação de um corpo de técnicos (agrônomos, veterinários etc.) representavam um alto custo, eles inviabilizavam os esforços das instituições em termos de oferta de assistência aos “pequenos fornecedores”. Composta por 87,3% de pequenos fornecedores ou produtores com poucos fatores de produção que participam com um volume reduzido de oferta de cana (24,3% do total das canas esmagadas), a região açucareira de Campos era questionada como objeto de atenção de políticas governamentais ou de aplicação dessas novas tecnologias. No plano econômico, era vista como infundada a adoção de altos investimentos para a formação de novos conhecimentos adequados a um número enorme de produtores, que só atendia a uma desprezível oferta de matéria-prima. Com um rendimento insuficiente, esses produtores secundarizavam a atividade canavieira em nome de outras que lhes oferecessem melhor remuneração. E valorizavam a racionalidade social atribuída à pequena produção, por lhes assegurar assistência médica, social e previdenciária. Ademais, dispondo de pouca terra, as respostas possíveis de serem oferecidas pelo uso mais intenso dos fatores de produção não geravam um volume de mercadorias compatível

com os custos que tais adoções acarretavam e nem o aumento do rendimento daí decorrente. Por conseguinte, estavam excluídos do debate que se fundava no aumento da produção e da produtividade. Os pequenos fornecedores eram considerados um problema político, pois sua permanência era defendida no sentido de não ampliar os problemas sociais da Região.

Os recursos necessários à aplicação das técnicas recomendadas pelo PLANALSUCAR, por exemplo, eram vistos como incompatíveis, mesmo nas propriedades dos grandes fornecedores. Alegavam os técnicos que eles não contavam com mão-de-obra efetiva disponível, instrumentos mecanizados e disponibilidade de cessão de uma área de terra para realização dos experimentos. Na realização deste ensaio, o produtor perdia o controle sobre a área de terra cedida. Devia aguardar a época de corte recomendada pelos técnicos, de modo a que estes pudessem completar a avaliação da experiência. Outrossim, se o ensaio não desse resultado positivo, alegavam os técnicos, o produtor generalizava a experiência negativa e predispunha os demais contra a atuação deles.

Os limites colocados para a atuação dos técnicos e para a eficácia dos objetivos das políticas agrícolas encontravam ainda outras explicações relativizadoras desses objetivos e propostas. Tais interpretações estavam mais presentes ou melhor formuladas entre os técnicos agrícolas que eram também fornecedores de cana. Elas também faziam parte das explicações que os fornecedores (não técnicos) apresentavam para a não-utilização ou uso não-pleno das novas tecnologias e dos insumos.

O desprezo pelos “novos” conhecimentos era atribuído, então, a todo e qualquer produtor. Era justificado pelas especificidades apresentadas pela cultura da cana, pela baixa remuneração a ela atribuída e pelas contradições e irrealidades dos objetivos e formas de objetivação dos programas e das decisões governamentais.

A cana fora definida como uma cultura muito resistente às oscilações climáticas e às pragas. Embora a ação de tais fatores diminuísse a produção e a produtividade, dificilmente ou em situações limites o produtor perdia o plantio que realizou. O produtor tinha preço garantido e não precisava enfrentar a competitividade no mercado, que o levasse a buscar melhoria de qualidade do produto a ser comercializado. Entretanto, o preço da cana era tabelado pelo governo e em níveis muito próximos aos custos de produção, limitando a opção do produtor por investimentos que

implicassem mais gastos financeiros.

Assim posicionados e segundo os técnicos agrícolas, os fornecedores orientavam suas ações pela relação tonelada/hectare e pelo lucro, obtido com a minimização dos investimentos e do custo de produção. A perseguição a esse lucro imediato impedia-os de operarem com cálculos ou avaliações que incorporassem retornos a longo prazo, ainda que fossem maiores que os atuais.

O uso instrumental dos atributos imputados ao produtor tradicional ficava ainda evidenciado pelo fato de não haver uniformidade nas opiniões dos técnicos agrícolas e dos que se viam ou eram por aqueles qualificados como produtor moderno. Nesses termos, eles mesmos podiam defender e justificar a adoção de atitudes que em outros contextos seriam atribuídas à posição do produtor tradicional.

As explicações para os limites do projeto de dominação política e ideológica dos técnicos agrícolas em relação aos produtores incorporavam, ainda, outros fatores relativizadores da desqualificação do saber destes. Tais fatores emergiam quando os agrônomos estavam se referindo às condições nas quais eram implantadas as políticas e os programas voltados para a agricultura. Nesse contexto, as medidas governamentais assistemáticas, descontínuas, defasadas em relação às condições sociais em que os produtores operavam de fato e a exclusão dos técnicos da elaboração de conhecimentos “reais” e sistematizados constituíam o alvo das críticas e das explicações para a baixa produtividade agrícola.

O saber veiculado pelos técnicos, as condições através das quais ele é socializado e os critérios definidos para distribuição dos recursos (dos quais eles são mediadores) constituem um dos fatores de diferenciação (ou de acentuação da constituição de posições sociais diversas e hierarquizadas) entre agricultores. Transferindo técnicas para os “grandes produtores”, inculcando entre alguns deles a identidade de produtor moderno e propiciando aos “pequenos e médios” a internalização da idéia de fracasso ou estagnação (por força de sua própria posição), os técnicos legitimam os objetivos dos programas e as propostas de construção de uma nova ordem social, em que o empresário agrícola passa a ser o protótipo do agricultor no futuro. Além disso, propiciavam a alguns dos “grandes produtores” mais conhecimento técnico, saber sobre as práticas institucionais e os pressupostos dos programas e políticas agrícolas. O controle desses saberes era fundamental para obtenção

de posições mais favoráveis no campo de forças políticas em que estavam inseridos. Permitia a constituição social dos porta-vozes (ou líderes políticos) e da identidade dos produtores agrícolas que constituíam suas bases de apoio (BOURDIEU, 1984), especialmente nos contextos em que têm vigência formas mais amplas de interferência por parte do Estado, ou nos contextos em que o saber técnico legitima a cooptação de segmentos sociais de agricultores e de outros setores sociais para o processo de controle sobre a agricultura. O que justificava a redistribuição e a apropriação de recursos escassos advindos das instituições estatais para um número reduzido de produtores que controlava os mais amplos fatores de produção.

A participação ou a proximidade com os agentes que atuavam nas instituições de assistência técnica (e de representatividade política) abriam perspectivas de entendimento de fatores fundamentais ao estabelecimento de previsões. Dentre esses fatores, um dos mais importantes dizia respeito ao domínio de interpretações sobre o modelo econômico ou a postura do Estado frente à agricultura. Este era um saber básico para os produtores que desejassem tomar créditos mais amplos e fazer investimentos. As interpretações sobre o comportamento das instâncias de decisão do Estado, a troca de informações e de avaliações sobre atitudes e estratégias adotadas por outros deles, a comparação de racionalidades atribuídas a certas medidas aplicadas por algumas unidades de produção, a socialização das vantagens e das desvantagens da aplicação de determinadas técnicas agrícolas eram, em grande parte, construídas a partir do debate com os agentes dessas instituições, especialmente aqueles do corpo técnico.

Os produtores que estavam afastados desse convívio encontravam dificuldades para assumir riscos, especialmente nos contextos em que o Estado mudava constantemente as regras da oferta de determinados recursos e serviços, do tabelamento dos juros para o crédito agrícola etc.

Esses produtores de maior convívio com o corpo de agentes das instituições de produção e difusão de conhecimento ou prestação de serviços eram também mediadores do reconhecimento de determinados saberes e da incorporação de tecnologias. Além de colocarem suas propriedades à mercê de experiências, projetos pilotos e adequação de novas tecnologias, propiciavam o reconhecimento pelos demais, através de avaliações a partir de

situações concretas.

Por isso mesmo, muitos produtores colocavam-se reticentes e sob expectativa, no sentido de aguardarem os resultados dessas experiências, para então se integrarem ou readaptarem o saber e as técnicas de acordo com suas condições financeiras, interesses e projetos específicos.

O controle desse saber era ainda fundamental nas discussões dos porta-vozes dos fornecedores em torno da taxa de juros, do volume do crédito agrícola, dos subsídios a serem oferecidos, dos preços, do controle da renda etc. Por isso mesmo, os técnicos agrícolas eram incorporados pelas instituições de representação política ou de produção e controle de tecnologias viabilizadoras da capitalização, da expansão dos investimentos e do aumento da produção e produtividade em níveis definidos como mais adequados aos interesses dos grandes fornecedores ou plantadores de cana. Eram os técnicos que instrumentalizavam os porta-vozes, sistematizando discursos políticos e oferecendo “bases científicas” ou supostas neutralizações para as reivindicações encaminhadas em relatórios, memoriais e projetos.

Entretanto, a difusão de tecnologias e a atuação dos técnicos agrícolas provocavam deslocamentos e mudanças sociais entre segmentos de produtores vistos como resistentes, ainda que não reconhecidas ou valorizadas por esses mediadores. Elas permitiam a melhor qualificação ou especialização de alguns trabalhadores (tratoristas, irrigantes etc). Propiciavam renovações controladas nas técnicas agrícolas dominadas pelos produtores. Criavam novas necessidades entre os produtores e, desta forma, dependências.

A análise dos parâmetros que orientam as relações entre os técnicos e os agricultores, as políticas, os programas e as instituições demonstra que estes recursos, longe de atuarem na eliminação do produtor tradicional, o constroem; longe de removerem entraves à modernização, os criam. Por outro lado, revela também que essas ações têm eficácia limitada pela própria relação que se estabelece entre os agentes. Criando novos espaços sociais de saber e poder, propiciam a constituição de expectativas diversas para um número mais amplo de produtores do que os previstos e intencionados. Nestes termos, criam, impõem e relativizam o saber/poder dos técnicos agrícolas.

8.2 Saber-poder: resistência e readaptação pelos agricultores

Não comungando de relativismos culturais que, exacerbados, tornam-se absolutizadores, não pretendo resgatar a igualdade dos homens pela discussão a partir da forma como as qualificações das diversidades são colocadas – racional/irracional, lógico/pré-lógico, domesticado/selvagem etc. Por isso, para a análise do saber dos agricultores, parto do pressuposto de que os esquemas de pensamento destes e dos técnicos agrícolas são diferentes, porque construídos sob condições sociais desiguais. Assim, a prática agrícola é apreendida de maneiras diferentes por esses agentes porque a apreensão é orientada por valores diversos e construída a partir de disposições estruturais singulares. Neste sentido, a subdivisão entre os dois saberes – dos técnicos e dos agricultores – ainda comporta diferenciações internas, como já foram apresentadas. A subdivisão apontada pelos técnicos agrícolas entre produtor moderno e produtor tradicional também não é tão inocente como se possa à primeira vista imaginar, mas se apresenta como expressão de posições diferenciadas, porém não plenamente perceptíveis pelos construtores e veiculadores daquelas qualificações. Se não se descarta a investigação mais aprofundada dessas pré-noções ou não se restringe a análise à imposição de um saber sobre o outro ou à explicação restrita a relações de poder, elas são elucidativas da diferenciação das relações e das posições sociais entre os agricultores.

Como o saber dos técnicos se fundamenta num acúmulo de conhecimentos mais amplo, graças à linguagem escrita e a sua produção institucional, eles podem contar com um maior desenvolvimento da capacidade crítica e do pensamento mais abstrato, com melhores condições para reflexão e uma comunicação mais sistematizada (GOODY, 1968, 1977).

O saber dos agricultores funda-se na oralidade e na observação direta, na internalização de princípios orientadores de comportamentos, nos movimentos corporais e na incorporação de práticas, transmitidas por gestos, pela imediaticidade do contato face a face.

Este fato por si só cria constrangimentos à pesquisa sobre o saber dos agricultores porque ela, em grande parte, vale-se da comunicação verbal. Não tendo sido socializado pela incorporação prática desse saber, dispondo basicamente da comunicação verbal para

apreensão dos dados com o pesquisado, o pesquisador também tem dificuldades de apreender gestos, movimentos do corpo e valorizações fragmentadas das formas de atuação. Ao impor, para fins de documentação, o uso da linguagem oral ao pesquisado, passa a induzi-lo, muitas vezes, a incoerências no discurso, por força do atendimento a exigências que são externas à forma deste apreender, conceber e explicar sua prática. A própria análise, por parte do pesquisador, volta a impor uma ordem e a aplicação de técnicas gráficas ao material oferecido pela oralidade, estranha às condições de sua construção (GOODY, 1977).

Coerentemente com o objeto de estudo proposto, o que pretendo neste capítulo não é a análise das condições de construção e constituição do saber dos agricultores. Não é a lógica e a racionalidade dessas construções, resgatadas em resposta às acusações que geralmente lhes são atribuídas. As considerações aqui apresentadas visam compreender as mudanças e os deslocamentos provocados pela imposição e absorção de tecnologias criadas externamente e as readaptações e resistências construídas pelos agricultores.

Na medida em que o uso intensivo de instrumentos mecanizados e a opção pela especialização no cultivo da cana pelos produtores da Baixada Campista vêm, cada vez mais, diminuindo o tempo de trabalho nas unidades de produção, exigindo a alocação de trabalhadores temporários, ou seja, a elas externos, o trabalho direto, reservado aos chefes dessas unidades, foi minimizado, restringindo-se praticamente à administração e ao trato com o gado. Os plantadores de cana valiam-se de administradores para a tarefa de organização e supervisão do trabalho. Os médios e pequenos lavradores realizavam eles mesmos essa tarefa. Os pequenos produtores de cana, com exceção das “mulheres que tocam lavoura” e dos companheiros (residentes em locais distantes das propriedades), também o faziam nos dias ou horas de repouso das outras atividades produtivas a que se dedicavam.

Os filhos dos médios e pequenos lavradores, que antes se voltavam para o trabalho na cultura da cana, passaram a se dedicar a outras atividades produtivas porque as unidades não demandavam trabalho contínuo e não alcançavam um rendimento que os absorvessem, exceto na situação de tratorista.

A descontinuidade da inserção dos trabalhadores temporários na cultura da cana implicava a incorporação da maioria deles ao mercado de trabalho a partir de outras tarefas e atividades produ-

tivas. De um modo geral, os trabalhadores temporários, no caso da cultura da cana, limitavam-se às tarefas de limpa e corte. A utilização de herbicidas por algumas usinas e plantadores de cana e a restrição do número de limpas tinham limitado a demanda de trabalhadores para os tratos culturais. Com o uso da plantadeira, alguns poucos trabalhadores se especializavam nas tarefas de plantio, limitadas à coordenação ou adaptação dos movimentos à velocidade com que esse instrumento desliza nos sulcos. O que importava era assegurar a distribuição espacial necessária à colocação dos toletes. Com o uso da embarcadeira, boa parte dos trabalhadores não aprendia ou não mais praticava os movimentos necessários ao transporte do feixe de cana do chão às carretas ou caminhões e o saber necessário para arrumá-las, evitando perdas na estrada.

As atividades de seleção, corte e plantio dos toletes eram reservadas a trabalhadores de maior experiência, geralmente os mais idosos, quando essa tarefa era realizada nas propriedades agrícolas dos fornecedores de cana, sob a alegação de que os trabalhadores jovens não se interessavam ou não sabiam realizar aquelas tarefas.

Entre os produtores de cana, principalmente aqueles que estavam mais diretamente vinculados às tarefas produtivas – médios e pequenos lavradores basicamente –, a mecanização das atividades agrícolas propiciou àqueles mais idosos a sua permanência como membros produtivos. Em virtude de as tarefas agrícolas realizadas anteriormente à mecanização serem consideradas pesadas, especialmente o corte, o embarque e o transporte de cana, os produtores, na medida em que iam adquirindo mais idade e podiam contar com os filhos para substituí-los, transferiam para estes as tarefas agrícolas. Este fato implicava o enfrentamento de tensões internas entre os membros da família porque o chefe perdia em força física, mas não em força moral, e os filhos, a despeito de realizarem todas as tarefas, deviam estar a ele submetidos.

O uso de instrumentos mecanizados estendeu o tempo de dedicação ao trabalho para os chefes das unidades de produção, postergou a definição social da “velhice”, ampliou sua força moral e desqualificou parte da luta pelo poder entre gerações e das tensões provocadas pela distribuição de posições sociais e de privilégios no acesso ao patrimônio.

Restringindo as possibilidades para a ajuda familiar, a mecanização das atividades agrícolas permitiu ainda um certo controle sobre

a fragmentação da terra, limitando o reconhecimento antecipado da sucessão do patrimônio. O filho que permanecia, geralmente o fazia através da dedicação ao trato com os instrumentos mecanizados, que criavam para ele outras alternativas de obtenção do rendimento pela prestação de serviços.

Os demais filhos deviam buscar a alternativa do assalariamento. A especialização no cultivo de cana não sustentava a sua constituição apenas como fornecedor em situações de subdivisão real do patrimônio em área de terra muito pequena. O pai podia, então, manter o patrimônio indivisível até a sua velhice (pensada como incapacidade de administrar).

Em virtude ainda do alto preço da terra e dos limites à anexação de parcelas herdadas – dada a amplitude que passou a adquirir o mercado matrimonial, por força do deslocamento espacial e social dos filhos (não mais prescritivamente circunscrito aos filhos dos produtores ou moradores locais) –, o pai ou chefe da unidade não se via compelido à construção de projetos que assegurassem a acumulação ampliada do patrimônio.

Assim como os filhos adquiriam mais autonomia no uso de seu próprio tempo, de recursos financeiros, de opção de casamento, o pai dispunha de mais liberdade para construir projetos menos voltados para atendimento dos interesses dos filhos. Estava mais à vontade para decidir sobre a organização da produção e o destino da aplicação do rendimento, porque também menos questionado pelo grupo familiar.

Por todas essas circunstâncias, que, longe de serem culturais e ilógicas, como pensam os técnicos agrícolas, são estruturais e lógicas, os produtores de mais idade tinham reafirmada sua autoridade, seu saber e a identidade de lavrador de cana. Como eles eram depositários de experiências diversas no decorrer do tempo, tendo vivido várias situações de mudança, eram ainda responsáveis por um saber mais totalizante e mais sistematizado. Podiam contar com parâmetros mais amplos para reflexão, oposição, comparação e críticas, decorrentes da incorporação de vivências diversas.

Desta posição, eles negavam o saber dos produtores que não se dedicavam permanentemente à cultura da cana ou que a ela se incorporaram a partir de outras socializações; consideravam-nos mais facilmente influenciados por estímulos externos, mais “gananciosos” e pouco respeitadores dos limites naturais para a

exploração agrícola. Reagiam ao controle das instituições sobre diversas das facetas da prática agrícola e do processo produtivo. Acusavam os trabalhadores mais jovens de não saberem trabalhar ou de serem apenas cortadores de cana; os produtores mais jovens de não serem lavradores, de serem inocentes, afoitos e influenciáveis pelas resoluções de aparência, fortuitas e circunstanciais, forjadas na prática da vida urbana e institucional. Reivindicavam para si o saber totalizante, fruto de uma longa reflexão, observação, experimentos e opções testadas e ponderadas. Eram ciosos do seu saber, falavam com orgulho das mudanças que, a partir desse conhecimento acumulado, conseguiram introduzir e incorporar.

Além do poder de resistência e oposição, resultante da situação que eles desfrutavam, vale ressaltar a relativa eficácia das interferências externas. O destino das políticas agrícolas, a raridade com que os recursos são oferecidos, o privilegiamento institucional da distribuição desses recursos para os grandes proprietários e os efeitos relativos das ações dos técnicos e das instituições às quais estão filiados asseguravam que a maioria dos médios e principalmente dos pequenos lavradores de cana fosse menos atingida por influências externas. Esses produtores eram menos alcançados pelos fluxos e refluxos de certas medidas governamentais, pelas variações das taxas de juros e pela incorporação imediata de “novas” tecnologias.

Assim colocados, da posição de observadores críticos de boa parte das mudanças, os agricultores que eram acusados pelos técnicos de se protegerem em antigas experiências e na rotina e de resistirem às inovações, iam recriando e readaptando as novidades conforme essas mesmas experiências, possibilidades e visão de mundo. Dessa posição, orgulhosos e seguros diante da experiência acumulada e valorizada, os agricultores mais idosos falavam das suas múltiplas experiências, do saber-fazer agrícola, elemento constitutivo de sua própria identidade social de lavrador. E justamente porque se definiam como mestres e percebiam que os produtores que se integraram posteriormente nem sempre detinham o saber que eles dominavam, esforçavam-se para sistematizar e melhor verbalizar suas observações, conclusões, descobertas, invenções, criações, recriações, adaptações e readaptações.

Também era da oposição e da autopercepção da diferença que conseguiam melhor explicitar o seu saber. Ao criticarem os trabalhadores que não dominavam todo o processo de trabalho,

que realizavam as tarefas com desinteresse e desmazelo, eles verbalizavam os cuidados e os critérios, os padrões e parâmetros que orientavam sua prática agrícola. Era da suposição de que os novos produtores incorporavam alterações sobre as quais não tinham pleno controle, que eles iam explicitando o saber sobre a natureza, o solo, o clima, os insetos, a ecologia etc.

A convivência com essas diversas práticas e saberes, o suposto ou real questionamento colocado pelos técnicos agrícolas, quando ensinavam ou criticavam, e a necessidade de, frente a esse jogo de relações, legitimarem sua própria experiência e opção colaboravam para a sistematização do conhecimento criado e acumulado pelos agricultores.

A partir de tais considerações, pode-se concluir que a relação entre agricultores e técnicos agrícolas, a despeito de todas as tensões já referidas, produz, de fato, novos saberes para ambos. Colabora, paradoxalmente, para a revalorização e reafirmação do saber prático dos agricultores por e para eles mesmos.

No plano de um discurso mais sistematizado, os produtores de cana, de um modo geral, valorizavam o conhecimento sobre a diversidade dos solos e as conseqüências para a produtividade e tipo de exploração; as condições climáticas e épocas adequadas para plantio, limpas e corte de cana; a regularidade das chuvas como fator básico ao bom desenvolvimento da planta; a necessidade de pousio da terra para reintegração ao cultivo; a relativa eficácia do adubo nos solos da região da Baixada; a correlação entre o uso dos fatores de produção e o volume do produto alcançado; os níveis de produtividade desejados e passíveis de serem atingidos mediante cuidados técnicos; o uso consorciado da terra e do tempo de trabalho visando ao atendimento de outras necessidades sociais (além da econômica); os cuidados necessários a serem dispensados à seleção das mudas de cana para melhor aproveitamento da área de terra plantada, do trabalho e dos recursos financeiros despendidos.

Embora valorizando a importância dos tratos culturais, reconheciam que o resultado de uma plantação de cana dependia de limitações e favorecimentos que não controlavam, como a presença de chuvas regulares, em momentos adequados para o melhor desenvolvimento do ciclo produtivo da planta. Nessa valorização estavam em jogo os fatores controláveis e incontroláveis e os efeitos desta correlação em termos da obtenção de um volume de produção e de um rendimento mais amplos.

Essas mesmas valorizações incidiam sobre as reflexões dos agricultores da Região do Açu e em torno do cultivo do feijão, do milho, da abóbora, do abacaxi, do maxixe, do melão, da melancia, do tomate, do pimentão etc.

O conhecimento de tais agricultores não é apenas o transmitido de geração em geração. Ele é reavaliado e redimensionado pela incorporação de novas informações por vezes constritivas porque derivadas das alteradas condições técnicas de produção. Ele é produzido nas relações de troca e na circulação de novidades entre eles mesmos ou entre eles e vendedores de insumos, técnicos agrícolas e intermediários da comercialização. Tanto o é que os agricultores, no contexto da realização da pesquisa, valorizavam e falavam com orgulho das modificações introduzidas, principalmente aquelas que trouxeram resultados positivos. Eles então destacavam que elas eram fruto da observação, da análise e da reordenação de fatores e condições, qualificadas como nova experiência.

Se algumas incompreensões podem ser levantadas no discurso dos agricultores que apresentavam desconfiças ou resistências em relação a determinadas técnicas agrícolas, elas aí não se esgotam. Expressam, quase sempre, limitações sociais estruturais, institucionais e financeiras para sua utilização, reafirmando sua destinação precípua aos grandes produtores.

Além dos aspectos considerados, os produtores de cana atuavam a partir de um jogo de forças em que eles deviam desenvolver uma série de estratégias da posição de subordinado, sujeito a regras que nem sempre conseguiam controlar. As inconstâncias das políticas agrícolas, as alterações sistemáticas das regras que orientavam as relações de mercado e a oferta de crédito, o tabelamento do preço da cana que os impedia de transferir o aumento de custos e o domínio das usinas que lhes impunha formas específicas de apropriação temporária de parte da renda ou do rendimento, todos esses fatores conduziam-nos a “não entrarem de cabeça” nessa atividade produtiva. Manter-se nela, muitas vezes, implicava a criação de retaguardas ou sua secundarização frente a outras alternativas econômicas. Orientavam-se assim pelo controle dos riscos calculados, pela criação de estratégias para circulação da renda ou do rendimento em outras formas de remuneração do capital ou do dinheiro e pela eliminação de situações que pudessem vir a ameaçar o patrimônio.

A conciliação de interesses diversos, em muitos casos, conduzia

à secundarização da atividade agrícola, que só dessa posição era vista como viável. Este era o caso de boa parte dos produtores que optavam pela manutenção de uma produtividade baixa em favor da dedicação à outra atividade, da migração e da oferta de alternativas de acesso à instrução ou inserção pelos filhos no mercado de trabalho urbano. As possibilidades de os filhos adquirirem outra profissão e se libertarem da dependência da atividade agrícola se apresentavam-se para muitos deles como um dos motivos que orientava suas condutas econômicas e a racionalidade da produção.

Muitas das alternativas tecnológicas negadas pelos produtores se deviam às condições específicas em que ocorriam as relações deles com os trabalhadores, as estratégias por estes acionadas no sentido de conseguirem incorporar os direitos definidos pela legislação trabalhista. Os plantadores tentavam minimizar os custos com a mão-de-obra, diminuindo ao máximo o tempo de uso e o valor do salário, especialmente pela ilegalidade do vínculo de trabalho. Procuravam livrar-se dos limites colocados para transferência do aumento do custo de produção para o preço da cana, fazendo recair sobre os trabalhadores os efeitos dos riscos que eles – os plantadores – deviam enfrentar.

Subordinados a tais circunstâncias, acirradas pelas consequências da opção pela especialização na cultura da cana por parte dos produtores da Baixada Campista, isto é, pelos efeitos da constituição de um mercado de trabalho sazonal, os trabalhadores lutavam pelo acesso aos direitos, pressionando tais empregadores para obtenção do contrato formal de trabalho. Por vezes, aceitavam o desrespeito à legislação como contrapartida à “formação do direito” de fato e posterior estabelecimento de acordos. Outros liberavam o reconhecimento legal em troca de salários mais altos.

Premidos por esse tipo de luta política dos trabalhadores, os plantadores, de um modo geral, relutavam em pôr em prática atividades que implicassem o uso contínuo da força de trabalho, já que essa forma de utilização limitava sua alternativa de não-pagamento dos direitos. Impondo um valor de salário continuamente negociável e sob circunstâncias políticas favoráveis aos plantadores de cana, dada a concorrência concentrada pela busca do vínculo empregatício por parte dos trabalhadores, os primeiros podiam transferir para os segundos uma parte do ônus que lhes cabia diante de aumentos do custo da produção.

As restrições colocadas às propostas dos técnicos – ou a certas

alternativas propiciadas por determinados programas agrícolas – derivavam, em grande parte, da estrutura das relações sociais e das condições diferenciadas em que os produtores se colocavam no contexto. Derivavam ainda da visão que estes formulavam sobre a prática das instituições estatais e dos técnicos agrícolas. Os técnicos eram vistos como inocentes, homens de gabinete e responsáveis pela dissociação das práticas institucionais ou das decisões governamentais vis-à-vis as condições concretas de produção agrícola.

Os fornecedores de cana ressaltavam uma série de medidas infundadas, supostamente criadas pelos técnicos, que visavam “tombar os produtores agrícolas”. Dentre elas destacavam: o tabelamento do preço da cana em outubro, quando a safra começa em junho. O retardamento da colheita para os meses de setembro a novembro, sob melhores preços, era estratégia de aplicação limitada porque tais meses são chuvosos, dificultando o escoamento das canas para a usina. Além disso, no mês de novembro, o valor do salário mínimo, no contexto que esta pesquisa foi realizada, costumava ser reajustado, fator que aumentava o custo da produção. Frente a tais circunstâncias, eram levados a vender a cana no momento em que o preço era mais baixo. O reajuste do preço da cana em outubro era por eles compreendido como consequência do total desconhecimento das condições em que eles operavam ou de medidas que visavam prejudicá-los.

Segundo os produtores hetero ou auto-excluídos dos serviços prestados pelas instituições de assistência técnica e creditícia, elas não cumpriam sua função porque estabeleciam privilégios, favorecendo aos “grandes”. Ademais, não tinham uma atuação sistematizada, mudando a todo momento as regras de atendimento, as exigências, os critérios de distribuição dos recursos. Assim sendo, se viam sempre impossibilitados de uma participação mais efetiva, porque jamais sabiam exatamente em que termos podiam a elas recorrer. Admitiam ainda que elas existiam para si mesmas, para oferecer emprego e “mordomia” para seus funcionários. A crítica em relação às instituições se exacerbava nos casos em que elas fossem mantidas a partir de contribuições compulsórias por parte deles.

Muitas das críticas aos técnicos agrícolas se baseavam num exagerado poder a eles atribuído, vistos como responsáveis por preços e regras de atendimento institucional. Esta visão distorcida, em

grande parte, decorria do fato de as próprias instituições estatais tentarem valer-se do discurso técnico para legitimarem suas ações políticas, associando a ele idéias de justiça, racionalidade ou neutralidade.

Não confiando nas políticas agrícolas, os agricultores, a priori, tinham desconfianças em relação a quase todos os recursos que eram oferecidos. A adesão deles, por isso mesmo, dependia da observação das condições reais em que elas se concretizavam, de modo a poderem ser avaliadas em termos da eficácia e da oferta de benefícios aos agricultores. De modo geral, e até que se provasse em contrário, as medidas adotadas pelo governo e as soluções apresentadas pelos técnicos agrícolas deviam ser recebidas com desconfiança. Tudo que deles emanava, em princípio, era visto como prenúncio de “bagunça, desorganização”; visava “colocar o lavrador tonto”, ou “tombar o lavrador”. Porém, incorporando as acusações que lhes eram feitas e legitimando o saber dos técnicos, consideravam que eles não eram escutados porque “têm pouca leitura”, “porque lavrador vive abandonado, não tem direito algum, só tem dever de pagar impostos, de trabalhar muito e ser mal remunerado”.

Considerando as condições diferenciadas de participação dos produtores nas decisões e no saber institucionais, eles se qualificavam distintamente. Os que estavam hetero ou auto-excluídos se consideravam desrespeitados, enfraquecidos, tontos, enfrentando dificuldades para tomarem certas decisões, mas não incorporavam a qualificação de tradicionais. Os que dispunham de acesso a informações, especialmente a respeito das formas de circulação do capital financeiro e dominavam os trâmites institucionais se julgavam modernos, atualizados, por oposição a um suposto tradicional, que se isola em sua unidade de produção ou em perspectivas limitadas ao grupo de vizinhança.

A construção da identidade de produtor moderno, sua auto-identificação, era, portanto, mediada pela participação como membro ou como beneficiário das instituições de assistência técnica, creditícia ou de representação política; e pelas possibilidades de controle de recursos próprios que lhes assegurassem a concretização de projetos de expansão da produção, da produtividade e da renda.

Como as alternativas institucionalmente oferecidas para a expansão da unidade de produção pressupunham a diversificação das atividades produtivas ou a implantação de um sistema de

irrigação, todas elas articuladas ao tempo de trabalho contínuo e à vinculação de mão-de-obra permanente, alguns produtores se consideravam modernos porque cumpriam a legislação trabalhista. Desenvolviam um discurso “cristão” para justificar e valorizar a inserção permanente dos trabalhadores e o respeito aos seus direitos. O cumprimento da legislação, neste discurso, pressupunha o reconhecimento do trabalhador como “homem” ou como “cidadão”, constituindo-se, segundo eles, num legado ou numa forma de colaboração social dos empresários (categoria que equivale à do produtor moderno neste contexto) ao desestímulo da “revolta dos pobres”. Nestes termos, modernizar é acumular e acumular é contribuir para a “paz social”. Dito de outra forma e em termos dos argumentos desenvolvidos por estes empresários, a “paz social” só poderia ser alcançada na medida em que os produtores agrícolas se modernizassem ou se engajassem em processos de reprodução ampliada da produção. Por isso mesmo, a “paz social” se apresentava como artifício de pressão desses produtores, no sentido de obterem a adesão de instituições governamentais ao atendimento de suas demandas. Enfim, nos termos em que eles se autodefiniam, a modernização supunha uma diferenciação social a partir de vários níveis: acumulação de capital, de saber e de poder.

Essas definições construídas pelos próprios produtores agrícolas para se qualificarem como modernos (por oposição aos supostos tradicionais) desdobravam-se em acusações mútuas. Os produtores que não valorizavam a auto-identificação de modernos (mas se negavam como tradicionais) acusavam aqueles que assim se pensavam como “afoitos”, “aventureiros” e se viam como “cautelosos”. Considerando as mudanças ocorridas nas condições de produção e no processo de trabalho que atingiram a todos os produtores de cana na região açucareira de Campos, nenhum deles se considerava tradicional porque não se valia de recursos técnicos do “tempo antigo” (trabalho manual, uso de força animal etc.). Opondo-se em termos de construção de identidade e de grupos de pressão ao suposto produtor tradicional, alguns daqueles que se consideravam modernos reivindicavam para si a qualificação de “força jovem”, composta de agricultores instruídos e empreendedores. Essa forma de construção da representação de si mesmos, como já foi vista em outros contextos, aponta para relações de tensão entre segmentos de produtores que lutam pelo controle do poder institucional. Em nome da “modernidade” e da acusação de tradicional àqueles que ocupavam há algum tempo os cargos

institucionais, outro segmento ou facção de produtor de cana legitima suas pretensões de mando e de controle das decisões políticas. O discurso da “modernização” não diz respeito assim apenas à incorporação de novas tecnologias e posturas diante da produção, mas às lutas internas e às divergências de propostas políticas, aos projetos de construção social de novas hierarquias, de nova ordem social.

8.3 O tratorista e a recriação de novas tecnologias

Muitos dos produtores que estavam excluídos da aplicação de determinadas técnicas, por não contarem com todos os fatores que subjazem à concepção que as elabora, eram eles mesmos re-adaptadores desses novos recursos. Este é, principalmente, o caso dos produtores que eram tratoristas e que realizavam as tarefas sob a orientação de técnicos agrícolas. Após estudo e observação, recriavam as técnicas pela adaptação aos recursos que possuíam ou que podiam adquirir. Essas experiências recriadas eram geralmente realizadas por médios lavradores que se dedicavam exclusivamente ou principalmente às atividades agrícolas.

A recriação dessas técnicas em níveis mais compatíveis muitas vezes não se devia apenas à impossibilidade de sua aplicação nos custos previstos pelos técnicos agrícolas. Desejando obter aumentos de produção e produtividade mais modestos, os produtores que não pretendiam expandir a unidade de produção, consideravam a reprodução simples ou menores índices de rentabilidade como objetivos legítimos, práticos e mais racionais em função do custo. Orientados por este tipo de conduta, os produtores podiam contentar-se com aplicação limitada de uma nova técnica de produção. Ademais, com investimentos menores, controlavam melhor os riscos dos resultados pouco compensadores ou negativos e os efeitos perversos ainda não avaliados ou previstos.

Colocando-se como mais realistas do que os técnicos agrícolas e os produtores que aceitavam a orientação destes, legitimando o saber por aqueles veiculados mas não destinados ao segmento econômico dos médios lavradores, alguns destes agricultores, definindo-se como mais cautelosos, readaptavam ou recriavam técnicas a partir desse conhecimento difundido. Uma das experiên-

cias que melhor propicia a compreensão da capacidade recreativa desses produtores é a da irrigação, por se tratar de um conjunto de técnicas pouco dominadas por eles.

Os produtores que se engajaram na incorporação dessa tecnologia o fizeram através de projetos técnicos articulados à obtenção do crédito. Como se tratava de novidade na região açucareira de Campos, as técnicas de irrigação exigiam sofisticados estudos de solo, hidrografia, índices pluviométricos etc.

Em relação às possibilidades de inserção no programa de irrigação, a maior parte dos médios lavradores as desqualificava pelo alto custo ou as via como alternativa para os grandes produtores, fora de seu alcance. Alguns reconheciam que essa técnica propiciava um elevado aumento da produção e da produtividade, gerando aumento de riqueza para plantadores e usineiros. A expectativa que tinham de algum dia vir a utilizá-la dependia de certas condições que deviam ser atendidas: oferta de água na porta do produtor e de recursos financeiros em condições de serem por eles ressarcidos, através de assistência governamental e num nível de retorno correspondente aos encargos acrescidos por essa utilização. A oferta de recursos por parte do governo supunha ainda a gratuidade da assistência técnica e o custo mais barato dos serviços que dependessem do uso de instrumentos mecanizados.

Da posição de excluídos em que os pequenos e alguns médios lavradores se colocavam, faziam severas críticas, apresentando uma série de limitações a essa tecnologia. Consideravam que ela era absorvida por produtores que queriam ficar ricos depressa, ultrapassando os limites impostos pela natureza. Alegavam que o custo era tão alto que se igualava, em termos de volume da produção que fazia crescer, à compra de novas áreas de terra bem localizadas e férteis.

A avaliação dos lavradores hetero-excluídos ou dos plantadores auto-excluídos levava em conta a renda líquida gerada e o aumento das despesas com a produção. Eles secundarizavam nesse cálculo os ganhos com o aumento da produção e da produtividade e a diminuição dos custos de corte e embarque que a cana irrigada propicia. Essa avaliação parcial, contudo, não se devia a um desconhecimento total desses fatores, mas aos limites impostos pela área de terra que possuíam ou pelo alto custo. Daí atribuírem a utilização dessa alternativa aos grandes produtores, aos usineiros ou aos aventureiros.

Em termos da crítica que apresentavam a tal utilização, consideravam que os estudos sobre a região não haviam chegado a conclusões que permitissem controlar as oscilações do lençol freático. Definiam a área do município de Campos como um pântano, em virtude da presença da foz de dois grandes rios. Realmente, a área é muito propícia às cheias e enchentes, que foram paulatina e relativamente controladas pelas obras de drenagem realizadas pelo DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Por isso, admitiam que a utilização do sistema de irrigação colocaria mais um risco, quando em época de cheias, aumentando o excesso de água.

Também, nessa avaliação, não consideravam que a tecnologia aplicada é de irrigação e drenagem. Essa desconsideração, contudo, apresentava objetividade prática. Até o momento, os projetos implantados foram de irrigação e de drenagem individuais. O sistema de escoamento d'água ou de drenagem na região não funcionava a contento, porque o DNOS não vinha mantendo a conservação dos canais. Por isso mesmo, frente à queda de chuvas fortes e longas, eles tendiam e tendem a enfrentar grandes prejuízos nas lavouras de cana, como ocorreu na safra de 83/84. Por todos esses motivos, eles se colocavam em posição de desconfiança em relação à implantação dessa tecnologia, cuja aplicação de fato exigiria atenções sistemáticas por parte dos órgãos governamentais, no sentido de manterem os serviços comunitários de infra-estrutura em irrigação e drenagem.

Por fim, levantavam como fator negativo o aumento do custo de produção para manutenção do sistema nas propriedades, por supor incorporação de maior número de trabalhadores efetivos e gastos de energia. O aumento do custo de produção correlativamente aos retornos passíveis de serem obtidos devia ser cuidadosamente avaliado.

O programa de irrigação posto em prática até o momento em que esta pesquisa foi realizada havia permitido a ampliação do processo de concentração dos fatores de produção e do poder de decisão por alguns dos plantadores e usineiros. Até o ano de 1982, a COOPERPLAN já havia implantado o sistema de irrigação em 16 propriedades de fornecedores, e as usinas Cupim, São João, Paraíso, Baixa Grande, Cambayba e São José haviam irrigado parte de suas lavouras. A partir do ano de 1983, em virtude do aumento dos juros para o crédito agrícola e do preço da cana ter sido consi-

derado baixo, porque avaliado por um índice de correção bastante próximo ao atribuído à inflação, os plantadores praticamente se desinteressaram das solicitações de crédito para implantação do sistema de irrigação. Por outro lado, as agências de crédito que vinham oferecendo os recursos financeiros também se retraíram em termos de oferta.

Ao final do ano de 1985, o Escritório do IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, que funcionou em Campos de 1978 a 1986 e teve uma participação importante na implantação dos projetos de irrigação, informava que a área já irrigada na região açucareira de Campos alcançava 10.840ha. Deste total, 8.563ha correspondiam a terras das usinas e 2.000ha a 32 fornecedores de cana.

Apesar do volume de recursos financeiros transferidos para alguns plantadores e usineiros, o programa de irrigação encontrava-se em fase embrionária, com previsão de implantação ampla para a virada do século. Como os recursos foram repassados de maneira descontínua, assistemática e no momento estão praticamente suspensos, essa previsão representa apenas um desejo dos seus defensores.

Mesmo que o programa venha a ser implantado de modo amplo, segundo avaliações dos técnicos que se dedicaram à pesquisa e à implantação, ele não poderá beneficiar a todos os agricultores. Os benefícios a serem auferidos dependem da localização das propriedades. Segundo os resultados dos estudos de pedologia elaborados pelo PROJIR, 205.000ha são relativamente irrigáveis na região açucareira de Campos, sendo 113.000ha na margem direita do Rio Paraíba, em região da Baixada, e 92.000ha na margem esquerda ou região do Tabuleiro. Apenas 60% da região da Baixada pode ser de fato irrigada, embora com algumas limitações. Dessa área, 50.000ha devem ser objeto de estudos mais aprofundados, porque a aplicação da irrigação não levaria a retornos que compensassem os investimentos em obras de recuperação do solo. Os custos dos investimentos gerais e daqueles a serem realizados por produtores irão variar conforme a localização das propriedades. Nas áreas próximas ao Rio Paraíba (Santa Cruz e Barcelos), a irrigação poderá ser aplicada sem qualquer limitação. As demais precisarão de projetos especiais, principalmente as próximas à Lagoa Feia, que dependem de drenagem. Por todos esses motivos, a implantação total ou parcial do sistema de irrigação constituiria (ou constituirá) um fator gerador e agudizador da diferenciação social entre os

produtores agrícolas e entre estes e os usineiros.

Realizadas as experiências por alguns dos grandes proprietários e pelas usinas, os produtores mais receosos ou que não dispunham de um volume de recursos para arcar com a implantação dessa nova tecnologia aplicaram-na de forma readaptada. Esta readaptação supôs inicialmente a redução dos custos e a aplicação paulatina, pela seleção de pequenas áreas na propriedade e pelo uso de recursos financeiros próprios, que, se possível, não implicassem endividamento. A cada pequena área selecionada para aplicação da tecnologia readaptada, eles foram acumulando saber, eliminando erros, aperfeiçoando a eficácia e minimizando custos.

Para que o produtor, sem a implantação de um programa geral de irrigação, pudesse aplicar essa tecnologia – em moldes institucionais ou readaptados – sua propriedade devia privilegiadamente possuir ou permitir a construção de uma fonte d'água. Por isso, este rearranjo de conhecimentos e práticas não era uma alternativa para todos que o valorizassem.

Reconhecendo que a tecnologia que recriavam não se constituía em irrigação, mas num arremedo de noções que construíram a partir da observação deste sistema técnico, eles classificavam suas experiências de molhação. Destacavam sua limitação em termos de uso de todas as alternativas aplicadas pelo sistema de irrigação e sua eficácia por aumentar a produção por um custo bem menor.

Na recriação ou readaptação dessa tecnologia, o tratorista passava a desempenhar um papel fundamental porque era ele quem basicamente tentava apreender os princípios que orientavam o sistema de irrigação aplicado e adequá-los aos usos possíveis dos instrumentos mecanizados que já possuía: trator e plantadeira principalmente. O proprietário da terra se apresentava como um interlocutor indispensável, pois que também devia assumir a responsabilidade pelas decisões que viessem a ser tomadas e avaliar até que ponto podia arcar com o custo.

A partir do conhecimento que foram sistematizando e das experiências positivas que foram acumulando, tratorista e produtor passaram a criticar determinadas medidas e pressupostos adotados pelos técnicos agrícolas no sistema de irrigação e a contrapor comparativamente os princípios orientadores das duas práticas.

Entretanto, as possibilidades de readaptação da tecnologia de irrigação pelos médios lavradores e tratoristas contou com o estímulo

e a participação de alguns técnicos agrícolas que se entusiasmaram e legitimaram essa reinvenção. Eles mesmos, independentemente do papel que desempenhavam nas instituições ou referenciados pela amizade, visitavam as unidades produtivas, ajudavam o proprietário e o tratorista a melhor elaborar os cálculos e avaliarem as readaptações, viabilizando essa possibilidade de recriação dentro de patamares de custos mais baixos.

A introdução dos instrumentos mecanizados levou à transferência da realização das atividades produtivas para equipes lideradas pelo tratorista. Este se transformou num “técnico” local, detentor de novos conhecimentos sobre os tratos agrícolas. Sua formação se deu pela experiência prática, constantemente avaliada. Ele não só teve que dominar a direção e manuseio das máquinas, como construir ou ampliar o conhecimento sobre o solo, clima, novos tipos de cana, densidade e espaçamento do plantio dos toletes e técnicas das demais tarefas como limpa, corte e embarque para supervisionar os trabalhadores que agregava.

Alguns fornecedores (os companheiros), residindo fora da região Açucareira de Campos, estabeleciam contratos de parceria com tratoristas, transferindo-lhes a execução de todas as tarefas e a observação e guarda da propriedade. Portanto, o saber do produtor agrícola importava menos que o deles (Neves, 1981). Assim como o técnico agrícola viabilizava a participação do plantador sem socialização nessa atividade, o tratorista propiciava que pequenos produtores de cana se dedicassem a outras atividades, até em locais distantes da propriedade, ou não dominassem totalmente as técnicas agrícolas.

Desta postura, os tratoristas eram os responsáveis por boa parte do conhecimento até então acumulado pelos produtores de cana, pela recriação de instrumentos e técnicas e pela diminuição de custos por eles alcançada. Alguns deles, mais dedicados e que melhor assumiam essa identidade de criador e guardião desses patamares de tecnologia, eram amplamente legitimados e assim reconhecidos pelos produtores de cana. O reconhecimento e a legitimação se traduziam em constantes elogios e referências positivas e numa maior demanda pela prestação de serviços.

Essas novas circunstâncias, em que a presença do técnico agrícola, do produtor moderno (nos termos em que foi nesta análise definido) e do tratorista se tornou possível e importante, expressam o conjunto de mudanças por que passa a atividade agrícola. Esta

vai deixando de ser um ofício cujo exercício está incorporado a um estilo de vida e define a identidade social do lavrador, para se tornar uma atividade produtiva submetida a formas de administração possíveis de serem implementadas por posturas e orientações impessoais, profissionais. Menos que uma forma de vida, ela vai se tornando um negócio a ser administrado.

9

AS TRAJETÓRIAS SOCIAIS – ALTERNATIVAS E CONSTRANGIMENTOS

Em toda a análise até aqui apresentada, considerei diferenciadamente os agentes em termos de posição, trajetória, visão do mundo, condições de controle dos fatores de produção, relações de trabalho, filiações institucionais, possibilidade ou não de criação de representatividade política, exclusão ou auto-exclusão de mecanismos de captação de recursos para capitalização e incorporação de tecnologia, impactos diferenciados das condições técnicas impostas. Valorizei o aparecimento de novos tipos de produtores e de mediadores sociais.

Essa postura pressupõe que a diferenciação social não deva ser entendida apenas como fenômeno que aparece nas situações de transição, embora aí possa se apresentar mais polarizada ou mais perceptível à observação. Parte do pressuposto de que ela não é processo circunscrito à constituição do sistema capitalista ou não pode ser entendida como resultante de um processo unilinear que desemboca na constituição de proletários e empresários rurais. Pelo contrário, tal perspectiva compreende a diferenciação como constitutiva da dinâmica social e das diversas posições sociais, expressando-se sob múltiplas formas a priori indefiníveis. Parte do pressuposto de que a diferenciação dos agentes sociais deve ser entendida pelos deslocamentos provocados por processos mais gerais e pela ação desses mesmos agentes diante de jogo de forças sociais cambiantes (NEVES, 1985a). Considera que a diferenciação social se produz no jogo de forças e que ela mesma pode provocar novos desdobramentos diferenciadores. Pretende assim contribuir para o entendimento desreificado da diferenciação social.

Nessa perspectiva, relativizam-se as contribuições oferecidas pela análise apresentada por Marx para a expropriação dos pequenos produtores (a partir do caso inglês) e as cuidadosas reflexões-respostas elaboradas no debate com os *narodniki* sobre

a decomposição do campesinato russo (MARX, 1971 ; FERNANDES, 1982). Da mesma forma, são repensadas as contribuições oferecidas por Kautsky e por Lenin (1974, 1980), considerando-as reflexões construídas tendo em vista a compreensão de uma situação qualificada como de transição e frente à resolução dos dilemas do socialismo, isto é, uma proposta política para constituição de uma sociedade pré-construída ideológica e politicamente, mediante determinadas lutas e superações.

A perspectiva de análise que inclui a ação dos agentes relacionados entre si, propicia a relativização de determinadas visões que tomam fatores diversos para pensar a polarização das posições e da desigualdade econômica, visando à comprovação dos processos de emburguesamento e de proletarianização. Integrando a compreensão da dinâmica social através do jogo de forças entre os agentes, tal perspectiva pode relativizar as colocações que consideram determinados fatores como explicativos por si sós; e perceber os significados múltiplos que lhes são atribuídos e as alternativas, por vezes inesperadas, que são criadas no embate entre os agentes sociais.

Por conseguinte, a diferenciação não é vista como criadora apenas de oposições e interesses divergentes, mas também lealdades novas, outras formas de consenso, outras expressões de dissenso, novas formas de afiliação, novas visões de mundo e compromissos políticos (SHANIN, 1983).

Neste capítulo, valorizo a análise das alternativas e constrangimentos subjacentes à constituição de trajetórias sociais no contexto do processo de “modernização”. Por esta proposta, pretendo revelar outros aspectos das condições de constituição do fornecedor de cana sob a tutela do Estado, no contexto do processo de interdependência entre agricultura e indústria, evitando reducionismos e conclusões a priori definidas. Enfatiza as condições de acesso à terra e ao crédito e as alternativas e restrições criadas em torno da produção e da comercialização da cana, articulando dados quantitativos e qualitativos.¹

¹ O capítulo seguinte complementa a análise da diferenciação social dos produtores de cana. Considera as múltiplas formas de reordenação das unidades de produção frente àqueles processos. Respeita assim o modo de construção da perspectiva de apreensão do objeto de estudo proposto para este trabalho: a ação dos produtores de cana, considerados diferenciadamente e partes constitutivas de um sistema social.

Visando obter maior abrangência das interpretações formuladas, são incorporados dados sobre um número mais elevado de produtores do que os entrevistados. Os dados considerados para essa análise foram coletados a partir de diversos levantamentos já anunciados na introdução deste trabalho.

Tendo acesso a levantamentos de dados realizados por diversas instituições, que me propiciaram a alternativa de desagregá-los e identificar os produtores de cana, pude articulá-los sob diversos princípios, mais adequados à compreensão do objeto de estudo deste trabalho. As agregações de dados que foram por mim construídas se orientaram por articulações e unidades sociais perceptíveis pela pesquisa qualitativa e pela valorização de questões pelos entrevistados.

Os levantamentos não obedecem a critérios de representatividade definidos “cientificamente” para as análises quantitativas e não cobrem sempre o mesmo universo. Pretendem ampliar a dimensão das possibilidades de compreensão de determinados fenômenos valorizados pela análise qualitativa. A diversidade de universos se deve à adequação dos objetivos deste trabalho às informações construídas sob outros tantos e às diferenças nas relações sociais que subjazem às condições de acesso aos recursos analisados.

Os dados coletados pelo PROJIR – Projeto de Irrigação e Drenagem da Cana-de-Açúcar na Região Norte Fluminense, IAA/MIC, por exemplo, não correspondem às áreas dos respectivos municípios nela inseridos. Referem-se às áreas de cultivo de cana selecionadas como passíveis de estudo de viabilidade de aplicação de técnica de irrigação.

Definir representatividade, em relação ao universo pesquisado pelo PROJIR, não teria sentido para este trabalho porque não estou estudando a mesma questão. Tomar o número total de produtores agrícolas e fornecedores de cana também seria desprovido de significado porque esse universo é construído por instituições diversas e sob critérios nem sempre passíveis de correspondência.

Minha pretensão, reafirmo, é apenas ampliar o número de situações que o estudo de caso permite e compreender melhor algumas questões colocadas pelo objeto proposto e valorizadas pelos entrevistados.

Para efeitos deste trabalho, foram selecionadas duas subáreas nos levantamentos-fontes, recortadas através da localização das

propriedades. Considerei uma subárea na região de Tabuleiro, em grande parte incorporada à produção de cana a partir do final da década de 60, e na região da Baixada, tradicionalmente voltada para a cultura da cana. Em termos de área pesquisada pelo PROJIR/IAA, a seleção elaborada por este trabalho alcança 50% aproximadamente da área total (200 mil ha).

9.1 O acesso à terra

A polarização expressa nos dados sobre distribuição da terra e dos produtores na região açucareira de Campos constitui importante elemento de análise, porque denota a coexistência de múltiplos processos em jogo. A extrema fragmentação da terra não implica apenas o empobrecimento dos produtores. As pequenas unidades de produção, conforme localização e fertilidade da terra, podem alcançar melhor produtividade e assegurar sua permanência, ainda que sob controle de poucos recursos. A consideração desses dados, relativizada e articulada a outros fatores, elucida que tal controle não é generalizado, mas depende de relações mútuas entre os produtores e das alternativas que, dessa posição, podem associar.

Para análise da distribuição fundiária entre os produtores agrícolas de parte da região do Tabuleiro e da Baixada Campista, selecionei os dados referentes às propriedades localizadas nos distritos de Campos, Mussurepe, Santo Amaro, São Sebastião, Tocos e Travessão, no município de Campos (Tabelas 10 e 12) e nos distritos de Barcelos, Barra Seca, Itabapoana, Maniva, Pipeiras e São João da Barra, no município de São João da Barra (Tabelas 11 e 13).

A distribuição dos estratos diferenciados de propriedades varia conforme os distritos em que se localizam. No município de Campos, os distritos de Mussurepe, Santo Amaro, São Sebastião e Tocos são os que apresentam o maior número de pequenas propriedades. No município de São João da Barra, os distritos de São João da Barra e Pipeiras são os que mais sediam pequenas unidades agrícolas. A caracterização se torna importante porque esses distritos se localizam em áreas onde as usinas estão instaladas, indicando assim que a proximidade das propriedades às unidades industriais e o controle de solos planos e férteis viabilizam a exploração da cana por pequenas unidades produtivas. Dito de outro modo, os dados revelam que as unidades agrícolas que

se localizam próximas às usinas sustentam mais racionalmente a fragmentação, seja pela minimização dos custos de produção, seja pelas alternativas encontradas pelos proprietários para se inserirem em outras atividades produtivas que complementam o rendimento obtido na cultura da cana.

TABELA 10 – Município de Campos:
número de propriedades e proprietários – 1982

Distribuição		Propriedades Fundiária (ha) (área total)	Proprietários
0 –	1	929	544
1 –	2	791	477
2 –	3	524	319
3 –	4	359	255
4 –	5	264	193
5 –	6	196	141
6 –	7	155	107
7 –	8	128	106
8 –	9	106	80
9 –	10	70	56
10 –	20	418	391
20 –	30	162	142
30 –	40	96	88
40 –	50	134	65
50 –	100	96	101
100 –	200	48	44
200 –	500	24	22
500 –	1.000	6	4
1.000 –	2.000	7	5
2.000 –	5.000	1	1
Total		4.514	3.141

A presença de pequenas propriedades nos distritos de Santo Amaro, São Sebastião e Mussurupe, no município de Campos, e de São João da Barra e Pipeiras, no município de São João da Barra, pode ser em parte explicada pelo processo de transmissão de terras do Mosteiro de São Bento para os foreiros e novos proprietários, ocorrido nas primeiras décadas deste século. As áreas transferidas

aí se localizavam.²

Além disso, nos distritos do município de Campos, pela maior presença de usinas, ocorreu o processo de formação de novos povoados, primeiramente por decorrência da construção de estradas de ferro e posteriormente, estradas de rodagem, acompanhando o processo de fixação de segmentos da população em torno daquelas unidades industriais.³ O processo de formação de novos povoados tornou-se mais intenso a partir da década de 60, tendo muitas das unidades agrícolas cedido áreas de terra ou desaparecido, enquanto unidades produtivas, para loteamento.

Essa identificação da distribuição espacial das propriedades revela ainda a localização mais recorrente das propriedades classificadas pelos produtores como grandes, isto é, acima de 100ha. Elas estão situadas, no município de Campos, nos distritos de Campos, Tocos, Travessão e Santo Amaro. No distrito de Campos, algumas das grandes propriedades são remanescentes das fazendas adquiridas pelo donatário, pelos jesuítas ou por engenhos desativados no início do século (NEVES, 1979). Nos distritos de Tocos e Santo Amaro, além dessa origem, a expansão das propriedades esteve ligada ao processo de drenagem ocorrido na Região, que propiciou a incorporação de terras antes alagadas ou ocupadas pela Lagoa Feia.⁴

No município de São João da Barra, as grandes propriedades estão mais localizadas nos distritos de Barra Seca e Maniva, recentemente incorporados à cultura da cana, através de um processo de concentração de terra.

² Neves, 1979 e 1988: cap. 4 da versão preliminar deste trabalho, excluído desta publicação).

³ A Estrada de Ferro Campos-São Sebastião foi inaugurada em 1873, e a que ligava Campos a Santo Amaro, em 1910.

⁴ O processo de apropriação de terras públicas em torno da Lagoa Feia foi destacado no capítulo 2.

TABELA 11 – Município de São João da Barra:
número de propriedades e proprietários – 1982

Distribuição		Propriedades Fundiária (ha) (área total)	Proprietários
0 –	1	274	195
1 –	2	251	163
2 –	3	208	132
3 –	4	137	80
4 –	5	144	101
5 –	6	91	55
6 –	7	77	52
7 –	8	58	43
8 –	9	49	36
9 –	10	41	27
10 –	20	211	175
20 –	30	98	92
30 –	40	56	47
40 –	50	37	29
50 –	100	67	62
100 –	200	38	35
200 –	500	17	17
500 –	1.000	5	4
1.000 –	2.000	2	2
2.000 –	5.000	3	1
Total	1864	1348	

A distribuição polarizada das propriedades por estratos pode ainda ser relativizada em termos de seus efeitos sobre a diferenciação social dos produtores de cana, caso se leve em conta a relação dessas unidades agrícolas com os respectivos proprietários; ou caso se elabore o levantamento a partir da área total controlada pelo produtor ou das unidades produtivas (Tabelas 12 e 13).

TABELA 12 – Município de Campos:
propriedades por proprietários – 1982

Distribuição Fundiária(ha) (área total)	Nº de propriedades/proprietários								Total de Proprietários
	1	2	3	4	5	6	7	8	
0 – 1	539	5							544
1 – 2	432	41	3	1					477
2 – 3	276	39	4						319
3 – 4	198	40	13	3	1				255
4 – 5	151	36	5	1					193
5 – 6	100	27	11	2	1				141
6 – 7	81	19	6					1	107
7 – 8	70	25	10	1					106
8 – 9	52	17	7	2	1	1			80
9 – 10	32	15	8	1					56
10 – 20	210	99	45	22	8	6	1		391
20 – 30	70	36	19	7	6	2	1	1	142
30 – 40	37	18	16	12	2	3			88
40 – 50	33	17	7	3		2	2	1	65
50 – 100	47	24	17	5	1	3	1	3	101
100 – 200	26	8	4	1	2	2	1		44
200 – 500	8	4	4	1	1	2	2		22
500 – 1000	2	2							4
1000 – 2000		2	1	1			1		5
2000 – 5000	1								1
Total	2.365	474	180	63	23	21	10	5	3.141
%	75	15	6	2	0,7	0,6	0,3	0,1	100,0

As análises permitem inferir processos de expansão do acesso à terra por produtores situados nos mais diferentes estratos. Desta perspectiva, pode-se relativizar a pressuposição de que o processo de concentração de terra seja inerente aos grandes produtores e compreender que ele se realiza sob modalidades e significados diversos, nem sempre apontando para um processo de acumulação capitalista.

A consideração dos dados para parte das propriedades e proprietários do município de Campos revela que apenas 75% destes possuem uma única unidade agrícola. Os 25% restantes acumulam mais de um lote de terra.

Essa forma de controle e acesso à propriedade da terra é mais freqüente entre os proprietários com áreas totais situadas entre 10 a 200ha, principalmente 10 a 50ha. Entre eles, apenas 57% têm uma única propriedade agrícola. Os demais acumulam vários

lotes de menor dimensão. Ela é também mais recorrente entre os proprietários do município de Campos e nos distritos que apresentam o maior número de pequenas propriedades (NEVES, 1984). Por conseguinte, a presença de um grande número de pequenas propriedades não expressa apenas um processo de pauperização dos produtores ou de incidência de mecanismos que dificultam a reprodução dessas unidades produtivas.

A valorização de pequenas unidades agrícolas enquanto mercadoria de mais fácil circulação pode expressar a presença de uma série de mecanismos que minimizam justamente a pauperização dos produtores. Ou que permitem o controle da fragmentação da terra e os constrangimentos criados por esses mecanismos para a concentração na forma extensiva ou contígua.

No município de São João da Barra (na área selecionada), apenas 79% dos proprietários considerados no levantamento possuem uma única propriedade. O acúmulo de vários lotes é mais expressivo entre proprietários com unidades agrícolas que controlam áreas de terra em torno de 10 a 200ha. Da mesma forma, é mais comum nos distritos que sediam maior número de pequenas unidades agrícolas.

TABELA 13 – Município de São João da Barra:
propriedades por proprietários – 1982

Distribuição Fundiária(ha) (área total)		Nºde propriedades/proprietários							Total de Proprietários
		1	2	3	4	5	6	7	8
0 –	1	194	1						
1 –	2	158	5						
2 –	3	124	8						
3 –	4	70	9	1					
4 –	5	86	14	1					
5 –	6	44	10	1					
6 –	7	41	11						
7 –	8	32	11						
8 –	9	26	9	1					
9 –	10	19	2	5	1				
10 –	20	107	44	15	6	3			
20 –	30	56	27	4	4			1	
30 –	40	26	12	7	1		1		
40 –	50	19	7	1	2				
50 –	100	30	17	7	4	3	1		
100 –	200	17	11	2	1	2	1	1	
200 –	500	5	4	3	3	1	1		
500 –	1000	2	1		2				
1000 –	2000	2							
2000 –	5000	1	2						
Total		1059	205	48	24	6	5	2	2
%		79	15	4	2	0,4	0,3	0,1	0,1

O processo de acumulação de pequenas propriedades por certos segmentos de agricultores, por pequenos lavradores e produtores de cana, representa principalmente a outra face da fragmentação correlacionada à subdivisão do patrimônio por partilha ou herança. Paulatinamente, um dos filhos vai tentando recuperar a área total partilhada ou reorganizar, por venda ou permuta, os lotes diversamente situados porque advindos de sucessão para ele e os irmãos, para ele e a esposa. A própria posição do filho do proprietário da terra pode abrir ou restringir-lhe as alternativas de acesso a mais de um lote de terra. Geralmente, o filho mais velho ou o caçula, pelo fato de nesta posição colaborarem mais com o pai na manutenção da unidade de produção, tem privilegiadas as possibilidades de poupança e acúmulo do patrimônio. A migração dos demais ou a dedicação a outra atividade facilitam a concretização dessa trajetória privilegiada (NEVES, 1981).

Um outro fator fundamental à viabilidade dessa acumulação de pequenos lotes é o casamento entre filhos de produtores de cana, regra privilegiada entre eles e que até recentemente era com recorrência colocada em prática (NEVES, 1981).

Outra alternativa que abre perspectivas de obtenção de lotes para expansão da unidade produtiva é a dedicação de um dos filhos, geralmente dos médios lavradores, à atividade de tratorista, não só pela ampliação do rendimento, como pela reafirmação de sua trajetória e identidade de produtor de cana.

A eliminação ou opção de parte dos filhos de se dedicar inteiramente a outra atividade têm propiciado o controle da fragmentação. Contudo, as alternativas criadas com a mecanização das atividades agrícolas para a administração das propriedades herdadas pelas mulheres têm atuado no sentido oposto, se elas permanecem solteiras. Ao se casarem com produtores agrícolas, esse processo pode operar em sentido oposto, estimulando a fragmentação da propriedade da terra, mas, também, a ampliação das unidades produtivas que operam pela agregação de diversos lotes.

A correlação das propriedades pelos proprietários permite ainda relativizar conclusões reducionistas fundadas no reconhecimento de um número tão elevado de propriedades inferiores a 5ha. Boa parte dessas unidades agrícolas não corresponde a unidades produtivas diretamente, mas se encontra agregada a outras, compondo estabelecimentos de área mais elevada.

A magnitude do número de pequenas propriedades, portanto, deve ser relativizada para a compreensão das condições sociais de produção de cana pelos pequenos produtores e pequenos lavradores, especialmente daquelas que se situam entre 0 a 1ha. Cerca de 41,45% dessas propriedades consideradas por este levantamento estão integradas em termos de produção a unidades produtivas que controlam maior área de terra. Apenas 544 proprietários, do universo aqui considerado, possuem lotes de terra inferiores a 1ha no município de Campos e 195 no de São João da Barra.

Comparando-se a correlação apontada para o município de Campos com a de São João da Barra, este último apresenta graus de fragmentação e pulverização da terra e um número de produtores com lotes ínfimos bem maiores que os do município vizinho. Por conseguinte, é de se suspeitar que esses proprietários encontrem menores alternativas para colocar em prática essa forma de am-

pliação e controle da propriedade da terra. Além disso, a maior parte desses pequenos proprietários no município de São João da Barra não se dedica à cultura da cana, mas ao plantio de abacaxi, maracujá, melão, melancia, batata-doce, passíveis de serem mais racionalmente cultivados em lotes menores, porque muitos deles têm ciclos produtivos curtos, de 3 a 6 meses, o que propicia um uso mais intenso do solo.

Quando se leva em conta a correlação entre propriedades e proprietários para os segmentos que controlam estabelecimentos entre 500 e 5000ha, o grau de concentração da propriedade da terra se torna mais explícito. Esses estabelecimentos conseguem acumular áreas de terra mais contíguas, permitindo a centralização administrativa e a racionalização do uso de certos fatores de produção. Revela ainda as possibilidades de superação dos constrangimentos criados pela presença dos pequenos produtores e pela valorização das unidades agrícolas de menor extensão. A análise dessa correlação aponta ainda para a eficácia de mecanismos de controle da fragmentação das grandes propriedades, pois que menos atingidas pela subdivisão do patrimônio por herança.

Diante das possibilidades de uso especializado do solo para cultivo da cana, os plantadores passaram a incorporar áreas de terra de outros municípios, subdividindo as fazendas entre os filhos que permaneceram na mesma atividade produtiva dos pais. O acesso à instrução superior e a uma profissionalização socialmente mais valorizada que agricultor, tem sido uma alternativa recorrentemente utilizada pelos plantadores para criar diversas formas de vinculação dos filhos ao patrimônio. Dessa posição, tais filhos abdicam, muitas vezes, a administração de unidades agrícolas, seja sob a forma de condomínio, seja pelo acesso a outros bens valorizados como, por exemplo, propriedade de apartamentos no Rio de Janeiro e Niterói, montagem de consultórios e escritórios etc.

O processo de concentração da propriedade da terra nos municípios que compõem a região açucareira de Campos é mais recorrente entre as usinas. Segundo levantamento realizado pelo CEPA/RJ – Pesquisa de Mecanização na Cultura da Cana-de-açúcar, em 1979, as usinas da região açucareira de Campos controlavam 173.199ha de terra, dos quais 157.424ha eram próprios e 15.774ha arrendados (CEPA/RJ, 1979).

Segundo dados do INCRA, obtidos na listagem de cobrança de imposto territorial rural, as usinas detinham, nos municípios de

Campos, Macaé e São João da Barra, no ano de 1985, as seguintes áreas de terra:

Estabelecimentos agrícolas de propriedade das usinas – 1985

Municípios	Áreas Totais (ha)	Áreas de Estabelecimentos das Usinas (ha)	
	Absoluto		%
Campos	446.900	60.976	13,6
Macaé	199.700	16.687	8,3
São João da Barra	164.000	10.584	6,4

O levantamento do CEPA/RJ incorpora todos os municípios do “Norte-Fluminense” que sediam estabelecimentos pertencentes às usinas e destilarias. Os dados levantados a partir da listagem de proprietários para efeitos de cobrança de imposto territorial levam em conta apenas os três municípios que apresentam maior produção da cana-de-açúcar.

O significado dessas apropriações em termos de distribuição fundiária deve ser compreendido ainda pela qualidade do solo. As usinas tendem a se apropriar dos solos mais “nobres” ou férteis, de superfície plana. Segundo dados do CEPA/RJ, em 1979, as usinas, no cultivo da cana, controlavam 60.071ha em áreas planas, 23.790ha em áreas onduladas e 16.495ha em solo acidentado.

O processo de concentração da propriedade da terra pelas usinas na área coberta pelo levantamento por mim realizado, a partir de dados coletados pelo PROJIR/IAA, revela de modo mais claro a apropriação dos solos mais férteis para a cultura da cana, pois que a maior parte das unidades agrícolas se encontra na Baixada Campista.

TABELA 14 – Distribuição relativa das propriedades agrícolas das usinas por distrito, 1982

Municípios (distritos)	Área Total do levantamento (ha)	Produtores Agrícolas		Usinas	
		(ha)	%	(ha)	%
CAMPOS	67.533,02	48.965,38	72,5	18.567,64	27,5
Campos	23.644,71	14.955,72	63,2	8.685,59	36,8
Mussurube	6.211,04	4.573,25	73,6	1.637,79	26,4
Santo Amaro	8.641,13	8.336,92	96,5	304,21	3,5
São Sebastião	9.032,81	6.049,82	66,9	2.982,99	33,1
Tocos	12.681,96	9.913,46	78,1	2.768,50	21,9
Travessão	7.321,37	5.135,81	70,1	2.185,56	29,9
S.JOÃO DA BARRA	37.925,02	34.949,04	92,1	2.975,98	7,8
Barcelos	2.813,45	1.035,25	36,8	1.778,20	63,2
Barra Seca	19.125,64	18.645,54	98,5	280,10	1,5
S.J. da Barra	2.874,92	1.957,24	68,0	917,68	32,0

A análise da distribuição por área das propriedades que pertencem às usinas mostra como elas absorvem pequenas, médias e grandes unidades. O número de pequenas propriedades por elas incorporado no município de Campos é bem significativo. No município de São João da Barra, seja por um processo de aglutinação de pequenas e médias propriedades já ocorrido, seja pela compra de grandes áreas, suas unidades agrícolas são extensas.

TABELA 15 – Distribuição das propriedades agrícolas das usinas

Distribuição (ha)	Municípios		Total
	Campos	São João da Barra	
0 – 50	24	1	25
50 – 100	11	—	11
100 – 200	6	—	6
200 – 500	6	1	7
500 – 1000	2	1	3
1000 – 2000	7	1	8
2000 – 5000	1	—	1
TOTAL	57	4	61

O processo de concentração de terra entre os produtores de cana não pode ser vislumbrado, caso não se leve em conta a incorporação de áreas de municípios vizinhos, principalmente o de Macaé. Através das informações desagregadas oferecidas pela listagem de proprietários de terra elaborada pelo INCRA/MIRAD, para efeitos de cobrança de imposto territorial rural, pode-se ter uma idéia aproximada daquele processo. A listagem contém o número de propriedades e as respectivas áreas de cada proprietário, identificado pelo nome, localização do imóvel e residência.

O município de Macaé, segundo FIBGE, possui uma área de 230.153ha. Desse total, 15,2% (35.086ha, aproximadamente), segundo dados do MIRAD, estão em mãos de proprietários que residem em Campos; e 8,4% estão sob o controle das usinas (19.397ha aproximadamente). A porcentagem atribuída às usinas, deve, como tenho destacado, ser redimensionada pela qualificação do tipo de solo apropriado para a cultura de cana-de-açúcar. Como esta cultura se constituiu numa das primeiras atividades produtivas desse município e, pela rentabilidade que alcança, propicia o acesso aos solos mais férteis, as usinas detêm as áreas mais “nobres” para a agricultura, dentre outras predominantemente montanhosas e de restinga.

Dos 132 produtores identificados pela residência em Campos, 44% (58) se apropriam de unidades agrícolas entre 100 e 500ha, área que no município de origem é qualificada como grande propriedade. Esses produtores também qualificam a dimensão dessas áreas como de grande propriedade ou fazenda. Do total deles, 13% (17) se apropriam de unidades agrícolas com áreas entre 500 e 5000ha.

Considerando-se que essa alternativa de expansão da propriedade da terra é mais recorrentemente colocada em prática por plantadores de cana – ou proprietários de unidades agrícolas cuja área está geralmente acima de 100ha – e que, no município de Macaé, eles tendem a adquirir propriedades com áreas maiores, pode-se, relativamente, inferir sobre a representatividade do uso dessa estratégia entre eles. Levando também em conta os dados de distribuição fundiária oferecidos pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural para o município de Campos em 1985, uma correlação aproximada poderia hipoteticamente assim ser apresentada.

Distribuição (ha)	Nº de Proprietários com unidades agrícolas em Campos	Nº de Proprietários com unidades agrícolas em Campos e Macaé
100 – 500	355	58
500 – 1000	53	8
1000 – 5000	36	9

Numa leitura mais imediata dos números apontados, poder-se-ia supor que 22% dos plantadores de cana do município de Campos estariam colocando em prática essa alternativa de expansão da propriedade de terra. Vale ressaltar, entretanto, o uso dessa estratégia por outros segmentos de produtores e a presença de novas alternativas, dentre as quais, a compra de fazendas no estado do Espírito Santo, especialmente pelas facilidades de crédito subsidiado de que aí os proprietários de terra são beneficiários.

As usinas controlam 38 unidades agrícolas no município de Macaé, com áreas entre 40 e 5.000ha.

Para que se possa ter mais clareza dos limites e especificidades dos dados analisados a partir do levantamento por mim realizado e uma visão mais genérica da mobilidade em relação ao acesso à propriedade da terra nos municípios focalizados, considerarei, comparativamente, aqueles oferecidos pelos Censos Agropecuários de 1940 a 1980, por cobrirem, em parte, o período amplamente delimitado como correspondente à objetivação dos processos de aumento da interdependência entre agricultura e indústria e especialmente de “modernização” da agroindústria canavieira.

TABELA 16 – Distribuição de áreas médias dos estabelecimentos no município de Campos – 1940/1980

Distribuição (ha)	1940	1950	1970	1975	1980
0 – 5	3,1	2,5	2,3	2,2	1,9
5 – 20	11,8	12,2	11,5	11,7	11,3
20 – 100	45,0	45,4	44,8	44,7	45,1
100 – 500	243,0	225,9	208,5	213,6	224,0
Acima de 500	1586,5	1324,0	1566,0	1264,4	1033,5

Fonte: FIBGE – Censos Agrícolas 1940, 1950; Censos Agropecuários 1970,

TABELA 17 – Distribuição de áreas médias
dos estabelecimentos no município
de São João da Barra – 1950/1980

Distribuição (ha)	1950	1970	1975	1980
0 – 5	3,6	2,6	2,6	1,9
5 – 20	12,3	11,1	11,3	10,6
20 – 100	45,1	44,0	45,1	44,1
100 – 500	204,5	205,9	199,1	181,9
Acima de 500	1316,6	1338,9	1457,2	1862,0

Fonte: FIBGE – Censo Agrícola, 1950; Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.

No decorrer dos primeiros anos (1971-1980) de implantação de processo de “modernização” da agroindústria canavieira – em que ocorreram o aumento do uso dos instrumentos mecanizados, uma dedicação mais extensiva e especializada à produção de cana e o uso mais amplo do trabalho temporário –, o processo de concentração da terra foi relativamente bloqueado. Desaparecem os estabelecimentos de área superior a 5.000ha e aqueles situados entre 2.000 e 5.000ha diminuem em termos absolutos, de área ocupada e de área média. Por conseguinte, esses estabelecimentos passaram por processo de fragmentação.⁶

Aqueles situados entre 200 e 2.000ha apontam para um relativo aumento em termos absolutos de área ocupada, embora haja perda de área média para os situados entre 500 e 1.000ha. Amplia, dessa forma, o número de estabelecimentos ocupados por produtores

⁵ Em face da excepcionalidade dos modos de coleta e de sistematização dos dados presentes no Censo Agrícola de 1960, atribuída à mudança nos critérios de coleta de informações, optei por excluí-lo da análise.

⁶ Silva Júnior et al., em análise crítica das categorias dos censos agropecuários e das estatísticas cadastrais, discutem os conteúdos atribuídos aos termos imóveis rurais e estabelecimentos enquanto unidades de análise e quantificação.

O estabelecimento, categoria utilizada pela FIBGE, é definido como «todo o terreno, de área contínua, independente do tamanho, formado por uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processa uma exploração agrícola, ou seja, o cultivo do solo em culturas permanentes ou temporárias (Instruções ao Recenseador, 1982, p. 8).

qualificados como plantadores de cana ou este segmento encontra alternativas de expansão em termos numéricos.

Os estabelecimentos situados entre 2 e 200ha diminuem em termos absolutos, embora na maior parte dos casos tenham mantido a proporção da área ocupada e relativamente a área média. Nesses termos, pode-se supor que tenha havido uma ligeira expansão de patrimônio em terra por produtores qualificados como pequenos e médios lavradores.

Esse fato se explica pela reordenação na distribuição de terra por agricultores situados nessas condições de controle dos fatores de produção. Nem sempre esses estabelecimentos asseguram um rendimento que permite a reprodução dos herdeiros enquanto fornecedores que se valem apenas dessa alternativa. A criação de novas oportunidades de inserção em atividades econômicas propiciou o controle do patrimônio subdividido por herança, cujas parcelas são apropriadas por um ou dois dos herdeiros, mediante a cessão por venda pelos outros. Outrossim, em virtude do alto preço atingido pela terra, a maior parte das transações de compra e venda recai sobre pequenas propriedades que podem ser incorporadas de forma contígua, adjacente ou relativamente aproximada.

O processo de fragmentação dos estabelecimentos situados entre 0 a 2ha se acirra, ampliando em termos absolutos, mas perdendo em área total e área média. A expansão mais expressiva é, por conseguinte, de médios proprietários.

No município de São João da Barra, no decorrer do processo de incorporação à cultura da cana, mas também de expansão da produção mercantil de abacaxi, melão, melancia, tomate e maracujá, houve um crescimento absoluto do número de estabelecimentos situados entre 0 e 2ha, uma ligeira diminuição do número absoluto de estabelecimentos e de área média e proporcional situados entre 10 e 100ha e um significativo processo de concentração dos estabelecimentos situados entre 200 e 5.000ha, acompanhado de aumento de área média daqueles situados entre 1.000 e 5.000ha.

O crescimento dos estabelecimentos situados entre 0 e 2ha em grande parte se deve às alternativas criadas pela constituição de povoados, decorrente do processo de expulsão de colonos e moradores das unidades produtivas antes voltadas para a criação de gado, mas principalmente para o cultivo da mandioca e outras lavouras de subsistência, do crescimento mercantil da produção

e criação de uma infraestrutura viária e de rede elétrica. Há uma tendência dos produtores a fixarem residência nesses aglomerados porque propiciam melhores condições de vida e contato com a cidade, de onde passam a ter mais dependência por sediar instituições de assistência técnica, creditícia e médica.

O número de proprietários desses lotes pequenos que se dedicam à cultura da cana é bastante diminuto em relação aos demais dos outros estratos, se se consideram os dados selecionados pelo levantamento apresentado por este trabalho.

Levando em conta os dados dos Censos Agropecuários, posso afirmar que o levantamento por mim realizado focaliza áreas em que ocorreram duas tendências predominantes.

No município de Campos, a fragmentação da propriedade da terra e o predomínio de estabelecimentos de áreas menos extensas, mas de exploração intensiva e especializada.

A análise dos dados do levantamento permitiu compreender melhor as condições em que se deu essa fragmentação, mas também em que ocorreu a reordenação do uso dessas unidades na constituição de estabelecimentos agrícolas de área mais extensa; ou como os produtores enfrentaram os mecanismos estimuladores da subdivisão da propriedade da terra.

Considerando-se as análises apresentadas neste trabalho, pode-se concluir sobre a ocorrência de um processo de concentração da propriedade da terra no município de Campos de forma muito específica. Ela não se deu de modo extensivo, pela constituição de latifúndios, como em algumas outras regiões do país. Não se traduziu apenas em centralização desse fator por um número cada vez menor de grandes proprietários. Aponta para incorporação de outros grandes produtores na constituição desse segmento e, portanto, uma certa expansão do número de plantadores de cana.

No município de Campos, os estabelecimentos com áreas superiores a 500ha aumentaram em termos absolutos desde a década de 40, mas diminuíram em área média. Aqueles com área entre 100 e 500ha não obtiveram crescimento expressivo em termos absolutos, mas tiveram a área média diminuída. Os estabelecimentos situados entre 5 e 100ha tenderam a aumentar em termos absolutos, mantendo relativamente a área média.

Houve uma significativa fragmentação das áreas de terra dos esta-

belecimentos abaixo de 50ha, expressa pelo enorme crescimento em termos absolutos e crescente perda de área média.

No município de São João da Barra, os estabelecimentos selecionados para análise pelo levantamento por mim realizado expressam o processo de concentração de terra ocorrido entre alguns dos proprietários.

Os estabelecimentos com áreas acima de 500ha se submeteram a um processo de concentração pelo aumento da extensão: diminuíram em termos absolutos e ampliaram a área média.

A partir da incorporação das áreas de terra desse município ao cultivo da cana, da expansão das culturas tradicionais de abacaxi, melão e melancia e da introdução de outras tantas como maracujá e mamão, os estabelecimentos com superfícies entre 20 e 500ha expandiram em termos absolutos, embora com perda de área média.

O processo de fragmentação dos estabelecimentos nesse município atingiu principalmente aqueles com superfície abaixo de 20ha, que aumentaram em termos absolutos e diminuíram em área média.

Relativamente, ele é mais significativo do que o que ocorreu no município de Campos, embora o número de propriedades com área abaixo de 5ha seja de magnitude mais expressiva. Como já ressaltai, essas propriedades nem sempre constituem estabelecimentos, mas são partes adjacentes de outros tantos.

Além disso, no município de Campos, a existência de mercados de serviços e de trabalho mais diversificados abriu possibilidades para que muitos dos filhos dos médios e pequenos lavradores se inserissem ou permanecessem nessa atividade, ainda que complementada com outras formas de remuneração. Tal alternativa é menos abrangente para os produtores do município de São João da Barra.

A mecanização das atividades agrícolas, ao reduzir a necessidade de trabalhadores permanentes nas unidades produtivas, diminuiu o consumo improdutivo das famílias, que se tornaram menos numerosas. Esse fator tem sido decisivo para que o pequeno lavrador possa se reproduzir a partir do controle de fatores de produção relativamente escassos.

As alternativas criadas pela associação de várias atividades produtivas, além de limitarem a proletarianização em massa dos pequenos produtores, abrem possibilidades para que muitos dos

trabalhadores livres possam associar a venda da força de trabalho ao controle de um rendimento advindo da produção de cana em pequenos lotes. Ademais, criam alguns constrangimentos ao projeto de expansão da propriedade da terra pelos outros segmentos de produtores de cana.

Esses fatores, aparentemente contraditórios, mas, na prática, complementares, oferecem racionalidade social ao processo de fragmentação da terra, nem sempre compreendida pelas visões que associam subdivisão da terra à pauperização e à proletarização dos produtores independentes. Explicam ainda a expansão do número de pequenos produtores de cana num contexto de interdependência entre agricultura e indústria, de subordinação a formas de dominação mais racionais e da tentativa de aplicação de técnicas agrícolas, em princípio construídas sob o estímulo à concentração dos fatores de produção ou para sua reprodução ampliada.

9.2 A mobilidade dos fornecedores de cana

O estudo das mudanças porventura ocorridas na distribuição dos fornecedores de cana por volume de produção, durante o processo de racionalização da agroindústria açucareira ou de expansão da capacidade industrial das usinas, implica a incorporação de informações construídas pelas instituições de controle dessa produção. O uso de tais informações, entretanto, exige cuidados especiais.

As instituições que registravam e controlavam a produção dos fornecedores, especialmente o Departamento de Assistência à Produção do IAA e a COOPERPLAN, subdividiam-nos em grandes, médios e pequenos, conforme destaquei na introdução. Tal distribuição se pauta em arbitrariedades de classificação, especialmente se os produtores se colocam nos limites numéricos atribuídos a cada estrato. Há uma distinção muito acentuada na prática econômica, nos níveis materiais e sociais de reprodução e de construção de identidade entre um produtor que comercializa 50 toneladas de cana ou 500. Entre os médios fornecedores a variação no volume de produção é maior, mas essa distinção é menos arbitrária. Entre um grande fornecedor de 3.000 e de 30.000 toneladas há distinções fundamentais, possibilidades e potencialidades díspares.

Essa diferenciação entre os fornecedores deve ser também relativizada quando se toma como unidade de análise uma única safra.

Como as condições climáticas da região açucareira de Campos têm sido adversas, a produção de cana experimenta oscilações significativas. Sob tais circunstâncias, há geralmente diminuição do número de grandes fornecedores e ampliação de médios e pequenos.

Além disso, pelos mapas das usinas elaborados a cada safra, um mesmo produtor pode ser computado como dois ou três fornecedores, conforme tenha ele comercializado com diversas usinas. Nesses termos, o número de médios e pequenos fornecedores aparece superdimensionado.

As instituições que controlavam a produção de cana não realizavam sistematicamente o levantamento dos fornecedores reais. Nas últimas safras, em virtude de a COOPERPLAN vir acompanhando as formas de adaptação dos fornecedores ao pagamento de cana pelo teor de sacarose, o levantamento do número real deles tem sido mais freqüentemente elaborado.

Para evitar ou minimizar essas distorções, critérios de controle foram por mim estabelecidos. Procurei articular os dados de mapas de fornecimento de canas de todas as usinas com o levantamento nominal dos proprietários de terra, obtido junto ao PROJIR. Vali-me dos levantamentos esporádicos realizados pela COOPERPLAN, em que aparecem o nome do fornecedor e o volume total de sua produção em cana, numa determinada safra. Insisti na primeira alternativa, apesar de também poder contar com a segunda, porque os anos em que os levantamentos foram elaborados eram, por vezes, desprovidos de significado para o objeto deste trabalho ou para as sugestões de demarcação de fatos mais significativos pelos entrevistados. Além disso, a utilização dessas duas formas de acesso a informações podia servir para minimizar distorções inerentes a cada uma delas.

De posse da relação nominal de todos os fornecedores e respectivos volumes de produção podia apreender características mais gerais do processo de participação deles nessa atividade econômica. Mas as caracterizações, por isso mesmo, desrespeitam determinadas sutilezas e as relações sociais subjacentes às tendências delineadas.

Através de um universo mais restrito, em que era possível articular o volume de produção à extensão da unidade produtiva, à sua localização, ao tempo de vinculação do produtor à cultura da cana e, mais que isso e em alguns casos, aos fornecedores por

mim entrevistados e a todo um outro conjunto de dados, outras inferências poderiam ser apresentadas. A comparação dessas duas condições de compreensão dos dados poderia facilitar, sob determinadas circunstâncias, certas generalizações mais cuidadosas, mais substantivas.

Contudo, novamente me vi diante de dois universos distintos. Ora estou pautando as considerações apresentadas a partir do número total de fornecedores de cana identificados pela COOPERPLAN e que abarca a região açucareira de Campos (ver Tabela 18). Ora estou fundamentando as análises a partir de um número mais restrito de fornecedores, de representatividade duvidosa em relação ao total deles, caso esse critério seja considerado importante para caracterizar “cientificidade” das pesquisas quantitativas.

Segundo levantamento realizado a partir dos mapas de fornecimento arquivados pelo Departamento de Assistência à Produção/IAA e da seleção de proprietários de terra levantados pelo PROJIR/IAA, considere a produção média de três safras consecutivas nas décadas de 60 e 80. A seleção dessas safras levou em conta: um primeiro período de tempo em que a especialização na produção de cana estava sendo colocada em prática mas não constituía um padrão hegemônico; a utilização dos instrumentos mecanizados nas atividades agrícolas não era generalizada; e as áreas do município de São João da Barra não se encontravam amplamente incorporadas à cultura da cana. As safras da década de 80 foram valorizadas porque todos aqueles fatores acima qualificados se encontravam presentes.

TABELA 18 – Distribuição dos fornecedores de cana da região açucareira de Campos – 1960/1985

Distribuição	1960		1971		1983		1984		1985	
Toneladas	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pequenos										
até 500	7340	90	8630	86	7644	73	12963	89	12894	87
Médios										
501/3000	746	9	1222	12	2793	26	1371	9	1573	11
Grandes										
acima 3000	87	1	161	2	63	1	270	2	286	2
Total	8173	100	10063	100	10500	100	14604	100	14753	100

Comparando-se a distribuição proporcional do crescimento do número de fornecedores nesses momentos diversos, pode-se perceber que as mudanças ocorridas entre eles foram mais expressivas no primeiro deles analisado (1960/70).

Classificação	Expansão do contingente de fornecedores		
	1960-1971	1971-1984	1960-1984
Pequenos	24%	49%	73%
Médios	71%	12%	83%
Grandes	143%	67%	210%

Esses índices revelam que a expansão dos fornecedores a partir do processo de racionalização da agroindústria açucareira (1971) não foi tão intensa, quando se leva em conta o período anterior. Entre todos os dois períodos de tempo considerados, a expansão dos pequenos fornecedores foi mais acentuada a partir de 1971, momento de maior expressão social da categoria pequeno produtor de cana, resultante das facilidades de comercialização, da maior fragmentação da propriedade da terra e das alternativas de dedicação concomitante a várias atividades produtivas. O crescimento do número de médios e grandes fornecedores, no período 1960/1971, revela as alternativas criadas para expansão da produção através da especialização na cultura da cana ou no direcionamento do uso dos fatores de produção para essa atividade.

Aqueles índices apontam ainda para o esgotamento do modelo de expansão da cultura da cana pela incorporação de novas áreas e substituição de outras culturas; e para os limites colocados ao aumento do patrimônio em terras para todos os segmentos de produtores.

Os proprietários de terra abandonam o plantio de cana, dedicando-se à exploração das cerâmicas ou loteando as áreas das propriedades localizadas na proximidade das estradas de rodagem. Além disso, um bom número de agricultores do município de São João da Barra, que no início da década de 70 abandonou as culturas de mandioca, abacaxi e melão para se dedicar ao cultivo da cana,

⁷ As safras identificadas não obedecem a critérios estabelecidos por esta pesquisa. Vali-me daquelas em que foram realizados os levantamentos sobre fornecedores reais.

desistiu desta atividade em virtude da crescente diminuição da fertilidade da terra e do rendimento auferido. Voltou aos antigos cultivos, incorporando outros tantos, principalmente o maracujá.

O processo de expansão da produção de cana na região açucareira de Campos destaca outros aspectos quando se leva em conta a participação dos diversos segmentos de fornecedores de cana no volume total; ou se desloca a análise para o universo mais geral, que abarca supostamente todos.

TABELA 19 – Distribuição dos fornecedores da região açucareira de Campos por volume de produção – 1976/77 e 1984/85

	Fornecedores		Produção de cana		Produção Média
Classificação	Nº	%	(ton.)	%	Individual
Pequeno					
Safra 1976/77	9.968	92,7	928.684	26,7	96
Safra 1984/85	12.963	88,8	1.131.756	24,3	87
Médio					
Safra 1976/77	597	6,7	1.210.019	34,8	2.026
Safra 1984/85	1.371	9,4	1.505.991	32,3	1.098
Grande					
Safra 1976/77	189	1,6	1.338.173	38,5	7.080
Safra 1984/85	270	1,8	2.028.383	43,4	7.512

Fonte: COOPERPLAN.

A análise dessa tabela evidencia que a expansão nesse período foi realizada pelos grandes produtores. Nos demais segmentos o aumento do número de produtores não supõe maior participação no volume total da produção, mas, pelo contrário, um ligeiro declínio. Além disso, a produção média desses dois segmentos aponta para o descenso, em oposição aos grandes produtores que ascenderam na participação média individual. Entre os grandes produtores, portanto, há um aumento do número absoluto deles, da participação no volume total e da produção média individual. Considerando-se que a categoria grande fornecedor abarca uma produção entre 3.000 e 30.000 toneladas, a expansão desses produtores corresponde à dos proprietários com estabelecimentos com área entre 50 e 1.000ha, incorporando assim médios lavradores e

plantadores de cana.

Essa diferenciação da participação na produção de cana se polariza, quando se tomam por referência as 16 usinas e uma destilaria (17 unidades industriais) e os grandes fornecedores de cana.

**TABELA 20 – Distribuição da produção
de cana-de-açúcar por fornecedores e usinas
Safras 1976/77 – 1984/85.**

Safras	Produção de Canas (toneladas)				
	Usinas	Fornecedores			Total
		Grandes	Médios	Pequenos	
1976/77	2.042.339	1.338.173	1.210.019	928.684	5.519.215
%	37	24	22	17	100
1984/85	2.974.183	2.028.383	1.505.991	1.131.756	7.640.313
%	39	27	19	15	100

Fonte: COOPERPLAN

No decorrer do período, as usinas e os grandes fornecedores ampliaram a participação e os médios e pequenos diminuíram. Os dois primeiros são responsáveis pela produção de mais de 66% das canas esmagadas pelas usinas e abarcam 2% do total de produtores da matéria-prima.

9.3 Os rendimentos obtidos pela sacarose da cana

A partir da safra 1984/85, os produtores de cana puderam obter aumentos de rendimento através do pagamento da cana pelo grau de sacarose. Levando em conta o preço base, este valor pode ser alterado por ágio e deságio. No cômputo geral, entretanto, eles vinham obtendo ágios ao final da safra.

Segundo orientação dos técnicos agrícolas do PLANALSUCAR e da COOPERPLAN, para que o produtor obtenha ágios é preciso que obedeça a determinadas condições técnicas nas limpas, na colheita e no transporte das canas:

- a) Escolher a melhor época para plantio (fevereiro/abril).
- b) Formar viveiros de mudas com variedades para o início, meio e fim da safra.
- c) Fazer a seleção e tratamento de mudas com defensivos na ocasião do plantio.
- d) Preparar a terra e fazer plantios corretos, visando à conservação do solo.
- e) Fazer adubação da cana-planta e cana-soca baseada nos resultados das análises do solo.
- f) Ter muito cuidado com a limpeza dos canaviais, pois o mato rouba luz, água e adubo da cana.
- g) Evitar a queima dos canaviais e cortar a quantidade correspondente à sua quota diária, colhendo e transportando o mais rápido possível.
- h) Prevenir-se contra incêndios acidentais nos canaviais.
- i) Controlar as pragas e doenças dos canaviais.
- j) Colher na época certa, quando a cana estiver madura.
- l) Eliminar ou diminuir ao máximo as impurezas: olhaduras, terra, pedras, palhas, matos etc.

As recomendações referentes aos itens a, c, d, h, j, l eram totalmente incorporadas ao saber técnico e às práticas produtivas dos fornecedores de cana. A COOPERPLAN, além disso, mantinha um corpo de técnicos em cada usina para fiscalizar as operações de coleta de amostras para avaliação das canas entregues e para orientar os fornecedores também quanto às atitudes práticas que permitissem controlar as arbitrariedades do processo de aferição. Os aleatórios locais das carretas por onde passam as sondas que recolhem o caldo para amostra podem apresentar concentração de pontas da cana, de mais baixo teor de sacarose. Assim, o fornecedor devia cuidar da arrumação das canas, equilibrando a presença de pés e pontas. Podia, além disso, requisitar o técnico em sua lavoura para medir a maturidade da cana e a concentração de sacarose e assim melhor decidir sobre o momento do corte.

Para análise da distribuição dos ágios do preço da cana entre os fornecedores, vali-me de dados já elaborados pela COOPERPLAN e da relação nominal dos produtores com o respectivo volume de

produção e ágio médio, conforme tabelas seguintes.

A despeito de os fornecedores, segundo os técnicos, não se encontrarem devidamente esclarecidos e terem enfrentado as mudanças na atribuição de preço da cana com uma série de dúvidas e suspeitas, obtiveram um ágio médio de 7,66% na safra 1984/85, ano da implantação desse sistema de pagamento.

TABELA 21 – Distribuição dos ágios na safra 1984/85.

Classificação Fornecedor	Fornecedores Número	%	Produção Toneladas	%	Ágio Médio %
Pequeno 0 a 500	12.963	88,8	1.131.756	24,3	7,83
Médio 500 a 3.000	1.371	9,4	1.505.991	32,3	7,92
Grande Acima de 3.000	270	1,8	2.028.383	43,4	7,01
TOTAL	14.604	100,0	4.666.130	100,0	7,66

Fonte: COOPERPLAN.

Considerando-se a distribuição dos ágios médios pelas diferentes categorias de fornecedores de cana, conclui-se que esta forma de pagamento não gera ou agudiza a polarização de posições sociais dos produtores, pois que os ágios médios são aproximados para os diversos estratos. Quando se leva em consideração, entretanto, não os ágios médios, mas sua variação interna aos estratos, os efeitos em termos de rendimento são diversos. Como os efeitos dependem de cuidados técnicos, da localização e da fertilidade do solo da propriedade agrícola, os resultados cumulativos são distintos e as alternativas de diferenciação social se destacam (Tabela 22).

TABELA 22 – Resumo geral dos ágios por usina – 1984-1985

Usinas	Total de fornecedores		Ágio médio	
	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86
Barcelos*	1.186	1.100	9,33	9,21
Cambahyba*	1.776	1.658	6,41	12,50
Carapebus**	535	534	9,99	16,00
Cupim*	715	655	10,78	11,30
Grumarin (dest.)***	95	—	13,89	12,47
Outeiro**	759	1.096	8,91	10,15
Paraíso*	707	742	4,90	9,26
Pureza***	154	131	14,62	16,77
Queimado*	474	415	10,81	11,99
Quissamaã**	361	359	10,95	15,26
Santa Cruz*	721	690	6,03	12,98
Santa Maria***	504	486	9,48	12,35
Santo Amaro*	2.769	2.561	7,08	10,45
São João**	1.186	1.095	6,34	9,21
São José*	990	1.043	3,63	8,51
Sapucaia*	1.093	1.278	9,43	11,22
Victor Sence**	592	662	6,41	-
Total/Ágio médio	14.617	14.565	7,43	11,80

Fonte: COOPERPLAN – Regiões: * Baixada, ** Tabuleiro, *** Montanha

Os fornecedores filiados às usinas de São João, São José, Sapucaia, Paraíso, Outeiro, Santo Amaro e Barcelos ou cujas propriedades se localizam próximas a essas usinas vinham, nas safras 1984/85 e 1985/86, obtendo menor grau médio de sacarose de cana. Em oposição, os fornecedores das usinas de Pureza, Quissamã e Carapebus obtiveram, consecutivamente, um melhor grau de sacarose. Os fornecedores de cana cujas propriedades se situavam próximas à Lagoa Feia, enfrentavam maiores problemas com salinidade e inundações, tendiam a obter ágios médios mais baixos, como demonstram os índices referentes às usinas Paraíso, São José e Santo Amaro.

Segundo avaliação técnica da COOPERPLAN, as regiões de Montanha e Tabuleiro e mais próximas ao rio Paraíba tendiam a apresentar ágios mais elevados. Este fato gerou alterações na valorização da terra. Como a Região de Montanha, por ser ondulada, impõe dificuldades ou limitações para o uso de instrumentos

mecanizados e a de Tabuleiro, por ser menos fértil que o solo da Baixada, apresenta uma produtividade agrícola inferior em 13% em média, a terra era menos valorizada. Entretanto, com o pagamento da cana pelo grau de sacarose e os resultados apresentados, o preço da terra nessas regiões foi elevado. Da mesma forma, as propriedades situadas nas proximidades da Lagoa Feia tiveram seus valores relativamente rebaixados, embora estejam em região plana e próxima a diversas usinas.

Analisando-se diferencialmente a distribuição dos ágios pelos diversos estratos de fornecedores de cana, as vantagens obtidas são mais frequentes entre os pequenos fornecedores, em primeiro lugar, e médios, em segundo. Na safra 84/85, apenas um fornecedor, de mínimo volume de produção, conseguiu alcançar o ágio médio de 50 a 60%. Da mesma forma, apenas os pequenos fornecedores conseguiram obter ágios entre 40 e 50%. Os pequenos fornecedores apresentaram ainda menor índice de obtenção de ágios médios mais baixos (entre 0 e 10%) e maior de ágios entre 20 e 40%. Esse resultado decorreu do fato de a maioria dos pequenos fornecedores resistir ao máximo à integração plena ao uso de instrumentos mecanizados e, por executarem eles próprios as limpas da cana, não pouparem esforços e dedicação a essa atividade. A maior parte dos pequenos fornecedores vinha se eximindo do uso da embarcadeira, que aumenta o grau de impureza da cana. Dedicando-se diretamente às atividades de limpa dos canaviais, não se subordinando assim a gastos financeiros imediatos, esses produtores conseguiam alcançar melhor produtividade média em suas lavouras e melhor grau de sacarose, já que a cana não precisa subdividir com os matos a fertilidade da terra. Os pequenos fornecedores de cana, de um modo geral, apresentavam ainda melhor índice de correlação entre área e produção, isto é, suas unidades de produção, a despeito da restrição da superfície cultivada, conseguiam maior produção relativa.

As unidades de produção de menor extensão em terra conseguiam maior produção por área. Dispondo de pouca terra, os pequenos fornecedores a utilizavam basicamente para a produção de cana. A localização das pequenas propriedades geralmente se dá em áreas mais férteis e próximas às usinas. Esses proprietários, frente à menor extensão da terra, conseguiam melhor recuperar áreas inférteis, com a fertilização advinda da criação de gado encurralado em cercados; realizar obras mais simples de drenagem como valas ou valões para escoamento de água. Mantinham ainda, de modo

mais favorável, o controle sobre os tratos culturais.

As grandes propriedades incorporam áreas baixas, salinizadas (quando localizadas na Região da Baixada), brejos, lagoas ou pântanos, impossibilitando que sejam plenamente utilizadas para a produção de cana. Dispondo de maior área, esses proprietários incorporavam partes dela à criação de gado. Dada a subordinação ao uso do trabalho assalariado em todas as etapas do processo produtivo, os plantadores adotavam como estratégia a minimização do custo deste fator pelo baixo salário ou pela demanda mínima. Por tudo isso, as grandes propriedades apresentavam uma correlação entre produção média de cana e área menos favorável do que as pequenas e médias.

Os plantadores e boa parte dos médios lavradores se valiam do trabalho assalariado temporário ou da empreitada para realização das limpas do canavial. No intuito de diminuir os custos de produção, minimizavam o número de limpas, rebaixavam o valor da diária ou da empreitada e realizavam o embarque das canas através de embarcadeiras. Estes fatores diminuía os custos de produção mas colaboravam para baixar a qualidade da cana e a produtividade da lavoura e, por conseguinte, dificultavam a obtenção de melhores índices de ágios e melhoria do preço da cana. Além disso, por ocasião do corte da cana, os grandes e parte dos médios fornecedores entregavam essa atividade às usinas, que encaminhavam turmas de trabalhadores remunerados por produção. Orientados por tal forma de pagamento, estes trabalhadores não tinham maior interesse pela qualidade do serviço prestado e deixavam restos de cana na base, justamente onde mais se concentra a sacarose. Tais fornecedores de cana não acompanhavam essa atividade porque a transferiam para a usina e, justamente por esse motivo, não tinham autoridade diante dos trabalhadores. A própria administração da usina se via limitada no controle sobre os trabalhadores, porque os contratava clandestinamente ou informalmente. Estes se consideravam “sem patrão”, “trabalhando por conta própria”. Sem vínculo formal, filiavam-se descontinuamente a vários empreiteiros. Não se submetiam assim às exigências que redundassem em maior diminuição do seu salário. Os dirigentes das usinas, na medida em que vinham se especializando na oferta desses serviços e controlando o mercado de trabalho, não podiam adotar atitudes de intransigência exacerbada com os trabalhadores, sob pena de perderem justamente os mais produtivos. Todos esses fatores atuavam no sentido de diminuir o ágio médio alcançado

por grandes e parte dos médios fornecedores.

A explicitação mais flagrante das tensões nas relações entre produtores de cana e trabalhadores frente ao jogo de forças em que se colocavam e constituíram, tornava essa questão tema de avaliações entre os agricultores. Alguns dos produtores admitiam um índice menor de ágio como compensação pelo menor gasto com mão-de-obra. Outros procuravam reverter essa correlação, tentando eles mesmos controlar a contratação de trabalhadores e com estes estabelecer acordos sobre técnicas de corte e embarque – corte sem queima, embarque manual. Outros se utilizavam das duas alternativas para constituição de parâmetros para as atitudes que deviam tomar. De qualquer forma, o conhecimento da potencialidade do solo de suas propriedades agrícolas constituía um fator fundamental nesse cálculo e nas opções que deviam ser adotadas.

Os resultados promissores apresentados pelo pagamento por grau de sacarose provocavam avaliações mais positivas por parte da diretoria das instituições e dos técnicos agrícolas, quanto ao interesse e sensibilidade dos pequenos produtores em relação à aprendizagem de novas formas de lidar com o trabalho agrícola. Colocaram à prova determinados preconceitos em relação aos pequenos produtores, vistos como resistentes aos cuidados técnicos mais sistemáticos.

Justificavam eles que os pequenos fornecedores, dependendo apenas desta atividade agrícola, tinham interesse em ampliar o rendimento. Ademais, cuidando eles próprios da lavoura, podiam realizar as tarefas segundo determinados padrões técnicos. Essa avaliação contradiz assim as explicações apresentadas para a baixa produtividade agrícola da região açucareira de Campos pela resistência desses produtores a melhorá-la. Contradiz ainda as posturas dos técnicos agrícolas vinculados às instituições de produção e difusão de tecnologias, que excluía os pequenos fornecedores da atenção dos serviços por elas prestados.

Os resultados apresentados pelo pagamento da cana por grau de sacarose trazem ainda à tona um maior nível de apropriação de trabalho não-pago ou de parte do rendimento dos pequenos e médios fornecedores, quando ele era orientado pelo peso, isto é, até 1984. Se a implantação desta nova modalidade de pagamento não contou com mudanças técnicas por parte desses produtores, significa que os cuidados que eles dedicavam às suas lavouras propiciavam aos usineiros ganhos em sacarose não remunerados.

9.4 O crédito – poupança e investimento

O crédito se constituiu noutro fator diferenciado de participação dos produtores na apropriação do volume de recursos e alternativas disponíveis para essa atividade econômica. O número de fornecedores que se filiava à COOPERCREDI e se interessava pelo crédito era bastante reduzido, como se pode evidenciar das análises abaixo apresentadas.⁸ O número de associados da ASFLUCAN era bem maior do que o de filiados à COOPERCREDI. Essa defasagem pode ser relativizada porque, visando obter os recursos oferecidos pela ASFLUCAN ou diminuir o valor a ser pago, caso utilizassem os serviços médicos, alguns fornecedores de cana concediam a seus filhos esse título, sob carta de anuência, e a propriedade de um fundo agrícola à esposa, sem que isso significasse que eles fossem produtores de cana de fato, mas nominais.

⁸ A partir possivelmente da transformação do Banco dos Lavradores de Cana em cooperativa, COOPERCREDI (1972), foi eliminada a condição de sócio compulsório, criando-se a alternativa de filiação por opção do fornecedor de cana.

TABELA 23 – Distribuição dos proprietários de terra pela vinculação ao cultivo de cana e à COOPERCREDI, 1983

Distribuição Fundiria (ha)	Proprietários de Campos e S.J.Barra			Fornecedores OOPERCREDI			
	Nº	%	Total	Filiados		Não-filiados	
				Nº	%	Nº	%
0 – 1	739	17	478	112	7	366	17
1 – 2	640	14	497	159	10	338	16
2 – 3	451	10	365	122	8	243	11
3 – 4	335	7	298	115	7	183	8
4 – 5	294	7	249	103	6	146	7
Subtotal	2.459	55	1.887	611	38	1.276	59
5 – 6	186	4	177	82	5	95	4
6 – 7	159	4	143	62	4	81	4
7 – 8	149	3	136	62	4	74	3
8 – 9	116	2	109	65	4	44	2
9 – 10	83	2	82	36	2	46	2
Subtotal	600	15	647	307	19	340	15
10 – 20	566	13	533	296	18	237	11
20 – 30	234	5	226	122	7	104	5
30 – 40	135	3	133	73	4	60	3
40 – 50	95	2	92	58	4	34	1
Subtotal	1.030	23	984	599	33	435	20
50 – 100	165	4	158	97	6	61	3
100 – 200	82	2	79	45	3	34	2
200 – 500	39	1	37	21	1	16	1
500 – 1000	9	—	8	3	—	5	—
1000 – 2000	4	—	4	3	—	1	—
2000 – 5000	1	—	1	1	—	—	—
Sub-total	300	7	287	170	10	117	6
Total	4.492	100	3.805	1.637	100	2.168	100

Fonte: Os dados articulados nesta tabela foram desagregadamente obtidos na COOPERCREDI e no PROJIR.

A COOPERCREDI possuía em 1983 (ano em que o levantamento sobre utilização do crédito agrícola foi por mim realizado), 7.793 associados, contra os 10.500 fornecedores de cana arrolados, nesse mesmo ano, pela COOPERPLAN, obrigatoriamente filiados à

ASFLUCAN.

Correlacionando os nomes dos produtores que apareciam no levantamento realizado pelo PROJIR, com suas respectivas unidades agrícolas, identificadas pela extensão, e dos que apareciam na relação de filiados à COOPERCREDI, pude construir um universo mais restrito e adequado à análise das condições sociais de participação na oferta do crédito. Este universo abrange 1.637 fornecedores de cana ou 21% dos associados (Tabela 22).

Para efeitos de análise comparativa, selecionei dois momentos de utilização do crédito junto à cooperativa. O ano de 1978, por corresponder ao momento em que o crédito agrícola era oferecido com abundância e a juros subsidiados, conforme já analisei no Capítulo 7. Outrossim, corresponde ao ano que consegui ter acesso à listagem de associados e respectivos credores encaminhada às usinas para efeito de cobrança. No ano de 1983, quando realizei o levantamento, os critérios de oferta de crédito começaram a se modificar, aumentando o valor dos juros e da correção monetária.

Considerando-se o número de produtores levantados através da pesquisa do PROJIR, que alcançou 4.492 deles situados nos municípios de Campos e São João da Barra, pode-se melhor compreender as condições sociais dos associados da COOPERCREDI. Do total desses produtores (4.492), 3.805 são fornecedores de cana e 687 são agricultores que se dedicam à criação de gado e à cultura de produtos como mandioca, frutas e hortigranjeiros.

Entre os fornecedores de cana – 3.805 –, a maior parte deles possuía área de terra entre 0 e 10ha (2.532 ou 66,56%) e entre 10 e 20ha (533 ou 14,00%), correspondente, proporcionalmente, à distribuição geral de todos os fornecedores de cana, como foi visto no item 9.2.

Apenas 1.637 do total dos fornecedores selecionados, ou seja, 43,00% estavam filiados à COOPERCREDI. A maior parte desses associados possuía unidades agrícolas cuja extensão de terra se situava entre 0 e 20ha: 37,31% entre 0 e 5ha; 18,72% entre 5 e 10ha; e 18,08% entre 10 e 20ha.

Quando se considera a relação entre as porcentagens de produtores situados em cada segmento com as referentes às filiações à COOPERCREDI, percebe-se que esta instituição absorvia a grande massa de médios e grandes produtores ou que a maior parte dos pequenos produtores se mantinha à margem dela e do crédito, pois

não estava nem filiada à cooperativa, se auto-excluindo assim das alternativas de uso deste recurso financeiro.

Os produtores situados entre 0 e 10ha representavam 54,00% do total. Destes, 1.887 eram fornecedores e 37,31% deles estavam filiados à COOPERCREDI. Os situados entre 5 e 10ha (703) representavam 15,00% dos 4.492 produtores: 647 eram fornecedores e 307 estavam filiados à Cooperativa (ou 18,70% deles). Dos 566 produtores situados entre 10 e 20ha (12,00%), 533 eram fornecedores de cana, mas apenas 296 estavam filiados à COOPERCREDI (18,08%).

Na medida em que os produtores possuíam mais área de terra, mais eles tendiam a ser fornecedores de cana e a se filiarem à COOPERCREDI. Os produtores que possuíam área de terra entre 20 e 30ha atingiam a 234 deles. Destes, 226 eram fornecedores de cana, sendo 122 filiados à cooperativa de crédito. Dos situados entre 40 – 50ha (95), 92 eram fornecedores de cana e 58 estavam filiados à COOPERCREDI. Dos 165 produtores situados entre 50 – 100ha (3,00%), 158 eram fornecedores de cana, estando 97 filiados à cooperativa de crédito. Essa tendência vai assim se acentuando na proporção em que os produtores possuíam área de terra mais ampla.

TABELA 24 – Distribuição dos fornecedores de cana pelo acesso ao crédito oferecido pela COOPERCREDI, 1983.

Distribuição Crédito Fundiária (ha)	Fornecedores Credores						Valor do	
	1978	%*	1983	%*	Diferen- ça (+)	Total Cr\$1.000**	%	
0 –	1	15	3	25	3	10	1.505	-
1 –	2	31	6	64	7	33	13.729	1
2 –	3	34	6	61	6	27	14.442	1
3 –	4	32	6	62	6	30	26.095	1
4 –	5	31	6	58	6	27	29.968	1
Sub-total	143	27	270	28	127	85.739	4	
5 –	6	25	5	46	5	21	32.758	1
6 –	7	18	3	32	4	14	23.393	1
7 –	8	16	3	36	4	20	41.166	2
8 –	9	23	4	39	4	16	35.764	2
9 –	10	13	3	26	3	13	32.729	2
Sub-total	95	18	179	20	84	165.810	8	
10 –	20	105	19	174	19	69	357.673	16
20 –	30	50	9	78	8	28	190.353	9
30 –	40	28	5	49	5	21	139.138	7
40 –	50	32	6	40	4	8	94.136	4
Sub-total	215	39	341	36	126	779.300	36	
50 –	100	47	9	88	9	41	334.023	16
100 –	200	30	5	45	5	15	319.692	15
200 –	500	14	2	23	2	9	245.665	12
500 -	1000	3	—	4	—	1	163.390	5
1000 –	2000	1	—	1	—	—	53.285	2
2000 –	5000	—	—	—	—	—	37.676	2
Sub-total	95	16	161	16	66	1.153.721	52	
Total	548	100	951	100	403	2.173.388	100	

Fonte: Os dados articulados nesta tabela foram desagregadamente obtidos na COOPERCREDI e no PROJIR.

A utilização do crédito, a despeito do aumento do valor dos juros, foi ampliada entre 1978 e 1983. Entre os produtores aqui considerados, 548 efetivaram contratos de crédito em 1978 e 951 em 1983. O número de contratos que cresceu incidu sobre produtores situados entre 1 e 5ha e entre 10 e 40ha. A distribuição dos recur-

sos, entretanto, caminha no sentido inverso às correlações acima apresentadas. Quanto maior a área, a despeito do menor número de contratos (proporcional ao menor número de produtores), mais os proprietários tendiam a tomar crédito e maior o volume de recursos a eles destinados. Analisando a tabela antes apresentada, percebe-se que o maior volume de créditos se destinava aos produtores situados acima de 10ha, ou seja, para 43,97% desses produtores filiados à COOPERCREDI. Enquanto 74,11% desses associados se situava entre 0 e 20ha, o volume de recursos a eles destinados em 1983, através de 625 contratos, alcançou 27,88% do valor total destinado a todos os contratantes identificados por esta pesquisa. A maior parte deste volume de recursos se concentrava entre produtores com área de terra entre 10 e 500ha. Contudo, em termos médios, a concentração real de distribuição dos recursos de crédito de custeio se dava entre os produtores com área de terra entre 1.000 e 5.000ha, já que a soma que se destinou a apenas um deles ultrapassou o total de recursos transferidos a todos os contratantes situados entre 0 e 50ha.

Esta forma de repasse de recursos, com distribuição concentrada sobre determinados segmentos de proprietários de terra, independia de critérios definidos pela COOPERCREDI e se subordinava às normas definidas pela política de crédito estabelecida pelo governo federal. Contudo, essa forma de relacionamento relativamente impessoal não era legitimada pela maior parte dos fornecedores, que desejava um atendimento mais personalizado ou sob condições e critérios claros. Como essas exigências eram basicamente controladas pelos fornecedores que utilizavam o crédito ou que eram familiarizados com funcionários e dirigentes da cooperativa, a instituição era acusada pelos demais de privilegiar os grandes e os afilhados.

A análise das condições sociais de acesso ao crédito deve, portanto, levar em consideração as motivações e as formas de percepção do uso desse recurso pelos beneficiários e pelos que se auto-excluem. Na medida em que estes últimos dele pouco participavam, também legitimavam essa política de concentração da oferta do crédito. Outrossim, como o crédito era distribuído em função do valor geral da produção, ele, por vezes, era tão diminuto, que não apresentava uma solução financeira para os pequenos produtores.

Essa resistência devia-se ao fato de os produtores desejarem manter sua autonomia frente às instituições que lhes impunham

regras para a produção e de não poderem controlar plenamente a rentabilidade da atividade agrícola. Optavam por obter os recursos financeiros necessários à reprodução do processo produtivo e ao enfrentamento do longo período em que não estavam diretamente gerando rendimento (na entressafra) através da poupança ou da remuneração de outra atividade.

Além de não terem pleno controle das condições de produção, do preço da cana e de vários dos fatores de produção, alguns fornecedores reagiam ao crédito porque este acesso os colocava numa cadeia de dependência em relação aos avalistas, aos funcionários da agência bancária, às normas burocráticas e à administração das usinas.

Outros fatores eram responsáveis pela resistência de alguns produtores ao acesso ao crédito. Podem-se considerar dois padrões de referência que orientam a conduta dos fornecedores quanto ao controle de um volume de recursos necessários à reprodução do processo produtivo; e quanto à constituição de uma reserva de valor necessária ao enfrentamento de gastos circunstanciais ou à realização de projetos diversos. Um que se funda na perseguição à expansão da renda pela diminuição dos custos, pelo aumento da produção e da produtividade. Outro que se orienta pelas alternativas de expansão da poupança, que assegure novos investimentos ou que propicie a autosuficiência da unidade de produção ou a concretização de projetos da unidade familiar. Nesse último caso, o não-dever fazia parte do padrão de comportamento que conferia ao produtor a identidade de bem-sucedido. Os produtores que objetivavam este padrão orgulhavam-se de não ter dívidas, de estarem livres de preocupações em contraposição crítica ao outro padrão de comportamento, que supõe o enriquecimento muito depressa, desrespeitando os limites impostos pela unidade de produção e pelas condições naturais. Em ambos os padrões, a busca de expansão da produção podia estar presente. Contudo, um se orientava pelo endividamento e outro pela poupança.

Como a dívida não era plenamente aceita e se transformava em motivo de preocupação para o produtor, as mulheres desempenhavam um papel importante na realização desse padrão de comportamento, por considerarem que uma vida tranqüila devia ser mais valorizada do que aquela que incluía preocupações constantes. “O pouco com Deus é muito. Para que ficar rico e doente e não poder aproveitar?”

Contudo, o crédito era uma alternativa valorizada em face do longo tempo para obtenção dos resultados do investimento, que os levava a viverem grande período sem entrada de recursos financeiros e a não conseguirem valorizá-los tal qual o índice inflacionário. Como eles avaliavam o preço da cana como desfavorável, especialmente no contexto de alto índice de inflação, o crédito era por eles visto como o outro lado da face da descapitalização, que o governo lhes impunha com preços tabelados e não equivalentes às variações do valor dos fatores de produção que deviam ser adquiridos no mercado.

Os produtores de cana podiam valer-se do acesso ao crédito bancário e/ou formas de endividamento com a usina ou outro fornecedor para reprodução do processo produtivo. Durante a plantação, o corte e carreto das canas, esses produtores se inseriam num conjunto de relações sociais que ultrapassavam sua unidade de produção, de modo a obter cana-planta, os insumos, os trabalhadores e os instrumentos mecanizados, e a dispor de um acúmulo de recursos financeiros para investir no processo produtivo. O uso de instrumentos mecanizados exigia, por parte do produtor que não os tinha, uma soma de recursos financeiros para pagamento dos serviços oferecidos através de empreitada, que possibilitava a preparação da terra e o plantio dos toletes. Além do pagamento dos serviços oferecidos pelas máquinas, o produtor devia remunerar os trabalhadores alocados por empreiteiros em torno das Turmas. Algumas destas eram compostas por vizinhos, que se associavam ao proprietário do trator e demais máquinas necessárias. Outras eram compostas por assalariados vinculados às usinas para oferta de serviços (NEVES, 1981). No primeiro caso, o produtor de cana devia dispor de recursos financeiros para o pagamento imediato. No último caso, estabelecia uma relação de dívida com a usina, a ser saldada por ocasião da comercialização das canas. Esta última modalidade vinha sendo utilizada expansivamente pelos grandes e médios fornecedores, muitos deles se desfazendo dos instrumentos mecanizados que possuíam para contratar tais serviços com a usina.

A oferta dessa modalidade de crédito pelas usinas se configurava por um endividamento antecipado que assegurava os recursos necessários ao replantio do canavial (os insumos e os serviços especializados) e ao corte e carregamento das canas. O acesso a esses recursos junto à usina apresentava-se como uma solução menos burocratizada. Definia-se por relações mais personalizadas, baseadas na vinculação do fornecedor à empresa industrial a que

estava filiado como quotista.

Como as tarefas e os recursos, no caso do plantio, eram oferecidos com um ano de antecedência da comercialização e a usina assegurava a utilização de suas máquinas e da mão-de-obra a ser imobilizada, essa oferta de serviços permitia à empresa ganhos adicionais. Permitia também a transferência do pagamento da força de trabalho para os fornecedores de cana. A usina não acrescia a cobrança de juros à dívida que o fornecedor com ela contraiu. O pagamento, entretanto, era avaliado pelo preço alcançado no momento da comercialização da cana. Ademais, ela obtinha gratuitamente os serviços de corte, carregamento e transporte da quantidade de cana que emprestasse para replantio.

Para alguns produtores essa solução aparecia como mais adequada, sob a alegação de que não pagavam juros, não precisavam transferir, de imediato e diretamente, seus recursos financeiros. Também consideravam que com essa alternativa dispunham de liberdade para optar pelo uso ou exclusão de fertilizantes e inseticidas. Todavia, ela era avaliada negativamente, quando levavam em consideração o endividamento; a minimização do rendimento a ser obtido por ocasião da comercialização da cana; e a imposição de novos padrões técnicos que trouxeram, como contrapartida, a expropriação do controle de parte dos fatores e instrumentos de produção.

Na medida em que o crédito a ser obtido junto à COOPERCREDI impunha uma série de exigências burocráticas e de técnicas de cultivo e exigia pagamento de juros, ele era visto como um recurso externo à prática social dos pequenos fornecedores. Criava, ainda, gastos adicionais e paralelos e limitava a autonomia dos produtores frente ao processo de trabalho. Além disso, ele se pautava por um contrato correspondente a um sistema de sanções e normas aplicáveis às relações impessoais, que não levavam em conta a honra e a respeitabilidade do credor, mas a avaliação quantitativa da produção e dos fatores de produção do devedor e do avalista.

Esse tipo de crédito era percebido então como uma forma de redução do rendimento e um risco a correr, tendo em vista a imprevisibilidade das condições naturais em que o desenvolvimento da lavoura se processa. E mais, como o acesso ao crédito era proporcional ao rendimento da produção de cana, ele se tornava irrisório e irracional para a maior parte dos pequenos fornecedores. Era percebido como mais uma oportunidade aberta aos ricos, que

mais facilmente obtinham aquela prestação de serviços por parte da usina, embora já dispusessem de instrumentos de produção mecanizados em sua unidade e de alguns trabalhadores permanentes. Valendo-se das duas alternativas, o valor financeiro obtido através do crédito podia ser aplicado em atividades mais rentáveis e representar formas de poupança.

Por isso mesmo, o crédito a juros subsidiados e, além disto, mais baixos que a correção monetária, colocava-se como instrumento de poupança para os grandes e médios fornecedores e para muitos dos pequenos, especialmente se estes, através de outras fontes, pudessem assegurar a reprodução do processo produtivo. Além disso, podia ser utilizado para se prevenir contra momentos de enfrentamento de dificuldades financeiras (situações de doença em pessoa da família, festas de casamento); para gastos com material escolar; na construção de casa própria ou para os filhos. Podia ser usado ainda na constituição de um fundo financeiro que permitia aos filhos se inserirem em outra atividade produtiva, diminuindo as pressões sobre a fragmentação da terra, mas dotando-os de condições de autonomia financeira.

A utilização do crédito, portanto, pode ser motivada por outras orientações e projetos, em que estão em jogo nem sempre a reprodução da unidade de produção, mas a utilização deste recurso para consolidação de outros objetivos sociais e constituição de trajetórias diversas para os filhos.⁹

Embora os empréstimos obtidos na Cooperativa também tivessem seus pagamentos transferidos para a época da comercialização, eles supunham a contraprestação dos juros. Dessa perspectiva, os pequenos fornecedores, mesmo os que os utilizavam, os consideram como formas de pauperização ou de ampliação do consumo produtivo e minimização do rendimento.

Uma outra alternativa adotada por muitos deles era a poupança. Este recurso financeiro acumulado era obtido através dos rendimentos com a produção de cana aplicados em outra atividade produtiva, agrícola ou comercial; ou com a venda da força de trabalho. Estes mecanismos não eram excludentes, embora a convergência das duas utilizações fosse mais comum entre pequenos lavradores. A criação de gado, a redução do consumo produtivo

⁹ Acerca dos múltiplos significados atribuídos pelos produtores agrícolas aos recursos financeiros obtidos através do crédito, ver LOVISOLO, 1982 ; MUSUMECI, 1984, p. 394-396 ; PAULILO, 1987, p.100-112.

e doméstico, a sobriedade, a presença de unidades familiares de composição mais restrita e a venda da força de trabalho podiam então aparecer como alternativas de liberação do uso do crédito.

Contudo, mesmo dispondo dessas alternativas de poupança ou de acesso aos serviços por endividamento com a usina, alguns pequenos fornecedores utilizavam o crédito bancário, quando desejavam obter reserva de recursos financeiros, como já foi visto, ou quando desejavam aplicar fertilizantes ou inseticidas (este último em especial), que aumentavam o custo da reprodução do processo produtivo.

Por fim, através de relações de crédito pessoal, eles podiam obter a cana-planta do canavial de outro produtor para devolvê-la, como contraprestação, por ocasião da safra e arcar por si só com os demais gastos. Essas possibilidades eram mais controladas ou articuladas por fornecedores de maior volume de produção, médios e grandes.

No caso da utilização do crédito oferecido pela COOPERCREDI, o produtor se colocava em posição relativamente externa ao controle do processo de trabalho e via sob questão o seu conhecimento técnico. Essa diminuição da autonomia se acentuava até recentemente, porque ele devia se submeter às exigências de uso de fertilizantes ou inseticidas e ao plantio de 10% da área do canavial renovado em feijão.

A resistência ao uso do crédito orientado se apoiava ainda no fato de a cana não ter, até o pagamento pelo grau de sacarose, seu preço avaliado em termos de qualidade. A despeito de a utilização dos insumos visar o aumento da produtividade, os custos adicionais que ela criava não se revestiam numa ampliação direta do rendimento. Desse ponto de vista, o uso de fertilizantes e inseticidas era sempre associado a um maior gasto de recursos financeiros no processo produtivo, sem contrapartida imediata.

A partir de 1984 os juros do crédito agrícola foram tabelados em níveis cada vez mais próximos aos do mercado, constituindo um fator a mais para que os produtores que pudessem controlar outras alternativas dele se desinteressassem. A demanda foi restringida por todos os estratos.

Os médios e grandes fornecedores, como lidavam com atividades produtivas diversas e tinham acesso a uma renda mais elevada, de um modo geral não abriam mão da alternativa de apropria-

ção de um recurso externo que lhes facilitasse as transações e a revalorização do capital. Pelo contrário, consideravam que era obrigação do Estado lhes suprir com “capital de giro” necessário à atividade agrícola, pois que esta tem uma função antes de tudo social, de abastecimento dos outros segmentos sociais. Legitimavam o acesso ao crédito e reivindicavam juros subsidiados como contraprestação ao preço baixo e fixo com que operavam ou à apropriação de parte de sua renda por outros segmentos sociais ou pelo Estado. O cálculo que desenvolviam frente ao crédito se baseava muito mais na noção de direito (e de dever do Estado), do que de necessidade da unidade de produção, ainda que assim justificassem o dever da sociedade para com eles. Dessa perspectiva, não se colocava em discussão o destino do crédito agrícola. A opção pela melhor revalorização fazia parte do cálculo ou era direito do produtor na medida em que assegurasse a reprodução do processo produtivo. Valer-se de alternativas de melhor remuneração dos recursos financeiros que controlava, de obtenção de melhor rentabilidade, de melhor capitalização era sua tarefa. Constituía elemento de definição do perfil de um produtor atual, isto é, produzindo sob tais modalidades de integração e controle social.

9.5 A diferenciação sob um olhar caleidoscópico

No início do capítulo, ressaltai que a diferenciação social estava sendo considerada como perspectiva metodológica de compreensão do social, assumida no decorrer do trabalho. Contudo, dedicar-me-ia à análise das alternativas e constrangimentos subjacentes à constituição das trajetórias presentes e possíveis, no sistema de relações de produção inerente ao processo de interdependência entre agricultura e indústria tutelado por instâncias do Estado, especialmente no contexto delimitado como de “modernização” da agricultura.

Ao deslocar o olhar para a compreensão da dinâmica social e tentar abarcar o melhor possível sua complexidade, admiti a adoção de um ponto de vista caleidoscópico, considerando as diferenciadas posições frente ao controle de recursos básicos à produção e à reprodução nas condições vigentes da atividade agrícola. Espero ter demonstrado a eficácia explicativa desta postura pela revelação

de múltiplos processos e de diversificadas atribuições de significados a fatores e recursos básicos à produção, aparentemente passíveis de serem compreendidos como assemelhados. Espero ter demonstrado a importância do deslocamento do olhar que apreende a diferenciação enquanto efeito de processos gerais de acumulação primitiva, acumulação capitalista, concentração e centralização dos meios de produção, expropriação de produtores e constituição de trabalhadores livres, para compreendê-la a partir de modos diversos de controle de recursos que, sob mediação, dão objetividade à concorrência entre agentes. Modos de controle de recursos que viabilizam posições e trajetórias que se referenciam e que objetivam, de formas múltiplas, aqueles próprios processos. Ou entender a relativa eficácia de processos sempre vistos como hegemônicos e meramente determinantes daquelas tendências.

O olhar que se desloca daquelas interpretações consagradas pode compreender a diferenciação social como reveladora da complexidade da dinâmica social, considerando a disposição de agentes no exercício de posições e trajetórias frente a recursos básicos que lhes dão sustentação. Reveladora ainda das contradições decorrentes da concorrência de posições, por favorecer o entendimento da reprodução de determinadas situações vistas como depositárias das forças que expurgam, que expulsam, se consideradas a partir de processos muito gerais.

Entretanto, torna-se necessário assumir que este deslocamento de olhar não pressupõe ruptura total com as contribuições oferecidas pelo debate teórico constituído a partir das análises empreendidas por Marx, principalmente aquelas que correlacionam esse tema a determinados processos que propiciam a reconstrução de totalizações sociais. Relativiza, entretanto, as conclusões alcançadas a partir de análises específicas do caso inglês e de sua preocupação teórica em pensar a constituição e a superação do sistema econômico capitalista.

Ao considerar as possibilidades de explicação de um processo específico de diferenciação social – constituição de proletários e capitalistas –, Marx incorpora a compreensão do processo de transformação das condições técnicas de produção e o aumento da produtividade da terra e do trabalho. Alia esse processo a outras mudanças sociais presentes, como a constituição do trabalhador urbano e a criação do mercado interno. Complementa a análise inserindo a expropriação que ocorre entre capitalistas, decorrente

dos processos de acumulação e de diferenciação no interior do sistema capitalista (1971, p. 727-728).

Entretanto, a ênfase nas mudanças ocorridas a nível mais geral como parte constitutiva do processo de diferenciação dos pequenos produtores, principalmente, conduz à percepção de que ele ocorre apenas em resposta a pressões externas, a despeito de toda relativização apresentada por Kautsky (1968) ou Lenin (1980). O primeiro destaca a capacidade de permanência das unidades de produção camponesa pela readaptação a novas formas de inserção, entre as quais o assalariamento. Dentre os recursos de readaptação, destaca: redução do tamanho da família pela migração dos filhos, diminuição das atividades agrícolas frente à especialização e à utilização de novos instrumentos de trabalho mais produtivos. De sua perspectiva, a polarização proletários e grandes capitalistas expressa um tipo de evolução, mas não é uma lei geral (Kautsky, 1968, p. 12-22).

O segundo considera fundamental a compreensão da diferenciação pela diversidade de interesses, pela heterogeneidade de projetos sociais para o entendimento das relações na agricultura e o estabelecimento de programas políticos (Lenin, 1980, p. 17). Incorporando relações e ações políticas, põe em destaque a diferenciação de interesses diretamente opostos entre si. “As classes determinam seus interesses e suas tarefas políticas de acordo com as condições de luta e de evolução social” (Lenin, 1980, p. 149). Embora atribua uma base econômica para a constituição desses interesses específicos e determinados, destaca que eles são criados no confronto, na filiação partidária, pelas propostas ideológicas, pelas necessidades, pelas reivindicações e pela concepção de mundo.

A proposta de análise por mim adotada só se tornou possível porque elaborada no bojo de um conjunto de reflexões sobre processos mais amplos, constitutivos e coextensivos da interdependência entre agricultura e indústria sob tutela de instâncias estatais. Pôde ser viabilizada pela reflexão sobre processos que configuram a constituição de novas totalizações, qualificando os debates e as relativizações que venho apresentando. Admito assim que a exclusividade do recorte proposto neste capítulo enriquece mas não substitui a incorporação de análise sobre as totalizações constituídas por processos mais gerais em curso. Entretanto, tais processos precisam ser apreendidos e não a priori deduzidos. A diferenciação tratada como questão à parte pressupõe sua reifi-

cação e a atribuição de significados que pouco têm a ver com a prática dos agentes em jogo. Através do mapeamento de posições concorrentes e interrelacionadas, a objetividade social pode ser reconstruída e os significados referentes a trajetórias e posições sociais (dispostas em referências múltiplas), apreendidos.

O olhar que se nega unilinear e idealista, que tenta construir caminhos adequados aos problemas e às questões substantivas que enfrenta na situação empírica de pesquisa, busca tornar translúcidos os diferentes processos de expansão e concentração da propriedade da terra entre segmentos sociais diversos e concorrentes. Abre-se para perceber contradições outras que não só as consagradas e decorrentes de interesses claramente antagônicos como aqueles consequentes das posições dos grandes e pequenos proprietários ou dos capitalistas e trabalhadores.

Muitas das alternativas apontadas, criadas em decorrência dos processos de acumulação e de concentração do capital, condições inerentes à interdependência entre agricultura e indústria, limitam os efeitos desses mesmos processos, contrapõem-se à sua intensidade e velocidade, exigindo dos grandes proprietários e usineiros a criação de outros recursos, a constituição de percursos sinuosos.

A incorporação dessas alternativas e a criação de significados sociais específicos às práticas levam a que a presença de pequenos produtores, pequenos e médios lavradores seja reproduzida e expandida, limitando a acumulação. A existência de propriedades agrícolas com áreas classificáveis como pequenas e intensamente cultivadas produz uma valorização da terra que nem sempre recompensa sua incorporação. A expansão do uso da terra pela integração de novas áreas, por outro lado, aumenta o custo de produção, não compensável dado o preço tabelado para a cana. Para além de a localização da maior parte das pequenas propriedades permitir a diminuição do custo de produção, o pagamento da cana pela qualidade veio ampliar o rendimento dessas unidades, criando novos estímulos à permanência de pequenos produtores, pequenos e médios lavradores nessa atividade.

Sob tais considerações, pode-se inclusive relativizar o peso econômico do crédito agrícola. A exclusão ou auto-exclusão dos pequenos produtores nem sempre significa que eles estejam sendo diretamente prejudicados pela forma de distribuição dos recursos financeiros. As facilidades para a acumulação que ele pode gerar nem sempre redundam em pressões sobre os demais produtores.

A negação ao uso do crédito pode apontar para vitalidade, racionalidade e capacidade de reorganização das unidades de produção de menor porte. De modo geral, nem sempre ele é utilizado como recurso fundamental na reprodução do processo produtivo – tal qual se define o crédito de custeio –, mas como recurso de investimento econômico e social. Mais que um recurso que orienta o comportamento econômico, o crédito rural pode ser fator gerador da criação de novos comportamentos sociais, novos consumidores, não só em termos de bens circunscritos à produção, mas de um novo estilo de viver a “modernização”, isto é, a negação da “ruralidade”. De outro lado, dados os limites colocados pelo preço tabelado da cana, os grandes e médios fornecedores que mais se valem do crédito, nem sempre lhe dão um destino produtivo ou nem sempre o aplicam na cultura canavieira, valorizando outras alternativas e outras esferas da atividade produtiva.

A utilização das alternativas construídas nesse contexto, para além da diversidade de possibilidades decorrentes da posição diferenciada dos agentes, de suas representações, projetos e visão de mundo, não se orienta apenas pela maximização de vantagens econômicas ou materiais, mas também sociais e simbólicas, que se traduzem em condições de vida por eles mais valorizadas, maior prestígio e reconhecimento social.

A adoção desse tipo de olhar analítico ou desses diversos e complementares pontos de vista que se deslocam permite ultrapassar demarcações gerais sobre impactos das mudanças sociais, percebendo as transformações mais significativas ocorridas entre médios e grandes fornecedores de cana, decorrentes da absorção de instrumentos mecanizados no decorrer das décadas de 50 e 60, anteriores à implantação do chamado processo de “modernização” da agricultura. Ou destacar que o processo de “modernização” atingiu de modo mais profundo os produtores anteriormente alheios à cultura da cana ou referidos a essa atividade econômica de modo indireto e complementar.

Apreendida sob múltiplos ângulos, a análise da diferenciação impõe que se ultrapasse subdivisões de senso comum consagradas e muitas vezes incorporadas pelas análises acadêmicas, como a contraposição rural e urbano ou a subdivisão do estudo pela divisão imposta a setores produtivos agricultura, indústria, comércio etc. E revelar que a associação de várias atividades produtivas por um mesmo agente pode emprestar vitalidade à reprodução de sua

dedicação à atividade agrícola, independentemente da posição ocupada. Essa articulação, de mais a mais, pode se apresentar como limitante à concentração e à centralização de meios de produção, oferecendo condições de concorrência e de reprodução (mesmo que bastante desiguais) de produtores cuja participação, vista unilateralmente, aparece como economicamente irracional.

A complexidade social subjacente a processos definidos em termos tão gerais pode ser revelada pela explicitação de interesses comuns e antagônicos, de cujo embate o próprio processo flui. A análise que valoriza esses interesses e orientações dos agentes sociais pode tornar mais facilmente perceptíveis agentes outros cujos antagonismos não se apresentam facilmente, porque não se expressam de modo organizado ou surgem de contradições propiciadoras de novos desdobramentos.

Os agentes deixam de ser percebidos como meros executores de estruturas e programas impostos externamente, para serem percebidos por suas práticas, que também estruturam relações objetivas. Assim sendo, os processos não são analisados considerando os indivíduos como meros resíduos do elemento coletivo, mas compreendido a partir da luta concorrencial em torno de interesses e recursos específicos, onde as trajetórias são partes dele constitutivas, oferecendo inteligibilidade às ações dos agentes e às estruturas sociais.

10

A DIVERSIDADE DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Estes dois últimos capítulos foram construídos com dois objetivos. Um deles, apresentar as condições de incorporação ou recriação de determinados recursos, oferecidos pelas políticas e programas agrícolas do Estado para consolidação do complexo agroindustrial. O outro, ampliar o conhecimento sobre as condições de interdependência entre agricultura e indústria, desreificando determinadas noções reducionistas, principalmente as que pretendem explicar as tendências homogeneizadoras dessa forma de organização da produção. Essas mesmas noções podem aparecer, em contraposição, acenando para a diferenciação dos agentes, mas respeitando os mesmos termos do debate ou subdividindo polarizações. Assim, se uma vertente valoriza a existência de burgueses e proletários, a outra inclui a diferenciação do camponês em novo e tradicional, capitalizado ou tecnificado, marginalizado ou pauperizado, autônomo ou subsumido ao capital etc. A despeito da tentativa de valorizar a complexidade do social, esses agentes econômicos são ainda reduções adjetivadas que não dão conta das múltiplas alternativas criadas pelos agentes sociais, nesse mesmo contexto de interdependência entre agricultura e indústria tutelada pelo Estado.

A diversidade das formas de organização das unidades de produção aparece como preocupação constante, quando os autores querem demonstrar o caráter não homogeneizador do sistema capitalista, a persistência da produção familiar ou de formas de produção não-capitalistas. Também está presente nas análises fundadas em estudos de caso que pretendem salientar as especificidades das diversas situações concretas. Em ambas as perspectivas, os autores estão interessados em demonstrar a insuficiência das interpretações baseadas em processos gerais para a compreensão das relações de produção na agricultura. As análises globais sobre as transformações que ocorrem por força da implantação do sistema

capitalista, que pretendem resgatar a diversidade, quase sempre circunscrevem-se ao reconhecimento da presença concomitante de empresas capitalistas e das unidades familiares de produção. Deste prisma o trabalho familiar e o trabalho assalariado aparecem como critérios básicos de distinção.

Os estudos que se voltam especificamente para as unidades familiares de produção tendem a tomá-las em suas relações internas, abandonando muitas vezes as articulações com o circuito de reprodução do capital. Desta perspectiva, passam a valorizar o que não é capitalista, a resistência dos produtores a essa dominação econômica e a presença do trabalho familiar. Raramente qualificam a dimensão relativa do trabalho assalariado, a priori definido como complementar.

Embora essa questão da diversidade das unidades de produção agrícola tenha merecido a atenção de muitos estudiosos, alguns problemas permanecem pouco clarificados. Visando contribuir para a compreensão da diversidade de formas de organização das unidades de produção e ampliar as possibilidades de entendimento, a partir do estudo de uma situação concreta, neste capítulo, a análise empírica se restringe às ações sociais dos produtores residentes nas duas subáreas selecionadas para estudo de caso: Baixada Campista e Região do Açu. Além disso, discutirei a utilização de determinadas categorias sociológicas, construídas para compreensão de tal questão, recorrentes na literatura que se volta para o estudo da interdependência entre agricultura e indústria em suas diversas modalidades.

10.1 Trabalho familiar e trabalho assalariado

Para o estudo da diversidade das unidades de produção agrícola, privilegio dois princípios de análise: as modalidades de uso da força de trabalho e os campos diferenciados e interrelacionados em que os produtores desenvolvem suas ações e orientam a organização da produção. No primeiro aspecto valorizo as condições de uso do trabalho assalariado e familiar, avaliando a importância de cada uma dessas modalidades na geração do trabalho produtivo (DICKINSON, MANN, 1978). No segundo aspecto, enfatizo as relações dos produtores com os demais agentes e as alternativas que foram criando a partir das mudanças na produção, propiciado-

ras da construção de múltiplas trajetórias. Algumas delas supõem a interiorização do senso de limite, ainda que criticamente ou resistindo através da criação de diferentes possibilidades de valorização social. Outras delas interiorizam a ambição e o desejo de controle de maior número de fatores de produção ou de alternativas de participação social.

Por isso mesmo, a análise das trajetórias sociais para entendimento das unidades de produção torna-se importante. Afinal, parto do princípio de que existem situações específicas e não especificidades intrínsecas a modelos reificados de organização da produção. Valorizo, por isso, a especificidade das formas de inserção na sociedade, das vivências, das percepções e visões de mundo. O percurso de cada trajetória resulta do campo de possibilidades delimitadas pelo jogo de forças e da postura dos produtores na distribuição de posições e recursos estratégicos. Destaco as estratégias diferenciadas, muitas vezes competitivas entre si, como escolha de distintos meios para alcançar objetivos sociais, construídos nesse mesmo jogo de relações que sustenta as mudanças nas condições de produção e integração dos produtores à vida social.

A compreensão das forças sociais em jogo, das alianças que são estabelecidas entre os vários segmentos de produtores e demais agentes, entre eles e os usineiros e trabalhadores rurais – cujos interesses, em grande parte divergentes, permitem a coexistência de tendências contraditórias – é elucidativa das alternativas por eles acionadas.

a) As unidades de produção sustentadas pelo trabalho assalariado

Essas unidades de produção valiam-se do trabalho assalariado em virtude, principalmente, da concentração dos meios de produção. O proprietário se apresentava como administrador das atividades agrícolas, alocador de mão-de-obra e recursos financeiros e como comerciante dos produtos agrícolas ou do gado.

Como essa condição de organização da produção era muito pouco recorrente entre os produtores da Região do Açu, a análise desse tipo de unidade de produção vai recair sobre os plantadores de cana. No trabalho de campo nessa região, encontrei um único caso em que um proprietário de área extensa de terra só utilizava

trabalho assalariado e parceria agrícola. Nas demais situações, o trabalho familiar se encontrava em utilização cada vez mais intensa, quando a unidade produtiva dispunha de fatores de produção em volume tal que assegurava a apropriação de trabalho excedente; e quando dispunha de recursos financeiros superiores às necessidades de reprodução da unidade de produção e da família. Este tipo de unidade será analisado posteriormente.

As unidades de produção que se sustentavam apenas com trabalho assalariado tendiam a se especializar em alguns produtos mercantis: a cana, no caso dos produtores da Baixada Campista; a cana, o abacaxi, a melancia e o melão, no caso do produtor da Região do Açú. A criação de gado era mais extensiva entre elas.

Na unidade de produção do agricultor recém-incorporado à cultura de cana, que contava apenas com o trabalho assalariado e a parceria, os assalariados eram contratados por tempo determinado, isto é, conforme as tarefas a serem realizadas. Não tinham vínculo formal de trabalho. Eram recrutados para o plantio, trato e colheita do abacaxi, melão e melancia; para as limpas da cana. Como algumas atividades produtivas eram relativamente constantes, especialmente na cultura de abacaxi, os trabalhadores eram freqüentemente recrutados. Entretanto, os momentos de interrupção do tempo de trabalho eram assumidos por estes como de desemprego ou de ocupação em outras unidades produtivas. Para o plantio, corte e carreto das canas, o proprietário contratava as Turmas junto aos empreiteiros e às usinas.

A criação de gado estava geralmente a cargo do proprietário e de um parceiro, o qual tinha acesso a pequenas parcelas de terra para plantação de milho, feijão, abóbora, mandioca, maxixe, tomate, alho etc. As tarefas de trato com o gado eram pagas pelas horas por elas ocupadas, porque o número de cabeças era pequeno. A parceria supunha ainda a transferência de parte dos produtos, enquanto renda-produto. Variava conforme a participação do proprietário na preparação da terra (bruta ou limpa), oferta de sementes, mudas e adubo. Freqüentemente estes últimos recursos eram oferecidos pelo parceiro.

A cessão de terra sob parceria era prática comum entre os proprietários que dispunham de áreas mais extensas. No momento da pesquisa, ela era relativamente rara e se limitava, quando ocorria, a diminutas parcelas de terra, geralmente de baixa fertilidade. Quando se verificava, visava assegurar ao proprietário o acesso a

um conjunto de produtos para o autoconsumo, limitando-se assim àqueles que compunham a dieta alimentar.

A inserção de proprietários dessa região na produção de cana lhes permitiu a liberação dos parceiros, em virtude do nível de organização do mercado de trabalho e de serviços para essa cultura. Os produtores expropriados do acesso à terra sob parceria passaram a trabalhar temporariamente para os diversos proprietários e a se vincular às Turmas de cortadores de cana organizadas por empreiteiros filiados às usinas.

A alternativa de assalariamento na cana-de-açúcar sempre fora competitiva na alocação de trabalhadores por esses proprietários de terra. Na safra, muitos dos pequenos produtores aí situados se deslocavam para essa tarefa, principalmente junto às usinas que dispunham de galpões para abrigar essa mão-de-obra temporária.

Na medida em que os empreiteiros passaram a dispor de meios de locomoção para transportar os trabalhadores, muitos deles desistiram da parceria e optaram pela dedicação mais intensa ao trabalho na cultura da cana. Como essa região possui solo pouco fértil e os proprietários reservam áreas mais produtivas para os cultivos comerciais, o rendimento agrícola da parceria era baixo.¹

As unidades de produção dos plantadores de cana

Destaquei, no decorrer do texto, as mudanças ocorridas nas relações de trabalho das unidades de produção dos plantadores de cana, a partir do processo de interdependência entre agricultura e indústria. As mudanças mais significativas se expressaram na extinção do colonato e da morada, na restrição do número de trabalhadores permanentes e na alocação temporária de força de trabalho para as principais atividades do cultivo de cana. Essas unidades de produção passaram a operar com os trabalhadores de fazenda e com os clandestinos (como já foi destacado).²

Os trabalhadores clandestinos, por outro lado, também não reco-

¹ Como a *Região do Açúcar* se situa no município de São João da Barra, os trabalhadores rurais estão vinculados ao sindicato aí situado. Não tendo tomado este sindicato como objeto de estudo, não disponho de uma compreensão sobre o encaminhamento jurídico dos conflitos gerados nesse processo de expropriação dos parceiros.

² Sobre as diferenciadas categorias de trabalhadores da agroindústria açucareira, consultar o capítulo 5 deste trabalho e Neves, 1983b.

nheciam a vinculação com os plantadores, mesmo que trabalhando para eles, porque se definiam como trabalhadores por conta própria, que vendiam a força de trabalho para as usinas ou empreiteiros. Por esses motivos, na análise das unidades de produção dos plantadores de cana, privilegiarei a participação dos trabalhadores da fazenda.

As mudanças em tais unidades de produção não atingiram apenas a composição e os tipos de tarefas realizadas. Alteraram as relações sociais, as formas de pagamento e as pautas de conduta que definiam o sistema do poder, redefinindo atitudes e comportamentos. Se alguns elementos do sistema de relações anterior estavam presentes, eles não tinham o mesmo significado. Essa presença propiciava determinadas manipulações por parte do plantador de cana, que desejava alterar significados atribuídos e construídos conforme interesses próprios. Por isso mesmo, eles tendiam a acentuar as mudanças de comportamento por parte do trabalhador, atribuindo a elas as causas das demais alterações.

Destacavam como expressões das mudanças nas relações de trabalho: o uso de instrumento mecanizado e a diminuição do contingente de trabalhadores permanentes; o aparecimento de funções especializadas; a extinção da relação de moradia pelo desinteresse dos trabalhadores em residirem na propriedade; a auto-exclusão dos trabalhadores mais novos quanto aos cultivos em contrapartida às limpas do canavial; e a incorporação dos direitos trabalhistas como parte constitutiva dessa relação.

Alguns deles explicitavam mais a insatisfação com o comportamento dos trabalhadores, porque, segundo eles, estes se orientavam apenas pela obtenção do salário e pelo cumprimento da jornada de trabalho. Reclamavam, assim, da impossibilidade de criação de pontos convergentes, interesses comuns, tais quais eram constitutivos das relações de colonato e de moradia.

A análise do sistema mútuo de acusações construído por empregadores e trabalhadores é bastante instrumental ao entendimento das formas de constituição das relações de trabalho vigentes. Sua compreensão, entretanto, depende do entendimento a respeito das mudanças ocorridas na composição da força de trabalho e das funções desempenhadas, que passarei em seguida a considerar.

As unidades de produção especializadas em plantação de cana e que não complementavam as atividades produtivas com a criação de gado, limitavam os trabalhadores permanentes a um, dois ou

três. Estes desempenhavam a função de administradores, encarregados, dedicando-se à supervisão dos trabalhadores alocados para os tratos culturais. Alguns deles associavam a função de encarregados à de tratorista. Caso a unidade de produção agregasse a cultura de cana à criação de gado, o número de trabalhadores efetivos aumentava, incluindo o curraleiro e/ou campeiro e trabalhadores braçais para limpa e plantio de pasto.

Esse número se ampliava um pouco mais quando as unidades de produção se utilizavam do sistema de irrigação. Além de um trabalhador especializado em irrigação, geralmente acumulando a função de administrador, dois a três se encarregavam de controlar a passagem de água pelos sulcos – evitando a erosão, a interrupção do fluxo d'água ou inundação – e a transferência dos sifões para as linhas de cana a serem irrigadas.

Em virtude da utilização de instrumentos mecanizados na cultura de cana, os encarregados de fazenda ou administradores também passaram a acumular múltiplos conhecimentos que os afastavam de um trabalhador rural típico. Deviam saber conduzir tratores, realizar pequenos consertos no motor das máquinas, ter noções sobre eletricidade e lubrificação de bombas, além do conhecimento sobre as condições técnicas da cultura de cana, de modo a supervisionar e controlar o desempenho dos demais trabalhadores. Em certos casos, precisavam ter noções de contabilidade, porque se encarregavam do pagamento de serviços, dos trabalhadores e das taxas e contribuições sociais.

De um modo geral a maior parte dos trabalhadores de fazenda era detentora de conhecimentos relativamente especializados, diferenciando-se dos demais, classificados como trabalhadores braçais, voltados para o plantio, limpas, corte e embarque da cana, alocados em momentos específicos de realização dessas atividades e, por isso mesmo, vinculados descontinuamente, remunerados com base no cumprimento da jornada de trabalho ou de determinadas tarefas avaliadas pela produção.

Os trabalhadores de fazenda eram, na maior parte dos casos, diaristas. Durante a safra, se incorporados ao corte de cana, recebiam por produção nos momentos que se dedicavam a esta atividade.

Em princípio, estavam subordinados ao salário estabelecido por acordos intersindicais – Sindicato Rural de Campos e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos e às vantagens econômi-

cas e assistenciais que vinham sendo reivindicadas nas últimas campanhas salariais. Contudo, a maior parte dos fazendeiros não cumpria o acordo, razão pela qual os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais encaminhavam sistematicamente processos à justiça trabalhista exigindo o cumprimento. Geralmente recebiam o salário mínimo, exceto as funções consideradas especializadas ou de administração, em que o fazendeiro fazia crescer valores correspondentes em média a 50% daquele patamar.

Muitos desses trabalhadores representavam gerações de parentes, sendo comum a presença de avô, filho e netos ou pais e filhos. Sua reprodução social, por conseguinte, estava articulada à das relações de parentesco, à socialização dos filhos e ao bom desempenho do papel por cada geração de trabalhadores.

A possibilidade de criação a priori dessas trajetórias e de inculcação dos limites sociais na preparação dos filhos para o trabalho facilitava sobremaneira a tarefa disciplinar que os empregadores deviam realizar. Socializados para o desempenho dessa trajetória, os filhos dos trabalhadores desde cedo iam internalizando modos de conduta, reconhecendo o que podia ou não ser dito, precavendo-se da explicitação de determinados conflitos como meio de assegurar a manutenção do vínculo.

Essa forma de reprodução dos trabalhadores tendia a se restringir ultimamente, na medida em que os pais vinham tentando ampliar a escolarização dos filhos como alternativa de libertação desse tipo de vinculação ao trabalho e de acesso a outra profissão. A fixação de residência fora dos limites da propriedade agrícola, em muitos casos, constituía condição fundamental à criação de novas expectativas de vinculação dos filhos ao mercado de trabalho.

Para se libertarem do cumprimento da legislação, alguns produtores, cujas unidades de produção puderam minimizar o número de trabalhadores permanentes, optavam pela incorporação de trabalhadores idosos, aposentados ou deficientes, que da condição de beneficiários da legislação previdenciária não mais podiam cobrar o cumprimento da legislação trabalhista.

A redução do período de trabalho nas unidades de produção e as alternativas criadas para alocação de trabalhadores temporários através das usinas tornaram irracional, para alguns proprietários, a manutenção de trabalhadores permanentes durante todo o período do ano. Ainda que assumindo as responsabilidades sociais

pela legalização das relações de trabalho, alguns titulares de unidades de produção contavam com a adesão e compromisso do trabalhador no sentido de aceitar o não-reconhecimento dos dias não-trabalhados por falta de serviço ou a vinculação legal contínua mas de fato descontínua, buscando trabalho junto a outras unidades e compensando a ausência do salário.

Embora o contrato fosse regido pela legislação, havia um acordo tácito entre alguns trabalhadores “permanentes” e o proprietário, no sentido de que a carteira assinada fosse um documento que conferisse o direito à assistência médica e à previdência. Conforme o volume de produção de cana e os descontos correspondentes para o FUNRURAL, o produtor podia contratar um determinado número de trabalhadores. Essa quota era redistribuída entre esses trabalhadores relativamente permanentes e, por vezes, entre aqueles que no período de corte podiam ser recrutados. A redistribuição era feita por um período determinado, conforme os trabalhadores fossem atingidos por acidentes de trabalho ou por doença em si mesmos ou nos membros da família.

Na proporção em que as tarefas agrícolas iam se extinguindo, o proprietário autorizava e previnha os trabalhadores de que podiam procurar trabalho fora da propriedade. Nem sempre tal alternativa era possível de ser concretizada, porque o período de escassez de trabalho o era para a maior parte das unidades de produção e a procura entre os trabalhadores era generalizada. Nesses termos, eram os próprios trabalhadores que arcavam com o ônus da ausência das tarefas agrícolas e com as descontinuidades de acesso ao salário.

Contudo, se existiam fazendeiros que incorporavam múltiplas alternativas de manipulação para se libertarem da legislação, outros se orgulhavam de jamais terem sido submetidos disciplinarmente à justiça trabalhista, porque respeitavam os direitos dos trabalhadores. Esses fazendeiros eram geralmente classificados como bons patrões pelos trabalhadores e reconhecidos socialmente como pessoas justas, em oposição aos demais, vistos como gananciosos ou vampiros (“querem se enriquecer com sangue dos pobres”).

De uma forma ou de outra, os plantadores de cana tiveram que incorporar o cumprimento dos direitos nas relações de trabalho. Ora cuidando para criar situações em que podiam deles se descartar. Ora admitindo que, ao final do contrato, deveriam transferir parte dos recursos financeiros correspondentes aos direitos desrespeitados, através de acordos. Ora optando por manter o contrato legal

com os trabalhadores, respeitando direitos adquiridos.

A partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), os trabalhadores da fazenda ampliaram as solicitações de mediação junto ao sindicato para que os plantadores de cana respeitassem a definição legal do contrato de trabalho (análises já apresentadas no Capítulo 5). No início da década de 70, encontraram motivos novos para prosseguirem nessa reivindicação. Com a instituição da previdência rural, através da criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - Lei complementar no 11, de 25 de maio de 1971 e do FUNRURAL, os trabalhadores tiveram acesso à aposentadoria por velhice, invalidez, à pensão, ao auxílio funeral, aos serviços de saúde e social.

Alguns desses recursos oferecidos vieram ao encontro de interesses dos plantadores. Dentre eles, a aposentadoria, porque os liberava de certos compromissos com antigos trabalhadores. Ademais, a concessão desse recurso nem sempre estava associada à contratação formal do trabalhador, bastando para tanto a declaração do empregador. Diante dessa alternativa, os plantadores de cana procuravam o sindicato para encaminhar pedidos de aposentadoria para seus empregados.

Levando em conta os casos registrados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pode-se ter uma idéia aproximada do empenho dos trabalhadores e dos aspectos legais por eles valorizados.

De 1971 (ano de reconhecimento do direito à previdência) a 1984 (ano em que encerrei o levantamento no arquivo daquela instituição), 6.996 trabalhadores haviam solicitado a intermediação dos dirigentes sindicais para acordos ou interferência da justiça trabalhista, no sentido de disciplinar os empregadores ou para oficializar o reconhecimento da legislação por alguns destes.

Após apresentarem queixas por descumprimento da legislação trabalhista, 596 trabalhadores chegaram a um acordo com os patrões, recebendo o valor financeiro ou parte dele, correspondente aos direitos reclamados. Encaminharam processos à Junta de Conciliação e Julgamento, 1.118 trabalhadores, porque não conseguiram entendimento com os patrões.

Nesses processos jurídicos e nos acordos alcançados, os trabalhadores reclamavam o cumprimento total da legislação durante o período de contrato, principalmente por ocasião da dispensa, quando os empregadores negavam-se a compensá-los pelos

direitos não respeitados. Reclamavam férias não concedidas, pagamento de repouso remunerado, horas extras, décimo-terceiro salário e o aviso prévio (por considerarem a dispensa injusta e infundada). Algumas dessas reclamações eram encaminhadas por trabalhadores de uma mesma unidade de produção, em conjunto, na vigência do contrato de trabalho. Muitos deles reivindicavam, tão logo iniciavam a relação de trabalho, o reconhecimento oficial do contrato pela assinatura da carteira ou a retificação da data de admissão, muitas vezes postergada pelo plantador de cana.

Além disso, contestavam a cobrança de aluguel de casa, reivindicando suspensão ou devolução dos descontos; reclamavam o reconhecimento de atestado médico oferecido pelo serviço de assistência médica do Sindicato mediante convênio com o FUN-RURAL e a demissão do trabalhador após testemunhar a favor de colega na Junta de Conciliação e Julgamento.

Grande número deles procurava o sindicato visando a obrigar o empregador a pagar o salário mínimo. Nessas circunstâncias, passava a reivindicar na justiça mais que este piso, porque ao empregador caberia pagar o valor definido pelo acordo intersindical ou pelo dissídio coletivo.

O resultado do empenho contínuo de certos trabalhadores de fazenda em incorporar a legislação como pauta de referência para os contratos de trabalho pode ser ainda aquilutado pelo número de rescisões homologadas no sindicato e que, portanto, respeitavam a legislação. Interromperam relações de trabalho sob tais condições, 5.212 trabalhadores.

Embora números isolados não consigam expressar significados e eu não disponha de condições para avaliar o que eles representam em relação ao universo desses trabalhadores, essa correlação pode ser suposta levando em consideração outros fatores. O número de trabalhadores permanentes cada vez mais diminuía e o número de reivindicações de cumprimento da legislação aumentava. Durante os anos analisados da década de 70, 3.496 trabalhadores se colocaram nessa condição de questionador do descumprimento da legislação trabalhista. Nos 4 anos analisados durante a década de 80, este número havia alcançado valor aproximado ao período anterior: 3.430. O número de produtores de cana que se colocava na condição de plantador, como foi visto no capítulo anterior, era pequeno, se comparado ao total deles. Calcula-se, aproximadamente, que eles alcançavam o número de 270 em toda área da

região açucareira de Campos.

Alguns plantadores tentaram manter o padrão de relações anterior em que consideravam que o acesso à terra operava como complemento do salário ou pagamento dos direitos trabalhistas. Rompido esse acordo, principalmente por parte dos trabalhadores que se negaram a utilizar áreas de lavoura para complementar o salário, os fazendeiros os desqualificavam moralmente pela quebra das antigas regras de comportamento. Consideravam-se desautorizados pelos trabalhadores e ameaçados de terem de transferir parte de seu patrimônio no caso de reclamação na justiça trabalhista. Protestavam diante do fato de não poderem se constituir em autoridade dentro dos limites de sua propriedade privada, invadida pelo corpo de leis que limitava suas atitudes e comportamentos.³

Durante a entressafra, os trabalhadores permanentes (e mesmo alguns dos temporários) podiam ter acesso a linhas de cana para plantação de feijão e milho, em contrapartida à oferta gratuita das tarefas de limpa na parte utilizada, pelo proprietário, para replantio do canavial.

Na medida em que a produtividade do trabalho aumentou significativamente e os trabalhadores desempenhavam suas atividades em ritmo mais intenso, eles prescindiam da utilização de áreas de terra para plantio de lavouras de subsistência. A esses fatores explicativos dessa atitude, eles acrescentavam outros, reconhecidos também pelos fazendeiros: condições climáticas não propícias à cultura do feijão e do milho, especialmente na Baixada. As perdas na colheita já eram previsíveis pelo excesso de vento e escassez de chuvas.

Os fazendeiros se queixavam de que os trabalhadores não se interessavam mais por terra para plantar, ainda que este recurso fosse por eles oferecido. Alguns trabalhadores se negavam a realizar plantios em área de renovação do canavial porque essa concessão se dava por contrapartida. Envolveria, por um lado, a prestação de serviço previamente definido e qualificável, porque supunha a limpa de determinadas linhas de cana, e, por outro lado, a obtenção de um produto cujo valor era imprevisível, porque dependia das condições climáticas. Como essas condições não eram muito favoráveis a tais cultivos, avaliação consensualmente reconhecida

³ Análise de uma situação de confronto semelhante entre trabalhadores rurais da agroindústria canavieira e senhores de engenho pode ser consultada em Herédia, 1986.

por trabalhadores e fazendeiros, eles (os trabalhadores) corriam sempre o risco de oferecer um trabalho grátis ao proprietário da terra.

Diante das condições desfavoráveis, muitos deles não cumpriam o acordo estabelecido com o proprietário da terra: não limpavam ou limpavam parcialmente as linhas de cana ou até abandonavam o que ainda poderiam conseguir colher. Esse comportamento dos trabalhadores motivava uma série de críticas por parte do empregador, que os qualificava de desleais, irresponsáveis, preguiçosos etc.

Outros fazendeiros, percebendo as contradições e as desvantagens a que estavam submetidos os trabalhadores – quando aceitavam o plantio entre linhas do canavial como contrapartida à realização das limpas –, optavam pela concessão de pequenas áreas de terra exclusivas para aquelas culturas, mas continuavam a expressar a estranheza diante do fato de os trabalhadores não se dedicarem assiduamente à sua roça.

Ocorre que apenas a possibilidade de acesso a produtos de subsistência plantados em área de terra do proprietário era comum entre os dois sistemas de relações de trabalho. As condições desse acesso e o que ele significava nos dois contextos eram totalmente diversos.

O acesso a uma área de terra na propriedade agrícola, embora concessão, era também obrigação do plantador como forma de reconhecimento da dedicação do morador. Associava-se ao acesso à casa, ao quintal e não correspondia a formas de pagamento direto por parte do empregado. No momento da pesquisa, essa oferta era muito mais descontínua do que anteriormente, porque não fazia parte das regras que orientavam o sistema de relações e comportamento. O trabalhador não tinha assegurado que a todo ano iria dispor desse recurso. Além disso, o risco anterior de perda da produção representava prejuízo pelos gastos com mudas e sementes e de sua força de trabalho. Posteriormente, a todas essas possibilidades de prejuízo, havia o crescimento do compromisso de pagamento em trabalho, na incerteza de que seria recompensado. As possibilidades de perda, por conseguinte, aumentaram.

Contudo, como o plantador definia este acesso como concessão, o trabalhador ainda passava a ser devedor moral, tornando-se mais submisso diante de pedidos de prolongamento da jornada de trabalho ou outras formas de apropriação de trabalho não-pago. A aceitação dessa alternativa permitia a criação de uma cadeia

de dependência não recompensada, como outrora, pela certeza da reprodução da família, pela criação de alternativas e projetos para os filhos e para a sua autonomia, como de fato ocorria entre alguns deles.

Sob esse mesmo aspecto pode-se entender a recusa dos trabalhadores em permanecerem morando em casa da propriedade agrícola. Associavam-o “morar no que é meu” à liberdade, à autonomia, à possibilidade de criação de limites à sua sujeição ao patrão. Morar fora propiciava mais liberdade de interrupção da jornada de trabalho no tempo legal, sob a alegação que deveria ir para casa ou que estava sendo aguardado em casa ou que podia dispor de seu tempo livre até para outras atividades remuneradas.

“Morar no que é meu” constituía uma das explicitações públicas de que o trabalhador não estava criando expectativas de dependência em relação ao seu futuro e ao dos filhos. Por conseguinte, mais uma forma de assegurar e expressar o desejo da manutenção da autonomia frente às ordens ou solicitações dos empregadores que extrapolavam o tempo e as regras estabelecidas para as relações de trabalho. Negar essas alternativas recriadas mas supostamente veiculadas como se dispusessem dos mesmos significados era a demonstração pública de que elas não dispunham das contrapartidas anteriores.

Por isso mesmo, o bom patrão era o que sabia manter aspectos ou elementos valorizados dos dois sistemas de relações, sem contaminá-los ou compreender os novos significados atribuídos. Respeitava os direitos trabalhistas e propiciava alternativas de acesso à terra para plantio, sem compensações e numa assiduidade que assegurava ao trabalhador a certeza de que podia contar com recursos indiretos para sua reprodução e melhoria das condições de vida. Não transformava essas concessões em troca de favores que lhe assegurassem a apropriação de trabalho não-pago.

Embora muitos dos plantadores de cana estivessem afirmando que concediam casas aos trabalhadores, elas eram, por vezes, desprovidas de quintal, mas ladeadas pela cana. Com a prática de queima do canavial, a família do trabalhador se colocava em situação de risco nessas ocasiões e a esposa não conseguia manter o padrão de limpeza da casa, porque tomada durante vários dias por fulgens. Essa concessão também não se fazia acompanhar da oferta de lenha, obrigando o trabalhador a buscar bujões de gás, muitas vezes acessíveis somente após o percurso de longas

distâncias. Em contrapartida, colocava o trabalhador mais vulnerável às solicitações dos plantadores para início da jornada de trabalho com antecedência ou para manter a vigília da propriedade, mesmo nos momentos de tempo livre, além das interferências em conflitos familiares ou brigas entre o casal. Como a maior parte dos plantadores residia na cidade, a permanência do trabalhador na propriedade agrícola dificultava a busca de recurso médico de emergência porque a distância não podia ser compensada com a oferta de meio de transporte pelo patrão.

As reiteradas queixas dos empregadores em relação aos seus trabalhadores – desinteresse em melhorar de vida, em ganhar mais dinheiro com horas-extras, em diminuir o consumo com a constituição de horta, em poupar dinheiro pela concessão gratuita da casa (por vezes, da água e luz elétrica) nem sempre referiam-se a esses fatores. Muitas vezes, explicitavam apenas o fato de estarem mais expostos a interesses divergentes, porque sua autoridade fora restringida pela concorrência de outras instituições e da legislação que definia parte do sistema de poder que devia ser objetivado. Reconheciam-se como detentores de menos autoridade, nem sempre questionada pelo trabalhador, mas pela sociedade ou instituições estatais como um todo. Por isso mesmo, comumente referiam-se à perda de seu poder e autoridade com a seguinte expressão: “Hoje, fazendeiro na justiça é ladrão e criminoso. Vale mais uma mentira do trabalhador do que 10 verdades do empregador”.

Mantinhavam expectativas de que podiam contar com gratidão e fidelidade dos trabalhadores diante daquelas supostas concessões, impedindo-os de recorrerem à justiça. Sistemáticamente, comentavam experiências em que sua expectativa fora negada: “Dei tudo para ele, e ele acabou me colocando na justiça. Safado.” Mas os trabalhadores reconheciam que a contrapartida a essas supostas concessões era o seu comprometimento, de forma que se sentissem desencorajados para tais atitudes.

Essa divergência de interesses e essas relações de trabalho mais impessoalizadas se intensificavam com os trabalhadores temporários e inviabilizavam, por vezes, decisões técnicas por parte dos fazendeiros. À guisa de exemplo, esses trabalhadores negavam-se a cortar cana crua, exigindo a utilização da queima. Esta técnica de despalhamento permite a minimização dos custos com a mão-de-obra e fora imposta pelos produtores de cana sob reação dos trabalhadores. Inicialmente, eles se negavam a cortar cana

queimada pelos malefícios que traziam à sua saúde: maior risco de acidentes com a vista, dificuldades respiratórias e condições de higiene e de trabalho desfavoráveis.

Alegavam os produtores de cana, no momento em que esta pesquisa foi realizada, que o uso da queima do canavial era um dos principais fatores responsáveis pela tendência à diminuição da produtividade agrícola, porque o solo se tornava cada vez menos fértil. Desde a década de 80, a região açucareira de Campos tem sido castigada por secas ou quedas irregulares de chuvas. A presença da palha de cana no solo, além de se constituir em fertilizante, aumentaria a umidade da terra. Ademais, com o pagamento da cana pelo grau de sacarose e impureza, o corte sem a queima ampliaria as possibilidades de remuneração. Entretanto, os produtores de cana não estavam conseguindo obter a adesão dos trabalhadores à volta ao antigo método de corte. Alegavam então os trabalhadores que o corte de cana sem queima era arriscado pela presença de cobras, pelas possibilidades de acidentes de trabalho, dada a existência de tocos de árvores no canavial. Também os levava a ter diminuída a remuneração, porque recebiam por unidade de trabalho (tonelada ou metro). Se a cana fosse cortada crua, eles deviam realizar o movimento de despalhá-la, tarefa não remunerada pela unidade de avaliação de pagamento.

Tal divergência de interesses inviabilizava ainda o uso e a propriedade dos instrumentos de trabalho mecanizados por um número mais amplo de fornecedores. Na década de 70, os plantadores e os médios lavradores de cana construíram um acervo de máquinas para uso próprio e para prestação de serviços. De posse de um trator e carretas, esses produtores podiam realizar o transporte de canas cortadas. Ao final da década de 70 e início de 80, o uso da embarcadeira se tornou generalizado pelas usinas e grandes produtores. Os médios lavradores, dada a restrição do crédito e o volume de produção de sua unidade e daquelas para as quais prestavam serviços, tiveram este acesso inviabilizado. Os trabalhadores negavam-se a realizar o embarque manual ou se incorporavam às equipes de trabalho que dispunham da embarcadeira. O embarque manual era considerado tarefa pesada e improdutiva porque acarretava a diminuição do número de toneladas cortadas por dia.

b) Unidades que utilizam basicamente o trabalho assalariado

O uso do trabalho assalariado por algumas dessas unidades de produção nem sempre estava vinculado à extensão mais ampla da área de terra. Podia corresponder à ausência de filhos, ao período do ciclo de vida familiar em que estes são menores ou à opção do pai de criar alternativas para que os filhos pudessem escolher entre prosseguir nas atividades agrícolas ou se vincular a outros setores produtivos. Neste caso, ele poupava os filhos do trabalho agrícola e ampliava o período de escolarização.

A utilização básica do trabalho assalariado podia permitir ainda ao proprietário a opção de minimizar seu esforço produtivo, pela dedicação à comercialização direta dos produtos agrícolas ou pela constituição de casas de comércio. Em ambas as alternativas, o negócio era valorizado como meio mais favorável à ampliação de rendimento.

Ele também era incorporado pelas unidades de produção que operavam com baixo volume de produção, com menor produtividade e com escassez dos meios de produção. Os produtores valiam-se do trabalho assalariado como suporte das atividades produtivas, em virtude de o rendimento não assegurar a reprodução da família; de eles serem idosos, mulheres solteiras ou viúvas e não poderem se dedicar às tarefas agrícolas.

Por conseguinte, razões diversas levavam as pequenas e médias unidades de produção a utilizarem predominantemente ou exclusivamente a compra da força de trabalho ou a não se valerem do trabalho familiar:

- Devido à escassez de terra, o volume da produção era diminuto e não atendia à reprodução da família. O proprietário da terra se colocava no mercado de trabalho como vendedor permanente da força de trabalho. Para não interromper a relação com a empresa ou com a clientela, ele transferia as tarefas do processo de trabalho para os assalariados por ele contratados de forma intermitente, para o plantio e corte de cana.
- Seja pela escassez de terra, seja pela inserção do produtor no mercado de trabalho antes de receber a herança em terra, a migração distanciava o proprietário do processo de trabalho.

Este era transferido a um parceiro (irmão, cunhado, vizinho), com o qual subdividia o rendimento, ou a uma Turma de trabalhadores, coordenada pelo carreteiro (NEVES, 1981).

- As limitações interpostas à constituição da unidade familiar viuvez ou não-casamento podiam levar algumas mulheres proprietárias a se valerem da contratação de equipes de trabalhadores e de prestação de serviços com o trator para a realização das atividades do processo produtivo ou transferí-las para a unidade de produção de um irmão ou cunhado.
- Os limites atribuídos ao uso do esforço físico – seja pela idade avançada, ou porque o consumo familiar era pequeno pela presença apenas do casal sem filhos ou cujos filhos casaram ou migraram – podiam levar um produtor direto a se transformar num contratador de mão-de-obra. Ele passava então a exercer o papel de administrador.
- As tarefas necessárias ao cultivo da cana podiam ser transferidas a trabalhadores assalariados quando os proprietários se dedicavam a outras atividades produtivas (comerciantes, prestador de serviços com o trator etc.) ou mais extensamente à criação de gado (em especial quando o pasto se localizava em outra propriedade) ou à comercialização dos outros produtos agrícolas (abacaxi, melão, melancia etc.) e aves, ovos, queijo, tapioca, na condição de ambulante.

A ampliação dos contatos com outras atividades produtivas estimulava uma comparação do desempenho e ampliava o espaço de ação, favorecendo muitas vezes a que alguns produtores vislumbrassem novas formas de participação na produção, secundarizando as atividades agrícolas. A opção pelo comércio, pela venda da força de trabalho, ao lado da manutenção da atividade agrícola ou de sua secundarização, não traduzia sempre a ampliação ou a insuficiência da unidade de produção agrícola, mas, por vezes, alternativas paralelas ou mais valorizadas que a produção de cana.

A transferência de parte do rendimento para pagamento dos trabalhadores assalariados podia se traduzir em pauperização, mas também em uso de opções de aplicação de renda ou rendimento em outros investimentos. A oferta de serviços especializados através do uso de instrumentos mecanizados assegurava aos pequenos produtores de cana ou aos pequenos lavradores a incorporação desse patamar tecnológico, ao mesmo tempo que os liberava para outra

atividade produtiva ou lhes poupava de um trabalho desgastante que, sob outras circunstâncias, os excluiria de continuar mantendo a unidade de produção.

Através dessas alianças fundadas em interesses divergentes, posições diferenciadas eram construídas e reproduzidas, a expropriação ou a proletarianização eram freadas. Se alguns deles ocupavam essa posição e operavam dessa forma porque estavam submetidos a um processo de expropriação parcial, acirrado pela redução da produtividade e do rendimento obtido, outros expressavam um processo oposto, de tentativa de concretização de um projeto de constituição do produtor independente.

Por isso mesmo, como já foi amplamente destacado neste trabalho, o número de produtores que assim operavam suas unidades de produção e que tinham na cultura de cana uma atividade complementar ao salário, à pensão ou a outras formas de rendimento, vinha se expandindo.

O processo de expropriação total desses produtores era em grande parte detido ou contido, dentre outros fatores, pelo alinhamento de relações sociais que sustentavam a produção social da cana ou de segmentos diversamente posicionados que estavam a ela integrados.

A prestação de serviços através de instrumentos mecanizados e os mecanismos de controle do mercado de trabalho estimularam a criação e a manutenção de equipes de trabalho por parte da usina e de empresários particulares ou médios lavradores, baseados, em grande medida, na presença dessas unidades de produção que se colocavam como clientela cativa.

Em virtude da expansão da capacidade industrial e da oferta escassa de cana, as usinas passaram, nesse contexto, a estimular e a assegurar a reprodução do processo produtivo por unidades que enfrentavam insuficiência de recursos de produção.

A interferência do Estado na produção de cana através principalmente do IAA expressava-se por medidas efetivadas contraditoriamente, pois atendiam a objetivos diversos daqueles definidos pelas políticas públicas. De modo geral, as medidas políticas emanadas do IAA atuavam no sentido de estimular a capitalização das usinas e de alguns plantadores e médios lavradores e, nesses termos, contribuir para o avanço da concentração dos meios de produção tanto a nível industrial como agrícola.

Os preços impostos à cana, da perspectiva de todos os fornecedores, limitavam a renda a ser auferida, atuando negativamente quanto ao aumento da produtividade. Entretanto, como o Estado impunha critérios de redistribuição de alguns recursos na proporção inversa ao volume de produção e a legislação assegurava o direito de comercialização da cana, independentemente do volume da produção, essas medidas estimulavam a reprodução das unidades que operavam com baixa produção e/ou produtividade. O acesso à assistência médica gratuita por parte dos pequenos fornecedores de cana induzia-os ao reordenamento do processo de fragmentação da terra e à manutenção da propriedade indivisa sob condomínio, independentemente da racionalidade econômica *stricto sensu*. A distribuição desses recursos, a vinculação da quota ao fundo agrícola – por conseguinte enquanto um bem a ser transferido por herança e o reconhecimento de princípios de participação na produção orientados por valores do parentesco ou pelo direito dos filhos ao patrimônio através da carta de anuência⁴ permitiam que os recursos de assistência médica fossem socializados entre um número maior de fornecedores de cana, por vezes só nominais mas não de fato. Esses fatores, portanto, atuavam no sentido de estimular a subdivisão do patrimônio e a ampliação do número de unidades que operavam com baixa produção.

Nas áreas de produção tradicional de cana, os produtores colocados nestas condições, ou pelos motivos acima expostos, limitavam-se a tal plantio, abandonando alternativas de uso da terra para a criação de gado ou para a lavoura branca. Tornavam-se assim totalmente dependentes do mercado para o consumo improdutivo.

Os produtores recém-incorporados, em função da diversidade dos tipos de solo, valiam-se principalmente daqueles espaços que eram propícios à cultura da cana. Nos demais, mantinham a plantação de cajueiros, que eram arrendados por ocasião da colheita e da comercialização, momento único em que essa cultura incorporava trabalho.

Com exceção das mulheres, todos esses proprietários dependiam de outras formas de rendimento para atender às necessidades de reprodução familiar. No caso dos proprietários idosos, a unida-

⁴ A carta de anuência refere-se à autorização que o pai concedia ao filho para explorar conjuntamente o fundo agrícola enquanto fornecedor de cana reconhecido legalmente. Antecede assim o acesso à terra a ser posteriormente partilhada por herança.

de de produção era mantida, a despeito dos parcos rendimentos (especialmente pela baixa produtividade) porque podiam contar com a aposentadoria do FUNRURAL e/ou usar o tempo livre para dedicação a um pequeno comércio – as vendinhas.

No caso dos pequenos produtores de cana que ainda se encontravam inseridos no mercado de trabalho, sua reprodução se dava a partir do seu salário e o rendimento da cana lhes assegurava uma forma de melhorar as condições materiais e sociais de vida.

Nas situações acima apresentadas, em que as unidades de produção agregavam apenas o trabalho assalariado, formas diversas desta utilização eram valorizadas. Numa, a renda obtida era superior ao nível de reprodução do proprietário e o trabalho assalariado permitia a realização de trabalho excedente pelos trabalhadores, apropriado sob a forma de mais-valia. Na outra, o volume da produção não gerava um rendimento capaz de atender à reprodução física do proprietário e, por conseguinte, os trabalhadores não geravam um trabalho excedente capaz de ser apropriado como mais-valia.

Numa situação, o capital variável era gerado no próprio processo de produção ou complementado pela dedicação do proprietário ao comércio (seja dos produtos agrícolas, seja pela instalação de venda). Na outra, o pagamento dos trabalhadores acarretava cada vez mais a necessidade de o proprietário ter assegurada a venda de sua força de trabalho em outros setores, em que os retornos eram mais regulares e/ou maiores. Através do salário (ou de sua pensão), o proprietário dispunha de recursos financeiros antecipados à venda da produção, para pagamento dos trabalhadores.

Enquanto numa situação o trabalho assalariado podia propiciar a acumulação pelo empregador, na outra, ele implicava a redistribuição dos meios de produção como gerador de trabalho necessário. Nesses termos, diminuía, por algum tempo, os recursos que asseguravam os meios de subsistência dos produtores. Constituía, por isso mesmo, um fator que acentuava o processo de expropriação ou de pauperização do proprietário, embora pudesse momentaneamente melhorar as condições de reprodução social via salário.

c) Unidades em que o trabalho familiar

complementa o assalariado

A maior parte dos produtores especializados na cultura de cana, pequenos e médios lavradores, que se reproduzia socialmente a partir do rendimento da unidade de produção, contava com o trabalho assalariado como complemento do trabalho familiar.

Como a produção de cana ocupava praticamente toda a área de terra e no seu processo produtivo o ritmo das atividades era comandado pela capacidade operativa do trator, o número de trabalhadores que uma família podia dispor (um ou dois homens e meninos) não conseguia atender às demandas. Os proprietários, independentemente do volume da produção e da diversidade relativa da extensão da área de terra (1 a 5 alqueires ou 5 a 20ha), deviam contratar trabalhadores para a plantação, corte e carreto das canas através das Turmas. Nesses termos, basicamente todo o processo produtivo era operado por trabalhadores assalariados.

O trabalho dos membros da família ia ser incorporado nas limpas manuais do canavial, cujo ritmo podia ser adequado à produtividade dos trabalhadores que a unidade de produção conseguia obter. Todavia, dependendo da área de terra a ser cuidada e da presença ou não de filhos menores que pudessem colaborar com o pai, nem sempre era viável a utilização do trabalho dos membros da família ou do proprietário. Este passava então a contratar trabalhadores para complementar a capacidade dos membros da família ou para executar todo esse trabalho. Além disso, se o proprietário possuísse um número mais significativo de cabeças de gado, ele geralmente contratava trabalhadores para limpar o canavial, e se mantinha ligado (ou com os filhos) àquela atividade.

O trabalho familiar realizava-se então nas atividades secundárias ou acessórias da unidade de produção, como o cultivo da lavoura branca e a criação de gado. A produção e o trabalho eram minimizados porque a lavoura branca ocupava os espaços entre as linhas de cana, ou seja, parte de 1/4 da propriedade. A criação de gado ocupava pequenos espaços intersticiais do canavial, cujo tipo de solo não se prestava para cultura da cana, mas para o pasto. Como a lavoura branca era cultivada na área referente à parte do canavial que era replantada anualmente, ela só se concretizava se o proprietário pudesse dispor de recursos financeiros para tal renovação. Ou julgar que o aumento da produtividade, pelo replantio, era compensado pelo preço que a cana estivesse alcançando.

Para que o trabalho familiar estivesse presente nessas unidades de produção era necessário que o rendimento a ser auferido fosse considerado adequado ao atendimento das necessidades da família e da reprodução dos pressupostos da produção. Caso o proprietário necessitasse valer-se da venda da força de trabalho de modo contínuo (como foi visto anteriormente), ele tendia a preterir essa alternativa.

Entre os produtores de cana recém-incorporados, esta situação ocorria em função do ciclo de desenvolvimento biológico da família e da dedicação do proprietário às atividades agrícolas e ao comércio.

Se ele era o único trabalhador da família, necessitava de um maior número de trabalhadores extrafamiliares para realização do processo produtivo.

Na maior parte dos casos, todavia, o trabalho assalariado era utilizado para permitir ao proprietário uma dedicação mais regular ao comércio. Como ele colocava no mercado pequenas quantidades dos produtos agrícolas e tinha que se locomover de charrete para distâncias relativamente longas, ausentava-se das atividades produtivas dois a três dias por semana. Frente a tais condições, contratava então trabalhadores para as tarefas básicas da unidade de produção e completava o estoque e a diversidade das mercadorias, comprando pequenas quantidades dos outros produtores.

Através do rendimento e do lucro obtidos no comércio, remunerava os trabalhadores e obtinha melhores retornos, do que se aumentasse seu esforço produtivo nas tarefas agrícolas e se subordinasse aos preços dos intermediários.

A esposa do proprietário, seja porque os filhos estivessem pequenos, seja porque o esposo estivesse mais ocupado com o comércio, costumava ajudá-lo de forma mais efetiva, cuidando do gado em sua ausência, fabricando queijo, farinha e ampliando a criação de aves para completar o estoque de mercadorias.

Além disso, costumava se dedicar à confecção de esteiras, que eram vendidas a comerciantes especializados, que as conduziam para o mercado do Rio de Janeiro. Essa atividade, podia realizar sozinha ou contar com a ajuda do esposo na tarefa de colher a tabua no brejo e conduzi-la para secar. A colaboração do esposo na formação do estoque de tabua seca era fundamental para que a esposa pudesse se ocupar nessa tarefa e ajudá-lo naquelas de-

finidas como de sua atribuição (trocar o gado de local no pasto, por exemplo) nos períodos em que ele se dedicava ao comércio.

O trabalho assalariado era utilizado principalmente nas atividades consideradas pesadas ou naquelas básicas durante o tempo de trabalho: preparo do solo, plantio e limpas. Como os produtos eram colhidos descontinuamente, de forma geral, a colheita era realizada pelo proprietário, sua esposa e filhos menores (se os tivesse).

Nas atividades agrícolas propriamente, o esposo dedicava-se às limpas, à irrigação das moitas de tomate e melão, à reparação de cercas, ao replantio de mudas e sementes que não se desenvolviam, à aplicação de defensivos etc.

Essas unidades de produção geralmente diversificam ao máximo seus cultivos. Dedicavam-se à plantação de abacaxi, melão, melancia e tomate para fins comerciais, e ao cultivo de feijão, abóbora, alho, maxixe, batata-doce, mandioca para o autoconsumo em especial, embora estas plantações excedessem à quantidade necessária ao uso doméstico.

Entre esses produtores, a cultura da cana era posta em prática se eles dispusessem de uma área mais extensa. Caso contrário, estava limitada a pequenas áreas (5 a 10 ha), de modo a não prejudicar a utilização da terra para os demais cultivos, mas assegurar à família os direitos à assistência médica e previdenciária (que a cultura da cana propicia de modo mais satisfatório).

Embora a cultura da cana pudesse ser realizada a partir do capital que a usina punha em circulação, através do adiantamento das atividades produtivas, ela era por vezes preterida ou minimizada por algumas unidades. Como o ciclo vegetativo da planta é longo, exige que o produtor tenha condições financeiras de aguardar a época da colheita e da comercialização. Acresce que uma vez depositadas as canas na usina, esta não efetuava imediatamente, e por vezes atrasava, o pagamento.

Independentemente do tamanho da área onde a cana era plantada, as atividades agrícolas que lhe davam suporte eram realizadas a partir da contratação de equipe especializada.

Nas situações acima apresentadas em que o uso de trabalhadores assalariados era fundamental do ponto de vista da geração do produto, os significados desta utilização eram diversos.

No caso dos produtores especializados na plantação de cana, o uso

do trabalho assalariado era uma imposição que, uma vez absorvida pela unidade de produção, passava a configurar alternativas de dedicação do proprietário a outras atividades produtivas ou constrangimentos diversos, que se traduziam na diminuição do rendimento.

Abria alternativas a um processo lento de poupança ou de acúmulo de dinheiro como reserva de valor, até que o quantum reunido pudesse ser aplicado em outras atividades produtivas que permitissem a expansão dos meios de produção. Dentre as formas de revalorização do dinheiro, destacavam-se a compra de imóveis, a expansão da criação de gado, a instalação de vendas e a compra de trator e carretas.

Noutros casos, a imposição do trabalho assalariado para a cultura da cana podia obrigar o proprietário a vender temporariamente a força de trabalho, incorporando-se às Turmas. Esta inserção visava assegurar o controle sobre um número de trabalhadores disponíveis para os momentos de plantio, corte e embarque das canas ou repor os recursos financeiros gastos com o pagamento dos trabalhadores assalariados.

Nessas duas situações, os fatores determinantes da diversidade de significados e usos do valor gerado pelos trabalhadores extra-familiares decorriam do tamanho e da fertilidade da área de terra e do nível de consumo improdutivo da família (sua composição e ciclo de vida).

No caso dos produtores diversificados, a opção pela dedicação mais sistemática ao comércio supunha uma certa capacidade de realização dos recursos financeiros acumulados para acesso ao cavalo e à charrete. As trajetórias postas em prática por esses produtores, por ocuparem essa posição, se fundavam num projeto de ampliação da autonomia e da renda. Eles não só passavam a tentar melhor realização de suas mercadorias, através de preços mais compensadores, como também o acúmulo de recursos financeiros para a compra de mercadorias de seus vizinhos e a revenda por preços mais altos, obtendo assim um certo lucro.

O acesso à charrete e ao trator constituía uma etapa básica à superação de posições em que o produtor se subordinava aos agentes da comercialização, passando conseqüentemente a ampliar o uso do trabalho assalariado. Este uso não visava, nesses casos, a completar propriamente o trabalho familiar, mas permitir ao proprietário

realizar pequenos saltos em sua trajetória de expansão dos meios de produção, melhorar a remuneração do seu próprio trabalho ou as condições sociais de vida de sua família.

d) Unidades baseadas no trabalho familiar

O trabalho familiar se constituía em condição básica de produção daquelas unidades que operavam com alto nível de diversificação da produção mercantil e cujos filhos podiam se reproduzir como produtores livres, em função dos fatores de produção que controlavam. A realização mais ampla do trabalho familiar estava assim articulada à presença de filhos adultos, às possibilidades de redistribuição da terra entre eles, ao volume de produção e às condições que podiam ser criadas para uso pleno da força de trabalho dos membros produtivos.

Essas unidades possuíam geralmente uma área de terra superior a 20ha, naquele momento, extensa e intensivamente cultivada. As atividades produtivas eram orientadas pela perspectiva de ampliação da produção mercantil dos vários cultivos. Produziam com vistas ao mercado: a cana, o melão, o abacaxi, a melancia, o mamão (baiano), a mandioca, o tomate, o pimentão, o maxixe. A criação de gado era significativa, objetivando não só a obtenção de leite para o autoconsumo, para a fabricação de queijos e a venda do gado de corte, mas fundamentalmente para a constituição de uma reserva de valor e a oferta de adubo orgânico necessário em quase todos os cultivos (com exceção da cana e do maxixe).

O controle dos trabalhadores e sua remuneração indireta possibilitavam à unidade ampliar o cultivo de melão, que exigia maiores tratamentos culturais, mas alcançava melhores preços no mercado, assegurando maiores retornos. Esses fatores compensavam o maior investimento financeiro, o esforço produtivo e um certo risco, por ser cultivo muito vulnerável à ação de lagartas e às oscilações climáticas (excesso de sol e de chuva).

Os membros familiares realizavam basicamente todas as atividades produtivas. Valiam-se do trabalho assalariado para a cultura da cana e para complementar número de trabalhadores necessários, especialmente no momento da colheita e embarque do abacaxi, do melão e da melancia.

A diversificação e a intensificação dos cultivos mercantis supu-

nham o uso de novas técnicas de produção, especialmente através da aplicação de adubos e defensivos, que facilitassem a padronização do tamanho das frutas e minimizassem a ação de lagartas e insetos. A produção intensa pressupunha a comercialização em grandes praças de mercado (de demanda mais ampla), pois esses produtos são altamente perecíveis.

Visando assegurar tais condições e por dispor de um número de trabalhadores que sustentava uma divisão de trabalho mais sistemática, essas unidades de produção geralmente eram proprietárias de um caminhão para a realização do comércio em grande escala e à longa distância. Um dos filhos, comumente o mais velho, dedicava-se às tarefas de direção do caminhão e de comercialização nas grandes praças de mercado: Mercado São Sebastião, no Rio de Janeiro, postos da CEASA em Campos e no Rio de Janeiro, feiras das cidades da Região dos Grandes Lagos, mercados das cidades de Campos, Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana etc. A dedicação ao comércio atacadista criava alternativas para ocupação da posição de intermediários da comercialização dos outros produtores que colocavam no mercado um maior volume de mercadorias.

Controlando essas condições básicas para a produção mercantil diversificada e intensiva, os produtores colocados nessa posição podiam dispor de mais autonomia no processo de comercialização e no controle dos fatores de produção. Inseriam-se numa trajetória de ascensão, pela ampliação dos meios de produção, especialmente a compra de novas áreas.

Como a maior parte dos produtos agrícolas que essas unidades cultivavam se constituía em componentes da dieta alimentar, uma parcela da colheita se voltava para o autoconsumo familiar. Ademais, alguns cultivos se destinavam fundamentalmente a este objetivo (feijão, milho, verduras, laranja etc.).

O trabalho familiar também se constituía em componente básico de algumas unidades que operavam com fatores mais escassos, mas seus titulares asseguravam aos filhos o direito de cultivo em pequenas parcelas de terra. Neste caso os filhos vinculavam-se também ao mercado de trabalho, dedicando-se especialmente ao corte de cana nas propriedades das usinas. Como as pequenas parcelas estavam subdivididas informalmente pelos membros produtivos, todo o processo de trabalho era por eles objetivado. A sazonalidade do trabalho no corte de cana possibilitava aos filhos a disposição de tempo relativamente livre, dedicado às tarefas

agrícolas na sua própria roça ou na do pai. Sob tais circunstâncias, essas unidades dependiam mais acentuadamente da participação dos intermediários na comercialização.

Em período anterior ao processo de intensificação da produção mercantil, as unidades familiares dessa região colocavam em circuitos mais restritos alguns de seus produtos agrícolas. Por volta da década de 50 elas ampliaram a produção de abacaxi, que começou a ser comercializado junto ao mercado do Rio de Janeiro. Após a consolidação dessa atividade mercantil, a lavoura de abacaxi foi praticamente dizimada em virtude do aparecimento de praga broca do abacaxi, que danificava os frutos, diminuindo seu preço. Na falta de um inseticida capaz de combater a praga, a solução encontrada foi o abandono dessa cultura, à espera de que novas mudas resistentes pudessem ser criadas. Os produtores tiveram grandes prejuízos e as condições de reprodução das famílias que haviam se dedicado mais acentuadamente a essa cultura foram atingidas. Os contatos criados principalmente com o mercado do Rio de Janeiro facilitaram a migração de jovens, que buscavam novas alternativas de vinculação à produção ou que valorizavam o trabalho assalariado.

A cana constituiu-se no produto agrícola mercantil substituto do abacaxi. Como as condições técnicas vigentes de produção de cana não permitiam a absorção dos trabalhadores familiares e a ocupação de mão-de-obra em tempo contínuo, a inserção desse cultivo nas unidades de produção apresentou-se como mais um dos fatores de estímulo à migração dos jovens e de expropriação dos parceiros.

No momento desta pesquisa, quando ocorria a expansão de vários cultivos mercantis, algumas unidades de produção tinham dificuldades de alocação de mão-de-obra familiar. Como esses cultivos diversificados exigiam trabalho contínuo e intensivo, boa parte das unidades de produção enfrentava dificuldades de expansão, por não controlar um número compatível de trabalhadores familiares.

A tentativa de minimizar o uso do trabalho assalariado, em face do aumento dos custos de produção, impunha, em muitas unidades, a manutenção de terra em macega (terra abandonada ao uso produtivo). A opção orientava-se pelo aproveitamento dos solos mais férteis e por uma produção compatível com o esforço produtivo que a família era capaz de realizar.

Naquele momento então, o controle dos trabalhadores familiares se apresentava como um fator básico à expansão dos cultivos mercantis e à diversificação das atividades produtivas. E eram justamente tais condições que, em grande parte, permitiam o aumento do rendimento, facilitavam e estimulavam a expansão dos meios de produção, pela compra de novas áreas de terra ou do caminhão.

10.2 A relativização das categorias sociológicas

A caracterização de certas unidades de produção pelo uso do trabalho familiar como distinção básica das de produção capitalista, ao polarizar essas distinções no sentido de precisar as diferenças, supõe a existência de dois únicos segmentos homogêneos em si: unidades familiares de produção (camponesas) e empresas capitalistas.

Do ponto de vista dessas distinções, ora o trabalho assalariado por si só caracteriza as relações de produção capitalistas, ora ele é minimizado para representar apenas o complemento do trabalho familiar. Essas distinções podiam servir de critérios em outros contextos, quando as unidades de produção não-capitalistas apresentavam uma tendência a produzir basicamente para o autoconsumo, colocando no mercado uma pequena soma de mercadorias. Os estudos que procuram caracterizar as unidades familiares de produção foram, em grande parte, produzidos a partir de pesquisas empíricas nesse contexto (CHAYANOV, 1966; GALESKI, 1972 et al.).

Os autores que elaboraram tais estudos estavam geralmente referidos a famílias extensas ou grupos domésticos. A coexistência de várias gerações nessas famílias possibilitava um uso mais amplo e diversificado dos seus trabalhadores. Resulta desses fatores o destaque da presença do trabalho familiar e da importância de um certo padrão de relações internas, que leva os membros a agirem como parte integrante de um grupo. Quando eles pensam as mudanças, raciocinam, em grande parte, através de suposições decorrentes das transformações de um modelo, construído a partir das características atribuídas à família extensa.

Na medida em que essas unidades se integram ao sistema capita-

lista e reordenam suas relações internas, visando à especialização e à intensificação da produção mercantil, adquirem novas características, em boa medida, próprias à dinâmica da família nuclear. As limitações decorrentes da presença de duas gerações na unidade familiar – pais e filhos – conduzem à necessidade mais intensa da utilização de trabalhadores assalariados e de reorganização em termos de tarefas e atividades produtivas, que permitam se valer dos trabalhadores marginais (esposa e filhos menores).

Contudo, o uso mais intenso do trabalho assalariado coloca problemas quanto ao entendimento do papel deste e o peso do trabalho familiar. O tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, no caso da agricultura em especial, pode ser distinto do tempo de produção gasto na elaboração da mercadoria. O tempo de produção consiste num período em que o trabalho é realmente aplicado na produção e noutro, quando a mercadoria não-acabada é abandonada ao processo natural, não correspondendo a tempo de processo de trabalho. A não identidade entre tempo de trabalho e tempo de produção suscita questões quanto às relações reais de produção em algumas unidades produtivas ditas familiares porque usam trabalho dos membros da família. Da mesma forma, a suposição de que o trabalho assalariado complementa o trabalho familiar merece uma análise mais sistemática.

O critério da utilização do trabalho familiar não pode ser definido levando em conta sua presença por relação ao tempo de produção ou ao trabalho anual do produtor. A sazonalidade do trabalho assalariado ou temporário é enfrentada por quase todas as unidades produtivas cujo tempo de trabalho é restrito. Dependendo dos momentos em que o trabalho assalariado é utilizado, o número de trabalhadores e o tipo de participação, ele pode ser mais importante na geração do produto do que o trabalho familiar.

A despeito de o pequeno produtor dedicar-se o ano todo à sua unidade produtiva, isto não significa que é seu trabalho o responsável pela produção concreta. Ele pode estar sendo utilizado no conserto de cercas, abertura de valas, no cuidado com as máquinas, na administração dos trabalhadores, no preparo e negociação da venda das mercadorias. Embora essas tarefas sejam necessárias para assegurar a venda das mercadorias, elas não são em si mesmas as que geram o produto final (MARX, 1970, L. 2. V. 3, p. 26).

Dessa perspectiva, nem sempre o trabalho familiar pode ser considerado básico, a despeito de estar presente nas unidades de

produção. Contudo, o uso de trabalho assalariado, mesmo que seja ele o gerador básico da produção, não autoriza a caracterização das unidades que dele se utilizam como capitalistas.

Para que as unidades sejam consideradas capitalistas, elas devem operar a partir da oposição entre trabalho e capital e reproduzir essa relação de classe. A vinculação direta do trabalhador direto aos meios de produção se estabelece no mercado pela transformação de sua força de trabalho em mercadoria e do trabalhador em trabalhador livre.

Não é o dinheiro que, por sua natureza, estabelece a função de capital. O fato de o dinheiro apresentar-se como meio de pagamento de uma atividade humana cujo efeito útil é um serviço não significa que esteja operando como capital. O dinheiro só pode ser gasto sob essa forma por estar a força de trabalho dissociada de seus meios de produção. A existência da relação é que permite a transmutação da função monetária numa função de capital (MARX, 1970, L. 2. V. 3, p. 35). Para que o proprietário dos meios de produção se aproprie do trabalho excedente e a renda obtida se transforme em capital, torna-se necessário ainda que o volume desses meios suporte uma produção equivalente ao tempo necessário à reprodução do trabalhador e uma parte excedente; e que o valor gerado na produção seja revalorizado.

Marx, ao tratar do ciclo capital-dinheiro e analisar as condições em que o capitalista aparece com comprador de mercadorias, entre elas a força de trabalho, aponta para a adequação necessária entre a quantidade e o tamanho dos meios de produção e o emprego da massa de trabalho (MARX, 1971, L.1, V. 2, p. 817). Nem sempre o valor adiantado sob a forma dinheiro se transforma em capital, em valor que produz mais-valia, estando então ausente uma das características da produção capitalista.

Nas situações anteriormente apresentadas, em muitas das unidades de produção, o trabalho assalariado era gerador básico do produto agrícola. Todavia, o valor financeiro obtido por tal produção podia ser apropriado visando complementar os meios de reprodução da força de trabalho do produtor relativamente expropriado; podia ser apropriado como renda não valorizada, isto é, não capitalizada – gasta no consumo produtivo e improdutivo do proprietário –; e podia ser apropriado enquanto renda transformada em capital e viabilizadora da reprodução ampliada da unidade de produção.

O produtor que se dedicava à venda da força de trabalho, de forma temporária ou permanente, e que contava com o trabalho assalariado para viabilizar as condições técnicas de produção não conseguia apropriar-se do trabalho excedente. Se sua unidade de produção não atendia nem à reprodução básica de sua família, ela não gerava produto excedente (no sentido daquele além do necessário à reprodução da força de trabalho).

Nessas unidades, o que ocorria era certa redistribuição do uso dos meios de produção que geravam trabalho necessário ou reprodução dos meios de vida de vários trabalhadores. O pagamento dos trabalhadores se realizava a partir da poupança de parte do salário obtido ou pelo adiantamento de parte do rendimento auferido na produção agrícola, que complementava seu salário.

No caso das unidades em que os proprietários se reproduziam a partir do rendimento nelas gerado, este podia ser superior à reposição dos pressupostos da produção consumo produtivo e improdutivo (definido socialmente). Todavia, este rendimento podia não ser reproduzido enquanto capital porque não permitia a expansão dos meios de produção ou porque não era o objetivo do produtor.

Importante ainda destacar que o uso do trabalho assalariado, na maioria dos casos, não se configurava como resultante de um projeto que visava ampliar a renda ou a expansão dos meios de produção. Ele resultava de imposições de técnicas de produção, que inviabilizavam o trabalho familiar.

Tem sido destacado por alguns autores que a mecanização tem propiciado alternativas do uso do trabalho familiar. Visando apontar a expansão da pequena produção mercantil, essa tendência demonstrada por alguns segmentos de pequenos produtores vem sendo relativamente generalizada. Se, em determinados contextos, tal observação é um fato (ver, por exemplo, os pequenos produtores estudados por Lovisol, 1982), não significa que seja genericamente recorrente.

Os produtores de cana, ao se adaptarem ao uso de instrumentos mecanizados, tiveram que enfrentar as determinações colocadas por esta utilização, tendo em vista a diminuição do tempo de trabalho e as limitações impostas à diversificação das atividades agrícolas. Acresce que a produção de cana, sob tais condições, teve diminuído o período de tempo de trabalho na fase de renovação do canavial e muito mais nos três anos que sucedem ao plantio.

A diversificação possível das atividades agrícolas limitava-se a pequenas áreas subsidiárias à cana, na parte replantada. Ao lado disso, os produtores optaram pela manutenção da criação de gado, atividade mais mercantil do que produtiva, propiciando o uso da força de trabalho familiar disponível.

Interessante destacar ainda que todas essas mudanças não inviabilizaram genericamente o autoconsumo produtivo ou intermediário e o uso de trabalhadores marginais, como aponta Tepicht (1973). Pelo contrário, a lavoura branca e a criação de gado eram realizadas pelo proprietário com a ajuda da esposa e filhos menores. As possibilidades de uso da olhadura⁵ como ração asseguravam a criação de gado em pequenos pastos (NEVES, 1981, p. 119-131).

O uso mais amplo do trabalho assalariado por esses produtores também não autoriza a suposição de uma tendência no sentido da expansão das relações capitalistas no plano mais geral. Pelo contrário, as alternativas criadas pela imposição deste padrão técnico conduziram a uma pauperização dos produtores, mas também asseguraram a manutenção produtiva das pequenas propriedades, muitas vezes bastante diminutas, que colocavam limites à formação de trabalhadores livres, no sentido restrito do termo. A sazonalidade das atividades agrícolas estimulava a manutenção de unidades de produção diminutas pelos trabalhadores assalariados. Essa própria manutenção viabilizava o uso do trabalhador temporário, na medida em que contribuía para a formação de um fundo de consumo necessário à reprodução desses nos períodos de desemprego.

As equipes especializadas na prestação de serviços agrícolas estavam diferenciadas em termos de relação de trabalho, de acordo com a sua constituição e os objetivos que pretendiam atingir. Algumas eram constituídas pelas usinas, geralmente com trabalhadores livres, que se voltavam para as atividades agrícolas nas suas propriedades ou de alguns fornecedores que reivindicavam tal serviço. Outras eram constituídas de modo geral por trabalhadores livres vinculados aos plantadores de cana ou a um empreiteiro. Entretanto, aquelas que se compunham de produtores de cana – que desejavam ampliar o rendimento e controlar o

⁵ A olhadura se constitui da parte da cana posterior ao colmo (parte aproveitada na produção de açúcar e derivados), o ponteiro (de baixa composição em sacarose) e da base das folhas superiores. Ela é utilizada como ração para o gado.

número de trabalhadores necessários às unidades de produção dos seus afiliados não se organizavam a partir de formas de trabalho capitalistas. Além de os trabalhadores não serem livres, eles se relacionavam como iguais que trocavam serviços, ainda que essa troca fosse mediada pelo pagamento monetário. O coordenador do grupo não se apropriava de trabalho excedente, ganhando pela sua participação enquanto trabalhador (tratorista) e proprietário do trator (NEVES, 1981, p. 134-171).

Nem através do uso das Turmas, nem pelo contrato de trabalhadores assalariados para as limpas, a maior parte dos pequenos e médios lavradores de cana estimulava a proletarização ou conseguia se apropriar de um trabalho excedente revertido em renda revalorizada, que os encaminhasse a um processo de concentração dos meios de produção. A oposição de classes não se configurava enquanto processo. Ora, o que caracteriza o modo de produção capitalista não é que a mercadoria força de trabalho seja comprável, e sim que a força de trabalho apareça como mercadoria (MARX, 1970, L.2, V. 3, p. 33). A forma salário, neste caso, aparece como pagamento pela contraprestação do trabalho fornecido.

No caso dos produtores de cana que se vinculavam também a um mercado concorrencial e desenvolviam atividades comerciais, o uso do trabalho assalariado decorria, em grande parte, de sua opção de ampliar sua autonomia e suas condições de acesso à renda. Ao substituir em seu trabalho pelo dos assalariados, eles optavam por se dedicar mais sistematicamente ao negócio, isto é, à venda dos seus próprios produtos e à revenda daqueles que adquiriam para completar seu estoque de mercadorias. Dessa forma, procuravam, nesta atividade, revalorizar sua renda. A substituição do seu trabalho e a dos membros de sua família se dava justamente no tempo de trabalho gerador do(s) produto(s) mercantil(is) básico(s).

O uso de trabalhadores extrafamiliares, neste caso, é diferente daquele acima apontado. No primeiro, o pagamento dos trabalhadores se traduz em aumento dos custos de produção e pauperização dos produtores. No segundo caso, este uso viabiliza a ampliação da renda e a revalorização dos pequenos capitais postos em circulação nos circuitos comerciais. O objetivo e a resultante dessa opção, que se traduz em projetos de compra de mais terras, são a expansão dos meios de produção.

Entretanto, o fato de o produtor estar pondo em prática um processo lento de constituição de pressupostos que assegurem a expansão

dos meios de produção, não significa que seu objetivo seja se tornar um produtor capitalista. Esta tendência pode se reverter em alternativas futuras de utilização do trabalho familiar ou na criação de melhores condições sociais de vida para a família, isto é, no aumento do consumo improdutivo.

Num determinado nível, as unidades de produção revelam mais posições ocupadas, valorização de determinadas opções ou alternativas, do que propriamente situações estruturais definidas ou definitivas. A expansão dos meios de produção pode se constituir num projeto temporário, visando atingir determinados fins sociais, que não somente reproduzir em escala ampliada “o capitalista”. Assim, o uso do trabalho assalariado, do trabalho familiar, a dedicação sistemática ao comércio podem se constituir em respostas provisórias a determinadas conjunturas, em determinados contextos, frente a situações específicas que a família esteja vivendo.

O trabalho familiar pode estar inviabilizado e substituído por trabalhadores assalariados temporários em virtude de determinações do ciclo de vida da família. É o que acontece no caso das unidades de produção cujos proprietários são pessoas idosas ou mulheres (solteiras ou viúvas). Estas condições podem conduzir ao uso insuficiente dos meios de produção, à baixa produtividade e à diminuição do rendimento. A dedicação especializada a um ou dois produtos mercantis tem por fim a adaptação ao uso das equipes organizadas para prestação de serviços agrícolas.

Nas diversas situações de operacionalização das unidades de produção apresentadas nesta pesquisa, o trabalho familiar aparecia amplamente utilizado naquelas que conseguiam ter melhor controle dos meios de produção. Seja pela extensão da área de terra possuída, seja pela propriedade de um trator e carretas ou de um caminhão, a combinação desses fatores assegurava o uso pleno e diversificado dos trabalhadores e sua reprodução como produtor livre.

Longe de apontar para uma correspondência entre menor área de terra e presença do trabalho familiar, como querem alguns autores, as unidades estudadas revelam correlação inversa. Sugerem que a expropriação parcial dos produtores ou o controle de fatores de produção escassos atinge as possibilidades de utilização do trabalho familiar.

O fato de os produtores tenderem à especialização e à ampliação do trabalho assalariado temporário não elimina certas determinações

de valores e relações internas à família frente às suas orientações produtivas. Essas articulações ocorrem justamente porque o rendimento da unidade de produção visa ou só consegue atender ao consumo da família, ainda que mediada pelo mercado; ou porque os objetivos sociais mais gerais que orientam as práticas dos produtores se definem pela melhoria das condições de vida e da reprodução da família. A tentativa de ampliar a escolarização dos filhos, por exemplo, pode impor o uso do trabalho assalariado e a especialização das unidades de produção.

Os projetos de expansão dos meios de produção podem passar por certas orientações dos membros da família no sentido de diminuir o consumo e contar com a colaboração da esposa em outras atividades (fabricação de queijo, farinha, esteira). Esses projetos são geralmente mais objetivados quando a família possui filhos menores e deseja oferecer condições de os inserir na produção enquanto produtores livres.

A migração dos filhos e a opção do proprietário de se especializar em determinados cultivos e usar mais amplamente o trabalho assalariado constituem-se em estratégias que permitem o acesso futuro à compra de terras, à diversificação das atividades agrícolas e à incorporação de alguns deles como produtores livres. Ademais, o fato de a área de terra possuída ser potencialmente familiar, já que deve ser subdividida pela herança, pode permitir uma série de arranjos entre os filhos, que se revertem em expansão da propriedade futura para todos ou alguns deles.

O reconhecimento do caráter familiar de algumas unidades de produção – ou seja, do peso de projetos e valores que orientam as relações familiares e de sua interferência nas formas de operação da unidade produtiva – pode ser importante no sentido de compreender os objetivos sociais gerais que referendam ou orientam as práticas dos atores, nem sempre reduzíveis a agentes econômicos que visam acumular, fugir do assalariamento, reproduzir-se enquanto produtor livre etc. O funcionamento da unidade de produção pode não ser o objetivo maior da unidade familiar. Pelo contrário, a unidade de produção pode ser um meio que assegure a reprodução da família e, nesses termos, sofrer restrições ou se ampliar, de modo a corresponder aos projetos e aos objetivos traçados (VELHO, 1978, p. 277-295 ; 1982, p. 9-28).

Não constituem especificidades das unidades familiares vinculadas à produção agrícola os arranjos internos que viabilizem

a adequação dos recursos financeiros ao consumo familiar ou a hierarquização do consumo conforme os rendimentos; os projetos de melhoria das condições de vida concretizados a partir da ampliação do esforço produtivo dos membros trabalhadores da família. Estudos sobre a importância da família na reprodução da classe trabalhadora apontam para a presença desses mesmos arranjos (ALVIM, 1979 ; MACEDO, 1979 ; NEVES, 1985d). Embora as relações e os arranjos da unidade familiar do produtor agrícola não se reduzam aos da classe trabalhadora, justamente porque aquela pressupõe a propriedade dos meios de produção e uma certa autonomia frente aos usos possíveis, nem por isso algumas aproximações deixam de ser pertinentes. A reprodução da família e a importância desse fato em termos de construção da identidade de determinados papéis (produtor, trabalhador) orientam a prática de vários segmentos sociais, especialmente aqueles que operam com rendimentos mais restritos.

Os plantadores de cana também justificavam a dedicação às atividades agrícolas ou o processo de concentração dos meios de produção – quando referidos às suas unidades produtivas – por um projeto de organização das alternativas de inserção dos filhos em atividades produtivas ou pela redistribuição da herança. O encaminhamento dos filhos aos cursos universitários, por exemplo, era muitas vezes explicado pela tentativa de controlar a subdivisão do patrimônio ou de impedir que eles iniciassem sua trajetória aquém da posição ocupada pelos pais. Como no uso dessas alternativas muitos dos filhos secundarizavam ou preteriam a atividade agrícola, os pais lamentavam a infrutífera dedicação ao acionamento de mecanismos asseguradores da reprodução ampliada dos fatores de produção. Queixavam-se dessa situação, com sofrimento, diante da perspectiva de ver que o patrimônio será transferido por venda, dada a falta de um membro da família que a ele se dedicasse após sua morte ou frente à impossibilidade de administrá-lo pela idade avançada. Por conseguinte, também os plantadores de cana coordenavam as ações que se voltavam para a reprodução simples ou ampliada da unidade de produção pelo papel de chefe da família; ou se orientavam ideologicamente pelas versões construídas em torno da representação da família como unidade controladora e acumuladora de recursos e patrimônios a serem transferidos pelas gerações.

Assim sendo, torna-se importante, em termos de melhor entendimento dessas novas faces das unidades de produção agrícola, da

orientação dos atores, da construção das trajetórias, entender as articulações entre unidades familiares e unidades de produção, mas consideradas como unidades não redutíveis uma à outra. Supor que o caráter “empresarial” que as unidades por ventura incorporem, ao se especializarem ou intensificarem diversificadamente a produção mercantil, se opõem ao caráter familiar implica, no mínimo, considerar que exista uma racionalidade econômica pura e não uma racionalidade social quanto às formas de operacionalização das “empresas”. A perseguição ao lucro, admitida como orientadora da conduta dos produtores que se vinculam mais acentuadamente ao mercado, pode passar por determinações sociais que, inclusive, justifiquem e legitimem certas posturas. Compreender, portanto, a importância que os valores que orientam a organização da família tem em relação às condutas econômicas dos produtores, é incorporar a articulação entre representações, ideologia e prática social.

As análises aqui apresentadas mostram que, conforme os contextos e as alternativas abertas ou os constrangimentos para a reprodução dos produtores agrícolas, o uso mais acentuado de uma das formas de trabalho tem significados diversos. Da mesma forma, segundo os projetos e as perspectivas dos produtores, as mesmas estratégias e recursos podem responder a objetivos diversos, adquirindo assim significados próprios. Portanto, os estudos das determinações sociais, das tendências, do jogo de forças, enfim, a compreensão dos contextos em que essas formas de trabalho estejam sendo utilizadas se torna importante para compreender as condições de adaptação e de reordenação das unidades de produção, as trajetórias possíveis de serem percorridas e o processo de diferenciação social, coexistentes e constitutivos do processo de interdependência entre agricultura e indústria.

A compreensão da especificidade desse processo contribui assim para a ampliação do conhecimento dos diversos fatores que atuam no sentido de diferenciar as unidades de produção agrícola quando mais intensamente subordinadas ao capital e para a discussão da transição das unidades familiares de produção frente a tais formas de dominação (LOVISOLO, 1982 ; VELHO, 1980).

Os dados aqui apresentados não permitem uma aproximação dessa situação com aquela apontada por autores que analisaram o processo de expansão do capitalismo na agricultura e que destacam como consequência a perda da autonomia do pequeno produtor, que se transforma num proprietário formal do solo, trabalhador para o capital ou trabalhador a domicílio (AMIN, 1978 ; FAURE, 1978 ;

VERGOPOULOS, 1978). Além de fundarem essa construção teórica a partir de uma situação limite,⁶ esses autores homogeneizam as condições sociais de produção do pequeno produtor agrícola.

Também não se está diante de uma diferenciação clássica, de transformação dos antigos produtores em pequenos capitalistas e proletários, tal como puseram em destaque Marx (1971) e Lenin (1974) ao analisarem as transformações das relações na agricultura frente à expansão capitalista. Se algumas trajetórias que estavam sendo construídas levavam esses produtores à aproximação da condição de empresários, elas nem sempre se constituíam na outra face do processo de expropriação de outros segmentos (KAUTSKY, 1968).

Uma camada desses produtores dependia da venda contínua da força de trabalho para sua reprodução e de sua família. Entretanto, o controle de uma pequena parcela de terra produtora de cana, que pudesse oferecer um rendimento complementar ao salário, constituía para muitos deles a retomada da propriedade dos meios de produção, a despeito de já terem se transformado em trabalhadores livres. Por herança ou compra, alguns trabalhadores podiam valer-se desse recurso para melhoria das condições de reprodução da família.

Portanto, a presença dos pequenos produtores de cana, proprietários de lotes ínfimos, expressa duas tendências relativamente opostas: para uns a perda parcial, para outros a tentativa de acesso à propriedade dos meios de produção. O crescimento numérico das unidades agrícolas de pequena e média extensões parece estar ligado a um modelo de produção que tende a ser intensivo na aplicação de capital através de determinados padrões técnicos de produção, a um certo controle que o Estado exerce sobre as alternativas de expansão da renda, em virtude do tabelamento do preço da cana, por vezes muito próximo ao custo de produção, e ao elevado preço da terra. Ademais, como já foi destacado, na medida em que esta produção social vinha criando condições de integração de unidades agrícolas que operavam com baixo volume de produção e redistribuindo recursos sociais aos pequenos produtores, a fragmentação da terra e a manutenção do condomínio eram estimuladas.

Os aspectos acima levantados comprovam que, para o estudo das diferenciadas situações de produção, é fundamental a incorpora-

⁶ Sobre essa mesma crítica por mim apresentada, ver Paulilo, 1987.

ção da dimensão econômica, mas também política e ideológica, de modo a compreender o jogo de forças sociais que aí subjaz, as alianças e os conflitos, os interesses divergentes e convergentes e a postura dos produtores frente a esse sistema de relações.

CONCLUSÃO

Propus-me a estudar as condições sociais em que ocorreu, na Região Açucareira de Campos, o processo de intervenção do Estado na economia açucareira, em grande parte visando assegurar racionalidade e viabilidade à interdependência entre agricultura e indústria. Não reduzi a análise às ações emanadas do Estado, mas valorizei as transformações nas relações de produção e de trabalho e a reordenação das unidades produtivas, pela incorporação de um novo padrão tecnológico. Destaquei, entretanto, que o entendimento desse processo restrito aos aspectos técnicos constituía um reducionismo analítico. Tentei então ultrapassá-lo, valorizando a compreensão das formas de participação dos diversos e diferenciados agentes sociais que viabilizaram e foram atingidos por tal processo.

Para tentar ousar em explicações teórico-metodológicas que ultrapassassem um certo “senso comum” científico na análise daqueles processos, vali-me da valiosa colaboração de outros autores, ora na contraposição, ora na incorporação e relativização de pontos de vista.

Os personagens “compulsoriamente” convidados

Um texto não é produto do trabalho individual de um autor. Ele incorpora outros tantos “convidados” a participarem da sua construção e das supostas convergências de interpretação; a legitimarem determinadas afirmações; a sugerirem novas questões e perspectivas de análise; e a excluírem certas *démarches*, porque concebidas como inadequadas.

De quaisquer das posições em que esses autores são colocados pelo autor “anfitrião”, são sempre importantes colaboradores da construção do texto. Por isso, na conclusão deste texto, quero destacar a colabração de alguns dos autores que foram “convidados” a participarem desta elaboração, porque através do diálogo que com eles estabeleci procurei explicitar as perspectivas de análise adotadas.

O destaque ainda se impõe como complementação aos comentários conclusivos à leitura do presente trabalho, porque ele não se funda apenas na compreensão, problematização e sistematização de dados coletados, dos significados e das indicações valorizadas pelos informantes e pelas relações que são reveladas. Essa própria compreensão pressupõe parâmetros teóricos, sem os quais as relações entre fatos não se transformam em relações conceituais, capazes de construir um objeto de pesquisa para além das unidades delimitadas pela percepção ingênua do pesquisador; ou pelo que dizem e fazem os segmentos sociais tomados como objeto empírico.

Boa parte dos estudos sobre mudanças sociais na relação de produção na agricultura e da participação do Estado neste processo tem privilegiado os contextos de expansão do capitalismo. Esta postura conduz a perspectivas teóricas de análise que, em geral, valorizam os aspectos econômicos ou a importância de pressões externas como fatores de mudança. Deste ponto de vista, tais estudos contribuíram para oferecer explicações significativas a respeito da integração da agricultura ao complexo agroindustrial, do processo de concentração dos meios de produção e de proletarianização dos trabalhadores rurais, dos mecanismos de reordenação adaptativa das unidades de produção agrícola, especialmente as unidades familiares de produção.

As limitações de tais perspectivas de análise à compreensão do processo de mudanças se expressam na exclusão dos desdobramentos e alternativas que acompanham e são por ele propiciadas; na secundarização da heterogeneidade e da especificidade das situações e da presença de novos agentes e mediadores sociais que aparecem nesses contextos.

A ênfase nos fatores econômicos para a compreensão daqueles processos traz ainda implícita uma noção dramática da mudança social. Esta é vista como exceção porque é apreendida enquanto transformação social e pelo grau de intensidade das alterações que provoca; como processo de transição em que causas e efeitos são destacados em detrimento das análises mais substantivas. Por isso mesmo, as causas são, na maior parte dos casos, atribuídas a supostos fatores externos que se impõem: acumulação de capital, intervenção do Estado, domínio do complexo agroindustrial etc. Ato contínuo, os agentes são quase sempre reduzidos a entidades abstratas – classes, frações de classe, empresários, camponeses,

assalariados etc. –, compreendidos por qualidades atribuídas. Outrossim, são situados muito freqüentemente na condição de modelados ou de atores que agem em resposta às ações que os atingem. Essa postura é tão mais enfatizada quanto mais os estudos se referem a agentes definidos como subalternos (pequenos produtores agrícolas, camponeses, assalariados rurais).

Diante dessa perspectiva teórica, as mudanças sociais são demonstradas a partir de relações entre processos definidos conceitualmente, pobres de interpretação das relações sociais, da participação e experiência dos agentes que colaboram na criação e implantação das novas condições de produção na agricultura e de organização social. Aceitar tais pressupostos ou o estudo das mudanças sociais pela atribuição de causas externas e pela expressão de suas consequências é se emaranhar num objeto pré-construído ou dado como aparece ao nível real (BOURDIEU, 1973 ; DURKHEIM, 1971).

A oposição a essa vertente analítica tem se consubstanciado nos estudos sobre a persistência e adaptabilidade da pequena produção e sobre a discussão conceitual de categorias e noções inadequadas, porque próprias ao sistema capitalista, mas aplicadas em contextos onde não aparecem os trabalhadores livres ou onde a utilização do trabalhador assalariado tem significados específicos (AMIN e VERGOPOULOS, 1978 ; CHAYANOV, 1966; FAURE, 1978 ; TEPICHT, 1969).

Todo esse debate tem sido profundamente enriquecedor em termos de ampliação das possibilidades de compreensão do processo de mudanças sociais por que passa o setor agrícola. Entretanto, por força do próprio debate, muitas vezes as diversas e divergentes interpretações padecem de alguns limites comuns, pois que submissas a um mesmo privilegiamento do caráter econômico das relações sociais, especialmente da produção (e quase sempre das relações de produção imediatas) ou a um mesmo politicismo que compreende o Estado como ator todo poderoso. Se não se destaca o essencialismo do sistema capitalista e suas formas de dominação, a partir da produção, valoriza-se o essencialismo e a especificidade das relações dos produtores agrícolas subordinados, do camponato, da resistência dos trabalhadores à proletarianização. Se não se enfatiza o que é ou deverá ser capitalista, recomenda-se o que não é, nem deverá ser necessariamente capitalista.

Decorre dessas interpretações analíticas uma visão das relações

de produção agrícola a partir da coexistência de empresas e unidades familiares de produção (capitalizadas ou empobrecidas), da convivência de modos de produção e de racionalidades econômicas puras (perseguição ao lucro, maximização de vantagens) e racionalidades sociais (reprodução de unidades familiares ou camponesas, equilíbrio entre esforço produtivo e consumo dos membros da família). Além disso, a quase totalidade dos estudos, especialmente empíricos, recai sobre a pequena produção ou sobre os trabalhadores assalariados, sem se preocupar com as empresas ou os empresários agrícolas e com as interrelações desses setores da economia agrícola.

Essas considerações por mim apresentadas, longe de desqualificarem ou invalidarem o saber produzido, servem apenas para apontar as possibilidades e as necessidades de ampliação do conhecimento sobre a agricultura e suas interrelações com o sistema social envolvente. Têm por objetivo balizar as contribuições que na elaboração deste trabalho tive como pretensão oferecer, especialmente em relação à construção do estoque de conceitos e noções e à relativização dos essencialismos nestes embutidos. Pretendem apenas ampliar a compreensão mais substantiva das relações sociais inerentes à produção agrícola e à vida social de seus agentes.

A compreensão das posições sociais diferenciadas dos agentes em jogo favoreceu-me a reconstrução dessas totalizações pela interseção de níveis e planos que aqueles papéis e filiações expressam e realizam. Propiciou a superação de visões que supõem equivalência ou superposição de níveis, isto é, que uma totalidade ou contextos absorvam e modelem todos os agentes sociais ou tenham para eles os mesmos significados.

Mais que a apreensão da permanência e da institucionalização como fins de um processo de mudança, pautei a análise na apreensão da descontinuidade, da diferenciação e das regulações e formalizações provisórias. As tensões, as mutações, os antagonismos e os conflitos de interesses foram considerados como propriedades e mecanismos que contribuem para regulação da vida social.

Ao contrário de pressupor uma oposição entre posturas analíticas que valorizam o sistema ou o processo, considereei que o estudo de sistemas ou totalizações provisórias – interdependência e interseção de relações e representações, de planos de vida social que

configuram princípios de organização para os agentes neles inseridos - conduzir-me-ia de modo mais claro à análise da mudança, da instabilidade e, portanto, do processo, das descontinuidades e deslocamentos num determinado tempo.

Assim procedendo, valorizei a compreensão dos elos correlativos entre valores, pautas de conduta, construção (e tentativa de imposição ou convencimento) de visão de mundo pelos agentes sociais e suas práticas, formas como objetivavam e atribuíam sentidos às unidades de produção, estratégias acionadas, alternativas valorizadas e múltiplas formas de integração e afiliação social.

Visando romper com os riscos de reificações de determinadas noções e conceitos – pequenos produtores agrícolas, empresários, burguesia rural, diferenciação e decomposição sociais, complexo agroindustrial, proletarianização e emburguesamento, intervenção estatal –, este trabalho incidiu sobre agentes sociais em relação, portadores e construtores de regras, valores, projetos e visão de mundo constituídos conforme contextos específicos ou totalizações provisórias.

Deslocando o objeto de estudo para as relações entre classes, grupos ou segmentos sociais envolvidos nessa atividade econômica, para o jogo de forças sociais que suporta e delimita a constituição e participação desses agentes, parti do pressuposto de que a vida social é ela mesma heterogênea; que essas heterogeneidades se desdobram e se reordenam porque são dela constitutivas; e que os grupos ou classes são constituídos na relação, no embate de interesses, no conflito, na construção de identidades sociais e na valorização de experiências sociais comuns ou coletivas. Privilegiei a análise relacional, pela compreensão da posição relativa do segmento social tomado como objeto, das diferenciações internas, das alianças, dos conflitos, do jogo de forças, dos deslocamentos de posições e papéis, sem perder de vista os seus interesses e experiências específicas. Valorizei a multiplicidade ou o conjunto de fatores, as circunstâncias, o contingencial a até o acaso, para compreender esta constituição social, as experiências específicas e as formas de participação nos diversos processos em que os produtores de cana estiveram ou estão diferentemente integrados.

Para tanto, estudei as formas específicas de organização política dos produtores de cana, principalmente as que tinham por objetivo melhor controlar os recursos existentes, propor reordenações, legitimar visões de mundo construídas tendo por base os interes-

ses específicos deles. Enfim, as estratégias implementadas pelo segmento de produtores que desejou e conseguiu participar da administração das mudanças sociais ou do controle da renda obtida, minimizando os efeitos negativos à continuidade do processo de acumulação.

Perseguindo analiticamente os múltiplos desdobramentos e alternativas construídas no decorrer do processo, considerei a mudança social como parte constitutiva da vida social, relativizando a atribuição causal a fatores externos que se impõem a atores reduzidos a entidades abstratas ou situados na condição de modelados ou resistentes às ações que os atingem.

Fiel a tal proposta, os produtores de cana foram analisados em termos das múltiplas diferenciações internas existentes e emergentes e das relações que estabelecem com os trabalhadores rurais, usineiros e agentes estatais, principais atores do processo de produção social da cana, do açúcar e do álcool.

Relativizei os pressupostos políticos e ideológicos embutidos nos conceitos e noções que orientam o estudo dos modos de intervenção do Estado nas relações e junto aos atores subjacentes ao processo de interdependência entre agricultura e indústria. Deste modo, a diferenciação social dos produtores se constituiu em excelente fonte para análise e discussão de determinadas categorias sociológicas. Pensada como um processo de constituição de novos agentes e posições, inerente à dinâmica social ou à ação desses próprios agentes sociais, sua compreensão propiciou repensar a construção de conceitos e propostas metodológicas muitas vezes assumidas como consagradas nas ciências sociais.

Apreendendo processos de mudanças sociais através da participação de seus agentes, incorporei à análise as ações, as expectativas e interesses dos produtores, todos construídos a partir dos sistemas de relações em que se encontravam inseridos. E como, em decorrência dessa interrelação, os múltiplos agentes se diferenciavam e aos demais, reordenando suas respectivas práticas sociais.

Essa proposta de análise exigiu a reconstrução de totalizações provisórias, constituídas pela ação de agentes diferenciados em termos de posições, interesses, reivindicações, histórias de lutas políticas, construção de identidades e de representações a respeito da ordem social. Contudo, privilegiando a análise relacional ou as posições relativas do segmento social tomado como objeto de

estudo, não perdi de vista seus interesses e experiências específicas.

Totalizações provisórias, atores sociais e especificidades do caso

As unidades de produção agrícola foram consideradas a partir das mudanças que vinham se expressando diante das alterações no padrão técnico e nas condições de trabalho. Essas mudanças foram analisadas não só do ponto de vista interno a elas, mas enquanto desdobramentos de dissensos e consensos provisórios entre os seus diversos detentores e os trabalhadores. Além disso, considerei as relações que permitiram e que se construíram em decorrência e por outros desdobramentos das alterações técnicas do trabalho, inerentes ao processo de interdependência entre agricultura e indústria, e que ultrapassavam as mudanças internas às unidades de produção e ao processo de trabalho estrito senso. Considerei ainda as mudanças que extrapolavam as relações de produção e atingiam reordenações políticas e ideológicas, a construção de novos agentes sociais, não limitados assim a atores econômicos.

Por isso, esse entendimento se articulou também à compreensão das lutas concorrenciais entre usineiros e plantadores de cana e das relações destes com as instâncias estatais. Tal *démarche* propiciou o entendimento mais amplo dos processos de acumulação e reprodução ampliada, constitutivos do processo de interdependência entre agricultura e indústria, porque não os considerou apenas como decorrentes da aplicação de mecanismos individualizados ou restritos às unidades de produção. Eles pressupunham a constituição de espaços coletivos de luta ou a organização política dos segmentos de produtores neles envolvidos.

Esse entendimento explicitou ainda os constrangimentos enfrentados nesse processo pela criação e exacerbação de interesses divergentes, principalmente daqueles sobre os quais recaíram os mecanismos de expropriação ou de apropriação de parte dos recursos aglutinados em nome da acumulação.

Da perspectiva dos produtores de cana, o processo de especialização e intensificação dessa cultura, sustentado no uso cada vez mais amplo de instrumentos mecanizados, permitiu a utilização de outras alternativas de inserção nas atividades produtivas, nem

sempre relacionadas à produção agrícola. A inserção nessas atividades era tão diferenciada quanto eram os produtores integrados à cultura da cana.

A diminuição do tempo de trabalho e a constituição de um mercado de prestação de serviços especializados para o cultivo desse produto asseguraram aos produtores maior tempo livre, utilizado para a dedicação a outra atividade. Tal alternativa viabilizou a reprodução ampliada do capital, para uns; a melhoria do padrão social de vida e o aumento do rendimento, para outros; ou a maior dedicação ao trabalho assalariado nessa mesma cultura ou em outras atividades produtivas, agrícolas ou não, para a maior parte dos pequenos produtores de cana.

Situa-se nesse contexto, paradoxalmente em relação às tendências apontadas de concentração agrícola e industrial a partir da hegemonia de relações capitalistas (NUMBERG, 1985), o aumento numérico e a maior expressão social de um segmento de produtores que se dedicava à cultura da cana como complemento de rendimentos e salários. Tal expansão constrangiu, em parte, a reprodução ampliada por usineiros e plantadores de cana ou o aproveitamento máximo dos recursos postos à disposição dessa produção social.

A intensificação do uso de instrumentos mecanizados e a adoção de técnicas que permitissem o rebaixamento do valor da força de trabalho (uso de herbicidas e de queima de canavial por ocasião do corte) produziram um incremento na intensidade e produtividade desse fator, expresso mais espetacularmente na diminuição do tempo de trabalho, apesar do aumento da produção. Para os trabalhadores rurais, o processo de “modernização” da agricultura significou o enfrentamento de um tempo maior de desemprego, a diminuição do salário real e a deterioração das condições de vida e de trabalho.

Outrossim, constrangimentos derivados das opções técnicas acarretaram limites à expansão da produção de cana, de açúcar e de álcool. A opção pelo processo de especialização na cultura da cana e pela expansão da área cultivada conduziu à incorporação de solos não muito propícios e distanciados das unidades industriais. A utilização de técnicas de trabalho que minimizassem o custo com a mão-de-obra acarretou a diminuição da fertilidade natural de solos antes voltados para essa cultura. Todos esses fatores colocaram limites aos projetos de reprodução ampliada por usineiros

e alguns fornecedores, principalmente os plantadores de cana.

Incorporando analiticamente o papel dos produtores na construção e reordenação de novos modelos de desenvolvimento agrícola, relativizei pressuposições recorrentes mas reducionistas de que o processo em foco se imponha de fora e de modo abrangente e hegemônico, tanto por força de ações advindas da produção industrial para a agricultura, como das ações do Estado no intento de ordenar e imprimir velocidade e abrangência à objetivação dos mecanismos que asseguram a acumulação. Demonstrei então que mudanças foram possíveis e desejadas, destacando continuidades e descontinuidades em relação aos desdobramentos verificados em diversos contextos históricos.

Essa participação foi valorizada em termos da adesão às propostas do Estado, da tradução das mesmas aos interesses específicos e localizados dos produtores, da constituição de um aparato institucional que viabilizasse mudanças técnicas e das relações estabelecidas com as instituições de produção e difusão de tecnologias.

Procurei, por conseguinte, entender como os mecanismos de acumulação do capital, que são concretizados nas relações de produção, são mediados por posturas, representações e projetos dos produtores e pela instrumentalização institucional particular e estatal, atuando no sentido de legitimar determinadas formas de representação social.

Por fim, gostaria ainda de destacar outros níveis de abrangência das mudanças mais recentes na atividade agrícola. Elas implicaram também a aproximação dos agricultores a modos de vida anteriormente definidos como “urbanos”, a inclusão em padrões de consumo antes identificados como próprios aos “cidadinos”. Inseriram os agricultores num projeto de reordenação de trajetórias de vida, incluindo formas de consumo improdutivo que se traduziam, por um lado, em melhores padrões sociais de vida. Por outro, eles eram limitativos das opções de investimento ou do processo de expansão da produção pela aplicação da renda ou do rendimento na aquisição de outros bens e e em outras esferas da vida social (NEVES, 1981, conclusão).

O processo de migração vivido durante os últimos anos pela população rural da Região Açucareira de Campos atingiu aos trabalhadores rurais, mas também aos proprietários. As mudanças

nas condições técnicas de produção que induziram à especialização mercantil e ao aumento da produtividade do trabalho, ao propiciarem maior tempo livre, facilitaram o distanciamento dos produtores diretos das unidades de produção ou a opção pela mudança de residência da proximidade das propriedades agrícolas para a cidade. Essa opção era justificada pela incorporação de maior conforto, nem sempre possível na área “rural”. A concepção de conforto abarcava o acesso a diversos recursos: encaminhamento dos filhos à escola ou incorporação de maior nível de escolaridade e aquisição de outra profissão; acesso mais fácil aos recursos institucionais como assistência médica; apropriação de serviços que facilitem ou minimizem os desgastes do trabalho feminino na casa, através de sistema de distribuição de água e energia elétrica, acoplado às facilidades que esses recursos oferecem – geladeira, televisão etc.

A magnitude desse processo de migração dos proprietários rurais se expressou no crescimento da cidade de Campos. Pode ainda ser apreendida pelo levantamento da localização de residências presente nas listagens elaboradas para efeitos de cobrança de imposto sindical e territorial rural pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Embora eu tenha que relativizar esses dados porque alguns proprietários podiam contar com endereços de familiares para facilitar o encaminhamento da correspondência, os desvios não invalidam essas informações, confirmadas pelas entrevistas por mim realizadas e pela forma de crescimento da cidade, que teve anexados vários bairros caracterizados como locais de residência de estratos de padrões de vida socialmente identificados como de “classe média”.

Conforme listagem dos proprietários rurais do município de Campos e São João da Barra no ano de 1985, a distribuição de suas residências pode ser agrupada nos termos das tabelas 24 e 25 a seguir apresentadas.

Como se depreende da leitura das tabelas, a fixação da residência na cidade era mais freqüente entre os médios e grandes proprietários, que dispunham de condições para arcar com a locomoção duas a três vezes por semana ou de transferir a administração da unidade de produção para terceiros. Alguns se valiam de meios de locomoção próprios. Outros se utilizavam de transportes coletivos. Os proprietários que se dedicavam a outras atividades

produtivas ou estavam vinculados a outras empresas dirigiam-se às propriedades nos fins de semana. Aqueles que residiam fora dos municípios de Campos e de São João da Barra transferiam a administração para um dos irmãos ou responsável pelo condomínio ou para parceiros ou encarregados.

TABELA 25 – Distribuição por residência dos proprietários do município de Campos - 1985

Superfície (ha)	Área Rural		Área Urbana		TOTAL
	Campos	Campos	Rio Janeiro	Outros*	
0 - 5	1.487	548	54	17	2.106
5 - 10	736	310	12	-	1.058
10 - 20	724	325	16	2	1.067
20 - 30	277	180	5	1	463
30 - 40	10286	7	-	195	
40 - 50	41	67	2	1	111
50 - 100	87	187	10	7	291
100 - 200	25	147	3	2	177
200 - 300	12	78	4	2	96
300 - 400	3	39	2	1	45
400 - 500	7	29	1	-	37
500 - 1000	-	49	2	2	53
1000 - 2000	5	14	2	-	21
2000 - 3000	1	2	2	-	5
3000 - 4000	-	6	-	-	6
4000 - 5000	-	4	-	-	4
5000 - 10000	-	3	-	-	3
10000 - 20000	-	2	-	-	2
TOTAL	3.507	2.076	122	35	5.470

Obs. As áreas de terra correspondentes a cada proprietário agregam o total de propriedades por ele possuídas.

* O termo abrange outros 30 casos referentes ao Grande Rio, 4 à cidade de São Paulo e um à de Porto Alegre.

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 1985.

TABELA 26 – Distribuição por residência dos proprietários do município de São João da Barra - 1985.

Superfície (ha)	Área Rural		Área Urbana			TOTAL
	SJBarra	Campos	SJBarra	R.Janeiro	Outros*	
0 - 5	18	8	26			
5 - 10	13	6	19			
10 - 20	42	26	1	2	1	72
20 - 30	65	25	3	3	1	97
30 - 40	91	28	6	1	126	
40 - 50	51	34	1	3	2	91
50 - 100	120	92	6	5	223	
100 - 200	51	34	1	3	3	146
200 - 500	19	71	1	91		
500 - 1000	2	13	1	2	18	
1000 - 2000	1	7	8			
2000 - 3000	3	3				
3000 - 4000						
4000 - 5000	2	1	3			
5000 - 4000						
4000 - 5000						
5000 -10000	1	1				
TOTAL	473	401	21	21	8	924

Obs. As áreas de terra correspondentes a cada proprietário agregam o total de propriedades por ele possuídas.

* O termo abrange outros 7 casos referentes ao Grande Rio e 1 à Vitória.

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 1985.

Entrevistas realizadas com um número significativo de proprietários que estavam residindo na cidade revelam que boa parte dos médios lavradores e plantadores havia optado pelo consumo improdutivo em detrimento da aplicação de parte da renda na produção. A maior parte deles destacava esse momento de suas vidas como expressando uma trajetória ascendente, não pelo aumento dos fatores de produção, mas pelo fato de possuir uma casa confortável segundo padrões consensuais de valorização arquitetônica dessas residências. Destacavam também o fato de possuir um carro de passeio, de poder oferecer à esposa e aos filhos oportunidades de se libertarem de um universo social visto como mais limitado ou, como definem: “dentro de casa”, “no meio dos matos”. Ressaltavam esses produtores que podiam dar passeios aos domingos com às esposas, levá-las de carro à missa, ao médico,

às compras, às visitas em casa de familiares.

Alguns deles alegavam que haviam ficado idosos, os filhos estavam morando na cidade e eles na “roça”. Com a mudança de residência estavam mais próximos dos filhos e não se sentiam “largados” ou “abandonados na roça”.

Dentre as vantagens apontadas por esta opção de melhoria das condições materiais e sociais de vida destacavam ainda o fato de contarem com ruas calçadas e não estarem submetidos aos “atoleiros” e “lamaçais” das estradas na “roça”. Outros se referiam ao acesso ao telefone e às vantagens oferecidas por este meio de comunicação. Boa parte dessas famílias havia incorporado em suas formas de lazer a realização de excursões, organizadas principalmente por grupos sociais vinculados à vida associativa em torno das atividades religiosas postas em prática pela Igreja Católica. De um modo geral haviam visitado santuários e outras cidades turisticamente valorizadas – Aparecida do Norte, Campos do Jordão, Poços de Caldas balneários e estações de água. No momento da realização da pesquisa, visitas à Foz do Iguaçu estavam sendo incluídas nesses roteiros de excursões.

Comentavam alguns deles que só recentemente se consideravam “vivendo com a família” porque haviam incluído em seus padrões sociais de vida a realização de pequenos passeios fora do município de Campos.

Essas alternativas não eram exclusivas dos proprietários de terra que vieram residir na cidade. Mais raramente, os médios lavradores residentes na área “rural” também participavam dessas atividades sociais. Também eles inseriram em suas opções de melhoria das condições materiais e sociais de vida a construção de uma nova casa “mais moderna”, a posse de eletrodomésticos e mobílias de estilos mais recentes (NEVES, 1981).

Os plantadores de cana, como destaquei nos Capítulos 1 e 2, já haviam incorporado essa fixação de residência na cidade desde há muito. Os pequenos e médios lavradores residentes na cidade valorizavam ainda essa opção pelo fato de poderem encaminhar os filhos para a escola ou encontrar alternativas de vinculação destes, principalmente das filhas, no mercado de trabalho. Estas oportunidades eram definidas como expressivas de melhores condições materiais e sociais de vida porque propiciavam o aumento do rendimento e a ruptura da vinculação dos filhos ao trabalho

rural, por eles desqualificados como pesado, sacrificado, mal remunerado e socialmente embrutecedor, já que era visto como impeditivo de uma convivência social mais ampla por exigir dedicação exclusiva e integral.

Nessas situações, o rendimento obtido com o trabalho agrícola era valorizado por propiciar tais alternativas, mas a vida social do “homem rural” era vista como tacaña, rude ou este como ignorante, tolo.

Identificados como homens de cidade, ainda que sobrevivendo total ou parcialmente do rendimento obtido com o trabalho agrícola, alguns desses proprietários se negavam a envidar esforços para ampliar a produção, ainda que reconhecessem o controle dessa alternativa. Portanto, a despeito de se encontrarem em condições de operar com a reprodução ampliada da unidade de produção, mesmo que limitada, optavam pela manutenção do patrimônio, pela reprodução simples e pelo consumo improdutivo viabilizador de melhores condições sociais e materiais de vida.

Por conseguinte, a perspectiva do fim do processo de diferenciação social ou de decomposição dos produtores agrícolas como desembocando na constituição de capitalistas e proletários rurais é irreal. Só pode ser assumida se se deseja atribuir ao conceito de modo de produção capitalista uma realidade inexistente; ou confundir discursos teóricos com situações empíricas.

A análise do processo de intervenção do Estado na economia açucareira, propiciador da objetivação da interdependência entre agricultura e indústria, por conseguinte, tem pouco a ver com um compromisso de prever o futuro. Tem muito mais a ver com perspectivas adequadas ao estudo de processos diacrônicos, à compreensão da experiência dos agentes sociais nele envolvidos, da estrutura das relações sociais anteriores, a partir das quais estruturavam sua experiência e seu deslocamento para gestar, ou deixar construir o novo. Só ganha sentido se se compreendem os conflitos e o jogo de forças sociais que propiciam a oposição às posições anteriormente definidas e institucionalizadas e a constituição de tantas outras. Importa entender, portanto, as diversas versões construídas para consolidação de uma nova ordem social, avaliando quais delas conseguem impor ou fazer predominar, dando sentido e legitimidade às instituições, às práticas sociais, aos aparatos institucionais, aos papéis correspondentes e ao controle de recursos materiais mas também simbólicos.

Sua compreensão ultrapassa a dimensão técnica, econômica, legalista ou administrativa, incorporando as ações dos múltiplos e diferenciados agentes na construção das novas condições de produção e de participação na vida social envolvente.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO AÇUCAREIRO. Rio de Janeiro : Instituto do Açúcar e do Alcool, ano 15-19,

ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DOS PLANTADORES DE CANA, Campos. Livros de atas de assembléias : 1948-1985. Campos, 1985.

_____. Relatório de atividades. Campos, [s.d.].

BRASIL. INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Legislação açucareira e alcooleira : leis, decretos-leis, decretos. Rio de Janeiro, 1983. V. 1.

_____. _____. Relatório de atividades 1980. Planalsucar. Rio de Janeiro, 1980.

_____. _____. Subsídios para fixação dos preços da cana-de-açúcar e do açúcar, safra 1978-1979. Rio de Janeiro : IAA/FGV, 1978.

_____. _____. Subsídios para fixação dos preços da cana-de-açúcar e do açúcar, safra 1981/1982. Rio de Janeiro : IAA/FGV, 1981.

_____. _____. Divisão Regional de Controle da Produção. Tabelas sobre produção de cana, açúcar e álcool. Rio de Janeiro, [s.d.]

_____. _____. Projeto de Irrigação e Drenagem da Cana-de-açúcar na Região Norte-Fluminense. Estudos de reconhecimento geral : relatório técnico. Rio de Janeiro, 1983.

_____. _____. _____. Levantamento da extensão de terra das propriedades situadas na área potencialmente irrigável no norte fluminense. Rio de Janeiro, [s.d.]

CANAVIEIRO, O : informativo de COOPERCREDI/COOPERLAN. Campos, n. 65, 1982 , n. 68, 1982 ; n. 79, 1982 ; n. 105, 1986.

COOPERATIVA DOS LAVRADORES DE CANA DO ESTA-

- DO DO RIO DE JANEIRO, Campos. Estatuto do Banco dos Lavradores. Campos, 1941.
- _____. Listagem dos associados por utilização do crédito rural encaminhada às usinas para efeito de desconto da dívida em folha de pagamento. Campos, [s.d.].
- _____. Relatório de atividades do Banco dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro Ltda, 1942 a 1948. Campos, [s.d.].
- COOPERATIVA MIXTA DOS PLANTADORES DE CANA, Campos. Listagem de fornecedores por produção anual e por ágios médios obtidos com o grau de sacarose da cana. Campos, [s.d.].
- FOLHA DA MANHÃ. Campos : [s.d.], 1 maio 1982 ; 18 out. 1983 ; 5 maio 1984 ; 24 maio 1984 ; 12 maio 1985 ; 7 set. 1985 ; 24 set. 1985 ; 26 mar. 1986.
- FOLHA RURAL. Campos : [s.n.], v. 1, n. 5, jun. 1982 ; v. 1, n. 6, jul. 1982 ; v. 1, n. 17, dez. 1982 ; v. 2, n. 2, abr./maio 1983 ; v. 2, n. 6, jul. 1982. Encarte da Folha da Manhã.
- HONORATO, Cezar Teixeira. O novo estado no Estado Novo : análise da interventoria Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro. 1987. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 1987.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil), Sistema Nacional de Cadastro Rural : relação dos contribuintes do imposto territorial rural e do imposto sindical : municípios de Campos, Macaé e São João da Barra. Rio de Janeiro, 1985.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro : [s.n.], 6 jul. 1982 ; 15 jul. 1982.
- MARTINS, Heloisa H. T. Souza. O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil. São Paulo : HUCITEC, 1979.
- MELLO, Maria da Conceição D'Incão. O bóia-fria : acumulação e miséria. Petrópolis : Vozes, 1976.
- MONITOR CAMPISTA. Campos, 27 jul. 1921 ; 27 maio 1922 ; 21 jun. 1922 ; 8 jul. 1922 ; 8 jul. 1922 ; 1 ago. 1922 ; 15 fev. 1935 ; 4 jan. 1942 ; 27 mar. 1945 ; 3 jul. 1945 ; 11 ago. 1946 ; 17 out. 1946 ; 13 jul. 1948 ; 24 set. 1949 ; 25 set. 1949 ; 10

jul. 1951 ; 18 out. 1951 ; 15 abr. 1952 ; 10 maio 1952 ; 6 ago. 1952 ; 4 fev. 1953 ; 14 fev. 1953 ; 8 mar. 1953 ; 13 set. 1953 ; 13 dez. 1953 ; 15 dez. 1954 ; 21 out. 1955 ; 9 ago. 1958 ; 15 set. 1959 ; 21 jun. 1964.

SILVA, José Graziano. A modernização dolorosa : estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro : Zahar, 1981a.

_____. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo : HUCITEC, 1981b.

SINDICATO DA INDÚSTRIA E DA REFINAÇÃO DO AÇÚCAR NOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO, Campos. Relatório de atividades : 1940, 1941, 1942, 1943. Campos, [s.d.].

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMPOS. Acordos sindicais. Campos, [s.d.].

_____. Contratos homologados. Campos, [s.d.].

_____. Correspondências recebidas e remetidas. Campos, [s.d.].

_____. Dissídios coletivos. Campos, [s.d.].

_____. Processos encaminhados à junta de Conciliação e Julgamento de Campos e Tribunal Regional do Trabalho. Campos, [s.d.].

SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo : Alfa-Omega, 1983.

Coleção **Antropologia e Ciência Política-1**

A coleção *Antropologia e Ciência Política* destina-se a reunir tanto trabalhos de alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF, como outros textos de relevante interesse para o desenvolvimento de nossas atividades didáticas e linhas de pesquisa.

A seleção dos textos é da responsabilidade coletiva dos membros do Colegiado do Programa, ouvida a Comissão Editorial da EDUFF. As edições são financiadas com recursos da EDUFF, associados a outras fontes, como o CNPq e a CAPES/MEC.

Com esta iniciativa, esperamos expor e divulgar parte do trabalho que se realiza na Universidade Federal Fluminense, contribuindo não só para emprestar-lhe maior visibilidade, mas também para subsidiar a formulação de critérios justos para sua necessária avaliação, tanto por parte do público acadêmico especializado, como da sociedade em geral.

ISBN 05-228-8211-4



9 788522-802111



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Rua Miguel de Frias, 9, anexo, sobreloja - Icarai - Niterói, RJ - CEP: 24220-000
Tel.: (021) 620-8080 - ramais 200 e 353 - Fax: (021) 620-8080 - ramal 356